

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS – FGV CPDOC  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS  
CULTURAIS  
DOUTORADO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS**

**Sobre papéis, trajetórias e dádivas:**  
a doação da coleção Benedicto Ottoni para a Biblioteca Nacional

APRESENTADA POR  
Iuri Azevedo Lapa e Silva

Rio de Janeiro, Novembro de 2020.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas/FGV

Silva, Iuri Azevedo Lapa e

Sobre papéis, trajetórias e dádivas : a doação da coleção Benedicto Ottoni para a Biblioteca Nacional / Iuri Azevedo Lapa e Silva. – 2020.  
300 f.

Tese (doutorado) – Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais.

Orientadora: Luciana Quillet Heymann.

Inclui bibliografia.

1. Bibliotecas - Coleções especiais. 2. Biblioteca Nacional (Brasil). 3. Rodrigues, J. C. (José Carlos), 1844-1922. 4. Bibliófilos. 5. Literatura brasileira. 6. Brasil – História. I. Heymann, Luciana Quillet. II. Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas. Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. III. Título.

CDD – 025.8

Elaborada por Rafaela Ramos de Moraes – CRB-7/6625

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS**  
**ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS – FGV CPDOC**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS**  
**CULTURAIS**  
**DOUTORADO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS**

**Sobre papéis, trajetórias e dádivas:**  
a doação da coleção Benedicto Ottoni para a Biblioteca Nacional

APRESENTADA POR  
Iuri Azevedo Lapa e Silva

PROFESSORA ORIENTADORA ACADÊMICA  
Dra. Luciana Quillet Heymann

Rio de Janeiro, Novembro de 2020.

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS**  
**ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS – FGV CPDOC**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS**  
**CULTURAIS**  
**DOUTORADO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS**

PROFESSORA ORIENTADORA ACADÊMICA  
Dra. Luciana Quillet Heymann

Iuri Azevedo Lapa e Silva

**Sobre papéis, trajetórias e dádivas:**  
a doação da coleção Benedicto Ottoni para a Biblioteca Nacional

Tese de Doutorado apresentada à Escola de Ciências Sociais FGV CPDOC como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em História, Política e Bens Culturais.

Rio de Janeiro, Novembro de 2020.

IURI AZEVEDO LAPA E SILVA

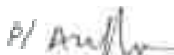
**“SOBRE PAPÉIS, TRAJETÓRIAS E DÁDIVAS: A DOAÇÃO DA COLEÇÃO BENEDICTO OTTONI PARA A BIBLIOTECA NACIONAL”.**

Tese apresentado(a) ao Curso de DOUTORADO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS do(a) Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil para obtenção do grau de Doutor(a) em História, Política e Bens Culturais.

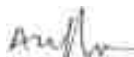
Data da defesa: 16/12/2020

**ASSINATURA DOS MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA**

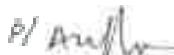
**Presidente da Comissão Examinadora: Prof<sup>a</sup> Angela Moreira Domingues da Silva**



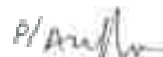
Luciana Quillet Heymann  
Orientador



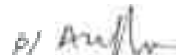
Angela Moreira Domingues da Silva  
Membro Interno



Paulo Roberto Staudt Moreira  
Membro Externo



Tania Bessone  
Membro Externo



Flávio Heinz  
Membro Externo

Nos termos da Lei nº 13.979 de 06/02/20 - DOU nº 27 de 07/02/20 e Portaria MEC nº 544 de 16/06/20 - DOU nº 114 de 17/06/20 que dispõem sobre a suspensão temporária das atividades acadêmicas presenciais e a utilização de recursos tecnológicos face ao COVID-19, as apresentações das defesas de Tese e Dissertação, de forma excepcional, serão realizadas de forma remota e síncrona, incluindo-se nessa modalidade membros da banca e discente.



Celso Corrêa Pinto de Castro  
Diretor



Antonio de Araujo Freitas Junior  
Pró-Reitor de Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação FGV  
Antonio Freitas, PhD  
Pró-Reitor de Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação  
Fundação Getúlio Vargas

**Instrução Normativa nº 01/19, de 09/07/19 - Pró-Reitoria FGV**

Em caso de participação de Membro(s) da Banca Examinadora de forma não-presencial\*, o Presidente da Comissão Examinadora assinará o documento como representante legal, delegado por esta I.N.

\*Skype, Videoconferência, Apps de vídeo etc

## Agradecimentos

Vou resistir à tentação de ser sucinto nos agradecimentos e dar vazão a certo espírito que tem me *guiado* nos últimos anos.

Ter sido orientado pela Luciana Heymann talvez tenha sido o maior aprendizado que tive nessa jornada. Escolhi o doutorado do Cpdoc porque ela estava lá. Em meio ao processo, ela não recebeu da instituição um tratamento condizente com sua seriedade, profissionalismo e transparência. Luciana não tinha obrigação de continuar me orientando, mas em nenhum momento titubeou e me acompanhou até o fim. Sua orientação foi exemplar, entendendo logo de cara meus excessos e me dando foco, buscando sempre aprimorar minha escrita e me ajudando na condução da reflexão. Obrigado, Luciana!

Sou muito grato a todos os professores que tive no Programa. Minha banca de qualificação rendeu reflexões fundamentais. O Prof. João Marcelo Maia não poderá fazer parte da defesa, mas deixo registrado meu sincero agradecimento. A Profa. Angela de Castro Gomes estará na banca e sou muito grato a ela por toda sua contribuição, direta e indireta. Me sinto privilegiado por poder contar com um grupo de professores admiráveis lendo meu trabalho. Aos demais arguidores da defesa expresso desde já minha gratidão: Profa. Tânia Bessone, Prof. Paulo Moreira e Prof. Flávio Heinz, assim como à Profa. Ângela Moreira e ao Prof. Vitor Fonseca. Estendo também meu agradecimento ao Prof. Bernardo Buarque.

Uma parte considerável da pesquisa desta tese foi feita a partir de um projeto com minha amiga e colega de trabalho Lia Jordão. Graças a ela, a reflexão aqui apresentada pôde ser construída. Já se vão quase quinze anos juntos com um grupo maravilhoso. Rafaella Bettamio me inspirou em diversos momentos da minha pesquisa, apresentando-me leituras e caminhos para os problemas da minha tese. Também quero lembrar da querida Regina Santiago: um beijo saudoso! Outros colegas queridos da BN me apoiaram nesse percurso: Irineu Corrêa, Christianne Theodoro, Pedro Lapera, Bruno Thebaldi, Luciana Muniz e Thaís Almeida. Convivi com alguns excelentes estagiários ao longo desses anos, mas quero lembrar aqui Renata Aquino em especial: às vezes me deparo com algum documento que ela elaborou e fico encantado com seu cuidado e minúcia.

Muitos outros funcionários da Biblioteca Nacional contribuíram para minha compreensão da instituição e, em diferentes momentos, conversaram comigo e

dialogaram com minhas reflexões. Correndo o risco de cometer alguma injustiça e deixar nomes de fora, saúdo Mônica Carneiro, Ana Virgínia Pinheiro, Maria José Fernandes, Rosângela Von Helde, Eliane Perez e Joaquim Marçal. E mesmo não tendo tido oportunidade de interagir diretamente, Luciana Grings me despertou para várias questões em sua importante tese. Flávia César, além de ser uma pessoa muito querida, me ajudou a ter acesso a um processo interno relevante para meu trabalho. E na Divisão de Manuscritos, nutro profunda admiração por Ana Lúcia Merege e pela atual chefe, Luciane Medeiros. Ambas me ajudaram sempre que possível. Teria ‘explorado’ as duas muito mais não fosse a pandemia. Meus coordenadores Marcus Venício Ribeiro e Jorge Teles me apoiaram para que eu pudesse tirar uma licença para me dedicar ao doutorado. Isso foi fundamental para sua execução. Ao contrário do que ocorreu durante meu mestrado, me senti apoiado pela BN. Espero que outros servidores possam voltar a ser contemplados com essa oportunidade.

Meus pais sempre buscaram a excelência em tudo que fazem e nunca esperaram menos de mim. Seu apoio e permanente incentivo faz com que essa tese também seja fruto do trabalho deles. Minhas irmãs Nana e Natalia sempre foram companheiras e meu irmão Leandro, uma fonte permanente de inspiração intelectual e de amizade. Dida e Mica, meus cunhados queridos! Tenho sobrinhos maravilhosos de todos eles. Tati foi uma grande parceira durante boa parte da minha vida e, além de a gente ter construído uma família juntos, ela me trouxe outras pessoas incríveis, Neusinha e Caio, além de Joni.

Difícil enumerar todos os amigos. Um grupo deles têm alegrado o cotidiano da pandemia: Athos, Bruno, Coutinho, Daniel e Fred. Karla Gobo felizmente consigo encontrar para lembrar como era boa a convivência cotidiana. Mas outros só me deixam com saudade, Zé e Paulinho. Arthur Bezerra, David Aguiar, Diogo Lyra e Henrique Santos, as águas correm fundo! Mariana Lamego talvez não saiba que ela me deu o presente mais importante da minha vida: um violão que me acompanha há vinte anos, mais ou menos. No ano final da tese, ele voltou a ter a grande importância que em outros momentos já teve. Sempre que penso na força dos vínculos que a dádiva estabelece, ela me vem à mente: obrigado, Mari!

*Para Lili, que segurou minha mão pelo  
caminho.*

*E para Pedro e Tito, que nunca saíram  
do meu lado.*



Morrer de corpo e de alma.  
Completamente.  
[...]

Morrer tão completamente  
que um dia ao lerem o teu nome num  
papel  
perguntem: “Quem foi?...”

Morrer mais completamente ainda,  
– sem deixar sequer esse nome.

Manuel Bandeira  
*A morte absoluta*

## **Resumo**

A coleção Benedicto Ottoni, composta por milhares de impressos e manuscritos históricos sobre o Brasil, foi comprada por Júlio Ottoni de seu amigo, o jornalista José Carlos Rodrigues, com a promessa que ela seria doada para a Biblioteca Nacional. O objetivo manifesto dessa articulação foi tornar o conjunto um bem público e destinar o dinheiro obtido de sua venda para uma incipiente obra filantrópica chamada Policlínica das Crianças, fundada por Rodrigues dois anos antes em 1909. Buscou-se demonstrar que, para além da motivação *manifesta* desta ação conjunta, outros aspectos *latentes*, ligados à obtenção de prestígio e ao estabelecimento de legados, acompanharam a doação. Para alcançar este objetivo, foi preciso explorar o significado da coleção num quadro mais amplo: o que ela representava para seu colecionador, José Carlos Rodrigues; o valor de papéis históricos sobre o Brasil no início do século XX; a percepção sobre a Biblioteca Nacional como custodiadora desse tipo de artefato; e a maneira como a instituição retribuía na forma de bens simbólicos o recebimento de doações. A pesquisa permitiu entrever como a formação de acervos públicos decorre muitas vezes de uma combinação de estratégias individuais e institucionais, resultando no entrelaçamento das partes envolvidas, sob a mediação de bens culturais, que portam marcas de sua trajetória.

**Palavras-chave:** Biblioteca Nacional; José Carlos Rodrigues; coleção Benedicto Ottoni; doação; colecionismo.

## **Abstract**

The Benedicto Ottoni collection, made up of thousands of historical prints and manuscripts about Brazil, was purchased in 1911 by Júlio Ottoni from his friend, the journalist José Carlos Rodrigues, with the promise that it would be gifted to the country's National Library. The manifest objective of such an action was to turn the collection into public heritage and destine the revenue from its sale to an incipient philanthropic endeavor called *Policlínica das Crianças*, a poor children's health-care facility founded by Rodrigues in 1909. One sought to show that, beyond the *manifest* motivation for this combined action, other *latent* features, linked to obtaining prestige and establishing legacies, accompanied the donation. In order to sustain this argument, it was necessary to explore the meaning of the collection in a broader picture: what it represented to its collector, José Carlos Rodrigues; the value of historical papers about Brazil in the beginning of the twentieth century; the perception about the National Library as a keeper of such historical artefacts; and the way the institution rewarded such gifts, in the form of symbolic goods. This research showed how the formation of public collections is originated from a combination of individual and institutional strategies, resulting in the intertwining of those involved, under the mediation of cultural artefacts, which bear the signs of the path previously undertaken.

**Key-words:** National Library (Brazil); José Carlos Rodrigues; Benedicto Ottoni collection; gift; collectionism.

## **Sumário**

<b>Introdução .....</b>	<b>14</b>
 <b>1 Colecionar bens e gestos: a trajetória do José Carlos Rodrigues .....</b>	<b>34</b>
1.1 Espaços e momentos de consagração em vida .....	37
1.2 Ciclos de memória: morte, efemérides e posteridade .....	69
1.3 José Carlos Rodrigues, objeto historiográfico .....	89
 <b>2 A formação e a doação da coleção Benedicto Ottoni para a Biblioteca Nacional .....</b>	<b>108</b>
2.1 A “Bibliotheca Brasiliense do Dr. J.C. Rodrigues”: formação e bibliofilia .....	109
2.2 A doação da coleção Benedicto Ottoni: filantropia, glória e legado .....	134
2.3 Trajetória da coleção Benedicto Ottoni, reminiscências da “Bibliotheca Brasiliense” .....	171
 <b>3 Doar para a Biblioteca Nacional: motivações, expectativas e retribuições .....</b>	<b>199</b>
3.1 O ‘motivo patriótico’, o ‘último desejo’ e outras justificativas para doar: um panorama das doações para a BN .....	207
3.2 A “Galeria dos Benfeitores” e outras estratégias institucionais na economia da glória .....	232
 <b>Considerações Finais .....</b>	<b>259</b>
<b>Bibliografia .....</b>	<b>266</b>
<b>Fontes .....</b>	<b>286</b>

## Lista de Figuras

Fig.1

Alcindo Guanabara historiando a vida do *Jornal do Commercio*

Fig.2

Foto de José Carlos Rodrigues e do novo edifício do *Jornal do Commercio*

Fig.3

Charge de José Carlos Rodrigues e do novo edifício do *Jornal do Commercio*

Fig. 4

Charge de José Carlos Rodrigues para capa da revista *Careta*

Fig.5

Charge de José Carlos Rodrigues para a revista *Don Quixote*

Fig.6

Alegoria da despedida de José Carlos Rodrigues para a capa de *O Imparcial*

Fig.7

A visita dos capitalistas americanos

Fig.8

“Almanach das glórias”, charge da revista *Careta*

Fig.9

Charge de José Carlos Rodrigues assumindo o “leme” do Lloyd Brasil

Fig.10

Charge de *O Malho* retratando a despedida de José Carlos Rodrigues

Fig.11

Suplemento *Autores e Livros* em homenagem ao centenário de José Carlos Rodrigues

Fig.12

Imagem de cartas reproduzidas no Suplemento *Autores e Livros*.

Fig.13

Fotografia da filha de José Carlos Rodrigues e seu marido na revista *Fon-Fon*.

Fig.14

Carta de Theodor Roosevelt para José Carlos Rodrigues.

Fig.15

Capa do *Jornal do Commercio* noticiando a doação da coleção Benedicto Ottoni.

Fig.16

*Ex-libris* da coleção Benedicto Ottoni.

Fig.17

Nota sobre o centenário de Cristiano Benedicto Ottoni.

Fig.18

O “relógio” da arrecadação, numa matéria d’*A Noite*.

Fig.18

Fotografia da inauguração da Sub-Comissão Brasileira do grupo Pelos Soldados da Democracia.

Fig.20

Desenho manuscrito representando a disposição de um quilombo em Minas Gerais.

Fig.21

Comparação entre o manuscrito original e a versão publicada da obra *Oiseaux-Mouches*.

Fig.22

Tarja que acompanhava as doações de Salvador de Mendonça.

Fig.23

Pá e Martelo de prata e madrepérola usados no lançamento da Pedra Fundamental do novo edifício da BN.

Fig.24

Prova tipográfica de Balzac doada por Stefan Zweig.

Fig.25

Charge de Rui Barbosa por J. Carlos.

Fig.26

Fotografia das escadarias do saguão central da BN com busto de João VI.

Fig.27

Antiga Secretaria da BN com a “Galeria dos Bibliotecários”.

Fig.28

Antiga Sala de Recepção com a “Galeria dos Presidente e Ministros da Justiça”.

Fig.29

Antiga Sala de Recepção com a “Galeria dos Presidente e Ministros da Justiça”, acrescida de novos quadros.

Fig.30

Reprodução de pintura de Pedro II.

Fig.31

Reprodução de pintura do conselheiro José Antônio Azevedo de Castro.

Fig.32

Reprodução de pintura de José Augusto Ferreira da Costa.

Fig.33

Reprodução de pintura de Diogo Barbosa Machado.

Fig.34

Reprodução de pintura de Salvador de Mendonça.

Fig.35

Reprodução de pintura de Júlio Benedicto Ottoni.

Fig.36

Fotografia dos armazéns da Biblioteca Nacional com quadro de Pedro II.

Fig.37

Fotografia das estantes especiais da coleção Visconde de Taunay.

Fig.38

Fotografia dos armazéns da Biblioteca Nacional com diversos quadros encimando coleções.

Fig.39

*Ex-libris* da Biblioteca Nacional desenhado por Eliseu Visconti.

Fig.40

Fotografias das pinturas alegóricas que adornavam o Salão de Leitura.

Fig.41

Fotografias das pinturas alegóricas que adornavam o Salão de Leitura.

Fig.42

Fotografia da pintura alegórica *Memória*, que adornava o Salão de Leitura.

## Introdução

Em meados de 2010, por ocasião da celebração dos duzentos anos da Biblioteca Nacional (BN), fui convidado a escrever alguns verbetes que iriam compor uma espécie de dossiê digital comemorativo cuja proposta era contemplar datas e eventos marcantes, personagens centrais e as “coleções formadoras”. Coube a mim escrever a respeito da coleção Benedicto Ottoni, doada à Biblioteca em 1911.<sup>1</sup> Já conhecia a riqueza dos itens que compunham a coleção, mas sua trajetória me tomou de surpresa.

Descobri, ao pesquisar a seu respeito, que se tratou de um processo de doação *sui generis*. Dei-me conta de que o “Benedicto Ottoni” usado para designar a coleção nada tinha a ver com a pessoa responsável pelo seu processo de formação: o colecionador original chamava-se José Carlos Rodrigues. Outra singularidade remetia ao fato de a doação ter sido motivada, ao menos em parte, por uma ação filantrópica voltada para a mitigação de problemas sociais. E foi durante essa experiência que realmente me dei conta que uma parte considerável do acervo da Biblioteca Nacional tem origem em doações, contribuindo para fazer do patrimônio da instituição um grande mosaico de coleções, algo que me instigou a atentar para essa ocorrência em bibliotecas e instituições culturais mundo afora. Além de um local de salvaguarda de certos tipos de artefatos culturais, a BN também é de alguma forma depositária de vidas e histórias. Estas coleções, se olhadas mais de perto, deixam entrever diversos tipos de projetos, expectativas e significados. Minha ignorância me levava a perceber o acervo da instituição como algo quase homogêneo, muito diferente de seu policromatismo real, parcialmente encoberto: ao passo que algumas coleções, como a Benedicto Ottoni, ganham lugar de destaque e são tratadas como parte dos ‘tesouros’ da Biblioteca, outras permanecem obscurecidas pela imensidão do acervo ou por suas características materiais e temáticas.<sup>2</sup>

Doações não eram gestos infrequentes naquele início do século XX. Pelo contrário. Há uma longa série histórica de doações recebidas pela Biblioteca Nacional. Há também cartas, ofícios e outros tipos de documentação institucional a respeito desse

---

<sup>1</sup> LAPA E SILVA, Iuri A. O colecionador e o doador: a coleção Benedicto Ottoni. **Biblioteca Nacional: 200 anos**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010. Disponível em: < <http://bndigital.bn.br/projetos/200anos/beneditoOttoni.html> >. Acesso em: 29/10/2010.

<sup>2</sup> Para o caso de uma coleção que ocupou um “não-lugar” na Biblioteca Nacional, ver: BETTAMIO, Rafaella Lucia de Azevedo Ferreira. **Brazil’s Popular Groups: história e significados de uma coleção da Library of Congress**. Tese (doutorado). Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. 2018. Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/24213> >. Acesso em: 25/09/2018.



tema, muitos dos quais são reveladores das expectativas dos agentes envolvidos e da maneira como eles davam sentido ao ato de doar.

Durante outra pesquisa que me levou ao arquivo histórico institucional, já havia me deparado com casos que me chamaram a atenção. Um deles se resume a apenas uma pequena e simples carta. Trata-se do pedido de um pai para que a Biblioteca Nacional aceitasse a oferta da tese de seu filho, não pela qualidade da mesma, mas apenas para a perpetuação de sua memória uma vez que ele havia falecido precocemente. O pai escreve, em 1891, a carta cujo principal trecho transcrevo:

Tenho a honra de oferecer, para a Biblioteca Nacional, o incluso exemplar da Tese Inaugural, com que obtive o grau de Doutor, pela Faculdade de Medicina da Bahia, com distinção, meu falecido filho, Carlos Affonso Alves, rogando a obsequiosa deferência de aceitá-lo, não pelo seu valor intrínseco, mas para memória daquele quem, aos 24 anos de idade foi arrebatado pela inexorável morte aos afetos da família, à diletta pátria, e à humanidade.<sup>3</sup>

Algumas instituições públicas, como a Biblioteca Nacional, oferecem ao doador uma dupla expectativa. A primeira, como o trecho citado permite entrever, diz respeito à *perpetuação* de nomes, pessoas, famílias etc. marcados em objetos e coleções, que ficarão ‘visíveis’, expostos ao olhar, enquanto as instituições perdurarem: no caso específico da BN, sua existência se estende no horizonte da longa duração. E a outra expectativa diz respeito ao *prestígio* gerado pelo ato de doar, algo que aparece um tanto subvertido no pedido do pai: neste caso, a Biblioteca faria a “deferência” de aceitar a doação de um livro solitário, ou seja, a ‘generosidade’ recai sobre a instituição. A expectativa deste doador é satisfeita pelo simples fato de seu filho constar entre os autores catalogados pela BN, perenizando-se nas suas prateleiras. A norma, ou melhor, a percepção geral a este respeito costuma apontar para a generosidade do doador.

Outro documento que quero recuperar a fim de reforçar algumas bases para a reflexão proposta tem origem e natureza muito diferentes, embora date da mesma época, a última década do século XIX. Trata-se de um ofício escrito pelo chefe da Seção de Estampas (atualmente Divisão de Iconografia) ao então diretor da Biblioteca.

Ao passo que a Seção de Impressos tem recebido valiosíssimos presentes: as livrarias de José Bonifácio, do Sr. João Antônio Marques, tão importante pelo número de volumes, como pelo seu valor bibliográfico, e do finado Francisco Antônio Martins, recentemente comprada e oferecida patrioticamente à Biblioteca Nacional pelo Sr. Conde de Figueiredo; e que a de manuscritos adquiriu as coleções de Alves de Carvalho e do Dr. A.J. De Mello Moraes, e

---

<sup>3</sup> ALVES, Joaquim Jozé Afonso. [Ofício ao secretário da Biblioteca Nacional, João Carlos de Carvalho]. Pelotas, 20 jul. 1891. Fundação Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos. Localização: 65,5,006, n.60. Todas as citações nesta tese tiveram sua ortografia atualizada.

215 códices, comprados do espólio do dito Martins pelo mesmo Sr. Conde, e por este oferecidos à nossa Biblioteca, a Seção de Estampas quase que não tem feito novas aquisições, sobretudo de gravuras modernas, pela exiguidade da verba destinada a compras; assim pois no intuito de remediar esta falta, ouso suscitar-vos uma ideia: – Não haverá um cidadão patriota e benevolente, que queira associar o seu nome aos dos benfeitores da Biblioteca Nacional, oferecendo-lhe a quantia necessária (cerca de R\$ 20:000 000) para a compra de estampas, que completem as lacunas das coleções na parte em que é deficiente?

Creio que falando com interesse a quem disponha de capitais, não encontrareis dificuldades insuperáveis.<sup>4</sup>

Fica aqui exposta em toda a sua crueza a “consciência da lógica da troca”, tal como preconizada por Pierre Bourdieu em seu comentário<sup>5</sup> sobre o trabalho seminal de Marcel Mauss *Ensaio sobre a dádiva*, obra esta que permeou toda a reflexão a respeito do tema da doação que procuro aqui empreender.<sup>6</sup> Simplificando os argumentos centrais propostos por Bourdieu neste artigo, a “experiência do dom” se constitui a partir de uma ambiguidade. Em uma de suas faces, essa experiência seria pautada pela “rejeição do interesse, do cálculo egoísta, como exaltação da generosidade, do dom gratuito e sem retribuição”; já sua outra faceta seria a “consciência da lógica da troca”, que, embora nem sempre explícita, nunca estaria completamente excluída do mesmo processo.<sup>7</sup> Para Bourdieu, os agentes envolvidos nessa relação passam por uma socialização que molda suas expectativas e sua atribuição de valor a tais gestos.

[Aquele] quem dá sabe que seu ato generoso tem todas as chances de ser reconhecido como tal [...] e de obter o reconhecimento [...] de quem foi beneficiado, sobretudo porque todos os outros agentes que participam desse mundo e que são moldados por essa necessidade também esperam que assim seja.<sup>8</sup>

Segundo Bourdieu, é necessária certa dose de autoengano (*self deception*) neste ato. Um autoengano que é ao mesmo tempo individual e coletivo. A percepção de que existe algo como uma *troca* na dádiva, assim como um cálculo envolvendo seu valor, remete a um tipo de lógica de interação social que está no âmbito do que Bourdieu chama de conhecimento comum (*common knowledge*), e que tem de permanecer desta forma:

---

<sup>4</sup> BRUM, José Zeferino de Meneses. [Ofício ao diretor da Biblioteca Nacional, Francisco Leite de Bittencourt Sampaio]. Rio de Janeiro, 6 out. 1890. Fundação Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos. Localização: 66,3,004 n.41.

<sup>5</sup> BOURDIEU, Pierre. Marginalia. Algumas notas adicionais sobre o dom. *Mana*, Rio de Janeiro, 1996, vol.2, n.2, p.7-20, 1996. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/mana/v2n2/v2n2a01.pdf> >. Acesso em: 12/03/2010.

<sup>6</sup> MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, p.183-314, 2003.

<sup>7</sup> BOURDIEU, Pierre. Op. Cit., p.8-9.

<sup>8</sup> Ibid., p.9.

não pode se transformar em conhecimento público (*public knowledge*), ou seja, algo abertamente falado.<sup>9</sup>

O Dr. José Brum, chefe da Seção de Estampas, em sua justa intenção de ampliar e atualizar o acervo da seção sob sua responsabilidade, expõe uma face da experiência do dom que deveria permanecer silenciada. Ele *enuncia* o que teria de permanecer na esfera do não-dito, pois ao *falar* o que é de *conhecimento-comum-embora-oculto*, ele corre o risco de torná-lo *conhecimento público* e minar a eficácia simbólica do desinteresse, que costuma acompanhar o ato de presentear e doar, ao menos em um nível discursivo de âmbito público. Decerto, seu ofício estava dirigido ao seu superior – o então Diretor da BN – e o alcance de suas palavras estaria limitado a um círculo restrito.

Já a lógica que levou um pai a pedir como favor a aceitação da obra de seu falecido filho como um último ato de homenagem à sua memória, coloca a emoção no primeiro plano e tenta apagar qualquer potencial de generosidade em sua doação, afirmando que a dádiva recai sobre a BN ao aceitar a tese. O cálculo de seu ato parece estar sublimado, até mesmo inexistente, mas se manifesta na sua vontade de perenizar o nome do seu filho por meio do livro que foi fruto de seu trabalho: ter o artefato no acervo da BN seria uma forma de alçar o indivíduo à posteridade, fornecendo algum conforto emocional aos olhos desse pai.

A escolha em apresentar os documentos acima se deu porque ambos são representativos, cada um à sua maneira, da ambiguidade exposta por Bourdieu ao explorar a experiência do dom. São discursos que exemplificam a densidade das relações simbólicas que ocorrem numa instituição como a Biblioteca Nacional. Os dois casos permitem pensar nas possibilidades que a experiência do dom proporciona enquanto fenômeno social carregado de significado. Justamente por isso parecem um bom ponto de partida para se pensar a lógica que envolveu a formação de uma parte considerável do acervo da Biblioteca Nacional, aquela recebida como doação, e, mais especificamente, a doação da coleção Benedicto Ottoni.

Alguns pontos precisam ser expostos desde já. José Carlos Rodrigues, o indivíduo que formou a coleção, foi por vinte e cinco anos um dos donos e o redator-chefe do *Jornal do Commercio*. Republicano, ele fez carreira jornalística nos Estados Unidos e voltou ao Brasil para dirigir o referido jornal em 1890, justamente no início da Primeira República. Sua vida profissional não se resumiu a essa atividade: ele foi intermediário para a tomada

---

<sup>9</sup> Ibid.

de vários empréstimos a bancos estrangeiros, atuando em nome da administração pública – municípios, estados e até a União – e de entidades privadas. José Carlos Rodrigues também se dedicou a várias atividades associativas e filantrópicas.

Ao longo da primeira década do século XX, ele investiu dinheiro e tempo para erguer sua grande obra, a Policlínica das Crianças, uma unidade de saúde doada à Santa Casa de Misericórdia e voltada para os filhos da incipiente classe operária do Rio de Janeiro, inaugurada em 1909. A chamada “questão social” – uma espécie de tomada de consciência a respeito da pobreza e de seus corolários – teria motivado o surgimento de novas atitudes filantrópicas por parte da elite da época. A filantropia ligada à saúde, em particular, teve grande adesão.<sup>10</sup> Foi nesse contexto que, José Carlos Rodrigues decidiu vender seus livros e papéis raros sobre o Brasil, destinando o dinheiro de sua venda para o sustento e a expansão da Policlínica.

Sua coleção, então chamada de *Bibliotheca Brasiliense*, era afamada. Ela possuía um circunstanciado catálogo impresso que descrevia cada um dos itens, um verdadeiro guia para assuntos ligados a obras raras sobre o “Brasil colonial” e sobre as Américas, especialmente as peças datadas da época do Descobrimento.<sup>11</sup> As 2.646 entradas do catálogo dão uma boa ideia do valor de sua coleção. O restante dela – um número expressivo de cerca de dez mil obras – abarcaria cronologicamente o período do Brasil pós-Independência. Talvez nenhuma outra coleção pertencente à Biblioteca Nacional seja tão abrangente e rica em assuntos ligados ao Brasil.

Segundo alguns relatos a respeito da doação da coleção, quando Rodrigues anunciou seus planos de venda para seu círculo de relações, houve um clamor para que a coleção não fosse desmembrada ou perdida, temendo-se inclusive que ela parasse em

---

<sup>10</sup> SANGLARD, Gisele; FERREIRA, Luiz Otávio. Pobreza e filantropia: Fernandes Figueira e a assistência à infância no Rio de Janeiro (1900-1920). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 27, n.53, p.71-91, 2014. Disponível em: <

<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/14339/31319> >. Acesso em: 05/04/2018. SANGLARD, Gisele. Filantropia e política pública: Fernandes Figueira e a assistência à infância no Rio de Janeiro na Primeira República. In: SANGLARD, Gisele; FERREIRA, Luiz Otávio; e PIMENTA, Tânia Salgado (org.). **Filantropos da nação: sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015, p.133-148. Nestes artigos, os autores apontam as variáveis que teriam sido determinantes para o envolvimento das elites da capital no surgimento de um conjunto de iniciativas filantrópicas voltado para a saúde na infância: o surgimento de especialidades médicas para crianças, a “questão social”, o higienismo e todo o conjunto de reformas urbanas que vieram no seu bojo. Acrescentam ainda que a sociabilidade dos “salões” da elite carioca teria fortalecido o reconhecimento das ações filantrópicas entre os pares, estimulando o envolvimento nesse tipo de causa.

<sup>11</sup> RODRIGUES, J.C. **Bibliotheca Brasiliense**: catalogo anotado dos livros sobre o Brasil e de alguns autographos e manuscriptos pertencentes a J. C. Rodrigues. Parte I. Descobrimento da America: Brasil colonial. 1492-1822. Rio de Janeiro: Typografia do Jornal do Commercio, 1907.

alguma instituição estrangeira: mais de uma oferta teria sido feita nesse sentido.<sup>12</sup> Depois de frustradas tentativas de compra por parte do governo brasileiro, um abastado e conhecido empresário pertencente a uma tradicional família mineira adquiriu os livros, fez a doação para a Biblioteca e a renomeou. No *ex-libris* afixado às suas peças, lê-se: “Collecção Benedicto Ottoni // Organizada pelo Dr. José Carlos Rodrigues // Doação do Dr. Julio Benedicto Ottoni”.

A trajetória singular dessa coleção se destaca visto que sua doação a uma instituição pública está conectada a uma obra filantrópica, algo que resultou na multiplicação do prestígio gerado, entrelaçando diferentes campos. Trata-se de um episódio sobre como livros e papéis raros sobre a história brasileira foram mobilizados de forma incomum. A trajetória da coleção e as múltiplas relações estabelecidas em torno de sua constituição e doação são o tema da tese e a fonte de seus questionamentos.

Para que essa doação seja devidamente compreendida, é preciso expor o feixe variado de ações que a antecedem e que lhe são sincrônicas. Diversas trajetórias se entrecruzam nesse processo: pessoas, objetos e instituições, suas histórias e particularidades. Embora doar para a BN possa ser inscrito numa longa série de gestos semelhantes, há características neste caso que evidenciam singularidades, sugerindo novas percepções a respeito desse tipo de ação.

Algumas questões emergem desse feixe de ações e processos. Quem eram os indivíduos envolvidos nesse ato? Em que consistia exatamente a coleção doada? Que tipo de expectativa, ou ‘promessa’, guarda uma instituição como a Biblioteca Nacional, para a qual a doação foi destinada? Em que medida certos artefatos culturais, como a coleção Benedito Ottoni, podem ser vistos como portadores de marcas distintivas, gerando e operando dentro de hierarquias sociais?

A dificuldade de narrar o entrecruzamento de processos e ações gestados na realidade – e vividos em temporalidades distintas – para a linearidade inerente à escrita força que a sua exposição passe a ser regida por um conjunto de escolhas e hierarquizações temáticas. Tais escolhas foram feitas visando melhor embasar a hipótese central que irá atravessar toda a reflexão.

Em linhas gerais, esta tese se insere no tema da formação de acervos culturais e busca investigar dois aspectos centrais: como estratégias individuais e institucionais se articulam na conformação desses acervos; e como acervos operam na economia de glória.

---

<sup>12</sup> DONATIVO régio. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 8 jul. 1911, p.3. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/364568\\_10/6219](http://memoria.bn.br/DocReader/364568_10/6219)>. Acesso em: 05/06/2015.

A pesquisa foca numa instituição paradigmática de memória, a Biblioteca Nacional, e se centra no caso específico da doação da coleção Benedicto Ottoni. Busca-se responder quais condições motivaram e exerceram influência para que um colecionador abrisse mão de seus valiosos bens privados para uma instituição pública. A resposta para esse problema se funda na ideia de que a doação da coleção Benedicto Ottoni teve como motivação *latente* a obtenção de capital simbólico – prestígio e honra social – para os envolvidos, dadas as características da coleção e da Biblioteca Nacional, assim como a forma como ela foi doada, entrelaçando seu destino a uma obra filantrópica.

Analisando-se a doação da coleção Benedicto Ottoni como uma dádiva, vista aqui como uma ação que estabelece vínculos ao invés de um processo em que alguém simplesmente abre mão de suas posses para um terceiro, o que espero demonstrar é que, o *interesse* e uma genuína *generosidade* dos envolvidos se mesclaram de maneira ambígua. Certa expectativa de retribuição de fato existia, algo inerente ao jogo da dádiva. Esta retribuição recaiu sobre diversas esferas do plano simbólico, em especial, o prestígio, a glória, a perpetuação de nomes e o estabelecimento de legados. Isto se deu pela designação da coleção com o nome da família Benedicto Ottoni, tendo como objetivo reforçar sua importância histórica e perpetuar sua memória. E no caso de José Carlos Rodrigues, estava em jogo a construção da imagem de indivíduo exemplar, capaz de alçá-lo a uma espécie de panteão de indivíduos ilustres do Brasil: a forma como Rodrigues se dedicou à consolidação de sua própria narrativa biográfica fornece fortes indícios para esta proposição.

O já mencionado o *Ensaio sobre a dádiva* de Marcel Mauss foi a mais influente tentativa de se compreender a lógica por trás de sistemas de troca, de presentes, alianças e até mesmo de comércio sem recorrer às interpretações utilitaristas que predominavam até então. Mauss se debruçou sobre o que ele considerava ser um traço praticamente universal das sociedades “arcaicas” – o subtítulo de seu ensaio é “forma e razão de troca nas sociedades arcaicas” – e que constituem o que ele chama de um *fato social total*. A dádiva enseja todo um conjunto de laços: solidariedade, reciprocidade, relações jurídicas, parentesco, moralidade, sociabilidade. O ato de dar, de presentear e suas outras variantes, segundo Mauss, cria uma expectativa de retribuição, unindo indivíduos e grupos, criando relações de aliança política, hospitalidade e auxílio. Sua famosa fórmula – “dar, receber, retribuir” – apresenta um importante contraponto aos cálculos utilitaristas, algo que irá influenciar gerações de pensadores.

As contribuições recentes mais significativas a respeito desse fenômeno se centraram numa publicação chamada *La Revue du MAUSS* (Mouvement Anti-Utilitariste en Sciences Sociales). Fundada na França em 1981, o grupo de intelectuais reunido em torno dessa revista promoveu uma atualização sobre as possibilidades de se pensar a dádiva como aporte interpretativo para diferentes questões sócio-históricas.<sup>13</sup> Embora haja certa diversidade dentro desse grupo de intelectuais sobre os usos da dádiva como arcabouço teórico-conceitual, alguns pontos em comum podem ser extraídos sem grandes riscos. A dádiva gera vínculo, ela estabelece uma relação entre as partes envolvidas, algo já bastante evidente nas reflexões originais de Mauss. O que motiva o estabelecimento desse vínculo em torno da dádiva não é redutível a um único aspecto. Antes, ela é uma combinação de quatro campos de força: cálculo e interesse; generosidade, prazer e desinteresse; liberdade e espontaneidade; e, por fim, obrigação, conformação, protocolos e ritos. Para esses autores mausseanos, a aparente contradição entre eles se deve ao caráter específico das relações estabelecidas pela dádiva. Interpretá-la não deveria se reduzir aos paradigmas individualistas, que enfatizam cálculos, ganhos e interesse, tampouco às abordagens “holistas” do fenômeno social, que tendem a superdimensionar as estruturas externas que coagem os indivíduos e estabelecem regras. Esses autores defendem que, para cada caso pesquisado, é necessário investigar o modo como tais campos de força atuam, como eles se combinam e se manifestam.

Esse conjunto de aportes reflexivos se mostrou adequado para pensar a doação em pauta por mais de um ângulo. Ele permitiu problematizar o caso para além da dimensão manifesta das ações – como o discurso público em torno da generosidade e do patriotismo do ato – sem que predominasse sua outra faceta, que seria interpretar a doação como mero cálculo egoísta em busca de ganhos simbólicos. Inclusive, este aspecto relativo ao capital simbólico está no cerne da problemática e se mostrou bastante evidente no caso específico da coleção Benedicto Ottoni: os ‘ganhos’ obtidos com a doação se centraram na glória, na fama, no renome, em ser lembrado etc.

Outro aspecto teórico-conceitual que compõe a tese à relação entre objetos, coleções e identidade. Mary Douglas e Baron Isherwood foram pioneiros em correlacionar as categorias objeto e identidade na obra *O mundo dos bens: por uma*

---

<sup>13</sup> Essas reflexões podem ser conferidas em português em: MARTINS, Paulo Henrique (org.). **A dádiva entre os modernos**: discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Petrópolis: Vozes, 2002; e CAILLÉ, Allain; GODBOUT, Jacques. **O espírito da dádiva**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

*antropologia do consumo*.<sup>14</sup> A intenção por trás do livro que resultou da parceria entre uma antropóloga e um economista foi retomar algumas reflexões do próprio Mauss, como Douglas afirmou algumas décadas depois da publicação.<sup>15</sup> Os autores buscaram estabelecer parâmetros para pensar a antropologia do consumo sem ficarem reféns das críticas sobre a suposta superficialidade e alienação desta dimensão da vida social. Trata-se de uma tentativa de compreender o fenômeno em seus aspectos culturais e simbólicos, buscando o sentido que indivíduos e coletividades dão ao ato de consumir.

Dentro da perspectiva dos autores, bens de consumo são portadores de categorias e valores sociais e culturais. Consumir – e, no caso específico, colecionar – é comunicar algo, dando visibilidade a determinados significados e proporcionando julgamentos e valoração. Bens carregam sentido. Consumir seria uma atividade profundamente significativa, geradora dos mais variados enunciados sociais, proporcionando redes de relações e categorias de visibilidade. A posse de uma coleção de papéis raros sobre a história do Brasil comunicava algo sobre seu proprietário, José Carlos Rodrigues. Ele ainda publicou um catálogo sobre essa mesma coleção, algo que contribuiu para que uma parte de sua imagem pública fosse constituída a partir dela. Isto se deu pela sua projeção como intelectual e bibliófilo devotado a juntar artefatos que contribuíssem para o desenvolvimento das narrativas históricas sobre o país.

Dois aspectos foram até agora salientados: reflexões acerca do ato de doar e da natureza da dádiva; e a maneira como consumir comunica identidades e significados. Outro aporte diz respeito à temática das coleções de artefatos culturais.

O ato de colecionar, visto por uma ótica histórica e antropológica, permite articular uma gama variada de práticas e ideias. Um olhar que leva em consideração as múltiplas dimensões do colecionismo abre janelas para se pensar lugares e instituições que guardam e preservam conjuntos de objetos, evidenciando como certas categorias, formas de classificação, escolhas de exibição etc. são usadas dentro de quadros sociais, culturais e políticos mais amplos. Trata-se de uma área de entrecruzamento de projetos, sejam eles individuais, comunitários, institucionais ou nacionais. Coleções guardam histórias. No artigo “Epistemologias históricas do colecionismo”, a raiz semântica da palavra indica ainda mais: colecionar seria “uma relação entre pôr em ordem – raciocinar

---

<sup>14</sup> DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. **O mundo dos bens**: por uma antropologia do consumo. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 2004. A primeira edição é de 1976.

<sup>15</sup> DOUGLAS, Mary. O mundo dos bens, vinte anos depois. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 13, n.28, p.17-32, jul./dez. 2007. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ha/v13n28/a02v13n28.pdf> >. Acesso em: 29/10/2015.



– (*logein*) e discursar (*legein*), onde o sentido de falar é derivado do de coletar”. Talvez mais do que guardar, coleções *contam* histórias.<sup>16</sup>

Nas últimas décadas, uma crescente quantidade de pesquisas tem recaído sobre coleções com o objetivo de desvendar processos e significados muitas vezes ocultos por baixo de camadas de rotinização e procedimentos burocráticos, principalmente no caso das instituições a que elas tantas vezes se destinam. Há muitos debates acadêmicos em torno dos processos de formação, preservação e exibição desses conjuntos de artefatos culturais. Uma vasta e variada quantidade de estudos tem se debruçado sobre a correlação entre a coleção e a identidade do colecionador, como se objetos fossem uma extensão de determinados aspectos da personalidade do próprio.<sup>17</sup> Paralelamente a essa abordagem, uma série de pesquisas tem promovido a crítica de coleções etnográficas, entendidas como instrumentos de dominação política e cultural em contextos coloniais, principalmente de museus europeus. Várias dimensões dessas coleções vêm passando pelo crivo do olhar contemporâneo, pondo-se em evidência o viés colonialista presente em seus processos classificatórios, formativos e expositivos.<sup>18</sup>

O trabalho mais importante para a consolidação dos debates nessa área do colecionismo é de autoria do filósofo polonês Krzysztof Pomian.<sup>19</sup> Parte do volume “História/Memória” da *Enciclopédia Einaudi*, o verbete *Coleção* de Pomian busca responder, dentro do universo altamente heteróclito do mundo das coleções, à pergunta: o que têm as coleções em comum umas com as outras? Seu texto está dividido em quatro grandes seções que tentam abarcar o caráter múltiplo das coleções a partir de seus mais relevantes aspectos e significados. O recorte abrange um leque temporal extenso e uma

---

<sup>16</sup> MARSHALL, Francisco. Epistemologias históricas do colecionismo. **Episteme**, Porto Alegre, n.20, p.13-23, 2005. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/periodicos/periodicos-1/episteme> >. Acesso em: 17/07/2017.

<sup>17</sup> Para mencionar apenas poucos exemplos dessa vasta agenda: CLIFFORD, James. Objects and selves: an afterword. In: STOCKING, G. (org.). **Objects and Others: essays on museums and material culture**. Madison: The University of Wisconsin Press, 1985, p.236-246. BAUDRILLARD, Jean. The System of Collecting. In: ELSNER, J. & CARDINAL, R. (org.). **The Cultures of Collecting**. Londres: Reaktion Books, 1994.

<sup>18</sup> Novamente, apenas uma pequena amostra dessa literatura: FABIAN, Johannes. Colecionando pensamentos: sobre os atos de colecionar. **Mana**, Rio de Janeiro, 2010, vol.16, n.1, p.59-73. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/mana/v16n1/a03v16n1.pdf> >. Acesso em: 29/07/2015. BENNETT, Tony; Dibley, Ben; HARRISON, Rodney. Introduction: Anthropology, Collecting and Colonial Governmentalities. **History and Anthropology**, Abingdon, 2014, vol.25, n.2, p.137-149. GOSDEN, Chris; KNOWLES, Chantal. **Collecting Colonialism**. Material Culture and Colonial Change. Oxford: Berg Publishers, 2001.

<sup>19</sup> POMIAN, Krzysztof. *Coleção*. **Enciclopédia Einaudi**, vol.1 História-Memória. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, p.51-86.

delimitação geográfica ampla numa tentativa de fornecer chaves interpretativas fundamentais para se refletir a respeito desse fenômeno.

Uma das chaves apresentada em seu texto se refere à questão da ausência de utilidade dos objetos que compõem coleções: as armas num museu não servem para matar, os antigos vagões de trem já não se locomovem, os utensílios religiosos ou práticos em coleções etnográficas não mais exercem suas funções originais: “E é assim com cada coisa, que acaba neste mundo estranho, onde a utilidade parece banida para sempre”.<sup>20</sup> Logo, se as peças que compõem uma coleção estão destituídas de sua utilidade, elas ganham um novo atributo, que é o de se oferecerem ao *olhar*, outra importante característica. Constroem-se estabelecimentos, erguem-se paredes, montam-se vitrines e os mais variados cuidados são tomados para permitir que as coleções possam usufruir de sua vocação: “Tudo se passa como se não houvesse outra finalidade do que acumular os objetos para os expor ao olhar”.<sup>21</sup> Sua reflexão caminha rumo ao estabelecimento da categoria de *objetos semióforos*, sua mais importante contribuição ao debate. Objetos semióforos seriam aqueles carregados de significado denso, com potencial de alterar percepções e mover aqueles que lançam um olhar sobre eles. Os semióforos possuem uma qualidade única, que possibilita a comunicação entre dois mundos: por um lado sua visibilidade enquanto objeto e, por outro, aquilo que este objeto desperta, seu significado e tudo o que ele potencialmente representa. Logo, possuir coleções que contenham artefatos desse tipo “permitem a quem tenha uma alta posição na hierarquia da riqueza ocupar uma posição correspondente na do gosto ou do saber”, fazendo dessa posse “símbolos de pertença social, senão de superioridade”.<sup>22</sup>

Coleções conferem prestígio. Poderíamos acrescentar outros termos, que não estão no texto, mas que fazem parte da mesma gramática sociológica: honra, distinção, capital simbólico.

[...] observa-se que o fato de as possuir confere prestígio, enquanto testemunham o gosto de quem as adquiriu, ou as suas profundas curiosidades intelectuais, ou ainda a sua riqueza ou generosidade, ou todas estas qualidades conjuntamente. Não é caso para espanto, então, que se encontrem pessoas que queiram apropriar-se de tais objetos e que para atingirem este fim sacrifiquem uma parte das suas fortunas; ou outras que, não podendo apropriar-se de tais objetos, queiram ter pelo menos o direito de olhá-los. Donde o aparecimento de uma procura, que atribui um valor aos objetos que virtualmente são peças de coleção, e cria um mercado. Donde também a pressão exercida sobre o

---

<sup>20</sup> Ibid. p.52.

<sup>21</sup> Ibid. p.52.

<sup>22</sup> Ibid. p.80.

Estado para que torne possível o acesso a estes bens àqueles que não podem comprá-los [...].<sup>23</sup>

No livro *A distinção: crítica social do julgamento*, Pierre Bourdieu buscou desenvolver uma teoria acerca da estratificação social sem ficar restrito aos fatores econômicos que predominam em certas tradições sociológicas, optando por uma abordagem em que a cultura também aparece como fonte de diferenciação de classes e de seus subgrupos.<sup>24</sup> Seu ponto central repousa na ideia de que práticas e preferências culturais emanam da forma como indivíduos são socializados em duas importantes instituições: a família e a escola. A transmissão do capital cultural que irá moldar o gosto dependerá do que é herdado a partir da convivência familiar e da experiência que os agentes viverão por meio do aprendizado escolar. Este capital cultural, por sua vez, é convertido por meio de práticas, consumo e ações em capital simbólico, algo capaz de gerar distinção entre classes e dentro das mesmas.

As condições e disposições que operam sobre os agentes na formação de suas preferências seriam, de acordo com Bourdieu, inculcadas a partir das estruturas de socialização que ele chama de *habitus*. Tal processo terá como efeito o fortalecimento de noções acerca do que é culturalmente desejável, estabelecendo-se hierarquias sociais ainda que no interior de uma mesma classe. Bourdieu não cai numa tentação determinista a respeito da objetividade estruturante que agentes de um mesmo grupo social poderiam ter. Cada agente possui uma autonomia relativa no que diz respeito à atribuição de significados à sua prática cultural uma vez que as estruturas de socialização não se sobrepõem às subjetividades. O capital simbólico manejado por diferentes agentes acaba sendo resultado de uma relação entre condicionantes sociais e subjetividade individual.

O ato de colecionar livros e papéis raros sobre a história do Brasil figurou como uma prática capaz de conferir distinção a José Carlos Rodrigues. Isto se deu por uma conjunção de fatores: o capital econômico disponível para tal empreendimento; a capacidade de operar deslocamento a fim de comprar os artefatos, a maioria em leilões pela Europa; o conhecimento necessário para saber quais os livros importantes para compor uma coleção; o tempo gasto com a reunião e o arranjo físico dos itens; o tempo gasto para a catalogação dos mesmos e a consolidação deste material em uma coleção coerente, desejável e única. Tais aspectos ainda foram complementados pelo fato de uma

---

<sup>23</sup> Ibid. p.54.

<sup>24</sup> BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

parte da *Bibliotheca Brasiliense* ter sido objeto de um catálogo, que estava mais para um detalhado repertório bibliográfico; e pela sua posterior doação à BN, que lhe deu uma nova nomenclatura e um novo estatuto público. Por meio da observação dos juízos que circularam a esse respeito, ficou evidente o quanto essa combinação de elementos trouxe distinção ao colecionador e prestígio com sua doação. As ações que giraram em torno da coleção foram apenas uma das iniciativas de que José Carlos Rodrigues lançou mão a fim de estabelecer sua imagem pública e sua identidade, além de moldar sua trajetória, buscando se enquadrar dentro de certa exemplaridade.

Para reconstituir esse processo, as fontes compulsadas foram de natureza diversa. Registros em periódicos se mostraram um fértil repositório de informação e, mais importante, de representações. Um dos aspectos que possibilitou a interpretação das doações recebidas pela Biblioteca foi a maneira como os juízos a esse respeito circularam na esfera pública. Por esfera pública entende-se uma arena abstrata na qual diferentes atores interagem por meio de embates, críticas, busca de consensos, síntese de ideias etc., formando um compósito de representações e opiniões externado por meio de enunciados que se dividem em diferentes tipos. Eles ora se referem a assuntos cotidianos, da ordem do dia, ora a temas culturais mais arraigados e de lenta transformação, ora àqueles que são uma mescla de ambos, como os políticos. A posição ocupada pelo enunciador também é um aspecto que norteia esse ambiente, seja ele dotado de ‘autoridade’ dado seu papel social, geralmente atrelado a alguma instituição; seja simplesmente um enunciador privado que busca influenciar nos debates por meio da circulação de seus juízos.<sup>25</sup> Nesse sentido, a repercussão das doações nas páginas periódicas parece cumprir mais de um propósito: noticiar a doação em si; fazer circular juízos que quase sempre remetem à generosidade da dádiva, louvando os indivíduos envolvidos; emitir juízos sobre o papel desempenhado por determinadas instituições. E, numa espécie de processo de retroalimentação, essa circulação de enunciados na esfera pública cumpre um papel sutil de engajar novos doadores em potencial, ao mesmo tempo em que fornece visibilidade a essas instituições, que se apresentam como uma fonte de exposição pública para aqueles que se ligam a elas, como os doadores.

Algumas coleções guardadas na Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional se mostraram decisivas para a compreensão do problema posto na tese. Tão relevante quanto o conteúdo presente nelas foi a forma como adentraram na BN. Além de

---

<sup>25</sup> Cf. LECLERC, Gérard. **A sociedade de comunicação**: uma abordagem sociológica e crítica. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

manuscritos importantes, como a correspondência de José Carlos Rodrigues, há também folhetos e opúsculos impressos de sua autoria e sobre sua vida.<sup>26</sup> Dado o caráter efêmero desse material, ele não existe em qualquer outra instituição. A possibilidade de recuperá-lo em coleções formadas por seu acervo pessoal presente na Biblioteca reforça a ideia de que ele teria acalentado um projeto de construção de legado pessoal por meio de várias iniciativas, como o cuidado com esses papéis que haviam lhe pertencido.

Muito material produzido pela própria Biblioteca Nacional ajudou a compor mais de um quadro em torno do qual a pesquisa se desenvolveu. Embora a doação seja o ponto central da tese, outras dinâmicas que compõem o panorama mais amplo foram pesquisadas: a formação da coleção, sua trajetória depois de doada para a BN, a série histórica de doações recebidas – uma amostragem desta série, ao menos – e a forma como a Biblioteca era imaginada e como seus dirigentes se valiam desse imaginário para tentar reforçar sua relevância. Dessa forma, a existência de relatórios oficiais, de catálogos de exposições e de outras publicações da instituição possibilitou recuperar estas dinâmicas que tornam a doação mais compreensível.

Embora analisar doações não se configure como um campo de estudos em si, algumas pesquisas têm abordado este fenômeno como parte constitutiva de suas problemáticas. Regina Abreu, em *A Fabricação do Imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*, recupera o processo de doação da coleção Miguel Calmon du Pin e Almeida ao Museu Histórico Nacional pelas mãos da viúva de Calmon.<sup>27</sup> A doação de um conjunto de objetos pessoais do falecido estadista é problematizada sob vários aspectos: o das trajetórias individuais, das características da instituição destinatária e de seus dirigentes, do lugar dos objetos doados dentro da hierarquia institucional, do significado e motivação para a doação etc. Trata-se de uma pesquisa que levantou questões convergentes àquelas que busquei delinear na presente tese. Outro trabalho que se funda numa doação é *Palácios de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro (1870-1920)* de Tania Bessone.<sup>28</sup> Nele, a autora buscou recuperar o significado e o valor de livros e bibliotecas por meio da maneira como a elite letrada da época se reunia em torno dessa prática cultural e de suas esferas de sociabilidade. Bessone explora a relevância desses artefatos por caminhos variados e originais, como seus

---

<sup>26</sup> Essas coleções serão tratadas com mais detalhes adiante.

<sup>27</sup> ABREU, Regina. **A Fabricação do Imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996

<sup>28</sup> BESSONE, Tânia Maria. **Palácios de destinos cruzados: bibliotecas homens e livros no Rio de Janeiro, 1870-1920**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

registros em espólios testamentários, recuperando uma surpreendente quantidade de bibliotecas ‘perdidas’. Seu principal enfoque, no entanto, recai sobre a doação para a Biblioteca Nacional, em 1920, da coleção de um personagem emblemático desse universo literário, Francisco Ramos Paz. Assim como no episódio da coleção Benedito Ottoni, a doação foi feita por um terceiro, mas nesse caso, ela ocorre depois que Paz falece e só se realiza devido à forte mobilização de amigos para evitar que a coleção fosse leiloada e se dispersasse, como ele temia. Há vários elementos nessa obra elucidativos da relação entre homens, coleções e instituições. Os dois trabalhos mencionados se inscrevem dentro de marcos temporais adjacentes ao que estou analisando, delimitados pelas últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, e forneceram balizas interpretativas importantes para esta tese.

Os estudos sobre a história dos livros, da leitura e das bibliotecas formaram uma parte constitutiva das reflexões desenvolvidas. No prefácio do livro *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*, Cristian Jacob situa esta área dentro de uma nova historiografia da cultura, ressaltando sua crescente influência:

Na encruzilhada da história do livro, e das bibliotecas, desenvolveu-se, de alguns anos para cá, uma nova abordagem das práticas culturais, atenta tanto à sociologia dos meios intelectuais, às técnicas da escrita, ao conjunto dos gestos, lugares e modelos do trabalho do pensamento, como às dinâmicas da tradição e à memória do saber. O poder das bibliotecas se situa no cruzamento desses diferentes caminhos.<sup>29</sup>

Uma das questões mais frequentes abordadas nesse entrecruzamento entre história do livro, da leitura e das bibliotecas recai sobre a compreensão do leitor. Compreender quem é esse personagem aparece como um dos problemas mais difíceis nessas pesquisas dadas as fontes geralmente precárias. Mas ele também é objeto de investigação dos mais atraentes por fornecer ricos e significativos vislumbres sobre a interpretação de textos, ideias e quadros culturais. Nesse sentido, conhecer quais livros se encontravam nas mãos dos leitores permitiria acessá-los e colher indícios de suas identidades e formas de estar no mundo. Robert Darnton defende que “a maioria de nós concordaria que o catálogo de uma biblioteca particular pode servir como perfil de um leitor, mesmo que não leiamos todos os livros que possuímos e leiamos muitos livros que nunca compraremos”.<sup>30</sup> O filósofo Abraham Moles num ensaio chamado “Biblioteca pessoal, biblioteca universal”

---

<sup>29</sup> JACOB, Cristian. Prefácio. In: BARATIN, Marc; JACOB, Cristian (org.). **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2000, p.9.

<sup>30</sup> DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p.152.

afirma que “minha biblioteca é minha própria visão do mundo do saber, minha biblioteca é uma extensão de mim mesmo, mais precisamente, uma extensão de meu cérebro, refletindo em sua estrutura a especificidade da minha personalidade cultural”.<sup>31</sup> A pesquisadora portuguesa Fernanda Maria Guedes de Campos complementa essa ideia da seguinte maneira:

[A] História do Livro, da Leitura e das Bibliotecas necessita também procurar o colecionador desconhecido e tentar, a partir dos seus livros, desvendar uma personalidade e reconhecer o que é igual (por ser moda) e o que é diferente (por ser interesse específico) na sua livraria. No primeiro caso, obtemos a percepção de um gosto de época e/ou grupo social. No segundo, é o perfil de um leitor/coleccionador individual que sobressai.<sup>32</sup>

No Brasil, existem algumas pesquisas já clássicas que percorrem esse tipo de caminho metodológico, como é o caso de *O diabo na biblioteca do cônego* de Eduardo Frieiro.<sup>33</sup> Frieiro recorre ao inventário dos livros pertencentes a Luiz Vieira da Silva listados por ocasião de sua apreensão durante a devassa da Inconfidência Mineira. Pouco se sabia a seu respeito: “Muitos homens não deixaram outra oração fúnebre senão o catálogo de sua biblioteca”.<sup>34</sup> O autor tenta desvendar quem era esse indivíduo e suas inclinações políticas valendo-se principalmente dos livros em sua posse e dos Autos da Devassa. Procedimento semelhante, ainda que num contexto completamente diverso, aparece em Antônio Cândido. Por ocasião da doação da biblioteca de seu pai, numa conferência intitulada “A evolução da cultura de um homem se evidencia nos livros que leu”, o crítico literário se propôs a retrair a vida do colecionador a partir da composição da coleção. Cândido afirma que “para fazer semelhante investigação é preciso conhecer mais ou menos a biografia do sujeito”.<sup>35</sup>

Estes autores partem do princípio de que a biblioteca pessoal é capaz de refletir seu possuidor. O caso da coleção Benedicto Ottoni e de seu colecionador, José Carlos Rodrigues, será interpretado a partir de uma modulação dessa proposta. Tanto quanto

---

<sup>31</sup> MOLES, Abraham A. Biblioteca pessoal, biblioteca universal. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, vol.6, n.1, p.39-52, 1978. Disponível em: <

<https://brapci.inf.br/index.php/res/download/88724> >. Acesso em: 12/08/2020.

<sup>32</sup> CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de. Os livros de Alexandre Metelo de Sousa Meneses (1687-1766) e suas itinerâncias. In: MELLO E SILVA, Maria Celina Soares de (org.). **Da minha casa para todos: a institucionalização de acervos bibliográficos**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2018, p.50. Disponível em: <

[https://daminhacasaparatodos.iciet.fiocruz.br/sites/daminhacasaparatodos.iciet.fiocruz.br/files/LIVRO\\_Da%20minha%20casa%20para%20todos.pdf](https://daminhacasaparatodos.iciet.fiocruz.br/sites/daminhacasaparatodos.iciet.fiocruz.br/files/LIVRO_Da%20minha%20casa%20para%20todos.pdf) >. Acesso em: 16/06/2020.

<sup>33</sup> FRIERO, Eduardo. **O diabo na livraria do cônego**: como era Gonzaga? e outros temas mineiros. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

<sup>34</sup> Ibid., p.53. Essa frase é citada por Frieiro de um escritor francês, Jules Janin.

<sup>35</sup> CÂNDIDO, Antônio. A evolução da cultura de um homem se evidencia nos livros que leu. Apud. BESSONE, Tânia Maria. Op. Cit., p.17.

refletir a identidade, o gosto e o interesse intelectual de seu proprietário, a biblioteca de Rodrigues fez parte de um *projeto* de constituição de sua imagem pública. Como dito, sua coleção foi um dos vários pilares em torno dos quais isto se deu. A noção de *projeto* foi elaborada em reflexão proposta por Gilberto Velho. Nela, o autor afirma que há uma tendência de os indivíduos nas sociedades complexas constituírem suas “identidades a partir de um jogo intenso e dinâmico de papéis sociais” que se associam a “experiências e níveis de realidade diversificados, quando não conflituosos e contraditórios”.<sup>36</sup> O *projeto* seria a “dimensão mais racional e consciente” dentro da qual um agente teria como atuar. Essa atuação ocorre a partir de um *campo de possibilidades* existente, que seria a dimensão sociocultural “constitutiva de modelos, paradigmas e mapas”.<sup>37</sup> Em José Carlos Rodrigues isso se deu em consonância com a vontade de estabelecer uma *memória*, algo que “permite uma visão retrospectiva mais ou menos organizada de uma trajetória e biografia”.<sup>38</sup> Essa possibilidade de estabelecer uma trajetória tinha como objetivo dotá-la de exemplaridade e coerência, algo particularmente relevante dadas certas passagens desabonadoras de sua vida.

Ao contrário de alguns leitores anônimos em torno dos quais a historiografia do livro e da leitura costuma se centrar, a informação sobre José Carlos Rodrigues é abundante. O primeiro capítulo da tese se centra no arco narrativo que possibilitou o estabelecimento de sua trajetória. O capítulo se divide em três momentos desse arco. A primeira seção recai sobre sua fixação biográfica em vida, algo possibilitado pelo enlace com instituições que promoviam ambientes favoráveis para uma escrita dessa natureza. As relações cultivadas com uma ampla gama de membros das elites políticas e intelectuais da Primeira República conduziram sua entrada em instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Como redator-chefe do *Jornal do Commercio*, Rodrigues exerceu considerável influência na divulgação e promoção das atividades dessas instituições. Sua função de “intelectual mediador” à frente do periódico favoreceu sua posição proeminente em tais ambientes.<sup>39</sup> Algumas iniciativas ligadas a essa mesma posição também favoreceram o estabelecimento público de sua trajetória. Momentos

---

<sup>36</sup> VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994, p.8.

<sup>37</sup> Ibid.

<sup>38</sup> Ibid., p.99.

<sup>39</sup> A noção de intelectual mediador está sendo baseada na proposta de: GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo. In: \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_ (org.). Intelectuais Mediadores: práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p.7-40, 2016.



marcantes de sua passagem pelo periódico, como a inauguração de seu novo edifício em 1908 e sua aposentadoria do jornalismo em 1915, possibilitaram esse tipo de olhar retrospectivo, verdadeiros “acontecimentos biográficos”.<sup>40</sup> A segunda parte do capítulo gira em torno das narrativas memorialísticas depois de seu falecimento em 1923. Esse processo se materializou por meio de escritos que tenderam a enaltecer sua trajetória e seus feitos. Certas datas ensejaram esses conteúdos, como seu centenário de nascimento, comemorado por algumas instituições com as quais ele estabeleceu enlaces enquanto vivo. Por fim, a terceira seção foca em José Carlos Rodrigues enquanto objeto historiográfico, quando procedimentos metodológicos e objetividade analítica ocupam o primeiro plano da escrita a seu respeito. Essas obras contaram com a existência de fontes disponíveis, um processo em que Rodrigues teve certa participação. Ainda que procedimentos científicos e objetividade analítica façam parte da condução das pesquisas, a interpretação de fatos e acontecimentos ainda possibilitou certa variação nos juízos acerca de Rodrigues. A ênfase dada neste capítulo à recuperação biográfica do indivíduo se justifica por tornar compreensível o significado que sua coleção possuía dentro de um quadro complexo, muitas vezes ambíguo, de suas atividades.

O segundo capítulo recaiu sobre a coleção em si. Sua divisão obedeceu a uma lógica bem direta: formação, doação e fortuna. O capítulo oscila entre as duas ‘manifestações’ do conjunto. A primeira, enquanto *Bibliotheca Brasiliense*, teve sua revelação atrelada ao já mencionado catálogo, um repertório bibliográfico descritivo das peças nela existentes publicado em 1907. Essa publicação foi amplamente celebrada como a manifestação da intelectualidade de José Carlos Rodrigues. A repercussão pública do catálogo possibilitou colher indícios sobre seu processo de formação. A segunda ‘manifestação’ do conjunto se deu por sua doação à Biblioteca em 1911, momento em que ela tem sua designação alterada – coleção Benedicto Ottoni – e ganha um novo estatuto. Ao se tornar um bem público, acessível para pesquisadores da história do Brasil, recaiu sobre os indivíduos envolvidos a aura do patriotismo, que incidiu sobre Rodrigues em especial, uma vez que se tratou de sua iniciativa. Ademais, a doação foi atrelada à sua obra filantrópica, produzindo uma sinergia em que o jornalista foi amplamente celebrado. Na terceira parte do capítulo, a fortuna do conjunto caminha paralelamente às duas

---

<sup>40</sup> Essa categoria “acontecimento biográfico” me foi apresentada por Ana Paula Caldeira Sampaio a partir de uma proposta de Angela de Castro Gomes. Cf. CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. **O bibliotecário perfeito**: o historiador Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional. Porto Alegre: EDIPUCRS; Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2017, p.18-19.

manifestações anteriores. Pelo fato de ter sido publicado um catálogo que servia como obra de referência para bibliófilos, colecionadores, historiadores e mercadores de papéis raros, a *Bibliotheca Brasiliense* foi lembrada muitas vezes de forma independente da existência física da coleção Benedicto Ottoni. Esta, por sua vez, reunida na BN, tampouco teve uma trajetória estática. Sucessivas mudanças na instituição levaram ao rearranjo físico do material, culminando em sua dispersão física interna. Suas peças valiosas foram utilizadas em exposições e publicações, algo que também oscilou entre o reconhecimento de sua procedência e a ocultação da mesma.

O último capítulo enfatiza a trajetória da Biblioteca Nacional e o papel da doação no processo de formação do acervo. A primeira seção visa recuperar uma amostra dessa longa história de doações, algo que faz parte da narrativa de origem da instituição: a doação da coleção pertencente a Diogo Barbosa Machado foi realizada com o intuito de recompor a antiga Real Biblioteca que havia sido destruída. Este foi um acontecimento lembrado e valorizado por sucessivas gerações de diretores e funcionários da Biblioteca. A trajetória singular da BN brasileira foi amplamente explorada para lhe fornecer relevância enquanto instituição de Estado. Ela foi trazida de Lisboa para o Rio de Janeiro na década de 1810, acompanhando a Corte portuguesa. Poucas décadas depois, a Biblioteca compôs a indenização paga pelo Brasil independente para que a Coroa portuguesa reconhecesse essa condição. De todos os itens arrolados nessa indenização, a Biblioteca foi o mais caro.

Outros eventos marcantes na trajetória da BN serviram para que ela ganhasse projeção e, em consequência, recebesse mais doações: mudanças em sua estrutura e organização, reformulação de sua missão, exposições relevantes, novo edifício etc. A primeira seção dá ênfase às justificativas mais correntes para se doar para a BN, algo que remete à sua representação como uma instituição da nação, como um lugar de existência perene, de profunda ligação com o passado e passível de promover a instrução dos brasileiros pelo conhecimento nela guardada. E a segunda seção mostra como os diretores tentaram se valer da imagem da instituição para angariar um maior engajamento da sociedade civil e do Estado, enfatizando a singularidade de sua missão, de sua trajetória e das possibilidades de ganhos simbólicos para aqueles que estabelecessem vínculos com ela. As balizas temporais do projeto se situam entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do XX. Essa percepção sobre a BN enquanto um lugar gerador de prestígio, dentro da qual seria possível estabelecer legados e promover nomes guarda certa historicidade. Não se tratou de algo que atravessou todo o século XX. A doação da

coleção Benedicto Ottoni em 1911 ocorre no ápice do prestígio da instituição, um ano depois da inauguração de seu edifício próprio, uma obra que fazia parte de um movimento maior de renovação da capital da República.

Indivíduos, objetos e instituições compõem, portanto, o quadro que se pretende retratar. Os vínculos estabelecidos entre essas instâncias giram em torno da vontade de comunicar identidades, trajetórias e formas de estar no mundo. Coletar e doar surgem nesta tese como ações privilegiadas para o estabelecimento de tais vínculos. A aparente perenidade de objetos e de instituições como a BN atraíram certos indivíduos a inscreverem sua presença fugaz sobre materialidades que possibilitam a recuperação de narrativas e a construção de legados.

## 1 Colecionar bens e gestos: a trajetória de José Carlos Rodrigues

A trajetória do colecionador dos livros e papéis que formam a coleção Benedicto Ottoni é central para a compreensão de todo o processo em pauta. Trata-se do jornalista José Carlos Rodrigues, redator-chefe e um dos proprietários do *Jornal do Commercio* entre 1890 e 1915. Quero iniciar a exposição desta tese recuperando aspectos da sua vida e da forma como ela foi representada, uma escolha que obedece a uma hierarquização temática que julgo apropriada, uma vez que é em torno de suas ações que está sendo construída boa parte das reflexões.

Não se pode afirmar que José Carlos Rodrigues (1844-1923) seja um desses nomes consagrados da nossa história. Suas ações não geraram acontecimentos marcantes ao ponto de hoje serem festejados ou lamentados. No entanto, não foram poucos os escritos que o rememoraram. A fixação de sua trajetória se inicia ainda em seu tempo de vida, atravessa todo o século XX, chegando até nossos dias. Em cada um desses momentos, esse percurso é apresentado com recursos e registros narrativos distintos.

Aqueles que escreveram sobre a trajetória de Rodrigues seguiram um padrão, que será posto em escrutínio ao longo deste trabalho. Eles citam um mesmo conjunto de fatos e acontecimentos de sua vida: filho de um fazendeiro de café de Cantagalo, morte precoce da mãe, ida para o Rio de Janeiro morar com uma tia e desenvolver seus estudos no Colégio Imperial Pedro II; ida para São Paulo a fim de dar continuidade à formação na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Já nesses anos iniciais de vida, teria sido revelada sua vocação para a escrita, tendo publicado periódicos amadores e, mais tarde, quando jovem adulto, colaborado com jornais de grande circulação e escrito um relevante comentário à Constituição de 1824.<sup>41</sup> Ele retorna para o Rio de Janeiro em 1864, quando passa a trabalhar como oficial de gabinete do então ministro da Fazenda, e emigra para os Estados Unidos em 1867. Seus biógrafos costumam afirmar, seguindo a narrativa sugerida pelo próprio José Carlos Rodrigues que, com poucos recursos e sem padrinhos, ele passa a colaborar com alguns periódicos brasileiros e americanos, e funda sua própria publicação em 1870, impressa nos Estados Unidos e voltada para o Brasil, o periódico *O Novo Mundo*. Ainda na América do Norte, Rodrigues se destaca por conta de uma série de reportagens sobre a construção do Canal do Panamá, algo que lhe abre portas e

---

<sup>41</sup> RODRIGUES, José Carlos. *Constituição Política do Império do Brasil...* Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1863.

oportunidades. Anos depois, em 1882, ele segue para Londres a fim de intermediar empréstimos junto a instituições financeiras da Inglaterra, onde assume a posição de consultor financeiro de empresas e de bancos com investimentos no Brasil. Durante esse tempo, ele ainda mantém sua atividade jornalística colaborando com vários órgãos nacionais e internacionais. De volta ao país com a proclamação da República, Rodrigues compra com outros investidores o *Jornal do Commercio* e fica à frente do periódico por longos 25 anos, dando-lhe uma moderna feição.<sup>42</sup>

Com alguma variação e maior riqueza de detalhes, esta costuma ser a estrutura seguida por biógrafos e outros ensaístas que se debruçaram sobre a vida de José Carlos Rodrigues. Há vários outros acréscimos nessas narrativas, como seu apreço por temas ligados ao cristianismo – em sua passagem pelos Estados Unidos, Rodrigues se torna protestante; sua paixão por livros sobre a história brasileira; e sua ação filantrópica, algo que ganha maior relevo dado seu envolvimento com a Santa Casa da Misericórdia e a subsequente fundação, em 1909, de uma unidade de saúde voltada para crianças da classe operária. Esses dois últimos elementos compõem o quadro que desejo expor nesta tese, o que será feito por meio da problematização da dádiva que perpassa tais iniciativas, notadamente a relação entre a doação da coleção de livros e papéis raros sobre o Brasil para a Biblioteca Nacional e o estabelecimento de sua Policlínica das Crianças.<sup>43</sup>

Aqui, a exposição a respeito da trajetória de Rodrigues está baseada numa percepção de que a mesma ocorreu ao longo de três movimentos distintos. A proposta é centrar a reflexão sobre sua vida em torno das condições que possibilitaram a fixação de uma escrita biográfica. Trata-se de uma tentativa de historicizar a maneira como sua

---

<sup>42</sup> Este conjunto de informações se encontra em vários artigos e ensaios que serão incorporados ao longo deste capítulo. CARDIM, Elmano. José Carlos Rodrigues: sua vida e sua obra. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, n.185, p.126-157, 1944. Acesso em: 21/08/2010. Disponível em: < [https://drive.google.com/file/d/0B\\_G9pg7CxKSsWXJiM1BjZ3JINik/view](https://drive.google.com/file/d/0B_G9pg7CxKSsWXJiM1BjZ3JINik/view) >. Acesso em: 08/05/2018. BOEHRER, George C. A. José Carlos Rodrigues and *O Novo Mundo*, 1870-1879. **Journal of Inter-American Studies**, Cambridge, vol.9, n.1, p.127-144, 1967. GAULD, Charles A. José Carlos Rodrigues, o patriarca da imprensa carioca. **Revista da História**, São Paulo, n.16, p.427-438, 1953. Disponível em: < <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/35784/38500> >. Acesso em: 21/11/2017. GANNS, Claudio. Um retrato impressionista: revelações sobre J. C. Rodrigues. **Revista Brasileira**, Rio de Janeiro, ano IV, n.11, p.193-219, 1944. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/pdf/139955/per139955\\_1944\\_00011.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/139955/per139955_1944_00011.pdf) >. Acesso em: 10/05/2018.

<sup>43</sup> Há algumas variantes que circulam a respeito do nome dessa iniciativa beneficente: Hospital para crianças, Hospital de crianças, Hospital das crianças, Policlínica das crianças e até Policlínica das crianças pobres... Bárbara Damasco da Silva, que escreveu uma dissertação a respeito da fundação do hospital, defende que ele seja chamado mesmo de Policlínica das Crianças. SILVA, Bárbara Damasco. **A Policlínica das Crianças da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro: filantropia e saúde (1909-1929)**. Rio de Janeiro, 2015. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde). Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, Rio de Janeiro, 2015, p.25. Disponível em: < <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/18352> >. Acesso em: 27/11/2017.

trajetória foi narrada, explorando os condicionantes – datas, instituições etc. – que motivaram tais iniciativas.

O primeiro destes movimentos ocorre ainda durante seu tempo de vida: o vínculo que Rodrigues estabeleceu com certas instituições proporcionou um espaço privilegiado para que ele pudesse selecionar aspectos de sua biografia e fixá-los em letra impressa, valendo-se de materialidades, datas e eventos propícios a tal finalidade. Como afirma Angela de Castro Gomes, por conta de uma fratura e descontinuidade do “eu” do indivíduo moderno, tornaram-se comuns as práticas que tentam dar conta de certa estabilidade e permanência no tempo, numa tentativa de fornecer linearidade e coerência ao indivíduo. Daí, as inúmeras “modalidades de produção de si”, criando-se narrativas a serem encenadas num “teatro da memória”.<sup>44</sup>

O segundo movimento se centra na celebração memorialística de sua vida, baseada nos seus feitos, quase sempre visando ao engrandecimento de sua trajetória. Nesta etapa, surge um indivíduo imortalizado por suas realizações: o material escrito a seu respeito tende a se vincular às mesmas instituições com que, em vida, ele teve envolvimento e está quase sempre atrelado a alguma efeméride. Este enlace não será tratado como algo naturalizado, mas fruto de escolhas conscientes acerca das possibilidades que emanam deste tipo de envolvimento. Estas duas primeiras seções se centram no âmbito da produção de memória

Já a terceira parte gira em torno de José Carlos Rodrigues enquanto objeto historiográfico. Trata-se de uma forma diferente de narrar a vida do indivíduo. Tais trabalhos se constroem a partir de uma série de procedimentos metodológicos que os afastam dos escritos memorialísticos. Neles, recortes de sua vida extrapolam a seleção de elementos biográficos dos quais as memórias, em sua maioria, ficaram ‘refêns’. A maior parte dessas pesquisas acadêmicas, no entanto, se debruçou sobre os arquivos pessoais de Rodrigues sem problematizar essa fonte, sua origem e a razão dele ter sido incorporado aos acervos da Biblioteca Nacional e do IHGB em diferentes momentos. Tal lacuna metodológica ignora um processo mais ou menos consciente de se eleger documentos que devem ou não fazer parte de um conjunto documental de natureza pessoal legado a uma instituição: algo nada fácil, há que se admitir, de reconhecer e, eventualmente, desconstruir.

---

<sup>44</sup> GOMES, Angela M. de Castro. Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo. In: \_\_\_\_\_ (org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p.11-13 e p.17.

## 1.1 Espaços e momentos de consagração em vida

O vínculo de José Carlos Rodrigues com certas instituições proporcionou as condições para que aspectos de sua trajetória pudessem ser fixados. O marco inicial se deu com sua entrada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1907. Seu processo de admissão na já então tradicional instituição seguiu os protocolos consagrados: uma proposta para sócio do Instituto, um parecer da Comissão de História, outro da Comissão de Admissão, uma apresentação formal como sócio, com fala do presidente do IHGB, discurso do novo membro no evento de admissão e outra alocução de um dos membros da instituição, geralmente seu orador oficial. Já que a possibilidade da fixação material de uma narrativa *de* e *sobre* si está sendo destacada para a compreensão da trajetória biográfica de Rodrigues, é importante ressaltar que os ritos acima mencionados ocorrem em reuniões em que a fala e a oralidade predominam. Tais falas são registrados em atas, para, depois de transcritas, ganharem a forma impressa na *Revista do IHGB*, uma praxe do Instituto.

Alguns elementos fundamentais para a fixação de sua biografia despontam nesse ambiente. Conforme dito, este é o primeiro de uma série de momentos que irão tornar possível um olhar retrospectivo sobre sua vida e seus feitos. Embora o alcance da *Revista* fosse reduzido, circulando dentro de redes restritas de sociabilidade, sua importância não deve ser menosprezada uma vez que todo um grupo de indivíduos pertencentes aos campos político e intelectual se reunia em torno do IHGB. A noção de intelectuais guarda certos “contornos fluidos”, e está sendo visto aqui, seguindo a proposta de Angela de Castro Gomes, a partir de uma concepção da produção de bens simbólicos “envolvidos direta ou indiretamente na arena política”.<sup>45</sup>

Os dois campos intelectual e político, nesse início do século XX, ainda se encontravam imbricados. Eles convergiam por meio de redes de sociabilidade cuja estrutura repousava, ainda que de formas variadas e mutáveis com o tempo, sobre ambientes físicos, como cafés, editoras, livrarias, instituições acadêmicas etc. ou mesmo sobre cartas, manifestos, páginas de jornais e afins. Tão importante quanto os lugares de encontro para o estabelecimento das redes de sociabilidade são as relações afetivas,

---

<sup>45</sup> GOMES, Angela M. de Castro. Essa gente do Rio... os intelectuais cariocas e o modernismo. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro. n.6, 1993, p. 64. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1954/1093>>. Acesso em: 05/06/2018. 64

independente desses afetos serem amistosos ou hostis.<sup>46</sup> Talvez mais do que qualquer outra instituição existente no início do século XX, o IHGB proporcionava um ambiente favorável para esse processo.

Angela de Castro Gomes também explora como a Primeira República foi um período de “intensa busca de modernidade”, no qual vários projetos de civilização eram debatidos e propostos.<sup>47</sup> Havia uma sólida crença que o futuro do país dependia em larga medida do “auxílio da ciência, o novo e fundamental instrumento para qualquer tipo de progresso da humanidade”.<sup>48</sup> Nesse contexto, os “homens de letras que se reconheciam como historiadores” passaram a assumir o papel de produtores de bens simbólicos sobre o passado, orientados pela busca de ‘verdades’ sustentadas por meio de operações historiográficas. A escrita da história era vista como uma peça fundamental para a criação de alicerces sólidos para o futuro e uma instituição como o IHGB se apresentava como um palco privilegiado que “congregava e consagrava pelo pertencimento”.<sup>49</sup> Logo, a atividade historiográfica em suas diversas dimensões – desde a reunião de fontes, a escrita de livros, até a divulgação de ideias – se caracterizava pela produção e mediação de “interpretações da realidade social, que possuem grande valor político”.<sup>50</sup> Os homens devotados a essa tarefa eram agentes essenciais nesse processo, assim como as instituições que lhes proporcionava a possibilidade do exercício da ‘palavra’.

A primeira alusão ao ingresso de José Carlos Rodrigues no IHGB se dá em 1906 quando sua proposta de admissão é inicialmente apreciada. Na ata da sessão, mencionam-se os seus méritos intelectuais e as “várias obras” que o colocariam entre “os mais ilustres historiógrafos”.<sup>51</sup> Nesta sessão inicial, os membros elegiam o livro a ser apreciado a fim de cumprir com um dos artigos dos Estatutos que versava sobre o mérito historiográfico daquele cuja entrada estava sendo proposta.<sup>52</sup> A obra selecionada foi *Religiões*

---

<sup>46</sup> Ibid., p.65.

<sup>47</sup> GOMES, Angela M. de Castro. História, ciência e historiadores na Primeira República. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antônio Augusto Passos (org.). **Ciência, civilização e República nos trópicos**. Rio de Janeiro: Mauad, 2010, vol.1, p.11.

<sup>48</sup> Ibid., p.12.

<sup>49</sup> Ibid.

<sup>50</sup> Ibid., p.12-13.

<sup>51</sup> ACTAS DAS sessões de 1906. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, n.114, 1908, p.379. Disponível em < [https://drive.google.com/file/d/0B\\_G9pg7CxKSsVnZYNTYwV0trNkU/view](https://drive.google.com/file/d/0B_G9pg7CxKSsVnZYNTYwV0trNkU/view) >. Acesso em: 14/05/2018.

<sup>52</sup> Salgado Guimarães escreve a este respeito que “os critérios de admissão, ainda que não deixassem de considerar as relações sociais e pessoais, passaram a se pautar por parâmetros mais objetivos, ligados ao trabalho em uma das áreas de atuação do instituto”, uma alteração que fora incluída na segunda metade do século XIX. GUIMARÃES, Manoel L. L. Salgado. Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.1, n.1, 1988, p.10. Disponível em < <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1935> >. Acesso em: 06/10/2011.



*Acatolicas no Brasil (1500-1900)*,<sup>53</sup> originalmente publicado no *Livro do Centenário* de 1900 e, posteriormente, editada em separado pelo próprio Rodrigues.<sup>54</sup> O breve parecer inicial termina com uma menção que será crucial para o desenrolar de sua trajetória dentro do campo intelectual e historiográfico de então: “o Sr. Dr. Rodrigues é talvez hoje *o maior bibliófilo brasileiro*, possuindo exemplares raríssimos da nossa História e da nossa Geografia, a cujos estudos se dedica com extraordinária solicitude”.<sup>55</sup> A posse de vasto e raro material a respeito da história nacional já despontava aqui como um fator de distinção e prestígio antes mesmo de ela se tornar pública.

Passada pela Comissão de História não sem alguma polêmica,<sup>56</sup> a proposta de admissão de Rodrigues como sócio, segundo o relator da Comissão de Admissão de Sócios, Xavier da Silveira, “é das que se impõem a imediato e geral acolhimento pela simples enunciação do nome proposto”.<sup>57</sup> Seu “nome” tem grande peso na avaliação, e não apenas sua qualidade intrínseca de historiador. Embora o Estatuto do IHGB estabelecesse o critério de mérito para admissão de novos sócios, as relações pessoais do

---

<sup>53</sup> RODRIGUES, J. C. **Religiões Acatolicas no Brasil (1500-1900)**; memoria do ‘Livro do Centennario’ de 1900. Rio de Janeiro: Escriptorio do ‘Jornal do Commercio’; (Londres & Edimburgo), (Impr. de Ballantyne, Hanson & Co.), 1904. Fundação Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscrito. Coleção Christopher Oldham. Localização: 32,04,002 n.001. O tema das religiões não católicas suscita seu interesse por conta de sua conversão ao protestantismo durante sua vivência nos Estados Unidos, algo que será destacado mais adiante. Vale mencionar que o espectro temático do livro se limita ao protestantismo e ao positivismo e não explora em absoluto as religiões ditas animistas, algo que também reflete a visão predominante de uma historiografia do IHGB, que privilegiava o papel “civilizatório” dos descendentes europeus no Brasil. Cf. GUIMARÃES, Manoel L. L. Salgado. Op. Cit., p.7.

<sup>54</sup> Como poderá ser percebido ao longo da exposição, trata-se de um recurso rotineiro de Rodrigues editar em *separata* escritos de sua autoria que haviam sido originalmente impressos em outros formatos.

<sup>55</sup> ACTAS DAS sessões de 1906. Op. Cit. p.379. Grifo nosso.

<sup>56</sup> O relator designado para apreciação da obra de Rodrigues foi Candido de Oliveira, bacharel pela mesma Faculdade de Direito, da mesma geração de Rodrigues, e ministro de Justiça durante o Império. Seu relatório, apresentado no ano seguinte à proposta de admissão, é dissimuladamente elogioso: ele não consegue disfarçar sua insatisfação com a obra e seus “erros”. Dentre as imprecisões assinaladas, o relator aponta uma, em especial, que ele não se furta de detalhar: um episódio sobre a fala do tenente-coronel do exército, Benjamin Constant, conhecido militante positivista e um dos principais articuladores da derrubada do Império. Sua polêmica fala se deu durante a visita de um grupo de oficiais chilenos ao Brasil. O relator teria estado presente em tal ocasião e corrige o que Rodrigues escrevera em *Religiões Acatolicas...* Outro membro da Comissão de História afirma que Candido de Oliveira se excedeu em sua função de parecerista, que deveria se ater somente ao “aspecto geral do trabalho [...] considerando o mérito pessoal do proposto, [e] a sua obra [...]”. E segue: “Considerando ainda o conhecido amor manifestado pelo Dr. José Carlos Rodrigues pela história do Brasil, penso que à Comissão de História cabe simplesmente dizer que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro lucrará com a admissão de um tão sincero cultor das letras históricas”. ACTAS DAS sessões de 1907. [Parecer da Comissão de História acerca de obra de José Carlos Rodrigues]. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, n.116, 1908, p.700-701. Disponível em: < [https://drive.google.com/file/d/0B\\_G9pg7CxKSsemlDd3hqdXpmclU/view](https://drive.google.com/file/d/0B_G9pg7CxKSsemlDd3hqdXpmclU/view) >. Acesso em: 08/05/2018.

<sup>57</sup> SILVEIRA JÚNIOR, Joaquim Xavier da; ALENCAR, Leonel Martiniano de; CARVALHO, Miguel Joaquim Ribeiro de. Parecer acerca da admissão de José Carlos Rodrigues como sócio correspondente. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, n.116, p.714, 1908. Disponível em: < [https://drive.google.com/file/d/0B\\_G9pg7CxKSsemlDd3hqdXpmclU/view](https://drive.google.com/file/d/0B_G9pg7CxKSsemlDd3hqdXpmclU/view) >. Acesso em: 08/05/2018.

candidato e sua posição institucional como proprietário e editor de um dos mais importantes jornais de então exerciam indiscutível influência.

Ao que parece, Rodrigues era um historiador bissexto, tendo escrito esparsos ensaios de história, publicados principalmente no seu próprio veículo de imprensa. O relator da Comissão de Admissão centra sua fala nos “altos serviços públicos” prestados pelo candidato, enfatizando

[...] seu tirocínio jornalístico que representa largos anos de fecunda atividade cívica culminados na efetiva e já longa direção mental e política do *Jornal do Commercio*, desta cidade, o brilhante e dedicado concurso que tem prestado à solução de todas as questões de ordem social e de interesse público, agitada durante o período seu contemporâneo, na tela dos acontecimentos da vida nacional.<sup>58</sup>

Ele segue mencionando sua “constante cooperação *direta e indireta* ao estudo e elucidação dos problemas de história da nossa nacionalidade” e ressalta em seguida “os reiterados e eloquentíssimos testemunhos que tem dado de sua fraternidade e do seu devotamento à causa dos desvalidos sociais”.<sup>59</sup> Os dois aspectos que foram escolhidos como problema central desta tese são aqui evocados, um ao lado do outro: sua cooperação *indireta* dizia respeito ao acesso liberal que Rodrigues dava aos estudiosos à sua coleção particular de livros e papéis, que seria, mais tarde nesse mesmo ano de 1907, batizada de *Bibliotheca Brasiliense*, materializada num imponente catálogo impresso; e suas ações filantrópicas já reverberavam positivamente, ainda que a principal delas, a Policlínica das Crianças, ainda estivesse em construção nessa data. Fica, assim, evidente o impacto que tais iniciativas tinham na conformação de sua identidade, mesmo que apenas parcialmente consolidadas naquele momento.

Seu papel de publicista das letras nacionais e de divulgador de escritos históricos no *Jornal do Commercio* também surge como um dos seus atributos. Enumerando todos esses títulos, o relator afirma que chega a causar “estranheza [que] o Dr. José Carlos Rodrigues já não pertença desde muitos anos a esta douta e veneranda corporação científica e literária”.<sup>60</sup>

Antecipando pontos que serão expostos adiante, parece importante ressaltar que certos aspectos da trajetória de Rodrigues não aparecem nessa primeira consolidação dos seus méritos e não irão constar nas sessões seguintes do IHGB em que ele é formalmente apresentado. Seu papel de financista e de intermediário de empréstimos públicos e

---

<sup>58</sup> Ibid.

<sup>59</sup> Ibid.

<sup>60</sup> Ibid.

privados junto a bancos ingleses, em especial, sequer é aventado. Um papel que, à princípio, não deveria ser algo desabonador para ser assim silenciado. Outros aspectos realmente negativos de sua trajetória, obviamente, não teriam lugar nesse momento, embora o próprio Rodrigues, supreendentemente, vá fazer sutis alusões a eles durante a sessão de admissão propriamente dita.

Os ritos de admissão e as sessões do IHGB como um todo estão registrados em detalhes na revista da instituição. O presidente na época era o marquês de Paranaguá, então com 85 anos, um velho conhecido de Rodrigues, como fica claro nas falas transcritas. O marquês, em sua fala de recepção, reconhece os vários méritos do sócio, ligando-os principalmente às suas atividades no *Jornal do Commercio*. José Carlos Rodrigues teria conseguido manter a tradição do velho periódico e até aumentado “o poder do grande órgão, cuja influência foi sempre tida como benéfica, proveitosa à causa pública”. A menção ao poder não é fortuita. Paranaguá rememora, valendo-se de sua “vista retrospectiva”, que o *Jornal do Commercio* era tido como o “quinto poder do Estado”, um espírito mantido pela direção republicana do *Jornal* a cargo do recém-admitido sócio do IHGB.<sup>61</sup>

Dentro de certo espírito corporativista, Paranaguá relaciona a entrada de Rodrigues ao quadro com o fato de o Instituto ter sempre “encontrado franco agasalho para a publicação de seus trabalhos” no *Jornal*. De fato, durante sua gestão do periódico, Rodrigues deu ampla guarida aos membros do IHGB, da Academia Brasileira de Letras e de várias outras associações intelectuais, científicas e literárias.<sup>62</sup> O papel do *Jornal do Commercio* como um relevante vetor na circulação de ideias naquela época pode ser medido, por exemplo, pela constante divulgação de eventos, sessões e admissões das duas instituições citadas. Ademais, um olhar superficial pelas páginas do periódico evidencia a regularidade na publicação de artigos originais, resenhas de livros e comentários escritos por autores já consagrados e membros dessas associações, como José Veríssimo, Araripe Júnior, Alberto Torres, Mário de Alencar, para citar apenas alguns dos nomes mais

---

<sup>61</sup> PARANAGUÁ, João Lustosa da Cunha. Posse de José Carlos Rodrigues. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, T.70, vol.116, 1908. p.725. Disponível em: < [https://drive.google.com/file/d/0B\\_G9pg7CxKSsemlDd3hqdXpmclU/view](https://drive.google.com/file/d/0B_G9pg7CxKSsemlDd3hqdXpmclU/view) >. Acesso em: 08/05/2018.

<sup>62</sup> Trata-se de uma faceta do *Jornal do Commercio* que ainda está por ser explorado com mais minúcia, haja vista esse recente artigo, cujo autor se surpreende com o tipo de divulgação promovido pelo periódico: BOTELHO, Denilson. Um encontro inusitado: história e literatura nas páginas do *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro na Primeira República. **Revista Hydra**, vol.2, n.3, 2017, p.20-32. Disponível em: < <https://periodicos.unifesp.br/index.php/hydra/article/download/9100/6633> >. Acesso em: 20/03/2019.

frequentes.<sup>63</sup> Sob tal perspectiva, Rodrigues se mostraria como uma espécie de ‘intelectual editor’, exercendo um relevante papel de *mediador* desse campo.

O “intelectual mediador”, tal como proposto por Angela de Castro Gomes e Patrícia Hansen, é um dos vários agentes que fazem parte do sistema de produção e circulação de bens culturais.<sup>64</sup> Por meio desses bens, “processos socio-culturais de produção e alteração de significados” sobre o mundo são postos em movimento. Para interpretar o empreendimento intelectual e artístico, as autoras argumentam ser “imprescindível compreender as dinâmicas de circulação, comunicação e apropriação dos bens culturais”.<sup>65</sup> Gomes e Hansen propõe uma abordagem em que se repense a hierarquia geralmente adotada quando se fala de intelectualidade, na qual o topo é ocupado pelo produtor-criador e numa posição inferior está o mediador. Para as autoras, tanto o produtor desses bens simbólicos, quanto o mediador – aquele que exerce o papel de inserirlos em circuitos de consumo e apropriação – contribuem para a dinâmica do campo como um todo. Trata-se de uma proposta que visa dar conta dos múltiplos condicionantes que são acionados para que bens culturais estejam disponíveis e sejam apropriados, recuperando a dimensão do agenciamento nesse processo, ao mesmo tempo em que possibilita a reinserção desses conteúdos em sua dimensão histórica. Nesse sentido, hierarquizar a importância do criador em relação ao mediador deixa de ser uma atitude produtiva para uma compreensão complexa do processo.

É a partir dessa ótica que a entrada de José Carlos Rodrigues dentro do IHGB pode ser interpretada. O fato de ele controlar e facilitar as matérias a serem publicadas, assim como dar espaço a escritores que faziam parte desse circuito da intelectualidade não deve ser algo subestimado. Há um inegável poder simbólico contido nessa posição, algo que o presidente do IHGB reconhece como um precedente razoável para sua admissão.

Embora a alocução do marquês de Paranaguá tenha sido bastante curta e protocolar, as duas que seguem carregam elementos interessantes para pensar a importância deste momento na consagração biográfica do novo sócio: a primeira é a

---

<sup>63</sup> Conferir também: LUSO, João. A Academia Brasileira e o *Jornal do Commercio*. **Revista Brasileira**, vol.8, n.32, 2002, p.309-313. Disponível em: < <http://www.academia.org.br/abl/media/memoria5.pdf> >. Acesso em: 17/08/2010.

<sup>64</sup> GOMES, Angela M. de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo. In: \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_ (org.). **Intelectuais Mediadores: práticas culturais e ação política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016 p.7-40.

<sup>65</sup> Ibid., p.12-13

resposta do próprio Rodrigues ao marquês e a segunda, o discurso do orador oficial do Instituto, o conde de Affonso Celso.

Já no primeiro momento de sua fala, em que Rodrigues enuncia sua gratidão às palavras do marquês de Paranaguá, pode-se colher um indício de sua percepção acerca da perenidade da vida dos homens públicos. Ele afirma, no tom laudatório tão comum aos ritos dessa natureza, que,

Tendo atingido o decênio de sua vida, que lhe dava jus ao repouso e ao contentamento de ver na tarde da sua existência, *a projeção do seu venerando vulto, laureado pelo acatamento e gratidão dos seus concidadãos por uma longa vida de serviços à Pátria*, V. Ex. prefere empregar todo o vigor que felizmente ainda dispõe em colaborar com esta benemérita associação, esquadrinhando os poeirentos arcanos do passado e destarte revivendo na mocidade do nosso país.<sup>66</sup>

A maneira como José Carlos Rodrigues percebia a projeção do “vulto” de Paranaguá é um testemunho do campo de possibilidades que estes membros da elite republicana tinham a respeito da economia da glória e da posteridade.<sup>67</sup> Um dos argumentos que está sendo proposto ao longo desta tese é que tais homens investiam consideráveis recursos materiais e de tempo em ações que guardavam como motivação latente sua projeção pública e algum tipo de fixação de suas trajetórias para a posteridade. Uma das formas de sustentar tal afirmação, para o caso específico aqui tratado, será buscar manifestações de José Carlos Rodrigues a respeito da “perenidade” de outros, assim como elencar iniciativas que tinham como finalidade o estabelecimento de *legados* para pessoas com as quais ele se envolveu: ele teve participação ativa em grupos e comissões voltados para a construção de monumentos públicos em forma de estátuas ou mausoléus, e participou também na criação de associações dedicadas a indivíduos exemplares da sua geração.<sup>68</sup>

A noção de *legado* proposta por Luciana Heymann se refere ao “investimento social por meio do qual uma determinada memória individual é tornada exemplar ou fundadora de um projeto político, social, ideológico etc., sendo, a partir de então,

---

<sup>66</sup> RODRIGUES, José Carlos. Posse de José Carlos Rodrigues. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, n.116, 1908, p.725. Disponível em: < [https://drive.google.com/file/d/0B\\_G9pg7CxKSsemlDd3hqdXpmclU/view](https://drive.google.com/file/d/0B_G9pg7CxKSsemlDd3hqdXpmclU/view) >. Acesso em: 08/05/2018. Grifo meu.

<sup>67</sup> Estas noções de economia da glória e administração da posteridade foram desenvolvidas por Armelle Enders, como será exposto a seguir: ENDERS, Armelle. “O Plutarco Brasileiro”: a produção dos vultos nacionais no Segundo Reinado. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.25, p.41-62, 2000. Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2114> >. Acesso em: 21/07/2018.

<sup>68</sup> Estes pontos serão aprofundados na próxima seção deste capítulo.

abstraída de sua conjuntura e assimilada à *história nacional*".<sup>69</sup> Tal processo implica na configuração de outra manifestação do legado, que se veste de uma "natureza memorial", muitas vezes se materializando sob a forma de "arquivos, peças e toda sorte de registros que remetam à figura e atuação do personagem". Estes artefatos e o significado que eles portam passam a ser alvo de "ações de preservação e divulgação, por meio das quais [...] o legado substantivo atribuído ao personagem é constantemente atualizado e ressignificado".<sup>70</sup>

Uma das hipóteses que está sendo aventada nesta tese é que o próprio Rodrigues tinha expectativa de realçar sua vida 'exemplar' visando à construção de um legado para a posteridade. De acordo com a historiadora francesa Armelle Enders, em artigo intitulado "'O Plutarco Brasileiro': a produção dos vultos nacionais no Segundo Reinado", havia entre a elite política e intelectual nacional um projeto difuso visando ao estabelecimento de um panteão nacional dos "homens ilustres" e dos "heróis". Estes indivíduos eram pinçados entre mortos e vivos para a formação de uma "galeria nacional", processo este que também atravessou a Primeira República. Indivíduos "ilustres" e "distintos" eram alçados a tal estatuto por meio de alguma publicação, como a *Revista do IHGB* ou um dos muitos livros e "dicionários" que apareceram, formando aquilo que a autora chama de "panteão de papel".<sup>71</sup> Enders explora em detalhes a entronização destes homens enquanto parte de um processo mais amplo em que "administração da posteridade, por suas implicações sociais, produz o encontro da história com a memória, mistura os campos intelectuais e políticos", buscando estabelecer "a correspondência entre uma sociedade política – a do Brasil no Segundo Reinado – e sua economia da glória".<sup>72</sup> Os membros da elite política e intelectual da qual José Carlos Rodrigues fazia parte teriam sido socializados dentro destes parâmetros e não é difícil imaginar o quanto este tipo de expectativa impactava trajetórias e criava uma forte autoconsciência a respeito de si próprios.

Dito isso, um ponto bastante controvertido da trajetória de Rodrigues ganha destaque na sequência de sua fala de admissão no IHGB. Trata-se de algo que será

---

<sup>69</sup> HEYMANN, Luciana. De "arquivo pessoal" a "patrimônio nacional": reflexões acerca da produção de "legados". In: I Seminário PRONEX Direitos e Cidadania apresentado no CPDOC/FGV. Rio de Janeiro, 2-4 de ago. de 2005, p.2. Grifo original. Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6758> >. Acesso em: 06/10/2011.

<sup>70</sup> Ibid., p.2.

<sup>71</sup> ENDERS, Armelle. Op. Cit., p.41-42. A autora dá o nome "panteão de papel" em referência ao *Panthéon* de Paris, uma estrutura de concreto que funciona como um grande mausoléu onde estão enterrados os franceses eleitos como grandes individualidades do país.

<sup>72</sup> Ibid.

ignorado, ponderado e matizado pela maior parte de seus memorialistas, e até mesmo por alguns pesquisadores que o enquadraram como objeto historiográfico. Talvez esta seja uma das passagens mais obscuras de sua trajetória. Ao contrário da maioria dos membros de sua geração, Rodrigues tomou o rumo dos Estados Unidos em lugar do destino preferencial, a Europa. O que teria motivado sua migração foi uma tentativa de roubar dinheiro do Tesouro Nacional. Após se formar na Faculdade de Direito, ele foi trabalhar em 1866 como oficial de gabinete do então ministro da Fazenda, João da Silva Carrão, seu antigo professor na Faculdade. Quando Carrão estava em vias de ser substituído no Ministério, Rodrigues teria forjado sua assinatura para a liberação de uma grande quantia de dinheiro. Sua tentativa foi descoberta e o próprio Carrão foi consultado a respeito, negando ter feito tal pedido ou assinado qualquer documento solicitando verbas. Paranaguá era ministro da Justiça à época. Um processo criminal se instaurou e, segundo diferentes registros, ele teria fugido incógnito para os EUA, em 1867, num navio mercante e só voltado ao Brasil após a prescrição do crime, vinte anos depois.

Para se ter uma ideia do quanto tal episódio teria pesado na conformação da sua biografia, o fato foi recuperado pelo *Jornal do Brasil* logo no início da carreira de Rodrigues como proprietário e redator-chefe do *Jornal do Commercio*. Esta foi apenas uma das várias ocasiões em que esse mesmo episódio é relembrado por seus desafetos e rivais, algo que atravessa toda a primeira década do século XX.<sup>73</sup> No caso exposto a seguir, seu crime é tratado como algo que maculava as críticas e os julgamentos que ele porventura fizesse dos outros, seu próprio telhado de vidro. O delito e suas circunstâncias são evocados numa polêmica em torno da construção de uma linha férrea que atravessaria o Rio de Janeiro, um imbróglio difícil de entender pelo trecho da matéria destacado.

O Sr. Dr. Pedro Caminada é um aventureiro, e, entretanto, não consta na polícia que para aqui viesse como tripulante em algum navio mercante tendo saído ocultamente da sua pátria. Também não é acusado de ter em agosto de 1867, como oficial de gabinete de algum ministro italiano, falsificado a firma deste para mandar pagar a um indivíduo, de quem se apresentou como falso procurador (duas falsificações!), quantia de 12:300\$000.

Defenda a *Carioca* o seu direito, prepare-se para discuti-lo perante os tribunais, mas não esteja a debicar este *pobre povinho* e de que fala, dizendo

---

<sup>73</sup> O *Correio da Manhã*, por exemplo, fez várias denúncias ao comportamento de José Carlos Rodrigues e a posicionamentos do *Jornal do Commercio*. Os biógrafos de Rodrigues, de uma forma geral, não dimensionaram devidamente esses embates. Nessas ocasiões, o *Correio* desabonava a posição de Rodrigues fazendo referência a seu crime. Uma amostra a esse respeito é uma matéria que faz parte de uma longa sequência de críticas a um episódio envolvendo suas atividades e ligações financeiras. Ela contrapõe inclusive todo o esforço de estabelecimento de uma imagem pública com a conduta suspeita de Rodrigues naquele momento: EM UM grande artigo entrelinhado... **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 28 maio 1909, p.1. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_01/19863](http://memoria.bn.br/docreader/089842_01/19863) >. Acesso em: 27/03/2019.



que quem tem por si a probidade austera do Sr. Dr. José Carlos Rodrigues não precisa de mais nada. O *Diário do Commercio* argumentou, o *Jornal do Commercio* agrediu.<sup>74</sup>

Trata-se de um episódio sensível na trajetória de Rodrigues, algo que preferencialmente seria esquecido nesse momento de consagração biográfica. No entanto, surpreendentemente, não é o que se passa. Embora a menção tenha se dado do modo mais sutil possível, fica evidente a assunção de culpa pelo crime cometido. Dirigindo-se ao marquês de Paranaguá, ele diz: “Ter tido as boas vindas dadas por V. Ex. seria bastante para desvanecer os mais dignos. No meu caso, porém, é de maior valimento a sua saudação carinhosa, por que V. Ex. me tem dado conhecido desde a minha mocidade, com todas as suas faltas”.<sup>75</sup>

O discurso de Rodrigues prossegue louvando a tradição, a história e os personagens do IHGB, com especial menção ao antigo imperador. O tom de sua exposição busca correlacionar a presença contumaz de Pedro II nas sessões do Instituto com a formação de seu caráter, como se o ambiente fosse propício para inculcar no imperador atributos morais, para além dos intelectuais.<sup>76</sup> José Carlos Rodrigues recorre a um objeto para marcar a presença do antigo monarca: sua cadeira cativa permanecia vazia. Trata-se de uma evocação que relaciona a memória do indivíduo e de seu pertencimento institucional por meio da materialidade e pela visibilidade de um objeto:

Ainda conservais [como se estivesse se dirigindo ao IHGB] carinhosamente a sua cadeira vazia... Mas não: a morte só carregou seus despojos terrenos para nos ostentar em todo o seu esplendor aquela imperecível personalidade. A tradição sagrada de sua dedicação pelo Instituto há de sempre premiar este ambiente como o mais precioso incenso e conservará ateadas nos vossos corações a chama sagrada da vossa gratidão.<sup>77</sup>

A morte, segundo se pode deduzir do ponto de vista exposto por Rodrigues e que pode ser extrapolado como um traço cultural desta elite republicana, é tratada como o momento em que possíveis contradições deixariam de existir. Eventuais falhas dariam

---

<sup>74</sup> ESTRADA de Ferro Metropolitana. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 21 jul. 1891, p.2. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_01/475](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_01/475) >. Acesso em: 28/06/2018.

<sup>75</sup> RODRIGUES, José Carlos. Op. Cit. p.275. Grifo meu.

<sup>76</sup> Explorando a presença constante do imperador nas seções do Instituto e o fato de suas verbas emanarem em sua quase totalidade do Estado Imperial, Salgado Guimarães defende que “Nação, Estado e Coroa aparecem enquanto uma unidade no interior da discussão historiográfica relativa ao problema nacional” no âmbito do IHGB. Vê-se que a presença do imperador ainda era central para a instituição. GUIMARÃES, Manoel L. L. Salgado. Op. Cit., p.6.

<sup>77</sup> RODRIGUES, José Carlos. Op. Cit. p.725.



lugar às virtudes e a presença seria substituída por algo mais etéreo, porém imperecível, a memória.<sup>78</sup>

A forma como ele conclui seu discurso é bastante reveladora das aspirações que norteavam suas iniciativas enquanto intelectual e colecionador: a reunião de artefatos históricos que poderiam ser perdidos, um empreendimento que José Carlos Rodrigues estava prestes a tornar público sob a forma de um catálogo da sua coleção, publicada mais tarde nesse mesmo ano.

[...] entre as múltiplas tarefas desta sábia corporação nenhuma excitará desvelo mais sincero, mais afetuoso e mais diligente do que essa de coligir os materiais, que breve seriam perdidos, para a história deste reinado glorioso [de Pedro II], em que a nossa nacionalidade se consolidou através de tantas dificuldades.<sup>79</sup>

Terminada sua fala, o orador oficial do IHGB, Affonso Celso, toma a palavra a fim de tecer ele próprio uma apresentação do novo sócio; uma alocução também carregada de elogios, encadeando os fatos de sua vida de forma teleológica, dando-lhes coerência e sentido típicos de uma construção biográfica voltada para a consagração do indivíduo. Como afirmou Pierre Bourdieu em seu muito debatido artigo a esse respeito, “produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como o relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica”.<sup>80</sup> Uma cerimônia como essa em análise guarda um conjunto de protocolos que orientam os enunciados para um tipo de conformação biográfica que, de fato, traz uma carga ilusória. No entanto, ela evidencia mais do que isso. O quadro esboçado pelo orador do IHGB sobre a vida do novo sócio permite entrever um desejo de biografia e de coerência, algo que também revela a cumplicidade entre o indivíduo e a instituição.

O conde de Affonso Celso diz “que o Instituto Histórico abre as suas portas a um lutador, a um forte, a um benemérito da perseverança, a um herói do trabalho”. Essa qualificação de Rodrigues irá despontar em vários momentos. Sua conexão com a cultura norte americana fará com que certos atributos morais a ela associados venham a ser transferidas a ele. A ideia de um povo dedicado ao trabalho, da pessoa que se fez por si

---

<sup>78</sup> Este ponto será explorado na próxima seção. Cf. GONÇALVES, João Felipe. Enterrando Rui Barbosa: um estudo de caso da construção fúnebre de heróis nacionais na Primeira República. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.25, p.135-161, 2000, Disponível em: <

<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2111/1250> >. Acesso em: 15/04/2019.

<sup>79</sup> RODRIGUES, José Carlos. Op. Cit. p.728.

<sup>80</sup> BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FIGUEIREDO, Janaina P. A. Baptista de (org.). **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p.185-186.

só – o *self made man* –, de um individualismo meritório, todos são atributos que se plasam na pessoa de Rodrigues de forma recorrente.

Affonso Celso irá justificar sua afirmação inicial elencando alguns fatos de sua “vida pública”: autor de “apreciados livros”, “insigne bibliófilo, possuidor de obras raríssimas sobre o Brasil”, investigador “emérito do passado nacional”, e jornalista fecundo com quarenta anos de “atividade em importantes folhas”, ocupando-se de “todas as questões políticas, econômicas e sociais do país”. Para o conde, teria bastado esse “longo e esclarecido tirocínio na imprensa” para que lhe fosse conferido o direito a um lugar no “grêmio consagrado ao estudo da história pátria”, uma vez que o “verdadeiro jornalista é um historiador”. E Rodrigues teria “mui legitimamente” ascendido à “culminância do jornalismo em nossa terra”.<sup>81</sup>

A parte que se segue do discurso de Affonso Celso reforça o argumento proposto anteriormente de que uma ocasião como esta, de admissão no Instituto Histórico, se apresentou como um momento privilegiado para a fixação de certos elementos da trajetória do jornalista: “Há tópicos de genuíno brilho em sua biografia”. Tal brilho teria ocorrido em sua passagem pelos Estados Unidos, ou como o próprio afirma, sua “conquista” da América. A razão que o levou até lá é suprimida, como era de se esperar.

Assim concernente à conquista dos Estados Unidos da América do Norte, porque o Dr. José Carlos Rodrigues conquistou a grande República. Ali aportou sozinho, desconhecido, sem proteção. À força do talento e honesta atividade, impôs-se à consideração da imprensa e da sociedade americanas. Gozou do prestígio, exerceu influência.<sup>82</sup>

Duas atividades, em especial, são exploradas para confirmar tal juízo: a fundação do periódico *O Novo Mundo* e uma viagem que ele empreendeu a convite do jornal *New York World* para o Panamá a fim de examinar a construção do canal, então sob o comando do francês Lesseps, que havia sido bem-sucedido num empreendimento similar no Canal de Suez. Tal episódio rendeu enormes dividendos simbólicos para a biografia de Rodrigues, e provavelmente uma porta de entrada para um novo círculo de relações e contatos, constituindo um ponto de inflexão em sua vida. Não vou me deter nesse episódio aqui, uma vez que há uma série de imprecisões no discurso de Affonso Celso. Basta dizer, por ora, que Rodrigues antecipou o fracasso do empreendimento de Lesseps. Dessa viagem, ele recebeu um convite para conversar pessoalmente com o então presidente dos

---

<sup>81</sup> CELSO, Affonso. Posse de José Carlos Rodrigues. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, n.116, 1908, p.728. Disponível em: < [https://drive.google.com/file/d/0B\\_G9pg7CxCkSsemIDd3hqDXpmcIU/view](https://drive.google.com/file/d/0B_G9pg7CxCkSsemIDd3hqDXpmcIU/view) >. Acesso em: 08/05/2018.

<sup>82</sup> Ibid., p.729.

Estados Unidos, e mais tarde – na primeira década do século XX – quando o Canal do Panamá estaria prestes a ser concluído, Theodor Roosevelt escreveu que Rodrigues fora o profeta do desenlace da obra e que o estadista americano concretizou sua profecia: “*You were a prophet! And I fulfilled your prophecy*”.<sup>83</sup>

Já *O Novo Mundo*, periódico que teria sido um dos alicerces da sua “conquista” da América, é alçado por Affonso Celso a uma posição vanguardista nesse gênero de publicações: “Cronológica, artística e literariamente, cabe ao *Novo Mundo* primazia entre as publicações desse gênero destinadas ao Brasil”. O periódico circulou por dez anos, “à custa de ingentes sacrifícios”, segundo o conde. Naquele ano de 1907, Affonso Celso já percebia a densidade dos escritos ali presentes: “com proveito e prazer compulsam-se-lhe as coleções, precioso repositório de informes, dominados pela preocupação patriótica”.<sup>84</sup>

Não obstante todos os elogios feitos, um último episódio da trajetória de José Carlos Rodrigues é evocado: a atitude de Rodrigues, já redator-chefe do *Jornal do Commercio* quando da eclosão da Revolta da Armada. No episódio, o *Jornal* não teria compactuado com certas demandas feitas pelo governo Floriano Peixoto (1891-1894) e Rodrigues chegou a se esconder a fim de não ser preso. Seu periódico continuou sendo publicado diariamente, mas silenciava por completo em relação aos fatos do dia. Como afronta, “estampava o *Jornal* valorosas correspondências de Carlos de Laet e Rui Barbosa, ambos foragidos”. Para Celso, em todos os seus anos de existência, o periódico nunca teria se mostrado “tão eloquente como quando guardou aquela altiva mudez”.<sup>85</sup>

Uma série de eventos se sucedem à admissão de José Carlos Rodrigues no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Conforme visto acima, sua entrada ocorre em 1 de julho de 1907. Mais tarde naquele mesmo ano, Rodrigues lançaria um catálogo pormenorizado de sua coleção de livros. Em 1908, o novo edifício do *Jornal do Commercio* é inaugurado. Trata-se de um evento de grande magnitude. O pomposo prédio estava situado numa das esquinas da recém-inaugurada Avenida Central com a Rua do Ouvidor, o epicentro de sociabilidade de intelectuais e homens de letras da então capital

---

<sup>83</sup> ROOSEVELT, Theodore. [Carta de... a José Carlos Rodrigues, agradecendo-lhe pelo envio do catálogo de sua antiga biblioteca e de um exemplar do livro *The Panama Canal*]. Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1913. Fundação Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos. Coleção Christopher Oldham. Localização: 32,04,001 n.44. Trata-se de uma carta escrita pelo ex-presidente americano durante sua passagem pelo Rio de Janeiro. Nela, como pode ser visto na descrição da peça manuscrita, Roosevelt agradece o envio de seu livro sobre o Canal do Panamá, assim como agradece o envio do catálogo da *Bibliotheca Brasiliense*: sua coleção que àquela altura já havia sido doada à Biblioteca Nacional. Este ponto será explorado no capítulo 2.1.

<sup>84</sup> CELSO, Affonso. Op. Cit., p.729.

<sup>85</sup> Ibid.

da República, o Rio de Janeiro. Nessa mesma ocasião, ocorrem uma série de festividades em torno dos dezoito anos de José Carlos Rodrigues como principal proprietário, redator-chefe e o rosto à frente do renovado *Jornal do Commercio*. No ano seguinte, sua maior obra de filantropia é aberta: a Policlínica das Crianças, doada à Santa Casa de Misericórdia. Ainda em 1909, Rodrigues é homenageado pela Embaixada brasileira em Washington em conjunto com a mais prestigiosa associação de jornalistas americana, a Gridiron Club; no mesmo ano, ele é recebido com um banquete no University Club de Nova York, oferecido por jornalistas que ele conhecera durante sua passagem pelo país e que agora ocupavam posições de destaque nos principais veículos de comunicação americanos. Dois anos depois, sua singular coleção de livros é vendida, muda de nome e termina sendo doada para a Biblioteca Nacional. O dinheiro é revertido para a Policlínica, dentro de um contexto em que Rodrigues estava correndo a sociedade em busca de recursos para a ampliação de sua obra e para sua manutenção. Em 1915, José Carlos Rodrigues se despede com grande pompa de suas atividades jornalísticas depois de vinte e cinco anos à frente do *Jornal do Commercio*.

Cada um dos eventos aqui mencionados gera conteúdos e enunciados que irão fixar determinados aspectos da vida e da personalidade de Rodrigues, como se a sua identidade e biografia estivessem sendo forjadas ao se conectarem com tais iniciativas. Os gestos, as ações e as materialidades mais uma vez revertem em capital simbólico para seu autor, lhe auferindo grandes lucros na dita economia da glória.

Busca-se sustentar que, nesses momentos, motivações *latentes* são reveladas, distintas de suas finalidades *manifestas*. Em outras palavras, o destaque será dado às possibilidades de produção de si que subjazem a tais eventos e que correm em paralelo às ações propriamente ditas. A única exceção talvez seja o último episódio, sua aposentadoria do jornalismo e a venda de sua parte do *Jornal do Commercio*, momento síntese em que de fato os holofotes são voltados para a consolidação da trajetória. Nele, não há separação entre a motivação manifesta e a latente, uma vez que se trata de um evento que tem por finalidade justamente o olhar retrospectivo e celebratório sobre sua vida.<sup>86</sup>

---

<sup>86</sup> Os dois eventos que se configuram como centrais para a elaboração da problemática desta tese – a correlação entre a obra filantrópica de saúde pública e a doação de sua coleção de livros e papéis raros sobre o Brasil para a Biblioteca Nacional – não serão abordados nesse capítulo. Sua análise será feita de modo mais detido no capítulo 2 dada sua importância para a pesquisa.

Parece inegável que o ambiente jornalístico de Rodrigues é aquele que está mais organicamente ligado à sua identidade. Embora já tivesse dirigido um periódico durante sua estadia nos Estados Unidos – o já mencionado *O Novo Mundo* –, nada se compara com a relevância de ser o principal rosto do *Jornal do Commercio*. Foi visto acima, durante sua recepção no IHGB, que o órgão era identificado como o “quinto poder do Estado”, um poder que possivelmente tenha alcançado o ápice de sua ingerência política durante a gestão de Rodrigues.<sup>87</sup>

Por ocasião do evento que marca ao mesmo tempo a inauguração do novo edifício do órgão e os dezoito anos de Rodrigues à frente do periódico, o escritor, político e jornalista Alcindo Guanabara é convidado a “historiar” a vida do *Jornal*. Há toda uma manipulação do significado em torno das duas efemérides, promovendo-se uma associação entre ambas.



Figura 1

Não faltou simbolismo nas datas escolhidas: no dia 1 de outubro, um último jantar foi oferecido no velho edifício, a mesma data da fundação do periódico em 1827. *O Malho* fez extensa cobertura desse jantar, publicando uma matéria rica em detalhes, imagens e juízos. A tônica geral se centra em torno da tradição do *Jornal do Commercio* e de sua

---

<sup>87</sup> Alguns ensaios memorialísticos a seu respeito afirmam que ele elegia e derrubava presidentes, tamanha sua influência. Estes ensaios serão recuperados para a próxima seção. Já na seção final deste capítulo, será analisada a pesquisa histórica a respeito de seu papel político à frente do periódico, pesquisas estas baseadas em fontes primárias reveladoras dos bastidores e jogos de poder envolvendo Rodrigues, o *Jornal do Commercio* e figuras centrais da Primeira República.



modernização sob os auspícios de José Carlos Rodrigues. A matéria compara o órgão a um senhor de idade e fala da piedade que se tende a sentir com o aniversariar de um idoso: “mais um ano volvido, menos um degrau na subida para o *wagon* da eterna viagem”. No entanto, para os “campões da imprensa”, não seria assim, principalmente para o *Jornal do Commercio*, uma das “instituições nacionais”: “cada ano que decorre é mais uma pedra consolidadora no alicerce da posteridade”.<sup>88</sup> Mais uma vez, a retórica da *posteridade* aparece como tônica do discurso.

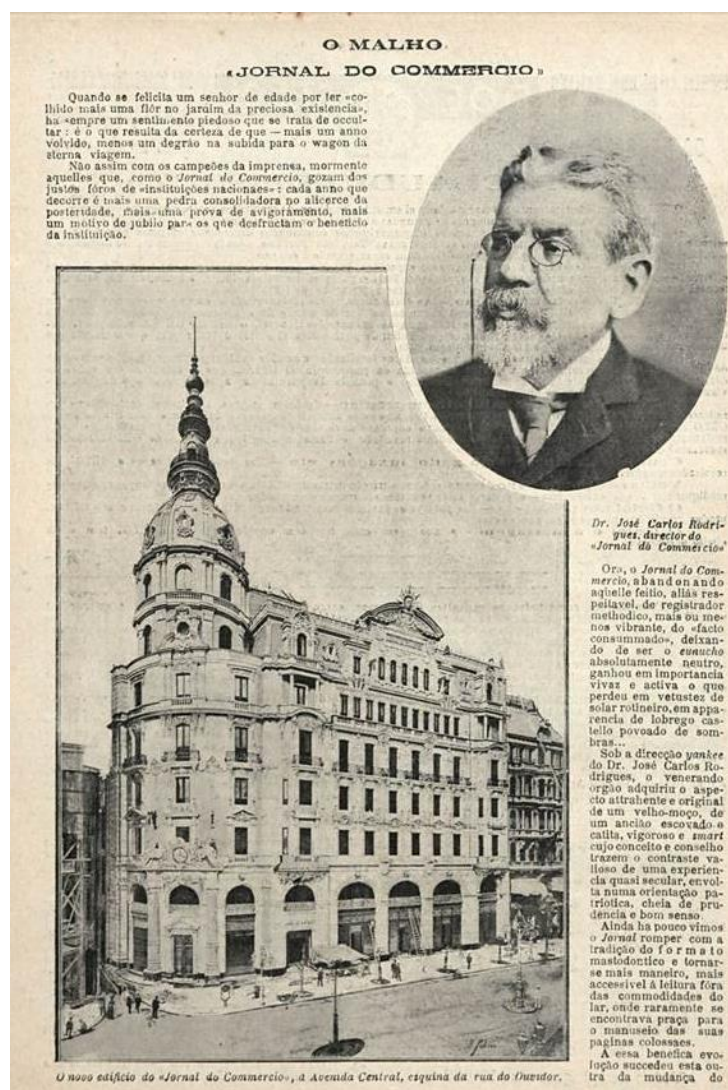


Figura 2

O *Jornal do Commercio*, ainda segundo a matéria d’*O Malho*, teria abandonado “aquele feitio, aliás respeitável, de registrador metódico, [...] deixando de ser o *eunuco* absolutamente neutro, ganhou em importância vivaz e ativa o que perdeu em vetustez de solar rotineiro”. Tudo isso sob a “direção yankee do Dr. José Carlos Rodrigues”,

<sup>88</sup> JORNAL do Commercio. *O Malho*, Rio de Janeiro, ano VII, n.317, 10 out. 1908, p.30. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/docreader/116300/12301> >. Acesso em: 05/07/2018.

adquirindo-se um “aspecto atraente e original de um velho-moço, de um ancião escovado e catita, vigoroso e *smart*”, sem perder sua experiência “quase secular, envolta numa orientação patriótica, cheia de prudência e bom senso”. A matéria explora também a mudança no formato promovida por Rodrigues: antes “mastodôntico”, agora “maneiro”, de fácil manuseio, podendo ser lido nas praças e não apenas no lar. A tudo isso ajunta-se uma nova casa, moderna, no coração da Avenida Central, um testemunho, segundo a matéria, dos “maiores surtos do progresso do Rio de Janeiro, nessa inauguração de tão grandioso edifício onde a imprensa do Brasil tem a sua máxima consagração e a dos grandes centros do mundo um dos mais possantes órgãos”.<sup>89</sup>

A repercussão dos eventos desse mês de outubro de 1908 foi enorme, um verdadeiro acontecimento. Não foram poucos os veículos de imprensa que cobriram a novidade. Assim como não foi pouco o repertório imagético gerado. Foram fotografias, caricaturas, sonetos, balanços retrospectivos de sua atuação e toda a sorte de elogios direcionados a José Carlos Rodrigues. Um ano depois, ele ainda figuraria na capa da *Careta*, com o mesmo tipo de epíteto: “O remoçador do vovô”, um dos qualitativos dados ao *Jornal do Commercio*, também referido como o “decano da imprensa”.

---

<sup>89</sup> Ibid., p.30-31. Grifos originais.



Figura 3

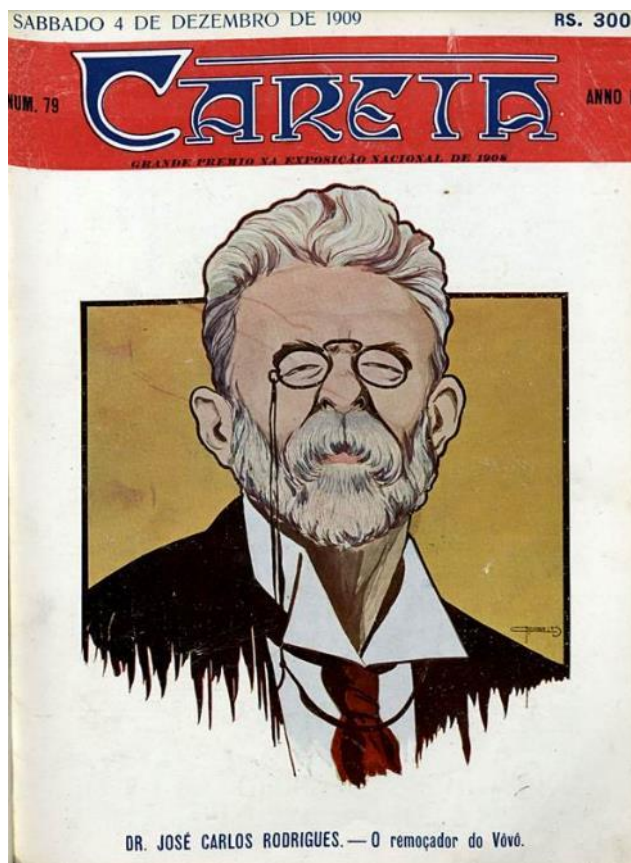


Figura 4

Embora toda essa repercussão seja de grande importância para a consolidação da imagem pública de José Carlos Rodrigues, quero destacar um folheto que ecoa essa ocasião de forma particular, chamado *Jornal do Commercio: 17 de Outubro (1890-1908)*.<sup>90</sup> Neste caso especificamente, ele detém o controle sobre sua narrativa e os traços que serão privilegiados. Esta não seria a primeira e nem a única vez em que Rodrigues lançava mão dos recursos tipográficos à sua disposição para editar obras do seu interesse ou de sua lavra.<sup>91</sup> Nesta ocasião, no entanto, ele vai além e faz uso do equipamento para imprimir material elogioso de si próprio.

O folheto é basicamente composto por uma apresentação sem autoria, pelo artigo inaugural escrito quando José Carlos Rodrigues assume a direção do periódico em 1890

<sup>90</sup> JORNAL DO COMMERCIO. **Jornal do Commercio: 17 de Outubro (1890-1908)**. Rio de Janeiro: Typ. do "Jornal do Commercio" de Rodrigues & C., 1908. Fundação Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos. Coleção Christopher Oldham. Localização: 32,04,002 n.009.

<sup>91</sup> Destaco aqui dois textos do próprio Rodrigues, embora haja alguns outros de sua lavra editados pela tipografia do *Jornal do Commercio*. RODRIGUES, José Carlos. **Projecto iniquo**: série de artigos da redacção do *Jornal do Commercio* contra o projecto apresentado à Câmara dos Deputados prorrogando a dictadura do prefeito do Districto Federal. Rio de Janeiro: Typ. de Rodrigues, 1903. \_\_\_\_\_. **O descobrimento do Brasil**: succinta noticia da descripção impressa mais antiga deste acontecimento. Rio de Janeiro: Typ. do 'Jornal do Commercio', 1905.



e pelo seu discurso quando do lançamento, em 1906, da pedra fundamental do novo edifício, inaugurado dois anos depois no mesmo dia da fundação do periódico em 1827.

Algo chama muito a atenção ao se enveredar pelas páginas do agora extinto *Jornal do Commercio*: seu senso de auto referência. Não é fácil precisar com exatidão se tal característica se inicia nessa época aqui recortada, embora os indícios apontem que sim. Definitivamente, durante a direção de José Carlos Rodrigues e nas décadas que se seguem, o *Jornal* fala de si e de seus principais membros com constância, principalmente nas suas efemérides. O arco de vida do *Jornal do Commercio* era de se admirar: não poucos lembravam que ele já existia de forma embrionária antes mesmo de o Brasil se tornar independente, tamanha sua longevidade. Em 1915, no mesmo ano que Rodrigues viria a se aposentar, ele próprio criou uma coluna, “O ‘velho’ Jornal”, dedicada a percorrer antigas notícias dadas pelo periódico para o leitor contemporâneo, retiradas do seu vasto acervo histórico.

Na apresentação inicial do folheto, lê-se: “Os que trabalham nas diversas seções do *Jornal do Commercio* deliberaram hoje uma festa em comemoração ao 18º aniversário da direção do Sr. Dr. José Carlos Rodrigues”. O autor anônimo está convencido que todos, desde os sócios da empresa, passando pelos amigos, até o público em geral, “aplaudirão a iniciativa” de prestar homenagem a Rodrigues: um jornalista que edificou um “palácio” e “cuja capacidade profissional e pureza de sentimento” estão na origem da “renovação progressiva” e “ininterrupta” pelo qual o *Jornal* vem passando nos últimos dezessete anos.<sup>92</sup> Há pelo menos uma outra ocasião, no ano de 1902, em que houve festejos para o dia em que Rodrigues assumiu a direção do empreendimento. A revista *Don Quixote*, do ilustrador Angelo Agostini, é um dos periódicos que noticia esse evento de 1902.<sup>93</sup> O próprio Agostini lhe rende homenagem no traço que tanto marcou a história da ilustração periódica brasileira.

---

<sup>92</sup> JORNAL DO COMMERCIO. Op. Cit., p.1.

<sup>93</sup> JORNAL do Commercio. *Don Quixote*, Rio de Janeiro, ano VIII, n.159, 20 out. 1902, p.8. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/docreader/714178/1142> >. Acesso em: 05/07/2018.



Figura 5

Outro juízo presente na apresentação do folheto é o binômio tradição e modernidade, que foi aludido em algumas das já mencionadas matérias, assim como na sua admissão ao IHGB. Tal traço é capitalizado ao se conjugar a longevidade do *Jornal do Commercio* com o fato de a nova direção respeitar sua tradição, mas ainda assim conseguir trazê-lo para os novos tempos:

A tradição que não continua a viver renovada é como um sol que se apaga de vez e desaparece. O trabalho hercúleo e salutar de nosso ilustre Diretor tem sido o de conservar sempre acesa e cada vez mais brilhante a chama sagrada e austera que nunca deixou de refulgir nestas colunas.<sup>94</sup>

A inauguração do novo edifício se apresenta como um dos momentos mais privilegiados para a consagração da trajetória de José Carlos Rodrigues, dada a magnitude do empreendimento.

O seu variado e sólido preparo; a sua formidável capacidade de trabalho; o seu gosto pela história, que há de ser sempre a luz da verdade e a mestra da vida; a sua confiança entusiástica no porvir; e a simplicidade do sentimento religioso, que constitui o fundo de seu caráter adamantino, habilitavam-no admiravelmente ao desempenho da missão que tomou sobre os ombros e em que se tem coberto de verdadeira glória.<sup>95</sup>

---

<sup>94</sup> Ibid., p.2.

<sup>95</sup> Ibid.

Já o artigo de José Carlos Rodrigues, publicado originalmente quando assume a direção da empresa em 17 de outubro de 1890, é um libelo à independência e imparcialidade do *Jornal*. Ele evoca os longos anos de existência e sua enorme importância – novamente, uma “instituição nacional” – como os marcadores centrais do periódico. O dever de servir à “causa pública” com “patriotismo e tolerância” se junta à ideia de independência e imparcialidade, rejeitando a possibilidade dele se tornar “órgão de partido, seita, classe ou grupo algum, pois o seu turno é o de todos, e de nenhum”. Apesar da forte e convincente retórica utilizada neste trecho, sabe-se que ao longo dos anos o *Jornal* influenciou incontáveis disputas políticas, abrigou membros de partidos em suas colunas, defendeu classes e interesses os mais variados, assim como favoreceu presidentes em troca de poder e influência.<sup>96</sup> O artigo, inclusive, termina com um forte viés ideológico, apontando um posicionamento político que pende ao liberalismo radical, algo que contrasta com a retórica da imparcialidade evocada. Este olhar de financista liberal de Rodrigues geralmente escapa da sua construção biográfica e será explorado ao final desta seção:

Ao alargamento da esfera do poder central que tem sido mal crônico entre nós, que se tem traduzido na abdicação virtual da liberdade em prol de um paternalismo oficial tão absurdo quão perigoso para a paz pública, o *Jornal do Commercio* oporá sempre a iniciativa inteligente do cidadão, procurando desenvolver-lhe o maior número possível de elementos que o habilitem a investir-se de sua influência no governo [...] e esforçando-se para promover a sua iniciativa e indústria para o maior aconchego e felicidade sua e maior glória do magnífico país que a Providência nos deu por pátria.<sup>97</sup>

Já o discurso proferido na ocasião do lançamento da pedra fundamental do novo edifício em 1906 – o último dos artigos publicados no folheto – revela de onde vieram os recursos para tão caro empreendimento. Rodrigues faz questão de manifestar que “sua construção não traduz infelizmente a aplicação das sobras de haveres, que não existem”. O dinheiro para erguer o prédio teria vindo do “grande crédito de que a Empresa felizmente goza”, provindo da “confiança na segura aplicação dos capitais que *sem a menor dificuldade* nos foram oferecidos para esse fim”.<sup>98</sup> Em sua fala, ele afirma que,

---

<sup>96</sup> Cf. BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**: Brasil, 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad x, 2010.

<sup>97</sup> RODRIGUES, José Carlos. Artigo do Sr. Dr. J.C. Rodrigues ao assumir a direção do Jornal do Commercio, no dia 17 de Outubro de 1890. In: JORNAL DO COMMERCIO. **Jornal do Commercio**: 17 de Outubro (1890-1908). Rio de Janeiro: Typ. do “Jornal do Commercio” de Rodrigues & C., 1908, p.6.

<sup>98</sup> RODRIGUES, José Carlos. Palavras do Sr. Dr. José Carlos Rodrigues no lançamento da pedra fundamental do novo edifício do Jornal do Commercio em 14 de Junho de 1906. In: JORNAL DO COMMERCIO. **Jornal do Commercio**: 17 de Outubro (1890-1908). Rio de Janeiro: Typ. do “Jornal do Commercio” de Rodrigues & C., 1908, p.8. Fundação Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos. Coleção Christopher Oldham. Localização: 32,04,002 n.009. Grifo meu.

desde que assumiu a gerência da empresa como seu “sócio solidário”, tem procurado velar sobre os interesses materiais de seus demais sócios, mas também do público, que “com seus haveres tem colaborado neste estabelecimento”. No entanto, haveria outro patrimônio “ainda mais precioso”, algo que seria a essência e o marcador central do *Jornal do Commercio*. O patrimônio em questão, como se pode imaginar, são as “gloriosas tradições de seu passado”, uma herança que ele procurou passar a seus sucessores “intacta, se não melhorada, [...] que honra a imprensa periódica” do continente.<sup>99</sup>

Rodrigues posa como modelo de virtude e portador de inquestionável moralidade. Ele assegura a seus ouvintes – principalmente seus colaboradores – que, “sejam quais forem os erros que o *Jornal* tenha cometido, podem ter a segurança absoluta de que trabalhais numa casa honrada”.<sup>100</sup> Tal postura remete à ideia explorada por Armelle Enders sobre a produção dos “vultos” nacionais no Segundo Reinado. A autora afirma que “o exemplo do grande homem deve ser contagioso, fazer surgir novos exemplos ou, ao menos, servir de guia moral e cívico”.<sup>101</sup> Boa parte das expectativas e das escolhas na consolidação biográfica de Rodrigues tiveram este horizonte, o de se passar como indivíduo exemplar e portador de virtudes. Ele mesmo raramente as evocava explicitamente sobre si, mas criava condições para que fossem enunciadas por terceiros: trabalho, generosidade, honestidade e retidão, traços que vão ganhando força na medida em que os eventos comemorativos se desenrolam.

A pedra fundamental lançada em 1906 se torna, no discurso de Rodrigues, “uma pedra angular do edifício moral e espiritual”. O bloco de granito sobre o qual a “nova construção vai descansar, rememora a base inconcussa da nossa estrutura, que é a fidelidade ao sacerdócio da verdadeira imprensa periódica”. O edifício fica consagrado como um novo “templo” dedicado ao trabalho, erguido sobre “rocha sólida” e não sobre terreno movediço, conforme uma fábula do Novo Testamento que Rodrigues relembra na ocasião: o *ethos* protestante de sua retórica já era bem conhecido.

A noção de *legado* é central no discurso de José Carlos Rodrigues e de seus admiradores. Esse evento possibilitou mais uma vez a Rodrigues se inscrever num fluxo de temporalidade – tradição, presente e futuro. Alguém que, com grande zelo, cuidou do

---

<sup>99</sup> Ibid., p.8-9.

<sup>100</sup> Ibid., p.10.

<sup>101</sup> ENDERS, Armelle. Op. Cit., p.46.

que recebeu e lançou bases para aqueles que herdariam tal patrimônio, um patrimônio ao mesmo tempo moral e material.

[Que] esta pedra fundamental que hoje colocamos simbolize bem e sempre esse fundamento de Justiça e Amor do próximo, essa base de perfeita aderência à Verdade, sem a qual os maiores edifícios não poderão jamais resistir ao embate das paixões: que ela represente sempre no *Jornal* aqueles princípios de honra, brio e independência que constituem a melhor parte do legado que recebemos, o seu maior cabedal no presente e o grande patrimônio que acumulamos para os vindouros.<sup>102</sup>

Passados sete anos da inauguração do novo edifício do *Jornal do Commercio*, a aposentadoria de Rodrigues, em 1915, gerou igualmente uma grande quantidade de material impresso, tanto pelos periódicos correntes, quanto pelo próprio *Jornal*, que vai mais uma vez editar um folheto reunindo toda sorte de manifestação: artigos de jornais, discursos, cartas, cartões e até telegramas.<sup>103</sup> Trata-se de um conjunto impressionante de textos reunidos na publicação.<sup>104</sup> Sua despedida profissional transcorre como uma espécie de consagração definitiva de sua vida pública, a esperada consubstanciação do indivíduo num *vulto da pátria* ainda em vida, algo evidenciado pela reação gerada.

Sua aposentadoria carrega como marca fundamental um olhar retrospectivo. Os discursos são todos teleológicos, construídos para dar a entender que tudo o que se passou em sua vida estava voltado para a culminância daquele momento final. A consolidação de sua identidade, seus traços e as escolhas ao longo de sua trajetória estão aqui mais coerentes que nunca. Trata-se de uma abundante capitalização na *economia da glória*.

Um dos principais motes presente no material recolhido no folheto repousa em sua inserção dentro de uma longa linhagem de editores e proprietários do *Jornal do*

---

<sup>102</sup> RODRIGUES, José Carlos. Op. Cit., p.11.

<sup>103</sup> JORNAL DO COMMERCIO. **Despedidas do Dr. José Carlos Rodrigues do Jornal do Commercio** (Maio de 1915). Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & C., 1915. Fundação Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos. Coleção Christopher Oldham. Localização: 32,04,002 n.003.

<sup>104</sup> A publicação também conta com uma descrição pormenorizada do almoço de despedida ofertado por Rodrigues a seus colaboradores – nesta seção há uma apresentação geral, a descrição do almoço em si, a “alocução do Dr. J.C. Rodrigues”, discursos dos seus “herdeiros” no Jornal e “diversas notas”, que foram as manifestações dos demais funcionários, cada um representando uma categoria de trabalhadores do *Jornal*. Segue-se a isso uma seção denominada “Transcrições Diversas”, que inclui mais duas notícias de periódicos – *Wileman's Review* e *Diário da Manhã* do Espírito Santo – um artigo de Victor Vianna – então colaborador e futuro redator-chefe do *Jornal do Commercio* – e uma matéria publicada no *Jornal* narrando o almoço que a nova direção do próprio periódico ofereceu a Rodrigues na semana seguinte de sua despedida: os discursos da ocasião são mais uma vez transcritos. Por fim, uma seção “Telegramas, cartas e cartões”, escritas pelos mais diversos indivíduos, muitos deles, a julgar pelo conteúdo, mantiveram algum contato com o homenageado. Há também figuras públicas, como João do Rio e Rodrigues Alves, embora sejam minoria. Estes curtos textos sugerem ao leitor do folheto uma forte reação à aposentadoria do jornalista, algo que acrescenta ao sentimento de importância e imponência que se quer transmitir.

*Commercio*, um tema bastante relevante e já explorado em 1908, quando comemorou seus 18 anos à frente do empreendimento. O periódico era o mais antigo do Brasil em circulação e sua longa história um traço simbólico sempre evocado. E sua modernização, um tema sempre visitado:

O Sr. Dr. José Carlos Rodrigues não podia, como ninguém poderia, fazer imprimir sem peias as qualidades individuais de visão e de temperamento. As tradições do *Jornal* fazem com que ele seja antes de tudo uma instituição, de modo que não pode ser nunca o expoente de uma ação de individualismo. Mesmo, porém, dentro de tais restrições, o seu diretor soube dar-lhe uma feição progressista, adotando e desenvolvendo paulatinamente os mais modernos moldes de informação e de feitura, sem saltos desordenados que lhe prejudicassem pelo imprevisto a essência da autoridade.<sup>105</sup>

O fato de Rodrigues ter se integrado harmonicamente à longa tradição do *Jornal* foi interpretado como uma das fontes de seu sucesso e prestígio. Essa espécie de prerrogativa de se respeitar o passado do *Jornal* parece assinalar o grande risco que teria surgido da decisão original, em 1890, de assumir o empreendimento dentro de uma mudança de regime político tão profunda. Passados vinte e cinco anos, nesse momento de aposentadoria, sua afinidade com o passado do periódico lhe rende louros e elogios: “É que no *Jornal* o ilustre e venerando jornalista que agora pretende descansar [...] se integrara já no domínio de suas tradições, tendo sido incontestavelmente um dos mais decididos fatores da sua grandeza e do seu prestígio atuais”.<sup>106</sup>

Rodrigues não foi lembrado apenas como diretor e proprietário. Sua trajetória no *Jornal do Commercio* estava quase completando meio século desde a primeira colaboração como jornalista correspondente, um fato recuperado em vários dos artigos e discursos. Seu envolvimento com a atividade jornalística aparece como uma vocação, algo que não poderia ser dissociado da pessoa. Até mesmo um periódico editado por ele na sua mocidade é lembrado para reforçar a ideia.

Convém notar que a sua entrada para a vida jornalística, onde fez tão segura e magnífica carreira, foi a consequência de vocação que se revelou desde a meninice. Aos treze anos, aluno do Pedro II, o Dr. Rodrigues dava um grande cuidado e um grande esforço à fabricação do *Gentio*, bocado de papel que fingia perfeitamente de jornal.<sup>107</sup>

---

<sup>105</sup> [ARTIGO de *A Notícia*, Rio de Janeiro, 3 maio 1915]. In: JORNAL DO COMMERCIO. **Despedidas do Dr. José Carlos Rodrigues do Jornal do Commercio** (Maio 1915). Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & C., 1915, p.10-11.

<sup>106</sup> [ARTIGO de *O Paiz*, 3 maio 1915]. In: JORNAL DO COMMERCIO. **Despedidas do Dr. José Carlos Rodrigues do Jornal do Commercio** (Maio 1915). Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & C., 1915, p.16.

<sup>107</sup> Ibid., p.17. A Biblioteca Nacional guarda dois exemplares do pequeno periódico.

A dedicação ao trabalho contagiou um sem número de representações do homenageado. Mais uma vez, são várias as alusões ao *self made man*, alguém que veio do nada e atingiu grandes êxitos.<sup>108</sup> Ele próprio teria reforçado essa autoimagem, que transparece claramente no seu discurso de despedida: “E eu comecei, sozinho, o *Novo Mundo*, escrevendo todos os artigos, corrigindo todas as provas, obtendo eu mesmo os meus anúncios, levando os jornais para o correio e, não me vexo de dizê-lo, varrendo o meu escritório”.<sup>109</sup> Rodrigues assume como um atributo edificante esta vivência solitária nos Estados Unidos: “Foi pelo trabalho que me elevei. Não forcei portas, não saltei pelas janelas da casa onde não tinha, pelo meu tirocínio, entrada franca”.<sup>110</sup>

Estes mesmos atributos parecem adornar seus principais colaboradores de então, reforçando a continuidade moral e exemplar daqueles que assumiriam o periódico. Para descrever sua decisão a respeito de quem seriam os seus herdeiros no *Jornal do Commercio*, ele afirma, ainda em seu discurso de despedida, que os escolhidos “subiram pelo seu trabalho e pelo seu zelo, e este foi o caminho por que também galguei à posição eminente de onde hoje desço satisfeito”.<sup>111</sup> Rodrigues se situa dentro de uma narrativa classicamente americana do tipo “*from rags to riches*”, a história de sucesso e oportunidade tão presente no imaginário do país.

Em 14 anos, sem apresentações, fiz o meu caminho graças à excelente educação que recebi aqui, graças aos meus princípios cristãos e à minha vida laboriosa. Poucos estrangeiros, pobres, desconhecidos, terão ali apertado a mão de tanta gente notável, no mundo político, industrial, literário e científico, como eu.<sup>112</sup>

Sua autoimagem de homem pobre se deve a uma avaliação altamente subjetiva.<sup>113</sup> No entanto, a força dessa representação de homem dedicado ao trabalho pode ser vista

---

<sup>108</sup> Muitas vezes a própria expressão em inglês é usada, em outras, aparecem adaptações do termo. Essa mesma representação pode ser vista em outros contextos. A *Revista da Semana*, dando nota de seu aniversário, afirma: “A data de 19 deste mês [...] registrou o aniversário natalício de dois mestres do jornalismo: o dr. José Carlos Rodrigues e o senador Alcindo Guanabara. Ambos lutadores enérgicos e perseverantes, são dois modelos do *self-made men*. Vitoriosos ambos, são hoje dois nomes notáveis, duas das figuras mais representativas do nosso meio intelectual”. NOTICIÁRIO elegante. *Revista da Semana*, Rio de Janeiro, 24 jul. 1915, p.35. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/docreader/025909\\_01/22053](http://memoria.bn.br/docreader/025909_01/22053) >. Acesso em: 04/06/2018.

<sup>109</sup> [ALMOÇO de Despedida]. In: JORNAL DO COMMERCIO. **Despedidas do Dr. José Carlos Rodrigues do Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & C., 1915, p.40.

<sup>110</sup> Ibid., p.58.

<sup>111</sup> Ibid., p.38.

<sup>112</sup> Ibid., p.45.

<sup>113</sup> Não custa lembrar que seu pai foi fazendeiro de café em Cantagalo, dono de terras e proprietário de escravos. Tampouco é mencionado de onde vieram os recursos para a fundação do periódico *O Novo Mundo*. Definir-se como pobre é algo que parece figurar como um recurso retórico voltado para engrandecer o sucesso obtido.

pela enorme reverberação de tal traço nas publicações reunidas no folheto. Há matérias que já trazem no título esta ideia. *O Imparcial* registra a “Retirada de um lutador”, que lhe rende uma alegoria de primeira página.<sup>114</sup> *O Paiz* afirma nessa mesma chave que “o trabalhador incansável resolve entregar-se ao descanso”.<sup>115</sup> A curta matéria publicada no *Jornal do Brasil* o qualifica como “esforçado” em três ocasiões diferentes. Em seu artigo, Victor Vianna também reforça tal característica: “Herói do trabalho, incansável estudador, jornalista à moda saxônia, fez relações seguras nos Estados Unidos e na Inglaterra. Fez mesmo fortuna, trabalhando e sonhando em ser útil ao Brasil”.<sup>116</sup> E o texto que apresenta a seção “Almoço de despedida” do folheto relata o quão longe tal traço o teria levado: “Subindo sempre, por seu esforço exclusivo e tenaz, viu-se distinguido com a amizade dos Presidentes Grant e Garfield, visitado, em Nova York, por D. Pedro II”.<sup>117</sup>

---

<sup>114</sup> RETIRADA de um lutador. **O Imparcial**, Rio de Janeiro, 9 maio 1915, p.1. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/107670\\_01/10583](http://memoria.bn.br/DocReader/107670_01/10583) >. Acesso em: 28/062018.

<sup>115</sup> [ARTIGO de *O Paiz*, 3 maio 1915]. Op. Cit., p.19.

<sup>116</sup> VIANNA, Victor. O grande mestre que se retira. In: JORNAL DO COMMERCIO. **Despedidas do Dr. José Carlos Rodrigues do Jornal do Commercio** (Maio de 1915). Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & C., 1915, p.100.

<sup>117</sup> [ALMOÇO de Despedida]. In: JORNAL DO COMMERCIO. **Despedidas do Dr. José Carlos Rodrigues do Jornal do Commercio** (Maio de 1915). Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & C., 1915, p.34.





Figura 6

Todo um conjunto de qualificativos que o alçavam à condição de indivíduo modelar jorra das páginas do folheto. Ele é representado como “um dos homens de maior autoridade moral” do Brasil,<sup>118</sup> como um “exemplo” a ser seguido em várias frentes, trabalho, honestidade profissional, energia, tenacidade, patriotismo etc.<sup>119</sup> O discurso de Ferreira Botelho – o novo proprietário do *Jornal do Commercio* – no almoço de despedida recorre ao mesmo tipo de louvor: “Continuará presente pela saudade, pelo espírito, pelo

<sup>118</sup> [ARTIGO de *A Tribuna*, 3 maio 1915]. In: JORNAL DO COMMERCIO. **Despedidas do Dr. José Carlos Rodrigues do Jornal do Commercio** (Maio de 1915). Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & C., 1915, p.26.

<sup>119</sup> [TRANSCRIÇÕES Diversas]. In: JORNAL DO COMMERCIO. **Despedidas do Dr. José Carlos Rodrigues do Jornal do Commercio** (Maio de 1915). Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & C., 1915, p.89.

*exemplo*”. Numa carta assinada por certo Lindolpho Xavier, a correlação entre Rodrigues e a imagem dos grandes homens e heróis do passado está ainda mais explícita: “Acostumado a ler nos livros de Samuel Smiles e em Plutarco a vida dos grandes homens, sinto-me vibrar quando se me depara um desses exemplares que norteia a diretriz dos povos e legam ao fim de sua carreira um *modelo perpétuo* de labor fecundo e de força de caráter”.<sup>120</sup>

A ideia de perpetuação também se faz presente. Mais uma vez, é Ferreira Botelho que exprime tal juízo: “Dr. Rodrigues: Este almoço não é um preito [homenagem] aos vossos méritos, *que já estão na história*”.<sup>121</sup> O próprio José Carlos Rodrigues faz menção a essa mesma posteridade: “E, lá fora, caminhando para o meu ocaso, e olhando para trás, vejo sem medo a minha própria sombra profetar-se muito maior do que eu”.<sup>122</sup>

Em outra passagem dos seus discursos de despedida, a expectativa de ficar para a posteridade aparece de forma distinta. Nessa ocasião, trata-se de uma expectativa emoldurada por uma materialidade. Rodrigues promovia o arquivamento de sua trajetória, guardando registros por mais insignificantes que parecessem: “Eduardo [Prado] chegava ao Metropole, o hotel onde eu estava, e aí copiou da sua carteira os algarismos da renda líquida do *Jornal*, num papel de hotel e que ainda conservo com todos os outros relativos a este negócio”.<sup>123</sup> Ele inclusive avisa em qual local toda a documentação poderia ser encontrada: “Se algum dia, daqui a 25 anos, ou daqui a 80 anos, algum curioso quiser continuar a série do ‘Velho Jornal’ como a que fiz iniciar, [...] achará na Biblioteca Nacional toda a documentação dos fatos relativos à aquisição do *Jornal* pela firma Rodrigues & C.”.<sup>124</sup>

Mais uma vez transparece a imagem de que estar presente em certas instituições é garantia de posteridade, de deixar um legado. No artigo do *Jornal do Brasil* reproduzido no folheto em pauta, a relação de Rodrigues com a Santa Casa de Misericórdia evidencia que suas estratégias de administração da posteridade se agregaram ao capital simbólico em torno de seu nome: “E quando determinou aplicar à filantropia grande parte dos seus

---

<sup>120</sup> [Carta de Lindolpho Xavier a José Carlos Rodrigues congratulando-o por sua aposentadoria. Rio de Janeiro, 10 maio 1915]. In: JORNAL DO COMMERCIO. **Despedidas do Dr. José Carlos Rodrigues do Jornal do Commercio** (Maio de 1915). Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & C., 1915, p.126. Grifo meu.

<sup>121</sup> [A HOMENAGEM do “Jornal”, artigo do *Jornal do Commercio*, 14 maio 1915]. In: JORNAL DO COMMERCIO. **Despedidas do Dr. José Carlos Rodrigues do Jornal do Commercio** (Maio de 1915). Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & C., 1915, p.110.

<sup>122</sup> *Ibid.*, p.115.

<sup>123</sup> [ALMOÇO de Despedida]. Op. Cit., p.50.

<sup>124</sup> *Ibid.*, p.57.

haveres, foi a Santa Casa da Misericórdia que de S. Ex. mereceu as doações magníficas que permitiram a fundação do Hospital de Crianças, de salas de operações e outros que *perpetuarão o seu nome*".<sup>125</sup>

Tomei conhecimento acerca da origem do capital para a construção da Policlínica das Crianças pela primeira vez num dos textos do folheto. Sua intermediação na tomada de um empréstimo para o encampamento das estradas de ferro de Pernambuco lhe rendeu uma polpuda comissão.<sup>126</sup>

A comissão que teve por esse patriótico serviço, generosamente a liberalizou pelos desprotegidos, fundando na rua Miguel de Frias a Policlínica de Crianças, confiada à Santa Casa, de cujo Hospital Geral foi também Mordomo, prestando inestimáveis serviços.<sup>127</sup>

Há um traço de Rodrigues que chegou a ser sinalizada acima, mas foi pouco explorada até agora nesse texto: o financista. Tal ausência deveu-se à escolha em seguir sua trajetória a partir dos momentos que proporcionaram “modalidades de produção de si”. O fato é que outros traços identitários foram priorizados em tais ocasiões, traços considerados ‘enobrecedores’. Sua faceta de homem do mundo financeiro era, no entanto, de conhecimento geral dadas as tarefas que Rodrigues assumiu em diferentes momentos.

Não foram poucas as ocasiões em que ele fez parte de comitivas para ciceronear estrangeiros, ora políticos, ora “capitalistas” vindos ao Brasil com o intuito de estreitar laços e investir seus recursos. A imagem abaixo retrata a ocasião em que um desses grupos aqui esteve em 1905, uma “comitiva de capitalistas” para conhecer o país “de norte a sul”, tanto “sua esplendida natureza”, quanto “para apreciar melhor os seus recursos e observar quais obras de utilidade geral em que os seus capitais pudessem ser empregados”.<sup>128</sup>

---

<sup>125</sup> [ARTIGO do *Jornal do Brasil*, 3 maio 1915]. In: JORNAL DO COMMERCIO. **Despedidas do Dr. José Carlos Rodrigues do Jornal do Commercio** (Maio de 1915). Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & C., 1915, p.23.

<sup>126</sup> O processo mereceu mais um desses folhetos de divulgação publicados por Rodrigues, dessa vez impresso pela Imprensa Nacional, com aparência de relatório oficial. RODRIGUES, José Carlos. **Resgate das estradas de ferro do Recife a S. Francisco** e de outras que gozavam da garantia de juros. Relatório apresentado ao exm. sr. dr. Joaquim Murtinho. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902.

<sup>127</sup> [ALMOÇO de Despedida]. Op. Cit., p.35.

<sup>128</sup> A VISITA dos capitalistas americanos. **O Malho**, Rio de Janeiro, ano VI, n.128, p.5. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/116300/4252>>. Acesso em: 28/06/2018.



Figura 7

Outro acontecimento em particular rende a José Carlos Rodrigues muitos holofotes: sua assunção como diretor do Lloyd Brasileiro em 1911, a mais importante companhia de navegação de então. Não cabe aqui esmiuçar os detalhes dessa questão, muitos dos quais seriam irrelevantes para a tese. Quero apenas registrar que seu envolvimento em atividades ligadas ao campo financeiro, ao mundo dos seguros e às atividades comerciais de uma forma geral são aspectos relevantes em sua trajetória que parecem pouco explorados nos momentos voltados à sua consagração biográfica. Vale citar o trecho de um artigo publicado no vespertino *A Noite* de 28 agosto de 1911 para dar uma ideia do impacto de sua posição numa empresa com tantos interesses conflitantes, como era o Lloyd Brasileiro.<sup>129</sup> E aproveito também para reproduzir mais dois exemplos de sua fortuna iconográfica que emanaram deste episódio. Ambas imagens foram retiradas das duas mais marcantes revistas da época, *Careta* e *O Malho*: as ilustrações foram impressas na folha de rosto, uma das seções mais em destaque das revistas. Os textos que as acompanham também mereceriam um olhar mais atento, algo que não será feito para não abrir uma nova frente que não acrescentaria ao argumento geral. Segue, ainda assim, a transcrição do referido trecho do artigo publicado em *A Noite*:

<sup>129</sup> Tratava-se de uma companhia nacional estratégica para a economia, cujo financiamento e saúde operacional dependiam do investimento externo, em particular da família Rothschild, de quem Rodrigues aparece mais de uma vez como porta-voz dos interesses.



Este perigo [o do Lloyd Brasileiro “parar nas mãos de estrangeiros”] está afastado com a solução que teve o caso. O nome do Dr. José Carlos Rodrigues na presidência da companhia já produziu dois resultados imediatos: tranquilizou a opinião dentro do país e produziu no exterior a confiança de que a empresa necessita para superar a crise financeira a que a levaram as circunstâncias agravadas pela influência do governo na sua administração.<sup>130</sup>



Figura 8



Figura 9

Sua aposentadoria do jornalismo foi uma das poucas vezes em que este lado financista foi acionado. Uma das mais interessantes manifestações se deu por meio de uma charge publicada n’*O Malho*, na edição imediatamente posterior à sua despedida. Nela, Rodrigues está apertando a mão de Ferreira Botelho, gesto que representa a entrega do *Jornal do Commercio* aos sucessores. Felix Pacheco, seu novo redator-chefe, também está na imagem junto com o arlequim, o personagem que simboliza *O Malho*. Na imagem, Rodrigues está com indumentárias de romano, louros de glória na cabeça, e porta um estandarte adornado com três fitas, cada uma com os dizeres “Finanças”, “Política” e “Filantropia”, nessa ordem. A legenda fala que seu nome nunca será apagado do *Jornal*, menciona sua posição de destaque no meio social, fala de sua vocação de jornalista,

<sup>130</sup> [R. M.] A crise do Lloyd. *A Noite*, Rio de Janeiro, 28 ago. 1911, p.1. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/348970\\_01/144](http://memoria.bn.br/DocReader/348970_01/144)>. Acesso em: 28/06/2018.

financista e patriota, e conclui ressaltando que seu coração era uma “fonte perene de filantropia”.<sup>131</sup>



Figura 10

DR. J.C. RODRIGUES: — Adeus, Botelho! Vou descansar um pouco das fadigas do jornalismo! Deixo-te o *Jornal* e o Felix: é o quanto basta para seres feliz. FERREIRA BOTELHO: — Obrigado! Mas fique sabendo que seu nome nunca mais se apagará desta casa! FELIX PACHECO: — Nem dos nossos corações. Um nome que fulgirá sempre como astro de primeira grandeza no nosso meio social. O MALHO: — Perfeitamente. E que se apaga voluntariamente, mas coroado de imarcescíveis louros, como jornalista, como financista e como patriota. Só uma coisa poderá eclipsar esse nome: é o coração do próprio lutador, fonte perene de filantropia.



Detalhe da imagem: “Finanças”, “Política”, “Filantropia”.

<sup>131</sup> A RETIRADA de um lutador. *O Malho*, Rio de Janeiro, ano XIV, n.661, 15 maio 1915. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/116300/29667> >. Acesso em: 28/06/2018.

Dois aspectos de sua vida foram amplamente silenciados nessa ocasião: seu já referido crime, razão que o levou a emigrar para os Estados Unidos; e a existência de uma família Rodrigues, esposa e duas filhas. Essa questão familiar será abordada na próxima seção. Já a forma como seu delito foi tratado revela um claro propósito de ressaltar algumas passagens de sua vida em detrimento de outras. As poucas menções aos primeiros anos na América do Norte foram usadas para enaltecer seu perfil de *self made man*, um homem que chegou lá pobre e sem amparo.<sup>132</sup>

Uma das poucas passagens em que Rodrigues alude à sua saída do país é obscura pelos termos que ele utiliza. O assunto surge quando, durante seu discurso de despedida transcrito no folheto – seu relato autobiográfico, conforme seus estudiosos defendem –, o jornalista rememora o banquete que lhe fora oferecido nos Estados Unidos em 1909, trinta anos depois de ter deixado o país:

Tudo isto [as homenagens nos EUA] enche de vaidade mesmo um espírito mais forte do que o meu, mas não repito estas coisas para engrandecer-me, mas para mostrar-vos que este humilde Brasileiro, *atirado moço aos Estados Unidos*, soube ali trabalhar na profissão que escolheu, e deixou amigos que, nesta distância de 30 anos, ainda ecoam dessa maneira a nossa fraternal amizade.<sup>133</sup>

A escolha dos termos e a voz passiva usada para equacionar o episódio evidenciam como ele escolheu tratar o fato por ocasião de sua aposentadoria. Em vida, Rodrigues fez o que esteve ao seu alcance para moldar sua imagem pública e dar coerência à sua biografia, valendo-se de acontecimentos propícios e do enlace com instituições. Nesse processo, ele tentou ocultar traços que evidenciassem suas contradições e falhas.

## 1.2 Ciclos de memória: morte, efemérides e posteridade

Numa edição de 1938 do periódico *A Noite*, o escritor Raimundo Magalhães Junior publica um artigo intitulado “A estátua de Capistrano”, em referência a Capistrano de Abreu, que falecera em 1929. No artigo, Magalhães Junior noticia a movimentação de políticos do estado natal de ambos, Ceará, visando erguer um monumento ao canônico

---

<sup>132</sup> Até mesmo esta ideia de ausência de amparo e de padrinhos é algo que não parece corresponder com precisão à realidade, vide um comentário seu: “Chegado aos Estados Unidos em 1867, mal tendo 23 anos, fui logo nomeado correspondente do Diário Oficial”. Destaquei este trecho para reforçar que mesmo tendo emigrado com um processo penal no país de origem, ele teria sido “logo nomeado” para colaborar com um periódico do Estado... Esta informação permite entrever que sua rede de contatos ainda se manteve mesmo à distância, uma rede que desde logo proporcionou-lhe uma atividade remunerada.

<sup>133</sup> [ALMOÇO de Despedida]. Op. Cit., p.44. Grifo meu.



historiador. O articulista argumenta que, embora seu conterrâneo mereça “uma estátua... duas estátuas... três estátuas”, se “lhe puserem a efígie em bronze, numa praça pública, terão violentado o seu espírito tão pouco propenso às exibições”. O jornalista defende, no entanto, que o “melhor monumento que Capistrano pode ter é a divulgação do que ele escreveu. É a perpetuação da sua obra. Sua obra é a sua glória”.<sup>134</sup>

A tradução que Magalhães Junior faz dos desejos de Capistrano parece se distanciar das expectativas predominantes que existia entre seus pares. Tal expectativa é particularmente evidente durante a Primeira República, por razões que serão expostas a seguir. Capistrano de Abreu, passados poucos anos de sua morte, se revestia de uma aura entre seus admiradores, ganhando uma projeção ainda maior que ela já tinha quando vivo, um homem cuja obra e trajetória deveriam ser alvo de demonstrações públicas de reconhecimento. A pintura, o busto, a estátua seriam formas de dar perenidade a tais homens. Além de ter uma estátua erguida em sua cidade natal, Capistrano viria a nomear não apenas ruas e praças, mas rebatizou até mesmo um município no interior do Ceará.

José Carlos Rodrigues ganhou um busto que ficou exposto na Policlínica das Crianças que ele idealizou e doou para a Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro, algo que não chega a ser surpresa. A partir de uma notícia da visita do monsenhor Costa Rego à “Policlínica de Crianças Dr. José Carlos Rodrigues”<sup>135</sup> em 1929, fica-se sabendo que no “Salão de Honra” encontrava-se os bustos do “fundador da casa” – o próprio Rodrigues –, do “primeiro diretor, Dr. Fernandes Figueira, e do benfeitor Alberto Barth”.<sup>136</sup> Segundo a matéria, o monsenhor também teria deixado escrito no livro de visitas o caráter exemplar daquela obra e de outras congêneres, algo que aponta para o espírito filantrópico difuso que podia ser facilmente percebido no Rio de Janeiro da Primeira República: “A nossa capital é realmente um exemplo de caridade entre as cidades mais ricas em obras de assistência social”.<sup>137</sup>

O próprio Rodrigues, durante seu tempo de vida, se envolveu e patrocinou não poucas ações semelhantes de *glorificação* para seus pares: túmulos imponentes, monumentos em praças públicas, bustos, placas etc. Num artigo de 1914 na primeira página do periódico *A Noite*, intitulado “Os vultos eminentes: a inauguração do túmulo

---

<sup>134</sup> MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. A estátua de Capistrano. **A Noite**, Rio de Janeiro, 3 jun. 1938, p.2. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/348970\\_03/54361](http://memoria.bn.br/DocReader/348970_03/54361) >. Acesso em: 14/04/2019.

<sup>135</sup> Após sua morte, a Policlínica das Crianças ganha o nome de seu patrono.

<sup>136</sup> Daremos notícia do papel desempenhado por este personagem mais adiante.

<sup>137</sup> VISITA DE MONSENHOR Costa Rego a uma dependência da Santa Casa. **A Noite**, Rio de Janeiro, 11 abr. 1929, p.8. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/348970\\_02/25359](http://memoria.bn.br/DocReader/348970_02/25359) >. Acesso em: 14/04/2019.



de Joaquim Murtinho será amanhã”, José Carlos Rodrigues figura como um dos “iniciadores” da homenagem ao falecido estadista.<sup>138</sup> Tendo morrido em 1911, a peça central da arte tumular foi encomendada ao já afamado escultor francês Auguste Rodin. A escultura que compõe o principal elemento do mausoléu é de uma mulher vestida de túnica representando a Glória, segundo afirma a matéria. Ela carrega um ramo de flores e deposita uma coroa de louros sobre a tampa, simbologia da Roma clássica para vitórias e conquistas. As noções centrais que estão sendo trabalhadas neste capítulo se destacam na matéria: o indivíduo-vulto, a glória pelos feitos e um lugar na posteridade, na memória da nação, por meio de algum tipo de materialidade.

Além desta homenagem a alguém que era de seu círculo de afetos, Rodrigues também se envolveu em dinâmicas institucionais voltadas para o mesmo tipo de ação. Num artigo intitulado “Glorificando a memória de Oswaldo Cruz”, José Carlos Rodrigues aparece arrolado entre aqueles que fizeram parte de uma comissão para “organizar os estatutos” de uma “sociedade que cuide, especialmente, das homenagens ao pranteado e sábio patricio, por ocasião da passagem das datas do seu nascimento e falecimento”.<sup>139</sup> Erigir uma estátua figurava como o primeiro passo para esta sociedade.

O escopo das homenagens a Oswaldo Cruz, conforme apontado na matéria, gira em torno das efemérides de seu nascimento e falecimento. No entanto, o momento imediato após a morte de destacadas figuras públicas tende a aparecer como aquele em que o balanço inicial da vida é traçado. Os elogios fúnebres – ou necrológios – e obituários surgem como a primeira manifestação a respeito do morto. Este tipo de discurso ganha um contorno ritualizado em que há uma evidente seleção de aspectos positivos dentro da biografia do personagem.

Parece razoável afirmar que quanto maior é a repercussão da morte de um indivíduo, maior a projeção que ele teve em vida. Esta fórmula, no entanto, não se esgota de maneira tão simplista. João José Reis em “O cotidiano da morte no Brasil oitocentista” recupera um conjunto de elementos de que as elites do século XIX lançavam mão a fim de dar mais destaque à morte de seus entes queridos, visto que quanto mais repercussão e sentimentos de pesar, maior a *percepção* de seu prestígio. Eram comuns, segundo Reis, a presença das folclóricas carpideiras, de uma grande quantidade de velas queimadas, de

---

<sup>138</sup> OS VULTOS EMINENTES: a inauguração do túmulo de Joaquim Murtinho será amanhã. **A Noite**, Rio de Janeiro, 11 maio 1914, p.1. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/348970\\_01/4277](http://memoria.bn.br/DocReader/348970_01/4277) >. Acesso em: 14/04/2019.

<sup>139</sup> GLORIFICANDO A MEMÓRIA de Oswaldo Cruz. **A Noite**, Rio de Janeiro, 27 jun. 1922, p.2. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/348970\\_02/6569](http://memoria.bn.br/DocReader/348970_02/6569) >. Acesso em: 14/04/2019.

música tocada por orquestras, assim como a presença de um grande número de pessoas – a maioria das quais sequer pertencia ao círculo social do falecido, segundo registra o autor. Mais interessante, no entanto, é o caráter publicista que veio acompanhado da ampliação da imprensa periódica e das tipografias. Além dos convites que eram enviados às centenas, Reis recupera anúncios pagos nos jornais agradecendo a presença daqueles que se “dignaram” a comparecer ao velório, assim como a difusão dos *mementos* – literalmente “lembranças”. Neste contexto, tratavam-se de pequenos panfletos impressos com algumas palavras, por vezes uma gravura ou até uma epígrafe, que eram distribuídos em memória do morto. Reis interpreta tais gestos como tentativas de impulsionar o prestígio do falecido por um conjunto de ações deliberadas.<sup>140</sup>

O que pode se perceber a partir de alguns destes pontos arrolados é que a maneira como a morte de um indivíduo é levada a termo pelos que ficam não apenas reflete aquilo que ele representou em vida. Em muitos casos, a morte se mostra como um momento crucial de disputa pelo significado de uma existência, especialmente quando se está tratando de figuras públicas ligadas à política ou ao campo da cultura. Uma série de ritos, materialidades e discursos são postos em movimento em tais processos. Há alguns casos paradigmáticos em nossa história: a morte de Getúlio Vargas talvez seja a mais eloquente.<sup>141</sup> Há outros episódios que também podem iluminar a questão aqui analisada, como o impacto do assassinato de Euclides da Cunha e sua subsequente transformação em “herói nacional”<sup>142</sup> e o falecimento de Pedro II em seu exílio,<sup>143</sup> só para citar dois exemplos.

Para situar melhor o debate, vale explorar com mais detalhes as cerimônias funerárias de Rui Barbosa, um indivíduo que partilhava os mesmos círculos de sociabilidade política e cultural de José Carlos Rodrigues. Não há pretensão de estabelecer uma comparação entre as trajetórias de Rui e Rodrigues, tampouco colocar os

---

<sup>140</sup> REIS, João José. O cotidiano da morte no Brasil oitocentista, in: NOVAIS, Fernando A.; ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **História da vida privada no Brasil**: Império. Companhia das Letras: São Paulo, 1997, p.116-119.

<sup>141</sup> Cf. HEYMANN, Luciana Quillet. **Cinquenta anos sem Vargas**: reflexões acerca da construção de um “legado”. Rio de Janeiro: CPDOC, 2004. Disponível em: < [http://cpdoc.fgv.br/producao\\_intelectual/arg/1611.pdf](http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arg/1611.pdf) >. Acesso em: 16/02/2017.

<sup>142</sup> ABREU, Regina. **O enigma de Os Sertões**. Rio de Janeiro: Funarte; Rocco, 1998.

<sup>143</sup> GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Os funerais de D. Pedro II e o imaginário republicano. In: SOIHET, Rachel et. al. **Mitos, projetos e práticas políticas**: memória e historiografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 69-82. FAGUNDES, Luciana Pessanha. E quando é morto o imperador? Batalhas memoriais nos funerais de D. Pedro II (1891). **Revista M**. Rio de Janeiro, vol.1, n.1, p.27-52, 2016. Disponível em: < <http://www.seer.unirio.br/index.php/revistam/article/view/8110/6985> >. Acesso em: 14/04/2019.

dois no mesmo plano de destaque gozado durante suas vidas.<sup>144</sup> Afinal, Rui Barbosa está entre os brasileiros mais relevantes da Primeira República.

O artigo de João Felipe Gonçalves, “Enterrando Rui Barbosa: um estudo de caso da construção fúnebre de heróis nacionais na Primeira República”, problematiza essa questão nas suas múltiplas camadas.<sup>145</sup> Na primeira seção do artigo, o autor se propõe a fazer uma etnografia das muitas cerimônias e manifestações relacionadas ao funeral de Rui Barbosa. Gonçalves chama a atenção para o fato de que se tratou do falecimento de um indivíduo muito específico, cuja aura de herói nacional já havia sido construída em vida, um baluarte daquilo que a “civilização” brasileira poderia oferecer de mais “superior”.<sup>146</sup>

Descrevendo o impacto de sua morte, Gonçalves arrola os qualitativos dados ao jurista que apontavam para a imortalidade, sacralização e para sua permanência, ainda que falecido. Com o mesmo propósito de compreender como ele foi alçado à condição de vulto, o autor explora os muitos simbolismos em torno do velório de Rui, chamando a atenção, inclusive, para o fato de sua realização ter ocorrido no saguão da Biblioteca Nacional.<sup>147</sup> Gonçalves resume os enunciados que se seguiram ao falecimento da seguinte maneira:

O discurso criado em torno da morte de Rui seguiu basicamente as linhas de sua consagração em vida: ele era afirmado como o maior defensor da liberdade e do direito no Brasil, o arquiteto da República, a súpula da cultura e da erudição brasileiras, a perfeita união entre o Verbo e a Moral. Era erigido como o grande homem, superior, polivalente, capaz de fazer uma nação com suas próprias forças. Era o símbolo de nossa *civilização*.<sup>148</sup>

O funeral de Rui foi “sobretudo um ritual que reforçava a incorporação de seu nome ao templo dos imortais brasileiros, dos Grandes Homens da nação”.<sup>149</sup> Todos os discursos fúnebres desta ocasião tiveram como objetivo a construção de sua imortalidade, conforme os muitos exemplos arrolados pelo autor.

---

<sup>144</sup> Tal relação é evidenciada num capítulo do polêmico livro de Raimundo Magalhães Junior sobre Rui Barbosa: MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. Rui, amigo e inimigo de José Carlos Rodrigues. In: \_\_\_\_\_. **Rui, o homem e o mito**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p.158-189.

<sup>145</sup> GONÇALVES, João Felipe. Enterrando Rui Barbosa: um estudo de caso da construção fúnebre de heróis nacionais na Primeira República. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.25, p.135-161, 2000, Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2111/1250> >. Acesso em: 15/04/2019.

<sup>146</sup> Ibid., p.141.

<sup>147</sup> Este envolvimento será abordado no capítulo 3, pois reporta à maneira como a Biblioteca Nacional era imaginada e representada enquanto instituição de memória e conhecimento: em mais de uma ocasião ela acolheu Rui Barbosa.

<sup>148</sup> Ibid., p.141. Grifo do autor.

<sup>149</sup> Ibid., p.142.

O objetivo da análise de Gonçalves é mostrar como este caso específico permite revelar traços mais gerais acerca das práticas cívicas e de consagração durante a Primeira República. O autor aponta que, durante este período específico de nossa história, houve um abundante número de “faustosos funerais cívicos de homens que então se afirmavam como heróis nacionais”, em especial homens ligados aos campos da política e das letras.<sup>150</sup> A associação mais comum estabelecida para justificar tal tratamento repousa sobre a relação destes indivíduos com a pátria. Tal identificação assume um caráter, segundo o autor, de celebração daquele Brasil, uma vez que todos teriam sido grandes patriotas, consagrados nas suas respectivas arenas e engrandecedores da nação.

Cada um desses indivíduos era aliás tido como a materialização de uma ideia, valor ou instituição. Eles davam literalmente *um corpo* a noções abstratas que os sobreviventes queriam celebrar. Pinheiro Machado era a Ordem; Rodrigues Alves, a Conciliação; Rui, a Liberdade e o Direito; Machado de Assis, a Literatura; Oswaldo Cruz, a Ciência; Rio Branco, o Território etc.<sup>151</sup>

Gonçalves conclui que havia um movimento geral de criação de heróis na Primeira República. Já foi visto na pesquisa de Armelle Enders sobre a criação de um “panteão de papel” dos “vultos nacionais” como os homens do Segundo Reinado elaboravam este mesmo processo, algo que era bem mais comedido e limitado se comparado com o processo de consagração republicano.<sup>152</sup> No entanto, há um elemento importante que Gonçalves ressalta e que ajuda a compreender a especificidade da época: a ausência de uma grande figura polarizadora como foi Pedro II, um “pai simbólico”, como ele denomina. Tal posição só viria a ser ocupada posteriormente por Getúlio Vargas. Haveria, então, durante este período republicano inicial uma espécie de vácuo simbólico que as tentativas de consagração de certos indivíduos buscaram preencher. Pode-se inferir que esse ambiente alimentava expectativas sobre o estabelecimento de legados para aqueles que se dedicassem a ações e conquistas valorosas, meritórias e louváveis.

Esta relação entre morte, glória e posteridade é abordada pelas sociedades humanas em variadas narrativas. A antiguidade clássica grega, em especial, guardou diversos aspectos deste universo temático. No poema épico *Ilíada* e em outras narrativas que sobreviveram, são abundantes os exemplos a este respeito. Detidamente analisados por Jean-Pierre Vernant em “A bela morte e o cadáver ultrajado”, tais exemplos – os da *Ilíada* em particular – formam um complexo painel da expectativa a respeito da morte e

---

<sup>150</sup> Ibid., p.148.

<sup>151</sup> Ibid., p.152. Grifo do autor.

<sup>152</sup> ENDERS, Armelle. Op. Cit., p.41-42.

do significado que lhe era atribuído. Para estes gregos, cada um existia e vivia em função dos demais, “sob o olhar e pelos olhos de outrem”. Suas posições se estabeleciam na extensão de sua reputação: “a verdadeira morte é o esquecimento, o silêncio, a obscura indignidade, a ausência de fama”. Não havia uma hierarquia clara entre estar vivo ou morto, existir era “ser reconhecido, estimado, honrado; é sobretudo ser glorificado: ser objeto de uma palavra de louvor, de uma narrativa que conta [...] um destino por todos admirados”.<sup>153</sup> Ainda que a morte tenha subtraído sua existência física, esse indivíduo continuava a existir pela “permanência de seu nome e pelo brilho de sua fama, que persistem não só na memória daqueles que o conheceram, mas também para todos os homens vindouros”. Esta permanência se daria de duas formas: pelo canto, pela poesia, ou seja, por alguma manifestação discursiva; ou pelo memorial, um túmulo, alguma materialidade estável e fixa.<sup>154</sup>

Certas escolhas de José Carlos Rodrigues evidenciam um conjunto amplo de disposições voltado para o estabelecimento de legados, algo que ocupou uma posição relevante de sua vida. Havia claros incentivos para tal, dada a cultura de consagração dos ‘grandes homens’ durante a Primeira República. Ele não foi uma exceção ao acalentar tal possibilidade.<sup>155</sup>

José Carlos Rodrigues falece em Paris, a 28 de junho de 1923, para onde tinha ido em busca de tratamento médico. Ele é enterrado em Londres alguns dias depois. Os primeiros e mais óbvios ritos – o velório e o enterro – não foram vivenciados presencialmente pelos seus pares brasileiros. A ênfase na análise de seu imediato pós-morte recai sobre o que foi publicado nos periódicos. O propósito geral desta seção, cumpre lembrar, remete à recuperação dos ciclos de memória que seguiram seu falecimento, com destaque para dois momentos específicos: seu imediato pós-morte e as lembranças por ocasião do centenário de seu nascimento.

Sua morte foi noticiada por todos os periódicos compulsados. Algo que não chega a ser uma surpresa por se tratar de um jornalista reconhecido, alguém cuja persona pública gravitava em torno da imprensa. Uma parte considerável do roteiro seguido pelos obituários e necrológios se baseou no discurso de aposentadoria de Rodrigues visto na

---

<sup>153</sup> VERNANT, Jean-Pierre. A bela morte e o cadáver ultrajado. **Discurso**, São Paulo, n.9, 1979, p.40-41. Disponível em: < <https://www.revistas.usp.br/discurso/article/view/37846/40573> >. Acesso em: 29/09/2017.

<sup>154</sup> Ibid., p.55.

<sup>155</sup> Ou como afirma Gonçalves ao final de seu artigo: “Trata-se antes de ver o que está envolvido na construção dos heróis em geral, e é para isso que este estudo de caso pretende ter contribuído. Rui Barbosa, sob esta ótica, foi um ruibarbossa entre outros”. GONÇALVES, João Felipe. Op. Cit., p.157.

seção anterior: seu discurso foi transcrito num folheto junto com muitas outras manifestações que surgiram naquela ocasião.<sup>156</sup> Muitos periódicos citaram diretamente tal discurso, chegando a caracterizá-lo como sua autobiografia, uma fonte de informação fundamental para as notícias de seu falecimento. Isso ilustra a eficácia advinda da impressão desse material, de modo que José Carlos Rodrigues conseguiu de certa maneira condicionar os termos pelos quais ele foi lembrado.

O necrológio da *Revista da Semana*, por exemplo, lembra o “ilustre morto” como “um exemplo de admirável energia, vontade e amor ao trabalho, símbolo triunfante do homem moderno”. A matéria recupera sua trajetória nos moldes exatos em que ficou exposta por ocasião de sua aposentadoria: tendo iniciado como “simples funcionário do governo”, Rodrigues teria conseguido “ainda em meio da vida uma posição vizinha da opulência e positivamente a dois passos do poder. A sua obra, por isso mesmo, não morrerá com ele”.<sup>157</sup>

Já o *Jornal do Brasil*, periódico que fez costumeiras críticas a Rodrigues, ressalta que “num país inclinado ao filhotismo, se acentuou pelas suas qualidades de *self made man*, capaz de se fazer pelos seus próprios méritos em meios estranhos, ou até mesmo ofensos, como serão naturalmente os meios estrangeiros”. O necrológio também chama a atenção para alguns pontos de sua trajetória e traços pessoais que já foram explorados antes: “vibração interna de trabalhador”, vocação precoce para a imprensa, o episódio do Canal do Panamá, seu patriotismo – algo que, segundo o jornal, teria se tornado um entrave para que ele galgasse a hierarquia da imprensa americana por não querer abrir mão da nacionalidade brasileira –, assim como sua atuação de financista e intermediador de vários empréstimos.<sup>158</sup>

*O Paiz* dedicou um longo texto na seção “Vida Social” ao falecimento: “O dia de ontem foi de luto para o jornalismo brasileiro, com o desaparecimento de uma de suas personalidades mais eminentes”. A matéria repete praticamente todos os qualitativos já citados, evidenciando o sucesso da consolidação de um discurso biográfico a seu

---

<sup>156</sup> Cf. JORNAL DO COMMERCIO. **Despedidas do Dr. José Carlos Rodrigues do Jornal do Commercio** (Maio de 1915). Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & C., 1915. Fundação Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos. Coleção Christopher Oldham. Localização: 32,04,002 n.003.

<sup>157</sup> DR. JOSÉ CARLOS Rodrigues. **Revista da Semana**, Rio de Janeiro, 30 jun. 1923, p.20. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=025909\\_02&pagfis=5034](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=025909_02&pagfis=5034) >. Acesso em: 10/04/2019.

<sup>158</sup> CONSELHEIRO DR. JOSÉ Carlos Rodrigues: o seu falecimento em Paris. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 29 jun. 1923, p.6. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_04/22469](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_04/22469) >. Acesso em: 10/04/2019.

respeito.<sup>159</sup> Os necrológicos seguiram um mesmo tipo de roteiro, chamando a atenção para um conjunto esperado de traços de Rodrigues e para os momentos fundamentais de sua trajetória. O *Jornal do Commercio* fez uma verdadeira homilia, publicando matérias a seu respeito e noticiando o impacto de seu falecimento em uma sequência de artigos que só finda após a celebração da missa de sétimo dia na Igreja da Candelária. Há elementos que valem ser recuperados aqui.

A matéria inicial ocupou toda a primeira página do *Jornal*, apresentando um longo perfil, novamente, fiel aos aspectos narrados pelo próprio quando de sua aposentadoria. Ela está dividida nos seguintes segmentos: o jornalista; o homem ativo – o financista; a direção do “*Jornal*”; a personalidade – lição de energia etc. Esta primeira incursão não chega a apresentar qualquer novidade para os propósitos aqui estabelecidos.<sup>160</sup>

Já na edição seguinte, um sábado 30 de julho de 1923, inicia-se um processo que envolve dar publicidade à repercussão de sua morte. Cada manifestação pública lamentando o falecimento de Rodrigues é reproduzida ou mencionada, cada uma delas parecendo ter como objetivo cimentar um pouco mais o seu edifício de glória e prestígio. O material a este respeito passa a ocupar a seção “Gazetilha”, coluna do periódico dedicada às notícias mais importantes do dia.

Toda a imprensa do Rio e dos Estados, sem distinção de orientação ou preocupações políticas, rendem a devida homenagem ao grande mestre e participou do nosso sentimento, fazendo largas referências à vida ilustre que se extinguiu, à carreira do jornalista incomparável, ao patriota, ao servidor sério e desinteressado do país.<sup>161</sup>

Há uma extensa lista das homenagens proferidas e dos telegramas de pêsames recebidos pela redação do *Jornal*. A posição social ocupada por cada missivista é informada, de embaixadores a governadores, homens de negócios e outras personalidades, informando até mesmo a visita presencial à redação do *Jornal do Commercio* de Júlio Dantas – intelectual português que estava em turnê conferenciando pelo Brasil, lotando auditórios e teatros. Além de destacar as manifestações recebidas “do estrangeiro”, o *Jornal* noticia pela primeira vez o traslado do corpo de Paris rumo a Londres para ser sepultado no “jazigo da família”: uma informação, no limite, delicada para a consubstanciação de sua imagem de patriota. Seu arranjo familiar ainda não foi

---

<sup>159</sup> DR. JOSÉ CARLOS Rodrigues. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 29 jun. 1923, p. 5. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/178691\\_05/13663](http://memoria.bn.br/DocReader/178691_05/13663) >. Acesso em: 10/04/2019. Grifos meus.

<sup>160</sup> DR. JOSÉ CARLOS Rodrigues. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 29 jun. 1923, p.1-2. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/364568\\_11/10210](http://memoria.bn.br/DocReader/364568_11/10210) >. Acesso em: 10/04/2019.

<sup>161</sup> DR. JOSÉ CARLOS Rodrigues. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 30 jun. 1923, p.3. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/docreader/364568\\_11/10232](http://memoria.bn.br/docreader/364568_11/10232) >. Acesso em: 10/04/2019.



explorado e permaneceu obscuro até de alguns amigos mais próximos durante toda sua vida: este ponto será esmiuçado a seguir.

Já sua proximidade com os países anglófonos não era segredo. Pelo contrário: sua contumaz caracterização pegava emprestada traços deste ambiente, principalmente sua relação com o trabalho, o tão repetido *self made man*, traço marcante da ideologia norte-americana em particular. Cabe mencionar que sua filiação religiosa de cristão protestante tampouco é explicitamente explorada, embora sejam constantes as menções à sua religiosidade. A Associação Cristã de Moços, instituição cuja fixação no Brasil teve em Rodrigues um dos principais articuladores, envia um “ofício” à redação do *Jornal do Commercio* repleta de louvores, tratando-o como “eminente *vulto*” e “*exemplo* de virtudes pelos longos e beneméritos serviços prestados ao país”: “A Associação Cristã de Moços guarda pois, no sacrário inviolável de sua história, os feitos e os exemplos desse homem que tomba no túmulo mas ressurge à vida espiritual com glória e esplendor como um exemplo maravilhoso à mocidade”.<sup>162</sup>

Nesta mesma edição, um discurso proferido na Câmara dos Deputados é reproduzido. O orador, o deputado Ramiro Braga,<sup>163</sup> teve como objetivo não apenas prestar uma homenagem pessoal a Rodrigues, mas incluir nas Atas da Câmara um “voto de pesar” pelo seu falecimento. Algumas das ideias centrais que estão sendo evocadas ao longo do capítulo – prestígio, glória e distinção, incorporação ao panteão dos vultos nacionais e reconhecimento da posteridade – aparecem em destaque na fala do político:

Sr. Presidente, costumamos render o tributo da nossa saudade e as homenagens de admiração e respeito aos vultos que culminaram no cenário nacional. E o Dr. José Carlos Rodrigues, preclaro fluminense e ilustre brasileiro, deixou, após si, larga e fulgurante trajetória. Grande inteligência, cultura vasta, aprimorada e segura, ele teve como norte da sua existência [...] o trabalho, dedicando-se a ele com a pertinácia, o entusiasmo e o fervor de um crente convicto de que somente no culto desta divindade se constroem as grandes obras e somente nas suas inspirações é que os grandes vultos conseguem ter a admiração, o respeito, veneração dos contemporâneos e pósteros.<sup>164</sup>

---

<sup>162</sup> [Ofício assinado por H.H. Lichtwardt, Secretário Geral da ACM Brasil]. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 30 jun. 1923, p.3. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/docreader/364568\\_11/10232](http://memoria.bn.br/docreader/364568_11/10232) >. Acesso em: 10/04/2019. Grifos meus.

<sup>163</sup> Trata-se do político, médico e jornalista de Campos/RJ, Ramiro Saturnino Braga, então deputado federal em seu quarto mandato. SILVA, Izabel Pimentel da. Ramiro Saturnino Braga. In: ABREU, Alzira Alves de. et al. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV. Disponível em: < <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BRAGA,%20Ramiro%20Saturnino.pdf> >. Acesso em: 05/06/2020.

<sup>164</sup> DR. JOSÉ CARLOS Rodrigues. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 30 jun. 1923, p.3. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/docreader/364568\\_11/10232](http://memoria.bn.br/docreader/364568_11/10232) >. Acesso em: 10/04/2019.



Na edição do dia seguinte do *Jornal do Commercio*, outro discurso advindo do meio político é transcrito e publicado, desta vez do Senado. O intuito é o mesmo: que a manifestação de pesar seja incluída em suas Atas. Há vários elementos elencados pelo senador Miguel de Carvalho<sup>165</sup> – o orador da homenagem na tribuna – que detalham algumas iniciativas centrais abordadas nesta pesquisa, em especial sua coleção de livros, que serão recuperadas no capítulo que segue.

Há também uma valiosa narrativa acerca da iniciativa de construir a Policlínica das Crianças, inaugurada em 1909, algo que foi acompanhado de perto pelo senador, uma vez que ele foi o provedor da Santa Casa por longos anos, contemporâneo de Rodrigues quando este era mordomo. O esforço feito para levar a obra adiante foi o principal mote a partir do qual Miguel de Carvalho quis delinear o caráter de José Carlos Rodrigues: “uma face não muito conhecida daquela têmpera moral, o sentimento de filantropia, de amor ao próximo, que ninguém poderia desconfiar existir dentro daquele físico que, às vezes, tinha uma apresentação severa”. Tendo sido um dos oradores na inauguração da Policlínica, o senador rememora o que havia então dito: “aquele donativo exprimia mais do que a largueza que um homem rico, das sobras das suas rendas, quisesse dar [...] aos pobres. Não. Aquilo representou de certo em diante um sacrifício para o benefício”.<sup>166</sup> O pedido para que o voto de pesar fosse incluído nas Atas foi aclamado por unanimidade. Anteriormente, nesta mesma sessão do Senado, foi apreciado o projeto de lei que contemplava a compra da casa de Rui Barbosa, para ser transformado em “Museu-Biblioteca Popular em homenagem à memória do ex-Senador pela Bahia”.<sup>167</sup> Se mera coincidência, não deixa de remeter ao argumento que acompanha o artigo de João Felipe Gonçalves acerca dos funerais de Rui Barbosa: o esforço de se constituir um panteão de vultos da Primeira República era um projeto que contava com amplo apoio dos poderes públicos.

A cobertura do *Jornal do Commercio* termina com uma matéria sobre a missa de sétimo dia do falecido jornalista. Uma lista enorme e cansativa com todos os nomes,

---

<sup>165</sup> Miguel de Carvalho foi político eleito por várias legislaturas, tendo participado de diversas formas na política nacional e fluminense; ele era íntimo de José Carlos Rodrigues uma vez que ambos tinham ligações com Cantagalo – cidade natal de Rodrigues – e estiveram investidos de cargos na Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro. O político foi por longos 36 anos o mordomo-mor da instituição. Ele ocupava este lugar quando Rodrigues planejou a construção da Policlínica das Crianças e a inaugurou, conforme fica claro em sua fala no Senado.

<sup>166</sup> DR. JOSÉ CARLOS Rodrigues. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 1 jul. 1923, p.3. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/docreader/364568\\_11/10250](http://memoria.bn.br/docreader/364568_11/10250) >. Acesso em: 10/04/2019.

<sup>167</sup> CONGRESSO NACIONAL. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 1 jul. 1923, p.3. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/docreader/364568\\_11/10250](http://memoria.bn.br/docreader/364568_11/10250) >. Acesso em: 10/04/2019.

cargos e posições daqueles que estiveram presentes na Candelária compõe o desfecho jornalístico acerca da morte de Rodrigues.<sup>168</sup> Não deixa de ser uma lista que reflete seu prestígio e reconhecimento uma vez que todos os poderes da República estavam presentes, assim como embaixadores de vários países, membros da elite econômica e cultural e todo o universo do campo jornalístico.

Em 1944, José Carlos Rodrigues completaria seus 100 anos de nascimento. Passadas mais de duas décadas de sua morte, novos e interessantes detalhes foram apresentados nesta ocasião. Há, porém, uma repetição de vários dos elementos que já foram devidamente explorados em passagens anteriores. Estes serão apenas mencionados para dar a dimensão do tipo de rememoração pretendida, evitando-se a reprodução repetitiva de detalhes.

Foram escolhidas para esta finalidade três publicações de fôlego dedicadas ao centenário de José Carlos Rodrigues: uma conferência posteriormente impressa pelo IHGB em sua revista; uma edição do suplemento literário dominical do jornal *A Manhã*; e um ensaio publicado na *Revista Brasileira* da Academia Brasileira de Letras (ABL). Cada uma, a seu modo, explora as possibilidades de se rememorar uma efeméride desta natureza.

A conferência no IHGB foi proferida por Elmano Cardim, que ocupava a mesma posição de José Carlos Rodrigues como redator-chefe do *Jornal do Commercio*, tendo substituído Felix Pacheco no cargo. Desde 1935, Cardim e a viúva de Pacheco eram os principais responsáveis pela condução dos negócios do periódico, situação que durou até 1957. Para além da continuidade material do empreendimento, Elmano Cardim também se inseriu dentro de uma espécie de linhagem herdada de seus antecessores, Rodrigues e Felix Pacheco. Ele próprio se define em sua fala como o “discípulo obscuro, para quem a mão generosa de José Carlos Rodrigues abriu as portas venerandas do *Jornal do Commercio*”.<sup>169</sup> Trata-se de um fato fundamental para compreender a escolha de Cardim como orador.

Um argumento que parece ganhar corpo com o correr desta exposição se centra em uma ideia consagrada no campo dos estudos de memória: sua evocação está

---

<sup>168</sup> Os periódicos da época tinham por hábito publicar enormes listas nominais relativas a eventos sociais, fossem festas, recepções, apresentações musicais e teatrais, ou até velórios.

<sup>169</sup> CARDIM, Elmano. José Carlos Rodrigues: sua vida e sua obra. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, n.185, p.126, 1944. Disponível em: <[https://drive.google.com/file/d/0B\\_G9pg7CxCsWXJiM1BjZ3JINlk/view?usp=drive\\_open](https://drive.google.com/file/d/0B_G9pg7CxCsWXJiM1BjZ3JINlk/view?usp=drive_open)>. Acesso em: 08/05/2018.

diretamente ligada ao significado que dela emana no momento presente dos atores que a negociam ou disputam. Em outras palavras, a memória não é algo dado, inerte ou externo às coletividades, mas um processo dotado de permanentes reforços, silenciamentos, embates etc. levado a cabo por um conjunto de atores em posições sociais hierarquizadas.<sup>170</sup> Pode-se perceber que a mesma lógica preside a maneira como certas instituições recorrem e promovem a rememoração de indivíduos que fizeram parte de suas trajetórias. Muitas das escolhas do IHGB enquanto instituição de memória se fundam em tal premissa: sua relevância permanece na medida em que, no tempo presente, ela consegue mobilizar pessoas e repercutir na coletividade a importância daqueles que fizeram parte sua própria história.

Além dos predicados já mencionados, Elmano Cardim também pertencia ao quadro de sócios do IHGB. Com o passar dos anos, este gênero de ensaio biográfico foi visitado com frequência por Cardim, tendo publicado conferências sobre os mais significativos ‘vultos’ da imprensa nacional, assim como explorado a atuação de outras figuras de nosso cânone político-social, destacando suas atuações no periodismo.<sup>171</sup>

Intitulada “José Carlos Rodrigues: sua vida e sua obra”, a conferência é dividida em eixos temáticos que não seguem necessariamente uma sequência cronológica: uma introdução biográfica bem geral, “O triunfo de um grande trabalhador”, “O jornalista brasileiro nos Estados Unidos”, “O profeta do canal do Panamá”, “A conquista de Londres”, “A direção do *Jornal do Commercio*”, “Doutor dos testamentos e dos evangelhos”, “O grande idealista”, “Bibliófilo e erudito”, “Benemerência e filantropia” e “O compromisso com o Instituto Histórico”.

Embora o tom de celebração da trajetória de Rodrigues seja predominante no texto, Cardim mostra uma inesperada sinceridade sobre os limites de se tomar vidas como exemplos a serem seguidos, algo que parece destoar daquilo que tem sido visto. Talvez seja um indício de certo deslocamento na percepção de como uma posteridade é realmente administrada, testemunhado por alguém que acreditava que homens como José Carlos Rodrigues seriam vivamente lembrados passadas décadas de seus falecimentos. Logo na introdução de sua conferência, Cardim desenvolve este ponto.

---

<sup>170</sup> POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989, p.3-4. Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417> >. Acesso em: 06/02/2017.

<sup>171</sup> Os outros biografados por Cardim são Rui Barbosa, Machado de Assis, Felix Pacheco e Rio Branco, só para ficar naqueles que fazem parte da publicação. Cf. CARDIM, Elmano. **Na minha seara**. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1949.

A vida de José Carlos Rodrigues poderia ser escolhida como padrão, atestando quanto vale a decisão de um homem que se dispõe a lutar e a vencer pelo trabalho e pela confiança em si próprio. Seria mais um retrato na galeria dos vitoriosos, para exemplo de outras ambições e de outros sonhos.<sup>172</sup>

No entanto, Cardim prossegue afirmando não acreditar que “exemplos de vidas sirvam a outras vidas”, algo especialmente verdadeiro para os “moços”, movidos pela crença em si próprios, por vaidade ou pelo “estímulo à autossuficiência”. Ao afirmar que “os exemplos dos velhos só têm valia para os que já não são moços”, fica-se com a impressão que algo ocorrera: o projeto do panteão de vultos da Primeira República, com seus variados rituais cívicos e indivíduos-emblema, talvez já não fizesse mais tanto sentido naquele ano de 1944.<sup>173</sup>

Embora rico em detalhes e de uma narrativa consistente, que percorre os principais aspectos da trajetória de Rodrigues, a conferência do IHGB pouco acrescenta ao que já foi visto. Trata-se mais de um reforço à imagem pública construída pelo falecido jornalista do que de uma tentativa de fornecer novas chaves para a compreensão de suas escolhas. Há que se notar que Cardim não faz qualquer menção ao crime cometido em sua juventude: ele chega a classificá-lo de “jovem exilado”.<sup>174</sup> Algo que por si só revela a conformidade de sua fala à narrativa “oficial” do próprio homenageado.

Ao contrário daquilo que Cardim postulou no início de sua fala, a conclusão de sua conferência tenta recuperar a importância da ideia de exemplaridade e glória, devotando a Rodrigues um lugar no panteão da posteridade junto a outros brasileiros neste típico processo de canonização cívica praticado pela instituição:

Acabou como começou: longe da pátria, mas com seu pensamento e seu coração voltados para ela. Por isso seu espírito perdura entre nós e sua vida, que hoje evocamos e bendizemos, há de permanecer sempre, na memória brasileira, como exemplo e paradigma de trabalho, de caráter e de patriotismo.<sup>175</sup>

Os outros dois textos escolhidos para representar a celebração do centenário de José Carlos Rodrigues estão de alguma forma conectados. Ambos tiveram a mão do

---

<sup>172</sup> CARDIM, Elmano. José Carlos Rodrigues: sua vida e sua obra. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, vol.185, p.126-127, 1944. Disponível em: < [https://drive.google.com/file/d/0B\\_G9pg7CxKSsWXJiM1BjZ3JJNik/view?usp=drive\\_open](https://drive.google.com/file/d/0B_G9pg7CxKSsWXJiM1BjZ3JJNik/view?usp=drive_open) >. Acesso em: 08/05/2018.

<sup>173</sup> Ibid., p.127.

<sup>174</sup> Ibid., p.129.

<sup>175</sup> Ibid., p.157.

jornalista Claudio Ganns.<sup>176</sup> Embora de naturezas muito distintas, fica evidente a complementaridade de ambos.

O suplemento literário dominical do jornal *A Manhã*, chamado “Autores e Livros”, dedica a maior parte de seu fascículo do dia 8 de outubro de 1944 à rememoração de José Carlos Rodrigues. Rico em imagens do homenageado,<sup>177</sup> o conjunto é basicamente composto por uma breve “notícia” biográfica e pela reprodução de dois textos publicados por Rodrigues – um deles sobre religião, e outro de história, sobre o primeiro impresso a respeito do descobrimento do Brasil. Há também duas listagens bibliográficas – uma delas tentando dar conta de tudo que ele publicou e outra com referências para o estudo de sua vida – e a transcrição de documentos pessoais, numa seção chamada “Documentos de arquivo”.<sup>178</sup>



Fig.11

Trata-se de um inteligente apanhado de textos, imagens e referências que vão além de um mero elogio biográfico, celebrando o personagem pelos seus escritos sem dar uma pesada ênfase às suas características exemplares ou às ações voltadas para a benemerência e afins. Aqui, o interesse pelo material de arquivo de Rodrigues ganha destaque pela primeira vez, algo que será detalhado no ensaio de Claudio Ganns publicado na *Revista Brasileira* da ABL, visto a seguir. A escolha das peças documentais se centra em cartas de e para importantes personagens históricos. São eles o barão de Rio Branco, Rui Barbosa, Campos Sales, o antigo ministro da Justiça, J.J. Seabra, e o

<sup>176</sup> Claudio Ganns (1896-1960) foi um advogado, jornalista e historiador brasileiro. Além de ter exercido a prática do direito em diferentes esferas e escrito para variados periódicos, envolveu-se com o ofício de historiador escrevendo artigos, organizando publicações e ministrando cursos e conferências. Esteve por mais de 20 anos envolvido com o IHGB, chegando a exercer a direção da *Revista do IHGB* por mais de uma década.

<sup>177</sup> São retratos, fotografias em diversas idades e até uma caricatura d’*O Malho* reproduzida aqui na seção anterior.

<sup>178</sup> [NOTÍCIA SOBRE JOSÉ Carlos Rodrigues]. **Autores e Livros** (Suplemento Literário de *A Manhã*), Rio de Janeiro, vol. VII, p. 181-191, 8 out. 1944. Disponível em: <  
<http://memoria.bn.br/DocReader/066559/2245>>. Acesso em: 10/04/2019.

historiador/diplomata Oliveira Lima. Fica-se com a impressão de que a troca de correspondência com figuras já consagradas da história republicana fosse um indicativo do próprio valor de José Carlos Rodrigues.

Para além do evidente traço memorialístico do suplemento, percebe-se um incipiente interesse por um tratamento histórico a respeito do falecido jornalista. Uma das listagens elaboradas é chamada de “Fontes para o estudo de J.C. Rodrigues”. Nela, há um arrolamento de obras impressas e de manuscritos que naquela data estavam disponíveis. Claudio Ganns recorre aos acervos da Casa de Rui Barbosa, em particular. A informação dada a respeito não é totalmente clara.<sup>179</sup>



Fig.12

A lista de obras impressas em que há alguma menção a Rodrigues é impressionante. O jornalista chega inclusive a apontar as páginas em que tais ocorrências apareciam. O tipo de obra que ele lista, inclusive, se afasta do paradigma do elogio biográfico, contendo material que de certa forma ataca o homenageado, novidade no tratamento memorialístico devotado a Rodrigues. O empreendimento de Ganns no suplemento literário dedicado ao centenário de jornalista, aponta para um deslocamento no tratamento que ele passaria a receber, algo que será aprofundado pelo autor em seu ensaio. Vê-se duas novidades presentes nesse trabalho: a incorporação de elementos biográficos não explorados pelos seus memorialistas, que seguiram as linhas gerais consagradas por Rodrigues ainda em vida; e uma preocupação com a operação

<sup>179</sup> Na próxima seção, a presença dos fundos documentais de José Carlos Rodrigues em instituições públicas será aprofundada.

historiográfica e o manejo de fontes para a consolidação de um retrato mais completo do personagem.

Fiel à abordagem do suplemento literário, Claudio Ganns, em seu ensaio para a *Revista Brasileira* da ABL, não se submete à adoção de um padrão meramente elogioso para biografar o falecido jornalista. Há conteúdo abrasivo à imagem de Rodrigues, em especial acerca do malfadado episódio de sua juventude. O título do texto já delimita seu caráter: “Um retrato impressionista: revelações sobre J.C. Rodrigues”.<sup>180</sup> Trata-se de um escrito em primeira pessoa, altamente personalista, que redundava numa espécie de colcha de retalhos de ‘causos’ colhidos das mais diversas formas e encadeados como se fossem pequenas crônicas. Tendo convivido quando jovem com pessoas do círculo de relações de Rodrigues, Ganns mescla o procedimento historiográfico baseado em fontes primárias a relatos orais e às suas lembranças pessoais, fruto de antigas impressões. No trecho abaixo, o autor apresenta seu método, o que permite entrever o tom geral do ensaio:

O acontecimento cronológico [seu centenário] fez-me evocar reminiscências pessoais, esgaravatar alguns fatos pouco sabidos, coligir outras anotações de leituras – os quais, apesar da aparente desconexão, reunidos em torno daquela figura singular, acredito que comporão um esboço apenas “impressionista”, onde seja possível descobrir os traços verazes da sua fisionomia humana.<sup>181</sup>

Há neste ensaio o desvelamento de aspectos silenciados da biografia ‘oficial’ de Rodrigues, notadamente informação sobre sua fuga para os Estados Unidos, assim como detalhes sobre sua família inglesa, algo que sequer foi detalhado até agora.<sup>182</sup> Talvez este texto possa ser considerado como uma resposta ao silenciamento e à seleção de atributos biográficos de Rodrigues em vida, algo que pode servir como uma boa chave interpretativa para sua leitura.

Seu ensaio começa com um balanço sobre o centenário de nascimento de José Carlos Rodrigues: uma “comemoração singela, embora retardada” com “escassa cerimônia religiosa”, assistida por “quase apenas o afeto da família e a solenidade pública à tarde, no Instituto Histórico”. A respeito desta, Ganns afirma que “Cardim, com recursos de homem de espírito livre e homem livre de imprensa, soube *cultuar* com maestria a

---

<sup>180</sup> GANNIS, Claudio. Um retrato impressionista: revelações sobre J. C. Rodrigues. **Revista Brasileira**, Rio de Janeiro, ano IV, n.11, p.195-219, 1944. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=139955> >. Acesso em: 10/05/2018.

<sup>181</sup> Ibid., p.194.

<sup>182</sup> Embora pareça algo secundário para o trabalho, ficará claro mais adiante a relevância deste assunto no tocante à doação de sua coleção de livros e papéis raros: uma das justificativas para sua venda e consequente doação recai sobre a alegação de Rodrigues não ter filhos, algo que aparece numa matéria do *Jornal do Commercio* que repercute o fato.



memória de quem se destacara por dotes de cultura e afirmações de independência jornalística”.<sup>183</sup>

A partir daí, Ganns dedica longos trechos à rememoração dos tempos em que, jovem, acompanhou de perto sua vida. Ele tinha entrada na casa de Rodrigues pela proximidade com seu sobrinho e com o filho de Euclides da Cunha, cuja tutoria e responsabilidade legal o jornalista assumira após o infame episódio de sua morte.<sup>184</sup>

Ganns dedica mais da metade de seu texto à abordagem do episódio que teria motivado a ida de José Carlos Rodrigues para os Estados Unidos. Neste esforço de apresentar facetas e repercussões deste acontecimento, o ensaísta recorre a vários artifícios: ele recupera lembranças de conversas na casa do tio, o médico e político Azevedo Sodré; revolve uma polêmica de Rodrigues com Tobias Barreto em 1876;<sup>185</sup> recolhe um relato oral de um velho funcionário do Ministério da Fazenda que teria acompanhado os eventos na época; reproduz conversas que o embaixador brasileiro em Washington, Salvador de Mendonça, teria tido com Pedro II nos Estados Unidos em 1876 a respeito da possibilidade de um indulto oficial a Rodrigues – ao que o imperador não aquiesce; e dá notícia de dois folhetos difamatórios escritos depois de seu retorno ao Brasil na década de 1890.<sup>186</sup>

Além destas entradas, Ganns reproduz uma missiva de Rodrigues em resposta a Rui Barbosa, então ministro da Fazenda, presente em seu acervo. Rui teria convidado o jornalista a realizar uma missão financeira, ao que Rodrigues responde lembrando-lhe que “suas faltas” poderiam ser usadas contra o então ministro pelos seus adversários

---

<sup>183</sup> Ibid., p.194. Grifo meu.

<sup>184</sup> Ganns chega a reproduzir seus diálogos com Euclides Filho: “Moro aqui próximo, na rua Paysandu, por empréstimo, sob teto do Dr. José Carlos Rodrigues, que me recolheu paternalmente em sua casa hospitaleira, como filho, desde quando me faltou tudo o mais, com a morte do meu pai”. Ibid., p.193-194. Em 1916, numa doação independente da doação da coleção Benedicto Ottoni, Rodrigues legou à Biblioteca Nacional o acervo pessoal sobre Euclides em sua posse, manuscritos variados.

<sup>185</sup> A polêmica se deu por conta de uma crítica a um livro seu em *O Novo Mundo* que o filósofo não teria gostado, levando-o a publicar em resposta um artigo contra o jornalista no qual o atacava por seu delíto. Ganns chega a incluir esse texto nas “Fontes para o estudo de J. C. Rodrigues” do Suplemento Literário acima, e ele próprio quando encarregado de reeditar as obras completas de Tobias Barreto incluiu este texto no volume “Polêmicas”, sendo que na primeira edição o mesmo estava ausente!

<sup>186</sup> Os folhetos teriam sido entregues em mãos aos convidados nacionais e estrangeiros – diplomatas e empresários – em frente à casa de José Carlos Rodrigues numa recepção que ele promovia. A Casa de Rui Barbosa possuiu um deles. Ganns também afirma ter visto outro folheto contendo o processo que Rodrigues sofrera no Brasil, traduzido para o francês e inglês. No exemplar da Casa de Rui Barbosa, há inscrições à mão, informando que os folhetos foram entregues a todas as nações da Europa, a todas as repúblicas da América, a todo o corpo diplomático, aos grandes banqueiros e à imprensa de todo o mundo. O indivíduo em questão seria Luiz Jacome de Abreu e Souza, alguém que fora afetado pelo episódio do crime de alguma maneira que não está totalmente clara.



políticos.<sup>187</sup> Ganns chega até mesmo a pinçar trechos de *O Novo Mundo* escritos por Rodrigues que parecem um autoflagelo público.<sup>188</sup> Enfim, uma verdadeira enxurrada de informação provavelmente nunca tornada pública desta maneira até então. Trata-se de tanto material que sua reprodução aqui não é viável.

Já a questão relativa à família de José Carlos Rodrigues ganha menos atenção, embora seja provavelmente a primeira vez que alguém explore seu silenciamento. O ensejo para tal surge por conta do relato da amizade nutrida entre o jornalista e José da Silva Costa, que além de ter sido advogado da família imperial, era o responsável jurídico pelo *Jornal do Commercio* enquanto Rodrigues esteve à frente do negócio. Segundo Ganns, Silva Costa teria sido inclusive quem intercedeu junto ao então ministro da Justiça a fim de possibilitar sua fuga para os Estados Unidos em 1867. Foram décadas de amizade e de cumplicidade. No entanto, conforme argumenta Ganns, “desviaram-se, talvez mais por ciúmes de amizade, desejosa de correspondência mais tépida – que sempre faltou ao frio temperamento de J.C. Rodrigues”. Segue ele: “O ‘pretexto’ declarado foi J.C. Rodrigues não haver nunca comunicado ao amigo, quase da infância, a família inglesa que constituía – cuja legalização, pelo casamento, em 1920, viera a ter lugar”. Em uma nota de rodapé, Ganns também informa que Rodrigues “tinha então 76 anos e assim legalizava uma situação antiga, que permitia à filha elevar-se, pelo casamento, até a nobreza inglesa”.<sup>189</sup>

Tal assunto não teria qualquer relevância para a pesquisa não fosse seu enorme silenciamento. Pode-se imaginar que sua relação matrimonial era fora dos padrões brasileiros da época. A condição de amancebado, sem estar casado no regime religioso ou civil, talvez não condissesse com um homem que aspirava à retidão moral à exemplaridade. Parece ter sido preferível silenciar a respeito de suas relações do que

---

<sup>187</sup> Esta carta está presente na Casa de Rui Barbosa. Já a carta original que Rui Barbosa escreveu a José Carlos Rodrigues se encontra hoje na coleção Christopher Oldham da BN, coleção esta que será tratada na seção a seguir.

<sup>188</sup> Um dos trechos em questão: “O réu que comete um crime na sociedade e que é punido, fica com a sua consciência purgada: ele sente que está quites com a justiça e este sentimento lhe traz paz e sossego da consciência. Mas aquele que olhando para certa fase do seu caráter acha ali alguma coisa que lhe abafe esse sentimento de justiça, que está impresso em sua alma, e que não vê como expiar esta causa do seu desassossego [...] esse sofre realmente por muito tempo”. Ibid., p.204.

<sup>189</sup> Ibid., p.210. Trata-se de William Garthwaite, que se casou com Janet Rodrigues, tornando-se barão em 1919 por serviços prestados à coroa inglesa durante a Primeira Guerra. Ele era dono de embarcações e atuou como corretor de seguros para a Lloyd inglesa, além de ser fazendeiro de cana de açúcar. José Carlos Rodrigues era oficialmente seu procurador para assuntos financeiros, comerciais e legais no Brasil, conforme documento presente na coleção Christopher Oldham. [Procuração passada por William Garthwaite a José Carlos Rodrigues que em seu nome poderá passar a abrir contas...] Fundação Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, coleção Christopher Oldham, 32, 04, 01 n.42.

incluir explicitamente seu arranjo afetivo ‘desviante’ dentro de seu desenho autobiográfico. A imagem abaixo é eloquente a este respeito: sua filha – Janet Sampson – e seu genro, recém tornado barão inglês, têm sua presença no Brasil registrada pela revista *Fon Fon*. Fala-se que serão hóspedes de José Carlos Rodrigues, mas não há qualquer menção à sua paternidade.<sup>190</sup>

Numa carta que Júlio Benedicto Ottoni escreveu para apresentar as condições de doação da coleção à Biblioteca Nacional, ele justifica explicitamente que uma das motivações para o arranjo era o medo de Rodrigues ter sua biblioteca dispersada depois de morto já que era “solteiro e sem filhos”. O *Jornal do Commercio* publica a carta.<sup>191</sup> Este ponto será revisitado com mais detalhes no próximo capítulo.



Fig.13

Há vários outros pontos elencados por Claudio Ganns em seu ensaio que serão igualmente explorados mais adiante. Alguns deles preciosos para a reconstituição do percurso que a documentação pessoal de José Carlos Rodrigues trilhou antes de chegar em definitivo à Biblioteca Nacional, bem como para elucidar aspectos da relação de Rodrigues com sua coleção de livros e papéis raros.

<sup>190</sup> Na nota que acompanha as fotografias, lê-se: “Em viagem de recreio a bordo do seu iate *Adventuress* acha-se, atualmente no Rio, acompanhado de sua senhora, Sir William Garthwaite, que como hóspede do Dr. José Carlos Rodrigues se demorará algumas semanas nesta capital. À esquerda, o *Adventuress* e, à direita Sir Garthwaite em companhia de sua esposa.” UM VISITANTE ilustre: Sir William Garthwaite. *Fon Fon*, Rio de Janeiro, n.29, 19 jul. 1919, p.38. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/259063/33578> >. Acesso em: 28.06.2018.

<sup>191</sup> UM DONATIVO régio [II]. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 8 jul. 1911, p.3. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/364568\\_10/6219](http://memoria.bn.br/DocReader/364568_10/6219) >. Acesso em: 05/06/2015.

O arremate do ensaio de Ganns apresenta uma ideia que se coaduna bem com a forma que essa seção começou. O autor atenta para um fato relevante dentro da trajetória intelectual de Rodrigues: uma obra relevante cuja permanência inédita. Trata-se do segundo volume do catálogo de livros de sua coleção *Bibliotheca Brasiliense*, que àquela altura já estava na BN. Cabe recordar que Rodrigues havia publicado o catálogo de apenas uma parte de sua biblioteca, aquela que compreende período “Brasil colônia”, que vai até 1822, ano da Independência. Esse segundo volume manuscrito e inédito abarcava mais de dez mil peças relativas ao período imperial. Ganns relata as tratativas feitas para que finalmente fosse impresso.

A divulgação dessa alvissareira notícia, que alegrará os estudiosos, acreditamos, será o melhor e o mais grato monumento que se poderá erigir, como sinal de reconhecimento coletivo – ultrapassando o círculo das demonstrações de afeto privado e das fugazes celebrações históricas.<sup>192</sup>

Na avaliação do autor, tal iniciativa seria muito mais afeita ao temperamento de José Carlos Rodrigues, que “sorriria mais agradavelmente, fugindo de qualquer perpetuação no bronze estatutário, a essa singela e significativa homenagem da cultura à sua memória de grande homem, verdadeiramente ilustre e sábio”.<sup>193</sup> Embora possam pairar dúvidas a respeito da precisão deste juízo, não deixa de ser verdade que a perpetuação pelos livros tenha sido um dos principais legados que José Carlos Rodrigues buscou deixar.

### 1.3 José Carlos Rodrigues, objeto historiográfico

Os textos escolhidos na seção anterior permitiram cotejar a memória de José Carlos Rodrigues passadas algumas décadas de sua morte. Não houve a pretensão de esgotar todo o material memorialístico escrito a seu respeito. De certa forma, uma parte relevante destes escritos acabou sendo preterida. Dentre os textos que não foram apresentados, alguns saíram pelo *Jornal do Commercio*, algo já esperado, uma vez que um dos traços marcantes deste periódico é o seu forte sentido auto referencial, constantemente remetendo à sua longa existência, seus personagens e sua história. Mas não foi apenas o *Jornal do Commercio* que dedicou páginas ao falecido jornalista.

---

<sup>192</sup> GANNS, Claudio. Op. Cit., p.218-219.

<sup>193</sup> Ibid., p.219.

A trajetória de Rodrigues recebeu a atenção de dois historiadores americanos.<sup>194</sup> O brasilianista George Boehrer, por exemplo, publicou numa edição de 1967 da *Journal of Inter-American Studies* um artigo intitulado “Jose Carlos Rodrigues and *O Novo Mundo*”. Sua abordagem está longe de se enquadrar como memorialística, sendo a primeira vez que um recorte da trajetória de Rodrigues recebe um tratamento analítico. Não se trata de um texto biográfico, como aqueles já vistos, sendo antes uma análise da maneira como o periódico *O Novo Mundo*, pelas lentes de seu editor, informava aos leitores brasileiros aspectos da política americana, da vida pública do país e do “caráter” da nação. Para tanto, suas fontes são exclusivamente os artigos publicados pelo periódico.<sup>195</sup>

Também na década de 60, o *Jornal do Commercio* publica um conjunto de artigos escritos pelo historiador Hélio Viana dedicados à trajetória de José Carlos Rodrigues. Desta vez, o mesmo tipo de linha narrativa visto nas seções anteriores é apresentado numa longa série semanal composta de onze artigos ao todo. O *Jornal do Commercio* também publicou, na década de 70, alguns perfis de Rodrigues escritos pelo seu conterrâneo de Cantagalo, Edmo Rodrigues Lutterbach.<sup>196</sup> E, em 1953, o americano Charles Anderson Gauld publica um longo artigo, “José Carlos Rodrigues: o patriarca da imprensa carioca”, posteriormente reeditado pela *Revista de História* da USP no mesmo ano “em virtude do interesse que ele despertou”.<sup>197</sup>

Embora este texto de Gauld siga a linha laudatória de outros escritos, há alguns elementos interessantes, à exemplo do ensaio de Claudio Ganns, que remetem a um aspecto que será fundamental para o desenvolvimento desta seção: as fontes históricas a respeito de José Carlos Rodrigues. Gauld afirma que a segunda filha de Rodrigues, Evelina Hawes, então morando no Rio de Janeiro, pretendia em sua próxima visita a

---

<sup>194</sup> Inclusive, o verbete de José Carlos Rodrigues no Wikipedia é mais extenso e completo na versão em inglês do que o verbete em português.

<sup>195</sup> BOEHRER, George C. A. Jose Carlos Rodrigues and *O Novo Mundo*, 1870-1879. **Journal of Inter-American Studies**, vol. 9, n.1, 1967, p.127-144. O autor do artigo foi adido cultural americano no Brasil na década de 1960 e escreveu vários artigos sobre o país. Cf. PARAGUASSÚ, João. Um amigo do Brasil. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 21 jan. 1968, p.2. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/089842\\_07/89092](http://memoria.bn.br/DocReader/089842_07/89092) >. Acesso em: 10/05/2018.

<sup>196</sup> LUTTERBACH, Edmo Rodrigues. Perfil de José Carlos Rodrigues. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 1 out. 1977, p.4. Trata-se de uma matéria pertencente à “Edição Histórica dos 150 anos do *Jornal do Commercio*”. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/364568\\_16/51523](http://memoria.bn.br/DocReader/364568_16/51523) >. Acesso em: 10/05/2018.

<sup>197</sup> GAULD, Charles Anderson. José Carlos Rodrigues: o patriarca da imprensa carioca. **Revista de História**, São Paulo, vol.7, n.16, p.427-438, 1953. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/35784/38500> >. Acesso em: 27/11/2017

Londres trazer para o Brasil “a preciosa correspondência e os diários de seu pai”.<sup>198</sup> Esta iniciativa teria sido incentivada por “vários membros” da Academia Brasileira de Letras e do IHGB, segundo o autor. Para Gauld, tais documentos “devem constituir preciosa fonte de informação não só para melhor conhecimento dos acontecimentos mais importantes da História da República até 1915, como também para a biografia de Rodrigues que o autor deste artigo está preparando”.<sup>199</sup> Ao que parece, tal biografia nunca foi concretizada. No entanto, a repatriação deste conjunto documental de fato ocorreu.<sup>200</sup>

Em algum momento entre 1953 – data em que Gauld anuncia a intenção da filha de Rodrigues – e o final da década de 1960, este conjunto documental seria incorporado à Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional. As datas estão balizadas desta forma por dois motivos. O primeiro remete ao fato de não ser uma tarefa simples encontrar na BN o ano exato da entrada deste material. E o segundo motivo decorre da publicação do volume dos *Anais da Biblioteca Nacional* de 1970 dedicado exclusivamente à transcrição de uma parte da correspondência passiva de José Carlos Rodrigues que havia sido repatriada.

Alguns aspectos formais desta publicação dos *Anais...* merecem atenção para os fins aqui propostos. Não há nela informação a respeito do ano de entrada desses documentos na BN, nem menção à sua origem e trajetória. Ademais, o autor da apresentação do volume, o crítico literário Wilson Lousada, então chefe da Divisão de Publicações e Divulgação da instituição, não recupera o envolvimento anterior de José Carlos Rodrigues com a Biblioteca, a doação da coleção Benedicto Ottoni em particular. Lousada tece uma breve nota biográfica a respeito do jornalista e explora o valor histórico do material, dando destaque aos seus interlocutores conhecidos, que de fato não são poucos.

---

<sup>198</sup> Numa carta presente na coleção Christopher Oldham, Gauld escreve para a filha de Rodrigues, Evelina Hawes, sobre o assunto: “Tenho o prazer de incluir duas cópias do artigo a respeito da carreira de seu eminente pai no qual menciono sua louvável intenção de trazer para o Brasil, após sua próxima ida a Londres, seus diários e a correspondência remanescente com os grandes homens do Brasil”. [Tradução livre] GAULD, Charles A. [Carta à senhora Hawes remetendo duas cópias de seu artigo sobre a carreira de José Carlos Rodrigues (...)]. Fundação Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos. Coleção Christopher Oldham. Localização: 32, 04, 01 n.026.

<sup>199</sup> GAULD, Charles Anderson. Op. Cit., p.432

<sup>200</sup> Claudio Ganns conjectura, quando escreve seu ensaio em 1944, que este arquivo deve ter sido destruído durante os bombardeios que Londres estava sendo submetida naquele momento. GANNS, Claudio. Um retrato impressionista: revelações sobre J. C. Rodrigues. **Revista Brasileira**, Rio de Janeiro, ano IV, n.11, 1944, p.217. Disponível em: <  
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=139955>>. Acesso em: 10/05/2018.

A trajetória da documentação pessoal de Rodrigues é explorada num trecho do ensaio de Claudio Ganns no qual ele relata uma de suas visitas a José Pires Brandão, secretário de José Carlos Rodrigues durante décadas. Depois de sua morte, todos os seus papéis continuaram a cargo de Brandão, assim como a responsabilidade de dar-lhes o destino desejado por Rodrigues. Ganns relata o encontro da seguinte maneira, sem especificar sua data:

Um dia, daquela sua sala grande, à rua da Candelária, apontando para grande mala, que estava no corredor, confidenciou, como para espicaçar-me: – Ali dentro está parte da história do Império e grande parte da vida Republicana.  
– Que é? Indaguei logo curioso, visto tratar-se dos assuntos das minhas preferências extra-profissionais.  
– É parte do arquivo e toda a correspondência particular de José Carlos Rodrigues. Cartas de muita gente importante daqui: sobretudo de Campos Salles e Murinho, de Rio Branco e de Joaquim Nabuco, André Rebouças, Silva Costa.<sup>201</sup>

Ganns, então, indaga para onde iriam “essas preciosidades”, ao que Brandão responde:

Como inventariante, honrando o mandato com que me distinguiu aquele amigo, embora lamentando, tenho de entregar tudo isso aos seus herdeiros. Sei que já vem por aí, da Inglaterra, a sua viúva inglesa para receber todos esses documentos. Vai tudo certamente se perder, lá fora, em mãos de gente que não dará apreço a essas coisas.<sup>202</sup>

Embora ele tenha falecido na Europa, e para lá fosse com grande frequência, sua documentação estava no Brasil. E ao que tudo indica, o material foi de fato enviado à Inglaterra. No entanto, algumas previsões não se confirmaram uma vez que houve, sim, o cuidado por parte de seus descendentes em valorizar e repatriar a documentação.

Até onde foi possível averiguar, existem três conjuntos documentais com material privado de José Carlos Rodrigues. Cada um deles guarda uma trajetória específica. Este material tem fornecido insumos a uma parte da historiografia a seu respeito. A Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional guarda duas coleções de documentos pessoais de José Carlos Rodrigues, documentação que ele próprio acumulou. O terceiro conjunto documental está depositado no IHGB.

Explorar como a fortuna da documentação pessoal de José Carlos Rodrigues se relaciona com sua expectativa de posteridade permite revelar um pouco mais a respeito do significado de suas ações, em especial, sua prática colecionista e o destino dado à sua coleção, como forma de estabelecimento de legados. Acompanhar o percurso destes

---

<sup>201</sup> Ibid., p.215-216.

<sup>202</sup> Ibid., p.216.

conjuntos permitiu recuperar as escolhas de gerações que se seguiram ao seu tempo de vida: aqui falamos tanto das suas relações consanguíneas, quanto das gerações de funcionários da Biblioteca Nacional que trataram e deram lugar a seu acervo passadas décadas de sua morte. Ademais, o processo de institucionalização desse material teve implicações sobre a historiografia que se debruçou sobre a vida de Rodrigues, o principal enfoque desta seção.

O processo de formação de cada conjunto documental foi bem distinto e ocorreu em temporalidades variadas. Reconstituí-lo não se mostrou tarefa simples e está passível de lacunas e imperfeições.

A principal dificuldade dessa reconstituição se centra na maneira como a coleção Benedicto Ottoni (CBO) está descrita na Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional. Em meados do século XX, em data não precisa, a CBO foi renomeada para coleção José Carlos Rodrigues. Essa nova designação é exclusiva dessa Divisão, tendo provavelmente ocorrido com o acréscimo de sua correspondência ao acervo da instituição. O último guia de coleções da Divisão de Manuscritos, reeditado recentemente com comentários e atualizações, é categórico sobre o que se passou: “A coleção Benedicto Ottoni, na Divisão de Manuscritos, foi renomeada coleção José Carlos Rodrigues em data não precisa”.<sup>203</sup> E, para complicar ainda mais a reconstituição do processo, esse não foi o único acréscimo feito. Em 1916, a BN havia recebido outra doação de Rodrigues, composta por peças que aparentemente não faziam parte da coleção Benedicto Ottoni.

No relatório de atividades de 1916 da instituição, publicado nos *Anais da Biblioteca Nacional*, está registrado que José Carlos Rodrigues doou mais de duas mil peças à instituição naquele ano. Algumas pistas sobre o que ele doou aparecem: uma bíblia comentada em 20 volumes, obras completas de Dante numa edição luxuosa de 1830 publicada na Itália em 6 volumes, assim como “documentos que pertenceram a Euclides da Cunha”.<sup>204</sup> Muitas questões sobre a intenção por trás dessa doação e as instruções dadas para sua disposição ficarão sem resposta, seja pela falta de registros, ou pela impossibilidade de encontrá-los. Mas fica bem nítido que esta doação de 1916 era

---

<sup>203</sup> PEREZ, Eliane (org.). **Guia de coleções da Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2018, p.102.

<sup>204</sup> SOUZA, Aurélio Lopes de. A Bibliotheca Nacional em 1916: relatório. In: **Anais da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas da Bibliotheca Nacional, 1921, p.665. Cumpre lembrar que José Carlos Rodrigues manteve estreitas relações pessoais com Euclides da Cunha, a ponto de ser o tutor legal de seu filho mais velho depois da morte do escritor.

composta por peças que não faziam parte da *Bibliotheca Brasiliense*, formada por material de interesse histórico sobre o Brasil, com uma identidade clara nesse sentido.

Ao se analisar a “descrição do conteúdo” da coleção José Carlos Rodrigues no referido *Guia de coleções da Divisão de Manuscritos...*, vê-se que ela é composta pela sua correspondência – cuja entrada se deu na década de 1960 –, pelas peças que haviam sido originalmente doadas com a coleção Benedicto Ottoni, assim como por peças que entraram na BN em 1916, como a referida documentação pessoal de Euclides da Cunha. Ainda na mesma “descrição do conteúdo”, lê-se que “outros documentos como livros, periódicos, mapas e documentação iconográfica encontram-se guardados nas respectivas áreas sob a denominação de coleção Benedicto Ottoni. Na Divisão de Manuscritos, também ocorrem alguns registros como coleção Benedicto Ottoni”.<sup>205</sup> Esta última frase no *Guia de coleções...* se refere a uma dupla designação que algumas peças guardam, sendo descritas como pertencentes ao mesmo tempo à coleção Benedicto Ottoni e à coleção José Carlos Rodrigues. No entanto, existem itens originalmente da coleção Benedicto Ottoni identificados somente como coleção José Carlos Rodrigues. Assim como há itens catalogados somente como pertencentes à CBO, que de fato a ela pertencem. Seria necessária uma pesquisa mais aprofundada para recuperar como tudo isso se deu, algo que talvez nem seja possível pela falta de registro.

Podemos concluir este ponto em particular apontando que funcionários da Biblioteca Nacional, ao longo de décadas, decidiram amear quase todos os manuscritos relativos a José Carlos Rodrigues. Isso foi feito sem levar em consideração as intenções originais do colecionador e do doador da *Bibliotheca Brasiliense*-coleção Benedicto Ottoni. Na Divisão de Manuscritos, tudo isso culmina hoje com uma tremenda colcha de retalhos chamada de coleção José Carlos Rodrigues.

Há um segundo conjunto de documentação pessoal de José Carlos Rodrigues na Divisão de Manuscritos, doado em 2006, denominado coleção Christopher Oldham, nome de seu bisneto inglês. Cumpre notar desde já que a nomenclatura foi dada à revelia do mesmo. Sua intenção não era doar uma coleção com seu nome, mas repatriar um conjunto heterogêneo que se encontrava em sua posse.<sup>206</sup> Trata-se de um ajuntamento de

---

<sup>205</sup> PEREZ, Eliane (org.). Op. cit., p.351.

<sup>206</sup> Esta informação foi retirada do Processo Administrativo relativo à doação. Nele, não há qualquer menção por parte do bisneto a respeito da nomeação do material. Ademais, quando as tratativas pareciam ter se encaminhado, o bisneto de Rodrigues deixou de responder as solicitações que lhe foram feitas para que a doação fosse devidamente formalizada, transparecendo que seu interesse central era que o material estivesse num destino adequado, sem parecer se importar com detalhes a respeito. Em algum momento das tratativas, os prepostos da Biblioteca Nacional indicaram que o material seria incorporado à coleção



113 documentos, composto de 42 cartas, 12 documentos de anotação, um texto manuscrito, 3 fotografias, 13 impressos, 23 recortes de jornal, um pequeno conjunto de 5 textos relativos à independência do Paraguai e 14 “documentos pessoais”, conforme sua descrição no *Guia de coleções...*<sup>207</sup> Dos três conjuntos de documentos pessoais existentes, este é o que possui a trajetória mais bem registrada uma vez que todas as correspondências foram reunidas no mesmo processo administrativo.

Pelo que pode ser lido, o referido bisneto de Rodrigues recorre espontaneamente à embaixada brasileira em Londres, apresenta um breve histórico de José Carlos Rodrigues e informa ter em mãos “cartas, cadernos de anotações e outros documentos, muitos dos quais acredito serem assinados por brasileiros ilustres”. O remetente acrescenta que ele e sua irmã gostariam de “achar um lugar para eles, de modo que estejam disponíveis para historiadores”.<sup>208</sup> Da embaixada brasileira, um contato é feito com a Associação Brasileira de Imprensa, que, por sua vez, inclui a BN nas negociações. A Biblioteca rapidamente percebe a aderência deste material ao acervo já existente e toma a iniciativa de liderar a aquisição. As coordenadoras da BN encarregadas do trâmite informam a Christopher Oldham que sua doação seria incorporada à já existente coleção José Carlos Rodrigues, o que acaba não acontecendo. Não fica exposto na documentação o que motivou essa desistência.

Como pode ser visto numa mensagem reproduzida no Processo, o bisneto sabia que a coleção de livros raros de Rodrigues teve como destino a BN, mas não lhe ocorreu inicialmente oferecer o material à instituição porque provavelmente não tinha ciência que outra parte da documentação pessoal de seu bisavô fora encaminhada para lá por algum parente por volta da década de 1960. A transação é arrematada deixando os herdeiros satisfeitos, “pois finalmente os documentos estarão disponíveis para pesquisadores da sua história nacional”, conforme a última missiva enviada.<sup>209</sup>

Algumas conclusões podem ser derivadas deste episódio. A primeira remete à durável percepção acerca do valor da trajetória do bisavô, algo que atravessou gerações sendo acalentada pela família depois de ter sido fruto de investimentos ativos do próprio Rodrigues quando vivo. A segunda diz respeito ao fato de este encaminhamento para a

---

José Carlos Rodrigues, como será visto a seguir. PROCESSO ADMINISTRATIVO nº01430.002932/2006-93. [Interessado: C.D.F. Oldham. Assunto: Doação do Acervo José Carlos Rodrigues]. Fundação Biblioteca Nacional.

<sup>207</sup> PEREZ, Eliane (org.). Op. cit., p.187.

<sup>208</sup> PROCESSO ADMINISTRATIVO nº01430.002932/2006-93. [Interessado: C.D.F. Oldham. Assunto: Doação do Acervo José Carlos Rodrigues]. Fundação Biblioteca Nacional.

<sup>209</sup> Ibid.

BN ter ocorrido como parte de um enlace que se deu inicialmente num passado remoto por ocasião da doação de sua coleção de livros e papéis raros, e secundada pelo envio de sua correspondência à instituição na década de 1960.

Alguns pontos relevantes fortaleceriam a argumentação a este respeito: em pelo menos duas ocasiões, José Carlos Rodrigues evoca a Biblioteca Nacional como um lugar de posteridade. Recupero da primeira seção deste capítulo o primeiro exemplo. Por ocasião de sua aposentadoria do jornalismo em 1915, Rodrigues discursa para seus funcionários do *Jornal do Commercio* rememorando sua trajetória e evoca uma coluna recém-criada caracterizada por um olhar retrospectivo das atividades do já tradicional periódico: “Se algum dia, daqui a 25 anos, ou daqui a 80 anos, algum curioso quiser continuar a série do ‘Velho Jornal’ como a que fiz iniciar, [...] achará na Biblioteca Nacional toda a documentação dos fatos relativos à aquisição do *Jornal* pela firma Rodrigues & C.”.<sup>210</sup> O outro exemplo remete à sua emoção ao saber que o primeiro periódico que ele havia publicado, *O Gentio*, quando ainda jovem estudante secundário de 13 anos, estava catalogado na Biblioteca Nacional: “Grande prazer tive há uns 30 anos quando o vi mencionado no Catálogo da nossa Biblioteca Nacional, organizado pelo emérito Ramiz Galvão”.<sup>211</sup> Embora os bisnetos de Rodrigues não estivessem plenamente inteirados deste aspecto na hora de encaminharem sua documentação pessoal, o enlace previamente estabelecido com a BN cimentou o destino final desse acervo. Isso se deu pela percepção do jornalista sobre o papel de instituições como a Biblioteca Nacional na construção de um legado memorial duradouro.

Há ainda o último fundo documental, presente no acervo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), também chamado de coleção José Carlos Rodrigues. Como não há registros acerca de sua história na instituição – data de entrada, pessoa responsável etc. –, pairam dúvidas a seu respeito. Analisando o conjunto, no entanto, pode-se inferir alguns pontos. Trata-se de uma coleção com documentos os mais heterogêneos. Há documentos autógrafos de Rodrigues, principalmente relativos à sua obra filantrópica, assim como cópias de manuscritos do titular. Estão reunidos também documentos de pesquisa que fundamentaram o ensaio de Claudio Ganns analisado na seção anterior, contando inclusive com o rascunho do mesmo. Cabe lembrar que Ganns

---

<sup>210</sup> RODRIGUES, José Carlos. [Alocução do Dr. J.C. Rodrigues]. In: JORNAL DO COMMERCIO. **Despedidas do Dr. José Carlos Rodrigues do Jornal do Commercio** (Maio de 1915). Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & C., 1915, p.57.

<sup>211</sup> DR. JOSÉ CARLOS Rodrigues. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 29 jun. 1923, p.1. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/364568\\_11/10210](http://memoria.bn.br/DocReader/364568_11/10210) >.

foi membro ativo da instituição, diretor de sua revista por longos anos. Deste conjunto, pode-se destacar peças como o relato escrito por uma sobrinha de José Carlos Rodrigues a respeito de seu caráter e personalidade, uma nota genealógica da família Rodrigues escrito por sua irmã, Carlota Rodrigues Lopes, além das anotações de Ganns sobre a existência de correspondência pessoal de Rodrigues em acervos públicos, como a Casa de Rui Barbosa. Há também exemplares dos panfletos difamatórios mencionados na seção anterior. Embora haja vários indícios de que Claudio Ganns possa, sim, ter sido o responsável pela formação desta coleção sob custódia do IHGB, não parece prudente arriscar alguma conclusão sobre o processo de formação deste acervo dada a falta de documentos institucionais que confirmem tal suposição: não seria a primeira vez que uma instituição como o IHGB reúne peças variadas e de diversas procedências a partir de critério biográfico ou temático.<sup>212</sup>

Um dos óbices para se atribuir com mais segurança que este conjunto tenha realmente sido fruto das pesquisas de Ganns para seu artigo é a presença de manuscritos originais nesta coleção. No entanto, até mesmo esta presença poderia ser justificada, já que o escritor estabeleceu contato com parentes brasileiros de Rodrigues e com seu secretário, quando a documentação pessoal ainda estava no Brasil. Há um trecho no ensaio que aponta para a interferência destes parentes na configuração de seu arquivo pessoal, apesar das orientações dadas pelo próprio José Carlos Rodrigues para que seus “papéis” fossem enviados à família inglesa. Ganns assim descreve este encontro:

Já em outra ocasião, mais adiante – estive em casa de jovem senhora, em cuja sala conhecera 10 anos antes J. C. Rodrigues, e que revolvía no porão outra velha mala, ou talvez a mesma de torna-viagem... [referência à mala que ele teria visto em posse de José Pires Brandão] Eram ainda papéis do saudoso extinto que a sua dedicação de sobrinha-neta catalogava: deviam seguir para Londres, segundo os desejos expressos pela família inglesa de J. C. Rodrigues – que só quase ao fim da sua longa vida aparecera ao conhecimento dos demais parentes brasileiros.<sup>213</sup>

Como atesta Ganns, uma sobrinha-neta de Rodrigues procedeu à catalogação dos papéis antes que fossem para a Inglaterra, o que abre brechas para se pensar que algumas peças poderiam ter sido subtraídas do todo. Mas não apenas estes parentes brasileiros interferiram na configuração final do material. Há indícios de que a família inglesa também o fez, em especial com a documentação que se encontra na Biblioteca Nacional. Tal afirmação se fundamenta em duas observações. A primeira, remete à ausência

---

<sup>212</sup> A Biblioteca Nacional recorreu a essa prática em múltiplas ocasiões. Inclusive valendo-se da coleção Benedicto Ottoni. Esse ponto será explorado em detalhes no capítulo 2.3.

<sup>213</sup> GANNS, Claudio. Op. Cit., p.216-217.

completa de qualquer correspondência trocada entre Rodrigues e sua família inglesa: é difícil imaginar que mais de três décadas de relacionamento à distância não tenha gerado esse tipo de material. E a segunda é sobre a presença na coleção Oldham de cartas de Rio Branco, Rui Barbosa, Joaquim Nabuco entre outros, que deveriam estar presentes, por uma questão de coerência, na coleção José Carlos Rodrigues da Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional, uma vez que cartas destes mesmos personagens também se encontram neste conjunto. Ou seja, é provável que peças tenham sido subtraídas do conjunto completo.

A conformação de quaisquer arquivos está longe de ser um processo livre de interferências. A forma como o arquivo chega ao pesquisador final é transpassado por intervenções diversas, desde sua constituição, até que ele esteja disponível para consulta, algo especialmente relevante quando se fala em arquivos pessoais. Este processo tem sido alvo de crescentes investigações nas últimas décadas.<sup>214</sup> As intervenções sobre estes conjuntos podem ser feitas de diferentes formas. uma *seleção* das peças que comporão o arquivo pessoal, realizada pelo titular ou por terceiros, familiares ou não, algo mais ou menos deliberado, variando de caso a caso; a *ordenação e hierarquização* destes itens realizadas pelos mesmos agentes; a forma como a instituição de destino deste material irá *acondicionar, organizar e estabelecer* instrumentos que lhes dão acesso; a *intencionalidade* do titular da documentação, se havia pretensão que esse material se tornasse público e servisse ao estabelecimento de uma narrativa sobre si ou sobre alguma coletividade, instituição. Todas estas variáveis e outras interferem no resultado final daquilo que estará à disposição do pesquisador e deve ser alvo de uma avaliação crítica da sua parte.<sup>215</sup> A documentação pessoal de José Carlos Rodrigues existente na Biblioteca Nacional e no IHGB foi afetada por interferências dessa natureza.

A relevância de analisar com atenção os processos de conformação das fontes históricas sobre José Carlos Rodrigues se justifica por dois motivos. O primeiro se fundamenta na compreensão de que a própria disponibilidade de tais fontes é derivada de uma percepção de posteridade acalentada por Rodrigues em vida, algo que se estendeu a seus descendentes. E o segundo diz respeito à compreensão de como as fontes utilizadas na historiografia que abordou a trajetória de Rodrigues foram consubstanciadas, quais os

---

<sup>214</sup> HEYMANN, Luciana Quillet. **O lugar do arquivo:** a construção do legado de Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Contracapa, 2012, p.23 *et seq.*

<sup>215</sup> Ibid.

processos que as tornaram disponíveis e como a ação de diversos agentes determinou sua atual configuração.

A vontade de deixar legados por parte de Rodrigues e sua correlação com as instituições que ele se envolveu remetem ao sentido de *memória* e *projeto* tal como discutido por Gilberto Velho: “A consciência e valorização de uma individualidade singular, baseada em uma *memória* que dá consistência à biografia, é o que possibilita a formulação e a condução de *projetos*”.<sup>216</sup> Essa *memória* “permite uma visão retrospectiva mais ou menos organizada de uma trajetória e biografia”, ao passo que o *projeto* é a “antecipação no futuro dessas trajetória e biografia”, que se dá pela organização de meios para atingir uma coerência identitária diante de experiências contraditórias e fragmentadas. Dessa forma, a “*memória* e o *projeto* [...] não só ordenam como dão significado a essa trajetória”.<sup>217</sup> O *projeto*, tal como debatido por Velho, não é algo fixo, mas se configura mediante interações, estando sujeito a um “processo permanente de *des* e *reconstrução*”.<sup>218</sup> José Carlos Rodrigues e seus familiares elegeram a BN como destino de parte das materialidades acumuladas da sua vida uma vez que ela *prometia* guardar sua trajetória de forma *perene*. No entanto, a forma como a família destinou esse material e a maneira que a instituição organizou e disponibilizou a materialidade que lhe foi legada influenciaram em sua configuração final.

Os descendentes de Rodrigues pertencentes a mais de uma geração tiveram que fazer escolhas em relação à maneira de disponibilizar sua documentação pessoal. Algum nível de seleção foi realizado e esse acervo passou por várias mãos até ser disponibilizado para pesquisadores. Da mesma forma, gerações de funcionários da BN organizaram esse material de diferentes formas, dando-lhe denominações próprias, reunindo e dispersando o conjunto e afetando a maneira como esse material seria organizado, acessado e divulgado. Todas essas intervenções afetaram o acesso e a disponibilidade desse conteúdo. Logo, a forma como a trajetória de Rodrigues foi narrada pela historiografia contemporânea sofreu efeitos desses processos, embora isso nem sempre tenha sido devidamente reconhecido.

A historiografia sobre José Carlos Rodrigues está dividida em torno de suas diferentes áreas de atuação. Desta maneira, existem pesquisas a seu respeito nos campos

---

<sup>216</sup> VELHO, Gilberto. Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994, p.101.

<sup>217</sup> Ibid., p.101-102.

<sup>218</sup> Ibid., p.104.

da história da imprensa, da história da assistência à saúde – especificamente, no estabelecimento das primeiras iniciativas ligadas ao cuidado médico da infância –, assim como no campo das biografias históricas da Primeira República. Alguns eixos de sua atuação foram pouco explorados pela historiografia, como seu papel no estabelecimento institucional do protestantismo cristão no Rio de Janeiro e sua prática colecionista de bibliófilo, tema desta tese.

Já foi devidamente salientada a relação entre o destino de sua coleção de livros e papéis raros e a obra filantrópica à qual Rodrigues se dedicou. O argumento básico que norteia este ponto na presente tese se centra na troca de capital simbólico operada pelo titular: vender sua coleção sabendo que seria doada para a Biblioteca Nacional, destinar o dinheiro à obra filantrópica e manter a coleção no Brasil disponível para todos os interessados. Sem dúvida, tratou-se de um bem articulado arranjo “ganha-ganha”. A historiografia que explora a consolidação do atendimento público de saúde no Brasil alinhou a iniciativa específica de Rodrigues às demais que vinham sendo realizadas na mesma época. Tais estudos permitiram delinear um quadro geral de envolvimento das elites no enfrentamento da chamada ‘questão social’.

No tocante ao papel de Rodrigues no campo da imprensa, o material compulsado revela um interesse considerável pela sua trajetória singular. Há um conjunto de trabalhos relevantes acerca de sua atuação no *Jornal do Commercio*. No entanto, o que chama a atenção é o especial interesse pelo seu periódico *O Novo Mundo*. Existem pelo menos cinco trabalhos acadêmicos que se debruçaram sobre a publicação, sendo três deles saídos do campo das Letras – duas dissertações e uma dissertação de livre-docência.<sup>219</sup> Estas pesquisas foram influenciadas por pelo menos dois fatos marcantes: a publicação no periódico do importante ensaio de Machado de Assis, “Notícia da atual literatura brasileira: instinto de nacionalidade” de 1873; e a presença do poeta Sousândrade na

---

<sup>219</sup> ASCIUTTI, Mônica Maria Rinaldi. **Um lugar para o periódico *O Novo Mundo*** (Nova Iorque, 1870-1879). Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira). Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010. Disponível em: < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8149/tde-24092010-144834/en.php> >. Acesso em: 08/10/2010. CAMPOS, Gabriela Vieira de. **O literário e o não-literário nos textos e imagens do periódico ilustrado *O Novo Mundo*** (Nova Iorque, 1870-1879). Dissertação (Mestrado em Teoria Literária). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001. Disponível em: < [http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/269990/1/Campos\\_GabrielaVieirade\\_M.pdf](http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/269990/1/Campos_GabrielaVieirade_M.pdf) >. Acesso em: 23/09/2019. A dissertação de livre-docência em questão não conseguimos acesso, mas segue sua referência: SILVA, Elza Miné da Rocha e. Da Enunciação da Proposta às suas revisitações. Dissertação de livre-docência apresentada no Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade de São Paulo, em 1991.

direção e redação do mesmo.<sup>220</sup> Já no campo da História, há outra dissertação que estabelece uma comparação entre José Carlos Rodrigues/*O Novo Mundo* e os movimentos políticos do Brasil na mesma época – os movimentos abolicionistas e republicanos – e sua relação com a chamada “Geração de 1870”.<sup>221</sup> E, por último, uma tese de doutorado em Ciência da Religião que tem como recorte a representação do cristianismo protestante em *O Novo Mundo*, a visão de Rodrigues a respeito das relações Igreja e Estado naquele país e uma comparação entre os Estados Unidos e o Brasil pelo viés da religião.<sup>222</sup>

Ainda no campo dos estudos ligados à história da imprensa, o livro de Marialva Barbosa, *História Cultural da Imprensa: Brasil 1800-1900*, apresenta uma faceta do trabalho jornalístico de José Carlos Rodrigues que merece uma atenção mais detida.<sup>223</sup> No capítulo intitulado “As artimanhas do poder”, a autora traça um perfil geral dos homens influentes da grande imprensa, em particular dos donos e principais redatores destes veículos na virada do século XIX para o XX: “Respeitáveis e temidos, [...] tornam-se responsáveis pela idolatria ou pelo descrédito de figuras públicas e notórias”, capazes de “demolir reputações, derrubar ministros ou nomear políticos”.<sup>224</sup> Pelas lentes do arcabouço teórico de Antonio Gramsci, Barbosa percebe a relação entre o campo político e o da imprensa a partir do estabelecimento de discursos e práticas de hegemonia enquanto parte de um processo conflituoso de tentativas de imposição da dominação de certos grupos sobre os demais: os jornalistas, como porta-vozes desses grupos, ocupariam um espaço determinante na disputa.

---

<sup>220</sup> Um dos pontos levantados pelos autores se refere à comparação entre o entusiasmo de José Carlos Rodrigues com a sociedade americana e o desconforto do poeta, evidenciado pelo vertiginoso capítulo de seu icônico livro *O Guesa*, “O inferno de Wall Street”. SOUSANDRADE. **O Guesa**. São Luís: SIOGE, 1979.

<sup>221</sup> GOLÇALVES, Vanessa da Cunha. **“O Imperador poderia tornar-se segundo Washington si abdicasse da monarquia em prol do povo”**: *O Novo Mundo* e as relações entre Brasil e Estados Unidos na segunda metade do século XIX (1870-1879). Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2016. Disponível em: <<https://www.historia.uff.br/stricto/td/1989.pdf>>. Acesso em: 23/09/2019.

<sup>222</sup> SOUZA, Maurício Severo de. **Catolicismo, protestantismo e secularização da sociedade numa perspectiva comparada**: Brasil e Estados Unidos nas páginas d’*O Novo Mundo* (1870-1879). Tese (Doutorado em Ciência da Religião). Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2017. Disponível em: <<http://repositorio.ufjf.br:8080/jspui/bitstream/ufjf/6140/1/mauricioseverodesouza.pdf>>. Acesso em: 23/09/2019.

<sup>223</sup> BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa: Brasil 1800-1900**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

<sup>224</sup> Ibid., p.179. A mesma autora também publicou um artigo intitulado “José Carlos Rodrigues, um jornalista que fez e desfez presidentes”, que não consegui acessar, parte do seguinte livro: MELO, José Marques de (org.). **Imprensa Brasileira**. Personagens que fizeram história. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005, vol.1.

No caso particular do Brasil, o novo regime republicano dependia também dos jornais para inculcar seus símbolos, disseminar suas ideias e estabelecer uma arena para o que a autora chama de “constituição de outra realidade”. Desta forma, esta mídia seria um espaço privilegiado para um tipo de materialização do Estado no imaginário, um espaço em que ações poderiam ser narradas, contextos criados e convenções referendadas, permitindo à sociedade civil balizar sua interpretação dessa arena, algo que serviria ainda para o “exercício de dominação de classe”.<sup>225</sup>

A partir destes argumentos, Barbosa se lança a uma interpretação da “relação estreita entre a sociedade política e a imprensa” do Brasil da virada do século XIX a partir de uma análise da “extensa correspondência dos redatores-chefes, literatos e jornalistas, que ocupam as primeiras posições na hierarquia das redações”. Na seção intitulada “Porta-vozes e conselheiros”, o quadro geral traçado é de uma relação de intensa promiscuidade entre presidentes da República e jornais, inclusive a partir de pagamentos tanto com verbas oficiais, quanto com verbas secretas da polícia para que as matérias e notas publicadas lhes fossem favoráveis: “Acordos políticos e financeiros são realizados entre os periódicos e os ocupantes dos mais altos cargos da República, no sentido de publicizar suas realizações ou para criticar seus opositores. Os jornais se transformam em verdadeiros porta-vozes do poder público.”<sup>226</sup> E o principal personagem que irá ilustrar este argumento é ninguém menos que José Carlos Rodrigues.

Marialva Barbosa recorre à correspondência do jornalista existente na Biblioteca Nacional a fim de não deixar dúvidas a este respeito. De posse deste material, secundado por memórias biográficas de outros jornalistas, assim como pelas polêmicas que estamparam as páginas dos periódicos da época, José Carlos Rodrigues se sobressai como um indivíduo altamente comprometido com as disputas do poder, disposto a participar ativamente das contendas da época, tomar partido de homens e causas, publicar elogios às gestões e a dar um verniz vitorioso às passagens destes homens de Estado pelo governo.<sup>227</sup>

Um caso que chama bastante atenção é o balanço publicado ao fim do mandato de Prudente de Moraes numa edição especial do *Jornal do Commercio*. Transcrevo do livro em questão a última das muitas cartas que o presidente escreveu para Rodrigues a fim de iluminar os argumentos de Marialva Barbosa:

---

<sup>225</sup> BARBOSA, Marialva. Op. Cit., p.180.

<sup>226</sup> Ibid., p.180.

<sup>227</sup> Ibid., p.181-190.



Agora, depois de concluída a leitura, feita com atenção religiosa, do *Retrospecto da Presidência de Prudente de Moraes*, que ocupou dez páginas da edição especial do *Jornal*, de 19 de novembro, venho de novo agradecer, e o faço do íntimo da alma e penhoradíssimo, ao meu tão distinto quanto generoso e dedicado amigo o grande benefício que fez-me com a publicação desse trabalho, de extraordinário valor histórico, com que fechou sua obra de amparo ao meu governo durante quatro longos anos.<sup>228</sup>

Barbosa recorre igualmente às memórias de um jornalista, publicadas em 1934, Rodrigo Otávio, que trabalhou na redação da matéria em questão. Em certo trecho de suas recordações, ele testemunha que o trabalho fora feito a seis mãos, com dois auxiliares do presidente, que por sua vez também participou fornecendo material do seu próprio arquivo, como cartas, telegramas e recortes de jornais. Rodrigo Otávio afirma aos leitores que porventura duvidassem de sua palavra que ele ainda guardava estas cartas de Prudente de Moraes oferecendo o material para fundamentar seu artigo.

Cabe lembrar que a missiva citada acima e todas as demais usadas pela autora para fundamentar seus argumentos fazem parte da correspondência passiva presente na coleção José Carlos Rodrigues da BN. Este material foi cotejado por Barbosa com as denúncias feitas por outros veículos, em especial o *Correio da Manhã*, que atacava de forma virulenta tais práticas. Pelo que se depreende, quem vivia o ambiente da imprensa e da política conhecia bem as relações promíscuas entre estes jornalistas e os políticos de então. A existência desse material foi fundamental para que a história da imprensa na Primeira República pudesse ser contemplada de uma maneira tão vívida, seus bastidores, suas disputas etc. A autora usa fartamente memórias de jornalistas, mas nada se compara à eloquência de um recibo de pagamento de governos para matérias encomendadas.<sup>229</sup>

Foi visto que Rodrigues orientou seu secretário, José Pires Brandão, a enviar sua documentação pessoal para a família na Inglaterra. Atendendo a pedidos de pesquisadores, como o americano Charles A. Gauld, membros da ABL e do IHGB, sua filha, Evelina Hawes, concordou em repatriar este conjunto para o Brasil décadas depois. A Biblioteca Nacional, destino deste acervo, deu-lhe visibilidade, transcrevendo inclusive uma parte das suas correspondências num volume inteiro dos *Anais...* Este conjunto de ações acabou por lançar o jornalista ao escrutínio contemporâneo da historiografia. Rodrigues virou o modelo certificado de homem de imprensa que sujeita sua prática aos desígnios dos governos em troca de influência e remuneração; alguém que atua nos

---

<sup>228</sup> Ibid., p.188.

<sup>229</sup> A autora também destaca que existem nos “arquivos de José Carlos Rodrigues” recibos de pagamentos de governos estaduais.

bastidores para favorecer grupos em detrimento da busca objetiva pelos fatos. Rodrigues inclusive defendia em seus discursos e escritos esta conduta isenta como a prática correta do jornalismo. E aqui a acusação de anacronismo a respeito do que era o jornalismo nesta virada do século XX – um jornalismo partidário e engajado politicamente – não tem lugar uma vez que a retórica de Rodrigues aponta para um ideal de isenção e imparcialidade jornalística, que não se confirmou na prática. No editorial escrito quando assumiu a direção do *Jornal do Commercio*, explorado na primeira parte deste capítulo, ele afirmou que não faria do periódico um “órgão de partido, seita, classe ou grupo algum, pois o seu turno é o de todos, e de nenhum”, evocando ainda os ideais de independência jornalística.<sup>230</sup> Até mesmo certa bravata sua ao afirmar que nunca aceitou cargo público, algo repetido tantas vezes, ganha uma nova perspectiva diante desse retrato. E embora nunca tenha assumido um cargo público, ele não hesitou em colocar seus mais importantes redatores em cargos de confiança de sucessivos governos.

O choque entre a figura pública de Rodrigues, que tenta se passar como probo e idôneo, e a realidade de sua conduta, revelada na sua própria correspondência, fica evidente. Em poucas páginas, Marialva Barbosa fornece um contraponto à imagem que o próprio Rodrigues buscou construir de si, algo que faz as suas contradições ganharem relevo, lançando tal faceta ao primeiro plano da interpretação deste personagem e de sua motivação para certas condutas e escolhas. Percebe-se que o controle sobre a posteridade nunca é total. Há brechas e perspectivas que não podem ser antecipadas. José Carlos Rodrigues tinha como expectativa que sua vida seria lembrada e projetou que uma parte dela estaria guardada na Biblioteca Nacional. Seu enlace com a instituição o colocou numa condição de benfeitor uma vez que sua coleção valiosa foi a ela destinada. Nesse sentido, a mesma BN que fez sua “glória” abriga as fontes documentais que o descortinam de maneiras imprevistas.

Dentre os trabalhos historiográficos a respeito do jornalista, o mais completo é uma biografia histórica, tese de doutorado defendida em 2015 por Júlia Junqueira, chamada *José Carlos Rodrigues: um interlocutor privilegiado nos bastidores do poder (1867-1915)*.<sup>231</sup> O argumento central do trabalho de Junqueira está relacionado com

---

<sup>230</sup> RODRIGUES, José Carlos. Artigo do Sr. Dr. J. C. Rodrigues ao assumir a direção do *Jornal do Commercio*, no dia 17 de Outubro de 1890. In: JORNAL DO COMMERCIO. **Jornal do Commercio**: 17 de Outubro (1890-1908). Rio de Janeiro: Typ. do “Jornal do Commercio” de Rodrigues & C., 1908, p.5-6. Fundação Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscrito. Coleção Christopher Oldham. Localização: 32,04,002 n.009.

<sup>231</sup> JUNQUEIRA, Júlia R. **José Carlos Rodrigues: um interlocutor privilegiado nos bastidores do poder (1867-1915)**. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Universidade

aquilo que a presente tese procura desenvolver. Ela defende que, mais do que bibliófilo e filantropo, José Carlos Rodrigues deve ser interpretado por meio de sua articulação com os “bastidores do poder”.

A fim de identificar as redes de sociabilidade tecidas pelo jornalista, a autora consulta fontes primárias que não haviam sido compulsadas antes por seus biógrafos, visitando arquivos públicos ingleses e arquivos privados, como o da família Rothschild, com quem Rodrigues travara intensa negociação por conta da relação destes banqueiros com o Brasil. Se em algumas passagens fica evidente o encanto da historiadora pelo seu objeto, o que sobressai da tese é o cuidado ao elucidar as principais passagens de sua vida. O que falta em síntese e interpretação de certos eventos e processos – tal como Marialva Barbosa realizou<sup>232</sup> – sobra em tessitura e em “dar a vida” a José Carlos Rodrigues.

Dessa forma, a principal faceta que, segundo Junqueira, sobressai no jornalista é a sua capacidade de articular, de intermediar, juntar pessoas e interesses, enfim, um grande facilitador. A autora mostra de forma convincente como essa característica se inicia timidamente nos Estados Unidos e desabrocha plenamente com o advento da República no Brasil e sua alçada à direção do *Jornal do Commercio*. Um exemplo interessante ressaltado por Junqueira é a ‘manipulação’ da vaidade de indivíduos como forma de incluí-los nas suas redes: havia uma seção de perfis biográficos no periódico *O Novo Mundo*, com direito a retrato, da qual Rodrigues se valeu em várias ocasiões para travar contatos e entrar nas graças de seus biografados.<sup>233</sup> Sua característica de interlocutor ganha relevância uma vez à frente do *Jornal do Commercio* num Brasil em plena ebulição social, repleto de desafios e em busca da consolidação de estabilidade e de rotina políticas.

A atenção dada por Junqueira à faceta de bibliófilo de seu biografado é mínima. Embora sua proposta de pesquisa não recaia sobre tal atividade, a autora não percebeu o quanto esta prática lhe aproximou de pelo menos dois dos mais importantes indivíduos da época: Rio Branco e Joaquim Nabuco. Ambos estiveram envolvidos em litígios acerca de demarcação de fronteiras. Tais processos judiciais se sustentavam a partir de provas

---

do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <  
[http://www.bdt.d.uerj.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=9270](http://www.bdt.d.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=9270)>. Acesso em: 27/11/2017.

<sup>232</sup> Este trabalho tão sucinto, porém, revelador não é contemplado na tese.

<sup>233</sup> A resposta de Quintino Bocaiuva ao convite para constar na seção é ilustrativa do jogo de sedução e bajulação operado por Rodrigues. Citando a partir de Junqueira, ele responde ao convite da seguinte maneira: “não pude fazer que recomende o meu nome ou a minha individualidade. E sei sufocar os impulsos da minha vaidade limitando-me ao modesto papel que me coube em sorte. Se viver muito e por algum título me recomendar à história, estou seguro de que me não faltarão com a justiça”. JUNQUEIRA, Julia R. Op. cit., p.100.

materiais oriundas de registros históricos como mapas, tratados, além de toda uma interpretação em torno de topografias que estabeleciam os limites territoriais e seus nomes na documentação. Tratava-se de um processo minucioso que poucas pessoas estavam aptas a compreender em seus detalhes. Rodrigues partilhava desses mesmos interesses e há farta correspondência entre eles a este respeito. Logo, colecionar material histórico sobre o Brasil ia muito além de ter uma biblioteca farta, no caso de Rodrigues. Para ele, isso também era uma fonte de distinção dentro de seu próprio grupo social, algo que o colocava em plano de igualdade com figuras destacadas da República. Para a perspectiva que Junqueira quis salientar em sua tese, a atenção dada ao significado de sua coleção poderia ter sido maior uma vez que ela era condição e meio para a interlocução em torno de processos que iriam fazer a fortuna e a fama destes indivíduos, Rio Branco em especial.

Junqueira trata as fontes analisadas como algo dado. Ela falha em perceber a importância do processo de constituição e eventual disponibilização de tais documentos como parte de um projeto que envolveu ativamente Rodrigues, refletiu algumas de suas disposições e atravessou sucessivas gerações familiares, assim como envolveu diferentes instituições com as quais ele se relacionou, como a Biblioteca Nacional e o IHGB. Os principais documentos que ela utiliza para construir a tese só estão disponíveis nas coleções públicas destas instituições. E aqui não se está falando apenas da correspondência e de outros manuscritos do jornalista. A iniciativa de Rodrigues imprimir material a seu próprio respeito, como é o caso do folheto de sua aposentadoria em 1915, do folheto de 1908 comemorando sua gestão frente ao *Jornal do Commercio* por 18 anos – na mesma data em que o novo edifício da empresa foi inaugurado – e a publicação sobre o retrospecto de sua Policlínica das Crianças em 1920 depõe sobre a percepção que ele tinha a respeito de divulgar a si mesmo. A existência destas peças em acervos depositados em instituições públicas não é dada, nem natural, mas corresponde às disposições do jornalista em cuidar da sua própria imagem. Trata-se de material efêmero que não é encontrado de outra forma, não existe em outros lugares, muito menos reunidos como estão.

Mais do que conteúdo do qual um historiador deve extrair material para fundamentar seus argumentos, este material possui uma trajetória própria que foi fruto de investimentos variados, por diferentes agentes vivendo em temporalidades distintas. Que o bisneto de José Carlos Rodrigues tivesse em sua posse cartas, folhetos, fotografias e outros itens, e que decidisse que eles precisariam estar disponíveis para historiadores brasileiros, sugere algo.

O mesmo tipo de disposição em Rodrigues que o levou a tentar dar contornos coerentes à sua própria biografia em seus discursos públicos forneceu estímulo às suas aspirações filantrópicas e o motivou para que sua valiosa *Bibliotheca Brasiliense* – que veio a ser coleção Benedicto Ottoni – permanecesse em uma instituição pública de memória. Os itens que compõem a coleção carregam um *ex-libris* que o identifica como o colecionador. Ao optar por vender esses artefatos, sabendo que eles teriam a BN como destino, Rodrigues intencionava inscrever-se mais uma vez na memória da nação.

## 2 A formação e a doação da coleção Benedicto Ottoni para a Biblioteca Nacional

No presente capítulo, mais do que em qualquer outra parte desta tese, pessoas, objetos e instituições se interconectam, permitindo entrever significados, expectativas, trocas simbólicas e afins. O eixo central do capítulo é a coleção Benedicto Ottoni, que, antes de ser doada, chamava-se *Bibliotheca Brasiliense*. A formação, a doação e a fortuna da coleção são os pilares da reflexão pretendida, correspondendo a cada uma das seções.

Partindo do processo de formação da coleção de livros e papéis ajuntados por José Carlos Rodrigues, são exploradas questões que giram em torno das práticas colecionistas do titular, sua relação com os livros e o papel determinante da publicação, em 1907, de um detalhado catálogo relativo a um segmento específico de sua biblioteca. Este é um momento crucial na trajetória da coleção e, em alguma medida, um momento importante do seu titular por se tratar de uma obra que lhe rendeu louvores de especialistas na área de bibliografia.

A segunda seção aborda o acontecimento da doação em si. A instituição de destino da coleção, a Biblioteca Nacional, ‘prometia’ certa retribuição para os doadores. Duas noções têm sido usadas nesta tese que informam a respeito do tipo de retribuição oferecido: glória e legado. A doação da coleção Benedicto Ottoni para a BN não se encerra em si mesma. Ela esteve atrelada a uma segunda iniciativa já existente. A coleção doada foi vendida para que o montante de sua venda fosse destinado à Policlínica das Crianças, projeto filantrópico de José Carlos Rodrigues, que tinha planos para sua expansão. É possível perceber a maneira que este conjunto de iniciativas gera uma sinergia cujos dividendos simbólicos recaem sobre Rodrigues, em especial.

Por fim, a terceira parte explora a fortuna da coleção a partir de dois processos que correm em paralelo: em primeiro lugar, a trajetória da coleção na Biblioteca Nacional depois de doada, chamando a atenção para seus momentos de ativação, assim como para eventuais momentos em que a coleção é de alguma forma ofuscada; e, por fim, a vida própria que a *Bibliotheca Brasiliense* de José Carlos Rodrigues ganhou com o desenrolar das décadas, algo alimentado sobretudo pela existência de um catálogo pormenorizado de seus livros publicado em 1907.

Cada uma das partes do capítulo evidencia determinado aspecto ligado ao valor atribuído a esta coleção de artefatos históricos em papel sobre o Brasil, algo que expõe a importância desse tipo de suporte, numa época em que papéis e livros eram um dos mais importantes meio físicos para se acessar signos, ideias, lugares e tempos. Por extensão,

o destino final destes objetos, a Biblioteca Nacional, aparece como local preferencial para custodiar uma coleção desta natureza, tanto por sua vocação de lugar de memória, como pela maneira como a instituição dá visibilidade àqueles que lhe confiam seus bens.

## 2.1 A “Bibliotheca Brasiliense do Dr. J.C. Rodrigues”: formação, bibliofilia e bibliografia

As diferentes formas de nos relacionarmos com objetos carregam sentido. Elas expressam hierarquias, qualificam interações sociais, possibilitam a formação de identidades e definem formas de estar no mundo.<sup>234</sup> O acúmulo de livros é uma maneira especial de consumir e de se relacionar com bens materiais. E o bibliófilo é uma das representações mais emblemáticas desse ‘consumidor’. O ‘amor’ pelos livros tende a fazer dele um acumulador destes artefatos.

O bibliófilo pode ser enquadrado como um tipo particular de colecionador. O ato de colecionar vem sendo tratado como uma prática polissêmica, no sentido de que existem muitas formas, motivações e objetos que atravessam esta ação.<sup>235</sup> Embora seja possível afirmar que o colecionismo remonte a tempos imemoriais da humanidade e exista em praticamente todos os seus agrupamentos, não se trata de uma categoria universal e natural, regida por um mesmo conjunto de parâmetros e definida por objetivos e significados singulares.<sup>236</sup> Pelo contrário. Trata-se de uma prática cuja tentativa de circunscrição a um único conjunto de determinantes tem o potencial de gerar anacronismos e erros interpretativos.<sup>237</sup>

Isso posto, refletir sobre o colecionismo enquanto fenômeno fornece balizas potencialmente úteis para sua compreensão, especialmente quando se foca nas sociedades

---

<sup>234</sup> Cf. DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. **O mundo dos bens**: por uma antropologia do consumo. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 2004.

<sup>235</sup> BEZERRA, Rafael Zamorano; MAGALHÃES, Aline Montenegro. Coleções e colecionadores: a polissemia das práticas - introduzindo um debate. In: \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_ (org.). **Coleções e colecionadores**: a polissemia das práticas. Museu Histórico Nacional: Rio de Janeiro, p.9-12, 2012.

<sup>236</sup> Tal argumento se coloca da seguinte maneira: “[...] toda e qualquer coletividade humana dedica-se a alguma atividade de colecionamento, embora nem todas o façam com os mesmos propósitos e segundo os mesmos valores presentes nas modernas sociedades ocidentais. Quem coleciona o quê, onde, segundo quais valores e com quais objetivos? Basicamente, toda e qualquer ‘coleção’ pressupõe situações sociais, relações sociais de produção, circulação e consumo de objetos, assim como diversos sistemas de ideais e valores e sistemas de classificação que as norteiam.” GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Teorias antropológicas e objetos materiais. In: \_\_\_\_\_. **Antropologia dos objetos**: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007, p.24.

<sup>237</sup> BEZERRA, Rafael Zamorano; MAGALHÃES, Aline Montenegro. Op. Cit., p.9-10.

modernas marcadas pelo individualismo. José Rogério Lopes relaciona esta ação com a ideia de “ciclos de vida”, evidenciando certas particularidades:

[...] mesmo se percebendo que o colecionismo apresenta uma diversidade grande de estímulos e intenções, é importante enfatizar que essas práticas devem ser pensadas em razão da biografia das pessoas, no sentido de que o momento em que se começa a colecionar e os motivos das coleções têm relação com a trajetória de vida das pessoas, e marcam propriedades atribuídas a seus ciclos de vida. E embora se trate de um aspecto sempre subjetivo, a relação que as coleções estabelecem com a vida das pessoas é um motivo interessante para pensar, para pesquisar e, ao mesmo tempo, para compreender a forma pela qual depois são expostas, ou não, e em que condições, ou atendendo a que intencionalidades. Há muitas pessoas que mantêm suas coleções guardadas desde a infância, sem expô-las, e há aquelas que colecionam justamente para expor e, em torno dessa exposição, estabelecer interlocuções, trocas e uma série de outras relações que acabam motivando perspectivas distintas de sociabilidade.<sup>238</sup>

A prática colecionista que será abordada nesta seção ganha sentido pleno se compreendida à luz da trajetória de seu colecionador. O arco de sua vida, a sociabilidade tecida em torno dos artefatos que ele iria ajuntar e a maneira como ele buscou condicionar a percepção pública a seu respeito passam pela posse de uma opulenta biblioteca de impressos e manuscritos raros sobre a história do Brasil, em particular, mas também sobre a era dos Descobrimentos em geral. Ademais, a estratégia de dar visibilidade à sua coleção por meio da publicação de um catálogo não foi apenas uma relevante fonte de prestígio dentro do campo intelectual que Rodrigues vivenciava, mas também contribuiu para sedimentar seu legado como cultor e amante dos livros.

Em seu ensaio, “Desempacotando minha biblioteca: um discurso sobre o colecionador”, Walter Benjamin apresenta algumas chaves para a interpretação deste personagem, o colecionador e amante de livros. Além de ser uma reflexão celebrada a respeito da bibliofilia, a importância de seu texto para os fins propostos repousa também numa série de indícios acerca do ato nada trivial de comprar livros raros na virada do século XX, algo que coincide com o período aqui tratado. É a partir deste aspecto, inclusive, que Benjamin pretende estruturar sua reflexão:

Tenho a intenção de dar uma ideia sobre o relacionamento de um colecionador com seus pertences, uma ideia sobre a arte de colecionar mais do que sobre a coleção em si. É inteiramente arbitrário que eu faça isso baseando-me na observação das *diversas maneiras de adquirir livros*.<sup>239</sup>

---

<sup>238</sup> LOPES, José Rogério. Colecionismo e ciclos de vida: uma análise sobre percepção, duração e transitoriedade dos ciclos vitais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n.34, 2010, p.386. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/ha/v16n34/16.pdf> >. Acesso em: 16/06/2020.

<sup>239</sup> BENJAMIN, Walter. Desempacotando minha biblioteca: um discurso sobre o colecionador. \_\_\_\_\_. **Rua de mão única**: obras escolhidas (vol.2). Editora Brasiliense: São Paulo, 1987, p.227. Grifo meu.



Adquirir livros, tanto quanto um fim em si mesmo, é um ato que gera emoção. Mais até: “excitação”. Segundo Benjamin, “o maior fascínio do colecionador é encerrar cada peça num círculo mágico onde ela se fixa quando passa por ela a última excitação – a excitação da compra”.<sup>240</sup> Comprar livros para uma coleção demandava, como se pode imaginar, vários níveis de envolvimento. Havia os catálogos de leilões das mais importantes e disputadas casas, como a Maggs & Bros de Londres, Rosenthal em Munique, os catálogos de venda de Chadenat em Paris, só para citar algumas. Estas livrarias estavam espalhadas nos principais centros urbanos da Europa, sendo o destino de visitas *in loco* por uma intelectualidade itinerante. O que decorre desta experiência, da “excitação da compra”, é um conjunto de memórias afetivas em torno de cada obra adquirida para a coleção. Benjamin explora esta ideia a partir de um de seus temas mais visitados, o da relação do indivíduo com a cidade:

Colecionadores são pessoas de instinto prático; quando conquistam uma cidade desconhecida, sua experiência lhes mostra que a menor loja de antiguidades pode significar uma fortaleza, a mais remota papelaria um ponto-chave. Quantas cidades não se revelaram para mim nas caminhadas que fiz à conquista de livros.<sup>241</sup>

A cidade que se revela, a emoção da compra e tudo mais que cerca esta ação deixa plasmado no objeto adquirido uma marca. Ele vira o registro de um momento, o signo de uma passagem física, emocional e intelectual. A fruição do colecionador, ainda segundo Benjamin, passa pelo estabelecimento de uma relação com a temporalidade da obra a ser obtida. Ele não se seduz facilmente pelos encantos do presente e suas técnicas inovadoras. Seu interesse repousa em outra esfera: “Renovar o mundo velho – eis o impulso mais enraizado no colecionador ao adquirir algo novo, e por isso o colecionador de livros velhos está mais próximo da fonte do colecionador que o interessado em novas edições luxuosas”.<sup>242</sup> A atração pelo “livro velho” se constrói por ele ser portador de uma trajetória própria: “A época, a região, a arte, o dono anterior – para o verdadeiro colecionador todos os detalhes se somam para formar uma enciclopédia mágica, cuja quintessência é o destino de seu objeto”.<sup>243</sup>

Benjamin recorre ao milenar aforismo em latim *Habent sua fata libelli* – ou “os livros têm seu próprio destino” – para reforçar seu ponto. O sentido original desta expressão remete à liberdade de interpretação do leitor acerca do conteúdo de um dado

---

<sup>240</sup> Ibid., p.228.

<sup>241</sup> Ibid., p.230-231.

<sup>242</sup> Ibid., p.229.

<sup>243</sup> Ibid., p.228.

texto. Mas Benjamin atesta que o colecionador “interpreta esse aforismo latino de outro modo” já que para ele “não só os livros, mas também seus exemplares têm seu destino”. Uma peça carrega sua própria história e singularidade pelo percurso que ela trilhou. A partir da lógica centrada na *aquisição* de livros como um traço marcante do bibliófilo, Benjamin infere que o “destino mais importante de todo o exemplar é o encontro com ele, o colecionador, com sua própria coleção”.<sup>244</sup>

A exposição dos pontos abordados no ensaio de Benjamin ajuda a pensar o universo dos colecionadores de livros do qual José Carlos Rodrigues fez parte. Há muitas convergências entre o ensaio do filósofo alemão e a formação da *Bibliotheca Brasiliense* do jornalista brasileiro, como ficará evidente ao longo do texto. O colecionador que surge de seu ensaio deve ser compreendido pela sua relação com a *aquisição* de livros, a partir do esforço material e intelectual para montar uma coleção possível dentre tantas. Benjamin revela que este personagem é um andarilho de cidades e de suas livrarias, um consultor de catálogos e frequentador de leilões; alguém que busca a emoção da compra, dando enorme importância para os fios da história do objeto adquirido: tanto a trajetória específica do exemplar, como a história que cerca sua aquisição. Tudo isso será incorporado ao destino final, a coleção, que será uma *síntese* de todos estes processos, “um dique contra a maré de água viva de recordações que chega rolando na direção de todo colecionador”.<sup>245</sup> Se a coleção é uma síntese de todo esse processo, sua formação não é algo dado, tampouco facilmente observável ou comunicável.

Uma maneira de dar sentido à coleção é ordená-la. Benjamin atesta que “a existência do colecionador é uma tensão dialética entre os polos da ordem e da desordem”.<sup>246</sup> Além da questão prática da alocação de livros em suas prateleiras segundo algum critério escolhido – tamanho, assunto, autor etc. –, saber exatamente o que tal coleção contém e poder comunicar isto implica algum tipo de catalogação: “Nesse domínio, toda ordem é precisamente uma situação oscilante à beira do precipício. [...] Na prática, se há uma contrapartida da desordem de uma biblioteca, seria a ordenação de seu catálogo”.<sup>247</sup> A existência de um catálogo proporciona uma unidade possível ao conjunto. Um catálogo não precisa necessariamente abarcar todos os livros que estão em posse do colecionador, ele pode refletir apenas determinado segmento da coleção ao qual se

---

<sup>244</sup> Ibid.

<sup>245</sup> Ibid., p.227.

<sup>246</sup> Ibid., p.228.

<sup>247</sup> Ibid.

pretende dar visibilidade, algo que gera uma marca, uma identidade que emana do conjunto, refletindo-se sobre o indivíduo. Trata-se de uma iniciativa que comunica e consolida, ao mesmo tempo que ordena e informa.

No segundo semestre de 1907, pouco tempo depois de ter ingressado no IHGB, José Carlos Rodrigues publica o catálogo de um segmento de sua coleção. O título completo do livro dá uma ideia de seu escopo: *Bibliotheca Brasiliense: catálogo anotado dos livros sobre o Brasil e de alguns Autographos e Manuscriptos pertencentes a J. C. Rodrigues. Parte I. Descobrimento da América: Brasil colonial. 1492-1822*.<sup>248</sup> A “Advertência” inicial de sua publicação talvez seja o único momento em que Rodrigues teça considerações a respeito de sua coleção, um fato que chega a causar certa perplexidade. Em tom de modéstia e com enorme economia de palavras, o jornalista aponta um público-alvo de sua obra e pede que não se crie expectativas demasiadas em relação a ela:

As anotações deste Catálogo, senão a própria transcrição dos títulos dos livros com toda a minudência bibliográfica, talvez sejam de alguma utilidade a outros amadores como eu; porquanto (seja isto dito por via de escusa pelas faltas, não poucas, que se vão nele encontrar) a estes estudos da história e bibliografia nacionais só tenho dado as poucas horas que tenho podido subtrair às minhas muitas labutações ordinárias.<sup>249</sup>

Uma obra feita por um *amador* voltada para outros como ele. Ademais, realizada nas horas vagas. O que não é claro para o leitor contemporâneo pouco avisado a respeito de estudos desta natureza é o longo envolvimento de pessoas que dedicaram vidas inteiras a esta atividade. A *bibliografia* a que se faz referência poderia também ser denominada como descrição de repertórios bibliográficos. Embora pouco conhecido nos dias atuais, este nicho particular do universo do livro foi um empreendimento levado a cabo por intelectuais de praticamente todas as nacionalidades, sendo que muitas destas iniciativas atravessaram gerações. Trata-se da escrita e da descrição minuciosa de todos os exemplares impressos num determinado país, numa língua, dentro de uma temática específica ou a partir de algum outro critério unificador.<sup>250</sup>

---

<sup>248</sup> Essa publicação será referida doravante como *Catálogo...* para não repetir seu longo título e para não a confundir com a coleção *Bibliotheca Brasiliense*.

<sup>249</sup> RODRIGUES, José Carlos. **Bibliotheca Brasiliense**: catálogo anotado dos livros sobre o Brasil e de alguns autographos e manuscriptos pertencentes a J. C. Rodrigues. Parte I. Descobrimento da América: Brasil colonial. 1492-1822. Rio de Janeiro: Typografia do “Jornal do Commercio”, 1907, p.5.

<sup>250</sup> Para um panorama geral acerca do conceito, da origem e do desenvolvimento da bibliografia, conferir: LARA, Marilda Lopes Ginez de. Conceito de bibliografia, ou conceitos de bibliografia? **Informação & Informação**, Londrina, vol.23, n.2, p.127-157, 2018. Disponível em: < <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/download/34501/24179> >. Acesso em: 26/06/2020.

Esse critério unificador é arbitrário, podendo ser geográfico, temático, ou como no caso em pauta, pode ser atravessado por mais de uma destas variáveis: livros e papéis sobre o Brasil e sobre o Descobrimento da América, restritos a certo período (1492-1822) e pertencentes a uma coleção, a *Bibliotheca Brasiliense* de José Carlos Rodrigues.

Cabe ressaltar que o jornalista está dialogando com uma tradição centenária, que vinha particularmente de Portugal: o que está descrito no *Catálogo...* são livros e papéis cuja existência se situa numa interseção da história portuguesa e brasileira. No trecho citado da “Advertência” da publicação transparece uma sutil reverência aos ‘profissionais’ da bibliografia. Àquela altura, a bibliografia enquanto prática e ramo autônomo de conhecimento já se encontrava em franco processo de institucionalização, com diretrizes e normas internacionais para sua aplicação, que o Brasil ainda estava em vias de adotar neste ano de 1907.<sup>251</sup> Embora, no Brasil, Rodrigues tenha sido um dos poucos a se dedicar a tal atividade até a data de publicação de seu *Catálogo...* – especialmente no que tange à bibliografia de obras raras –, em Portugal existia um longo e marcante envolvimento com este tipo de trabalho. Isto ficará mais claro a seguir, quando será recuperado o comentário de um prestigiado bibliógrafo português, Brito Aranha, ao *Catálogo...* O que fica nítido, no entanto, é a humildade que Rodrigues assume diante desta tradição ao afirmar que ele não era, nem pretendia ser considerado um especialista no assunto.

O mesmo tom se repete quando ele fala do conteúdo da coleção: “modesta e bem incompleta”, mas que forma um “bom núcleo para uma *Bibliotheca Brasiliense*”. Ele reconhece também que “em nosso continente não existe outra tão farta como ela” no que diz respeito a obras do século XVI sobre a “América em geral”.<sup>252</sup> Rodrigues explica o critério utilizado para a inclusão dos itens que irão compor o *Catálogo...*: tudo publicado até 1822; tudo publicado por autores que tenham escrito livros antes de 1822, mas que continuaram a fazê-lo mesmo depois desta data; assim como publicações posteriores a 1822 cujo objeto da escrita esteja voltado para o Brasil colonial.<sup>253</sup> Como pode ser visto, trata-se de um critério altamente arbitrário. Ele entendia que excluir o material escrito depois 1822 seria uma escolha por demais rigorosa porque trabalhos de pessoas que ele

---

<sup>251</sup> Para uma apresentação do processo de institucionalização da bibliografia no mundo e no Brasil mais especificamente, ver: JUVÊNCIO, Carlos Henrique; RODRIGUES, Georgete Medleg. A bibliografia no Brasil segundo os preceitos otletianos: a liderança da Biblioteca Nacional e outras ações. **Informação & Informação**, Londrina, vol.20, n.2, p.184-204, 2015. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/23130>>. Acesso em: 26/06/2020.

<sup>252</sup> RODRIGUES, José Carlos. Op. Cit., p.5.

<sup>253</sup> Ibid.

admirava, como Varnhagen e o visconde de Cairu, ficariam de fora. Dessa forma, o *Catálogo...* acaba por fornecer uma lista pormenorizada de muito do que havia sido publicado até então sobre o período colonial brasileiro, ainda que tais obras tivessem sido impressas depois de 1822, ou até mesmo no século XX, pois o critério era apenas reportar ao período colonial.<sup>254</sup> Cabe mencionar que Rodrigues já planejava imprimir a segunda parte do catálogo de sua coleção logo em seguida, relativa ao que ele chama de “Brasil Independente”.<sup>255</sup>

Outro ponto que merece menção é a inclusão em seu catálogo de detalhes pouco usuais em repertórios bibliográficos: “Para tornar mais útil esta Lista, adicionei aos títulos das principais obras o preço que paguei por elas na Europa”. O termo que Rodrigues usa, “principais obras”, na verdade, se refere mesmo às obras de maior raridade, de maior preço, ou aquelas que seriam as mais cobiçadas e relevantes segundo critérios historiográficos: ele não fornece o preço de qualquer uma das publicações mais recentes.<sup>256</sup> Este detalhe a respeito do valor pago por certas obras irá alimentar muitos comentários a respeito da coleção tanto por seus contemporâneos, quanto pelos pósteros, como se verá adiante. Outro detalhe relevante é a anotação que acompanha certas entradas. Algumas peças ganham descrições e contextualizações pormenorizadas, com especial atenção às primeiras obras publicadas sobre a América, todas muito caras e desafiadoras no que toca à sua identificação, dada a distância dos séculos e a incerteza sobre autorias, datas, locais e responsabilidade de impressão.

A publicação do *Catálogo...* produz uma considerável repercussão. No mesmo embalo em que a publicação sai à lume, uma coleção formidável, que apenas um círculo restrito sabia existir, é revelada. Este ponto indica um atributo mais sutil da publicação. Ela faz com que a coleção passe a ‘existir’, publicamente ao menos. O *Catálogo...* comunica e consolida a existência desta *Bibliotheca Brasiliense* de José Carlos Rodrigues. Como era de seu feitio, o *Jornal do Commercio* ecoa toda a repercussão em suas páginas. E é principalmente a partir deste material que se torna possível reconstituir um pouco do processo de formação desta coleção, de vários aspectos que a cercam, assim como da valoração da mesma entre os pares de Rodrigues.

---

<sup>254</sup> A obra mais recente que pude perceber data de 1901.

<sup>255</sup> Ibid., p.6: “espero, porém, [...] poder publicar brevemente essa segunda parte, com amplo Índice Geral de toda a coleção”.

<sup>256</sup> RODRIGUES, José Carlos. Op. Cit., p.6. Rodrigues também lembra que, “quando falta esta indicação [preço] é que não guardei os recibos respectivos, ou comprei os livros em conjunto com outros, não me lembrando agora o valor exato de cada um”.

Ao longo desta seção, será dada preferência à análise do material publicado sincronicamente ao *Catálogo...* porque a última parte deste capítulo foi dedicada à fortuna da *Bibliotheca Brasiliense*-coleção Benedicto Ottoni. Como ficará evidente, a razão do binômio da coleção ter sido posta desta forma se deve às diferentes maneiras como ela seria rememorada e ativada. A existência do *Catálogo...* foi determinante para esta espécie de duplo percurso da coleção. A publicação e as obras nela descritas seriam diretamente relacionadas a José Carlos Rodrigues: quando ele era lembrado como bibliófilo e colecionador, os comentadores costumavam se referir à *Bibliotheca Brasiliense*, consubstanciada no *Catálogo...* Além disso, o valor bibliográfico da publicação enquanto obra de referência de livros raros sobre o Brasil e as Américas faria com que ela fosse reeditada em mais de uma ocasião. Estes dois aspectos combinados proporcionaram uma existência singular da coleção em seu estado *Bibliotheca Brasiliense* em detrimento de sua materialidade como coleção Benedicto Ottoni, fisicamente reunida na Biblioteca Nacional.

Embora a maior parte do material utilizado na presente seção tenha sido publicada nos meses que se seguiram ao lançamento do *Catálogo...*, alguns textos posteriores se mostraram importantes para que indícios acerca da formação da coleção fossem recuperados e serão utilizados aqui para tal fim.

A ideia que perpassa este capítulo – e a tese como um todo – recai sobre a relação entre a posse e o uso de certos artefatos culturais e o consequente estabelecimento de hierarquias e de distinção social a partir deles. A noção de distinção ganhou uma de suas formulações mais influentes com a obra de Pierre Bourdieu *A distinção: crítica social do julgamento*.<sup>257</sup> Nela, por meio de uma vasta pesquisa empírica – estatística e etnográfica – sobre hábitos e práticas culturais de diferentes segmentos da população francesa, o autor busca explicar como o *gosto* classifica, diferencia e hierarquiza, influenciando num debate para o qual a sociologia costumeiramente buscou fornecer respostas: isto é, a maneira como a desigualdade social ocorre e é reproduzida. O autor entende que a desigualdade é estabelecida e vivenciada de variadas formas, tanto entre classes, quanto dentro de um mesmo grupo, possuindo origens diversas, não apenas de capital econômico, mas de toda sorte de capitais aos quais os indivíduos são expostos. A dinâmica desse processo ocorre, segundo Bourdieu, a partir de uma vivência estruturada e objetiva – condicionantes sociais externos –, que os agentes incorporam subjetivamente, tecendo suas escolhas a

---

<sup>257</sup> BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

partir de um campo de possibilidades estruturalmente dado, embora vasto. De acordo com o autor, as escolhas individuais não são obra do acaso nem fatos isolados, mas se inscrevem dentro de uma teia relacional cujo sentido só é compreendido a partir destas mesmas relações, que ocorrem na maior parte das vezes a partir de campos relativamente autônomos – recortes da vivência social – com suas próprias regras de funcionamento e valorações. Nesse trabalho, Bourdieu maneja um conjunto de conceitos e noções – capital, campos, disposições e *habitus* – que ele aplica ao recorte específico em pauta, ou seja, como o gosto, uma face do capital cultural de um agente, é fonte de diferença e distinção social a partir de intrincados processos e interações. Desta forma, agentes aprendem a diferenciar o *valor simbólico* do *valor de uso* de uma série de hábitos e objetos. As práticas decorrentes de tais hábitos, encarnadas nos objetos, são vistas e avaliadas pelos pares em especial: são eles que possuem a gramática valorativa necessária para compreender e estimar seu significado.

Não é difícil perceber a importância destes argumentos para as questões postas na tese. Outro estudo pioneiro, realizado na mesma época em que a pesquisa de Bourdieu foi publicada, guarda um diálogo indireto com ela. Trata-se do livro *O mundo dos bens: por uma antropologia do consumo*.<sup>258</sup> A antropóloga Mary Douglas e o economista Barry Isherwood apresentam uma interpretação sobre a posse e o consumo de bens que se situa criticamente entre as duas leituras sobre este tema predominantes na época. Na primeira, o consumo seria uma emulação, uma ação carregada de superficialidade e meramente voltada para a busca de status por meio da imitação de hábitos de consumo das classes mais altas por parte das demais classes. Trata-se de uma abordagem que ao mesmo tempo moraliza e relega o consumo a uma esfera não-racional já que ele ocorreria principalmente em função de emoções, desejos e anseios. Já na segunda leitura, tipicamente identificada com a tradição utilitarista, as escolhas por consumir estão restritas a variáveis fixas, vistas como dadas e universais: todo consumo busca aumentar a satisfação e a felicidade ou diminuir o desconforto. A maneira como essa busca é determinada passa por outro filtro considerado por esta tradição como universal e natural, que ocorre de forma igual em todos os indivíduos: a percepção a respeito dos meios mais racionais para a obtenção do referido aumento da satisfação ou diminuição do desconforto. Segundo Douglas e Isherwood, as duas leituras falham em perceber que o consumo e a posse de bens se apresentam como um articulado sistema de informação, que comunica, estabelece

---

<sup>258</sup> DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. **O mundo dos bens: por uma antropologia do consumo**. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 2004.

identidades e interações, que fala sobre posições e compreensão do mundo. O consumo e os objetos seriam, nesta interpretação, geradores de classificações, formadores de categorias sociais e portadores de valores culturais que dizem algo sobre o estatuto simbólico de indivíduos e grupos. Os autores fazem uma defesa da complexidade desta ação, capaz de revelar ao observador respostas e nuances acerca do mundo social.

Tratando-se de um tipo específico de bem cultural – livros e papéis raros sobre a história e formação de uma nação – fica evidente o potencial gerador de prestígio atrelado à sua posse e à posterior doação para uma importante instituição pública de Estado. Não quero reduzir esta questão a uma lógica simplista sugerindo que os agentes envolvidos tenham agido de forma calculista num sentido estrito, visando alçarem-se a patamares elevados de prestígio social. A questão em torno da propriedade e do destino dado à coleção repousa num plano sutil, das disposições em torno das quais estes indivíduos estavam negociando suas escolhas e valorações. Da mesma forma, o sentimento de prazer e satisfação em colecionar e doar é perceptível. Ademais, o cálculo a respeito de uma possível obtenção de prestígio não se impõe sobre o sentido mais primário do colecionismo e sobre o julgamento que dele se faz. Se a ideia em torno do cálculo ocupasse o primeiro plano, tais iniciativas perderiam sua eficácia simbólica e seriam encaradas com cinismo. Embora esta perspectiva esteja presente nos juízos de alguns comentaristas que escreveram a respeito da publicação do *Catálogo...*, ela permanece como algo secundário na análise. Ainda assim, fica evidente que há certo cuidado por parte destes comentaristas, que serão vistos a seguir, ao tocar neste tópico: quando o fazem, é justamente para afastar a hipótese de que José Carlos Rodrigues tenha agido de modo a ostentar a posse de tais artefatos. O significado de se possuir uma coleção como a *Brasiliense* de Rodrigues opera em mais de um plano, a partir de enunciados possíveis e desejáveis, assim como os interditos.

Apesar das ponderações acima, ficará evidente com a exposição dos discursos publicados a respeito da coleção e do *Catálogo...* que a posse de livros e papéis carregados de histórias, muitas das quais materializações de episódios fundamentais da trajetória da nação, aciona representações que alçam o proprietário a um patamar social elevado no plano simbólico. Krystof Pomian, em seu conhecido verbete sobre coleções, afirma:

Mais uma vez se constata que o significado é superior à utilidade. É fácil compreender então que a aquisição de semióforos, a compra de obras de arte, a formação de bibliotecas ou de coleções, é uma das operações que, ao transformar a utilidade em significado, permitem a quem tenha uma alta posição na hierarquia da riqueza ocupar uma posição correspondente na do gosto ou do saber, sendo as peças de coleção, como se viu, símbolos de



pertença social, senão de superioridade. A aquisição de semióforos equivale portanto à do bilhete de entrada num meio fechado e ao qual não se pode aceder sem ter retirado uma parte do dinheiro que se possui do circuito utilitário.<sup>259</sup>

É necessário chamar a atenção para algumas características dos textos que irão nortear a discussão que se segue à publicação do *Catálogo...* A primeira remete aos meios nos quais este material circulou. Já ficou delineado que Rodrigues não se furtava a utilizar os recursos tipográficos à sua disposição para imprimir folhetos de seu interesse ou simplesmente utilizar as páginas do próprio *Jornal do Commercio* para tais fins. Além de uma série de três matérias não assinadas, o *Jornal* reproduziu quatro artigos acerca do *Catálogo...* que saíram em outros periódicos. Estes artigos foram escritos pelo diplomata Oliveira Lima, que publica uma pormenorizada matéria no *Estado de São Paulo* em sua coluna “Coisas Nacionais”; pelo escritor Medeiros e Albuquerque, que tece uma breve nota na sua seção “Crônica Literária” no *A Notícia*; e pelo mais renomado bibliógrafo português de então, Brito Aranha, que dedica dois artigos entusiasmados pelo *Diário de Notícias* de Lisboa.<sup>260</sup>

Um último aspecto relevante a este respeito: o primeiro contato que tive com as matérias sem autoria do *Jornal do Commercio* e o artigo publicado por Oliveira Lima se deu por meio de um folheto que reúne todos esses textos, publicado em 1911, presente na coleção Christopher Oldham.<sup>261</sup> A data não é nada fortuita uma vez que foi o ano em que a *Bibliotheca Brasiliense* se transforma em patrimônio público nacional ao ser doada,

---

<sup>259</sup> POMIAN, Krzysztof. Coleção. **Enciclopédia Einaudi**, vol.1 História-Memória. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, p.80.

<sup>260</sup> Brito Aranha foi um dos mais proeminentes bibliógrafos portugueses, continuador de um trabalho que remonta ao século XVIII. Este trabalho foi iniciado por Diogo Barbosa Machado com a *Bibliotheca Lusitana*, primeiro repertório bibliográfico com foco na língua portuguesa. Em meados do século XIX, Innocencio Francisco da Silva deu prosseguimento a tal iniciativa, publicando o *Dicionário Bibliográfico Português*. Brito Aranha foi designado por Innocencio como seu testamentário e publicou desde 1883, depois da morte de Innocencio, mais de dez suplementos da bibliografia, que hoje é uma obra monumental de 23 volumes reunindo tudo o que foi publicado em Portugal, ainda que de forma incompleta como os próprios autores sempre reconheceram. Cf. MORAES, Rubens Borba de. **O bibliófilo aprendiz**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1998, p.119-120. Brito Aranha inclusive comenta nos artigos analisados nestas páginas que utilizaria o *Catálogo...* de José Carlos Rodrigues para corrigir algumas entradas e lacunas do *Dicionário Bibliográfico Português*: “o novo trabalho do Sr. Dr. José Carlos Rodrigues é de tão grande valor que ele me servirá, com sincero aplauso, de auxílio consciencioso e suculento nos meus estudos de bibliografia nacional, em muitos pontos tão intimamente ligada à bibliografia brasiliense”. BRITO ARANHA, Pedro W. de. *Bibliotheca Brasiliense*. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 29 out. 1907, p.1. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/docreader/364568\\_09/13834](http://memoria.bn.br/docreader/364568_09/13834)>. Acesso em: 07/10/2019.

<sup>261</sup> **BIBLIOTHECA Brasiliense do Dr. José Carlos Rodrigues**. Rio de Janeiro: Typ. do “Jornal do Commercio”, de Rodrigues & C., 1911. Fundação Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos. Coleção Christopher Oldham. Localização: 32,04,002 n.008.

passando a se chamar coleção Benedicto Ottoni. Este aspecto, no entanto, ficará reservado para a próxima seção deste capítulo.

Um detalhe que permite perceber o engajamento do *Jornal do Commercio* na divulgação do catálogo de seu proprietário é a presença de um anúncio sobre a venda da publicação ao longo de meses seguidos nos “Avisos Especiais”. Esta pequena seção ocupa a primeira coluna à esquerda no alto da primeira página do periódico. Todos os dias, ao longo de meses, a existência do *Catálogo...* é exposta, indicando o preço e o local de compra: uma papelaria na rua do Ouvidor. Sua tiragem limitada também é informada, duzentos exemplares “dos quais apenas pequeno número oferecido à venda”.<sup>262</sup>

De fato, pelo que atesta o bibliógrafo português, Brito Aranha, no segundo dos dois artigos que ele publica por ocasião do lançamento do *Catálogo...*, destes duzentos exemplares impressos, cento e cinquenta foram “destinados pelo autor para brindar as bibliotecas e livreiros de primeira ordem, nacionais e estrangeiros, com os quais mantém relações”.<sup>263</sup> Cada um deles era numerado. Imagina-se que outros tantos foram para pessoas de seu círculo de sociabilidade livresca. Sabe-se também o destino *sui generis* de alguns exemplares. Três casos em particular merecem ser recuperados. Um deles é o mesmo Brito Aranha que narra em sua matéria. Ele informa para onde cada um dos sete exemplares destinados a Lisboa foi enviado, entre bibliotecas, livreiros e sociedades científicas, além dele próprio. A citação que segue encerra as duas matérias que ele escreveu a respeito do lançamento do *Catálogo...* Ela fornece um indício claro da consciência que José Carlos Rodrigues tinha a respeito do valor de sua coleção e da força distintiva que a posse de tal coleção atrelada ao pormenorizado *Catálogo...* lhe conferia.

O Sr. Dr. José Carlos Rodrigues ainda tinha outro exemplar para ofertar em Lisboa, mas não o deixou. Indo para Paris, e tendo lá demora, levou-o para recomendar a um encadernador de fama a quem incumbiria de lhe dar encadernação especial e muito rica, dourado por folhas, que, no regresso a esta capital, entregará pessoalmente a El-Rei o Sr. D. Carlos. É um brinde de suma valia.<sup>264</sup>

Além de presentear o rei de Portugal com a publicação, Rodrigues destinou um exemplar para outro personagem importante que teve um episódio de sua vida política entrelaçada à do jornalista. Trata-se do presidente americano, Theodore Roosevelt,

---

<sup>262</sup> SAHIO à luz a Bibliotheca Brasiliensis... **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 3 out. 1907, p.1. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/364568\\_09/13514](http://memoria.bn.br/DocReader/364568_09/13514) >. Acesso em: 07/10/2019.

<sup>263</sup> BRITO ARANHA, Pedro W. de. Bibliotheca Brasiliense. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 29 out. 1907, p.1. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/docreader/364568\\_09/13834](http://memoria.bn.br/docreader/364568_09/13834) >. Acesso em: 07/10/2019.

<sup>264</sup> Ibid.

responsável pelo início da construção do Canal de Panamá a que já foi aludida. Em sua passagem pelo Rio de Janeiro em 1913, numa visita motivada pela sua expedição científica com Cândido Rondon pela bacia Amazônica,<sup>265</sup> ele recebe como presente de José Carlos Rodrigues o catálogo de sua coleção. Há uma carta de agradecimento escrita por Roosevelt na coleção Christopher Oldham. Nela, o ex-presidente acusa o recebimento da seguinte maneira: “Escrevo-lhe apenas uma linha para dizer o quanto sou grato pela gentileza de me enviar uma cópia do catálogo de livros de sua maravilhosa biblioteca”.<sup>266</sup> A carta está datada de 1913, quando a coleção já havia sido incorporada à Biblioteca Nacional. Ainda assim, o *Catálogo...* e a antiga propriedade de seus livros e papéis reverberavam em Rodrigues como uma fonte de auto representação, algo que lhe permitia reforçar certos traços num processo de *invenção* de si, mesclando sua intelectualidade, erudição e bom gosto, além de seu pendor patriótico por se dedicar a reunir resquícios materiais da história de seu país. Nesse sentido, o *Catálogo...* acaba por substituir a coleção, já que a publicação mantém a autoria que a doação, de alguma forma, obscurece, preservando com exclusividade o nome de José Carlos Rodrigues quando a própria coleção já havia mudado de nome. O *Catálogo...* é *documento* no sentido forte da palavra, pois registra e *prova* a autoria do colecionamento. Além disso, a obra tem uma outra dimensão, uma dimensão autoral, posto que apresenta comentários, descrições e indexações de José Carlos Rodrigues. Nesse sentido, a publicação é *menos* que a coleção – posto que apenas a representa –, mas também é *mais*, já que a ‘ciência’ do colecionador nela se expressa.

---

<sup>265</sup> Cf. ROOSEVELT, Theodore. **Nas selvas do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1976. Para um olhar contemporâneo sobre o episódio e suas ramificações, conferir: JUNIOR, Carlos Martins. Expedição Científica Roosevelt-Rondon: um aspecto das relações Brasil-EUA e da consolidação do mito Rondon. **Albuquerque: revista de História**, Campo Grande, vol.1, n.1, p.25-54, 2009. Disponível em: < <https://periodicos.ufms.br/index.php/AlbRHis/article/download/3904/3112/> >. Acesso em: 07/10/2019.

<sup>266</sup> “I must send you just one line to say how much I appreciate your kindness in sending me a copy of the catalogue of the books of your wonderful library”. Tradução livre. Trata-se da mesma carta que Roosevelt atribui ter sido Rodrigues o profeta do Canal do Panamá e ele quem realizou a profecia. ROOSEVELT, Theodore. [Carta de... a José Carlos Rodrigues, agradecendo-lhe pelo envio do catálogo de sua antiga biblioteca e de um exemplar do livro The Panama Canal]. Rio de Janeiro, 25 out. 1913. Fundação Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos. Coleção Christopher Oldham. Localização: 32,04,001 n.44.

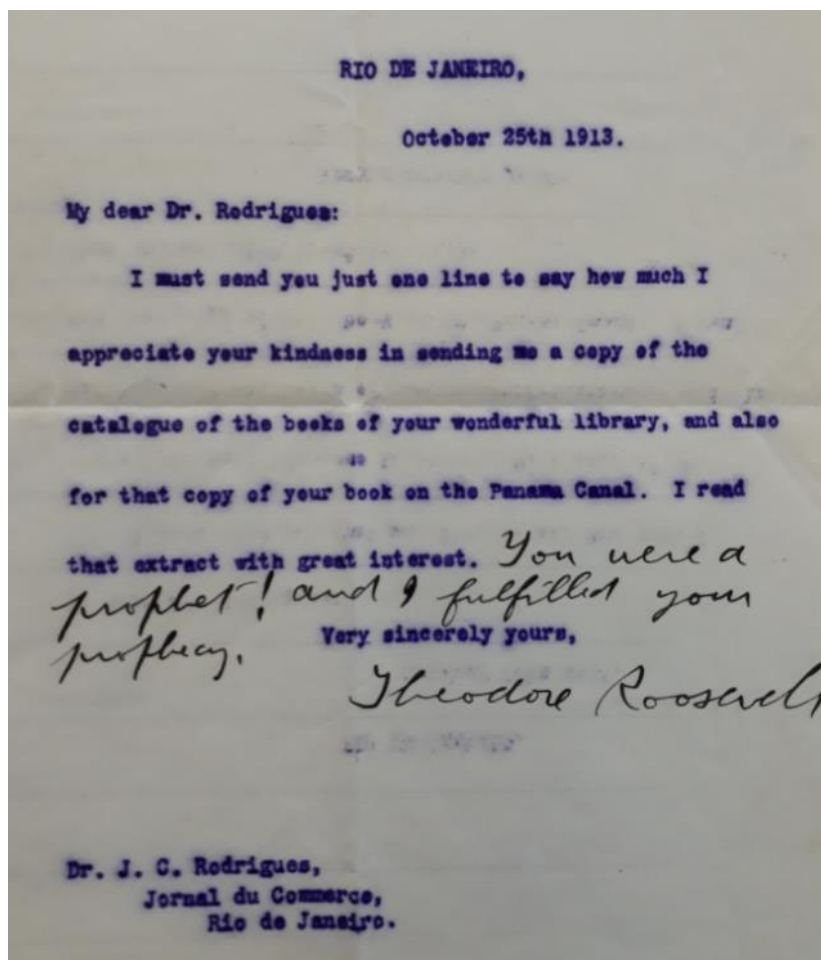


Fig.14

O último caso que vale recuperar aqui é um tanto insólito e pode levantar questões de fundo a respeito do processo de doação da *Bibliotheca Brasiliense*, apesar de algum risco em ver sentido demais num episódio que pode ser apenas fortuito. Trata-se da trajetória do exemplar do *Catálogo...* com que José Carlos Rodrigues presenteou Júlio Ottoni quando foi feita sua doação. Ele hoje se encontra na Biblioteca Nacional. O exemplar, no entanto, não acompanhou a coleção doada em 1911, pois era propriedade de Júlio e não parte do ajuntamento encaminhado à instituição. Há duas dedicatórias nesta peça: uma delas de Rodrigues para o próprio Júlio Ottoni na qual se lê: “Ao meu amigo o Sr. Dr. Julio Benedicto Ottoni, à cujo patriotismo e generosidade deve o Estado estar reunida na Biblioteca Nacional esta coleção”.<sup>267</sup> A dedicatória está datada de 25 de julho de 1911, menos de vinte dias depois de ela ter sido oferecida à BN. A outra, escrita em 25 de maio de 1945, de José Carlos de Macedo Soares para Rodolfo Garcia, então

<sup>267</sup> RODRIGUES, José Carlos. *Bibliotheca brasiliense*: catalogo annotado dos livros sobre o Brasil... Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio de Rodrigues & C., 1907. Fundação Biblioteca Nacional. Divisão de Obras Raras. Localização: 004,001,029

presidente da Biblioteca Nacional,<sup>268</sup> informando que achou o livro “alhures” – num sebo, ao que parece – e que ele “pertence à BN”.

Embora seja tentador extrair um juízo de fundo a respeito do descaminho deste exemplar, cabe apenas especular com base nos indícios disponíveis. Pode ter se tratado de um descuido cotidiano apenas, como, por exemplo, o *Catálogo...* sendo encaixotado junto aos demais livros de Júlio Ottoni, todos vendidos sem cerimônia depois de sua morte em 1926. Mas também pode ser que essa mesma ação corriqueira guarde algum indício sobre a falta de importância que os descendentes de Ottoni davam aos seus livros de uma forma geral, e aos seus esforços décadas antes de constituir uma coleção valiosa que carregava o nome da família. De todo modo, certo desprezo pela obra acaba transparecendo. Macedo Soares, por sua vez, conhecia exatamente o significado daquela publicação. Quaisquer que tenham sido as razões para tal, o fato é que a trajetória deste exemplar específico está irremediavelmente marcada em suas páginas: “os livros têm seu próprio destino”.

Já no artigo de Medeiros e Albuquerque, a questão da vaidade e da ostentação aparece como uma forma de explicar as motivações para que José Carlos Rodrigues resolvesse imprimir um catálogo de sua coleção.

O catálogo de uma biblioteca particular pode ser uma simples ostentação vaidosa de quem possui um tesouro e quer exibi-lo a olhos estranhos. Tratando-se, porém, de bibliotecas organizadas exclusivamente sobre um assunto, esses catálogos particulares podem ser preciosos, porque dão balanço à literatura existente sobre determinada matéria, da qual fazem o inventário bibliográfico.<sup>269</sup>

Percebe-se que a ideia de ostentação está no campo de juízos possíveis a respeito de tal empreendimento. Embora o autor prefira inferir que se trata de uma manifestação da intelectualidade de Rodrigues e até mesmo de certo espírito voltado para a colaboração

---

<sup>268</sup> Rodolfo Garcia foi um historiador, professor e escritor, membro da Academia Brasileira de Letras e do IHGB. Ele dirigiu o Museu Histórico Nacional e a Biblioteca Nacional. BIOGRAFIA: Rodolfo Garcia. **Academia Brasileiras de Letras**, Rio de Janeiro, 24 nov. 2016. Disponível em: < <http://www.academia.org.br/academicos/rodolfo-garcia/biografia> >. Acesso em: 01/07/2020. José Carlos de Macedo Soares foi um político e escritor, tendo ocupado os cargos de ministro de Justiça e de Relações Exteriores do primeiro governo Vargas. Ele também fez parte de diversas associações, como o IHGB, a ABL, a Academia das Ciências de Lisboa e a Real Academia de História de Portugal, só para citar algumas. BIOGRAFIA: José Carlos de Macedo Soares. **Academia Brasileiras de Letras**, Rio de Janeiro, 26 jul. 2016. Disponível em: < <http://www.academia.org.br/academicos/jose-carlos-de-macedo-soares/biografia> >. Acesso em: 01/07/2020.

<sup>269</sup> MEDEIROS E ALBUQUERQUE, José J. de. Catálogo de livros sobre o Brasil. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 21 set. 1907, p.2. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/364568\\_09/13385](http://memoria.bn.br/DocReader/364568_09/13385) >. Acesso em: 07/10/2019.

em uma grande obra coletiva – a escrita da história nacional<sup>270</sup> – fica evidente algum nível de tensão entre os dois polos. A mesma tensão aparece mais de uma vez em seu artigo. O elemento da riqueza é também apontado: “Vê-se bem, portanto, que o ‘Catálogo-Rodrigues’ não é apenas ostentação de um amador rico, que, por ser rico, pôde comprar obras caras, cuja coleção seria impossível a outros. É a seleção e a reunião inteligente de tudo o que interessa à nossa história”.<sup>271</sup>

O sintagma “Catálogo-Rodrigues”, tal como grafado por Medeiros e Albuquerque, é uma boa oportunidade para apresentar a relação de identificação indivíduo-objeto que aparece nas matérias em análise. Como visto com Mary Douglas anteriormente, trata-se de um dos aspectos centrais de sua proposta para se pensar o consumo e a posse de objetos.

O *Catálogo...* é percebido em várias ocasiões como uma extensão de seu autor, como algo que revelaria certas características suas. Na primeira das três matérias originais do *Jornal do Commercio*, este aspecto é desde logo ressaltado: “Esse fervor pelos livros é também, no Sr. Dr. Rodrigues, uma expressão intelectual que define bem o seu espírito enciclopédico de jornalista, curioso de tudo e procurando na solidez da própria cultura os elementos essenciais de sua ação educadora”.<sup>272</sup> Este conjunto de artigos – todos intitulados *Bibliotheca Brasiliense*, publicados em setembro de 1907 – estavam voltados para promover a publicação, algo que implicaria a valorização do seu editor e, por extensão, do próprio periódico. O registro laudatório é a tônica destes escritos: “Desse catálogo se pode dizer, sem favor, que a sua parte analítica emparelha bem com os primores que descreve, colocando-se inquestionavelmente o autor em justa correspondência com a importância da própria biblioteca”.<sup>273</sup>

A publicação do *Catálogo...* teve como corolário atestar a erudição de Rodrigues. Este aspecto fica evidente numa troca de cartas recuperada por Claudio Ganns em seu ensaio de 1944. Nelas, o assunto em pauta é a admissão de Rodrigues à Academia Brasileira de Letras (ABL). Apesar dos possíveis questionamentos sobre o que significa pertencer à instituição, não há dúvida que ela era, especialmente naqueles anos iniciais,

---

<sup>270</sup> Medeiros e Albuquerque arremata seu artigo reiterando este aspecto: “A *bibliomania* entendida desse modo não é apenas um prazer egoísta de colecionador; é um trabalho útil para todos os historiadores futuros”. Grifo do autor.

<sup>271</sup> Ibid.

<sup>272</sup> BIBLIOTHECA Brasiliense: apreciações do *Jornal do Commercio*. In: **BIBLIOTHECA Brasiliense do Dr. José Carlos Rodrigues**. Rio de Janeiro: Typ. do “Jornal do Commercio”, de Rodrigues & C., 1911, p.13. Fundação Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos. Coleção Christopher Oldham. Localização: 32,04,002 n.008.

<sup>273</sup> Ibid., p.30.

uma instância de reconhecimento da intelectualidade. As cartas em questão envolvem Joaquim Nabuco e foram publicadas postumamente em diferentes livros. Numa delas, dirigida ao próprio José Carlos Rodrigues em dezembro de 1907 – ou seja depois da publicação de sua obra –, Nabuco lhe diz que “desde a fundação pensei que você como um dos *representative men* da nossa intelectualidade, da mais alta, devia ser da Academia”.<sup>274</sup> Poucos meses após essa missiva, Nabuco escreve, dessa vez para Machado de Assis, uma carta que contém o seguinte trecho: “Não é tempo de V. pensar no Rodrigues para a Academia? *Depois desse monumental Catálogo?* Converse com Rio Branco, Veríssimo e todos os seus”.<sup>275</sup> Machado de Assis lhe responde da seguinte maneira: “A sua ideia relativamente ao José Carlos Rodrigues é boa. Falei dela ao Graça e ao Veríssimo que concordam; mas o Graça pensa que é melhor consultar primeiro o José Carlos: parece-lhe que ele pode não querer; se quiser parece fácil”.<sup>276</sup> Nessa mesma carta, citada por Ganns, Machado ainda teria acrescentado: “Não há vaga, mas quem sabe se não a darei eu?”. Ele de fato viria a morrer menos de dois meses depois. Para Ganns, Machado de Assis demonstra que não se sentia “diminuído, no seu gênio literário, em ser substituído pelo jornalista eminente”.<sup>277</sup> No entanto, José Carlos Rodrigues aparentemente teria declinado do enlace com a ABL. Ainda segundo Ganns, Graça Aranha, um dos interlocutores no processo, acrescentou uma nota de rodapé a essa carta de Machado. Aranha editou um livro reproduzindo as cartas trocadas entre Machado de Assis e Joaquim Nabuco. Sua anotação sobre essa carta diz: “José Carlos Rodrigues não se quis apresentar”.<sup>278</sup> A conclusão que Claudio Ganns chega é apresentada da seguinte maneira: “Mais um dos que, não por escusado orgulho, talvez pelo seu retraimento, em que ainda agia poderosamente o recalque antigo, ficou só pertencendo a *41ème fauteuil...*”.<sup>279</sup>

Uma das afirmações a ser testada ao longo da tese recai sobre a ideia de que o consumo de certos artefatos culturais se presta a dotar seus proprietários de aspectos

---

<sup>274</sup> GANNNS, Claudio. Op. Cit., p.205.

<sup>275</sup> Ibid. Grifo meu.

<sup>276</sup> Ibid.

<sup>277</sup> Ibid., p.206.

<sup>278</sup> Ibid.

<sup>279</sup> Ibid. O “recalque antigo” mencionado por Ganns seria o crime da juventude. E a expressão *41ème fauteuil* remete a uma obra publicada em 1855 por um certo Arsène Houssaye, francês, que lista todos os escritores seus compatriotas que deveriam estar na academia de letras daquele país e não adentraram por razões diversas. A palavra *fauteuil* se traduz por poltrona – na ABL, o termo é “cadeira” –, sendo uma metonímia para ter um assento, ser membro da Academia. Nessa instituição francesa, assim como na brasileira, elas se restringem a 40. Cf. 41º FAUTEUIL. **Wikipédia**: enciclopédia livre. Disponível em: < [https://fr.wikipedia.org/wiki/41e\\_fauteuil](https://fr.wikipedia.org/wiki/41e_fauteuil) >. Acesso em: 01/07/2020.



distintivos em relação ao seu próprio grupo social: ou seja, estabelece hierarquias. A reação à publicação do *Catálogo...* responde a esta afirmação de modo categórico. Embora os enunciados e juízos contidos nas matérias estejam inseridos dentro de protocolos de sociabilidade, carreguem algum tipo de viés oriundo das relações entre os autores e o sujeito da análise, e passem por um conjunto de filtros antes de serem publicados, especialmente estes reproduzidos no *Jornal do Commercio*, é inegável que seu conteúdo alça o jornalista a um novo estatuto de prestígio. Foi exposto acima que os emissores dos enunciados, cada um a seu modo, são partes interessadas na obra e pares de Rodrigues, algo que se revela nos juízos formados, ainda que de modo sutil. Logo, a interpretação que se deseja imprimir recai sobre o que é dito, o que é insinuado e o que é descartado, formando um arco de enunciados e representações que transparecem nos discursos impressos.

Um bom exemplo do argumento acima é o parágrafo de encerramento do artigo de Oliveira Lima, publicado em 1907 em sua coluna no *Estado de São Paulo*, reproduzido posteriormente no folheto *Bibliotheca Brasiliense do Dr. José Carlos Rodrigues* de 1911.<sup>280</sup> Nele, o diplomata sintetiza um conjunto de características que certamente Rodrigues deve ter apreciado ver reunidas. São traços dentro de um mesmo enquadramento que ele próprio buscou consolidar ao longo de sua vida, tal como visto no primeiro capítulo. Em poucas linhas, os atributos de Rodrigues são desfilados: o jornalista, o administrador, o bibliógrafo, o intelectual, o filantropo, o cristão...

A posição mais que nunca saliente do velho órgão da imprensa fluminense dá a medida do tino administrativo do seu redator-chefe e principal proprietário, da mesma forma que o palpável resultado da sua diligente e inteligente aplicação à bibliografia indica a facilidade extrema de sua adaptação mental. Chegar a ter tal autoridade como jornalista e tal competência como bibliógrafo seria mais do que suficiente para preencher a um feliz senso prático, de que a nossa raça não oferece exemplares em demasia, e o exercício desafetado de uma filantropia inspirada pela doutrina cristã.<sup>281</sup>

O *Jornal do Commercio* explora igualmente o sentido hierarquizante que emana do trabalho intelectual e prático necessário para a confecção da obra: “O Sr. Dr. Rodrigues deve estar satisfeito com a publicação de sua grande obra. Ela lhe assegura um alto posto entre os melhores sabedores do gênero; e ficará constituindo também um título de orgulho

---

<sup>280</sup> LIMA, Oliveira. Causas nacionaes: a Bibliotheca Brasiliense do Dr. José Carlos Rodrigues. In: **BIBLIOTHECA Brasiliense do Dr. José Carlos Rodrigues**. Rio de Janeiro: Typ. do “Jornal do Commercio”, de Rodrigues & C., p.3-10, 1911. Fundação Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos. Coleção Christopher Oldham. Localização: 32,04,002 n.008.

<sup>281</sup> Ibid., p.10.



para a intelectualidade brasileira”.<sup>282</sup> Estes são apenas alguns dos muitos exemplos nessa linha.

Há uma modulação na abordagem presente no trecho acima que parece fundamental para dotar seu empreendimento de eficácia simbólica frente aos seus pares. Em muitas passagens, sua coleção e seu catálogo são vistos como a representação de um ato de patriotismo. Brito Aranha comenta o tempo de trabalho dedicado à confecção do *Catálogo...* da seguinte maneira: “Que abençoadas têm sido essas horas em benefício das *letras pátrias*, de que se veem tais frutos!”.<sup>283</sup> Já o *Jornal do Commercio* acrescenta a este respeito que o *Catálogo...* é “uma das mais brilhantes e características expressões do grande amor e da contínua dedicação do autor à cultura de sua terra”.<sup>284</sup> Há um tom geral que celebra o fato de um sem número de papéis e impressos raros, que serviriam para a escrita histórica sobre o Brasil, estarem presentes no território. Um deslocamento neste juízo será registrado quando a coleção é finalmente doada à Biblioteca Nacional: ela deixa de ser posse pessoal de acesso restrito, passa a ser patrimônio público e os juízos sobre seu patriotismo ganham ainda mais relevo.

O fato de a coleção ser privada neste momento implicava que seu acesso era restrito. Como mencionado acima, o *Catálogo...* cumpre o papel de *revelar* sua coleção ao público em geral. Antes disso, só sabiam da existência da coleção aqueles próximos a José Carlos Rodrigues, como destacado neste trecho:

Até agora só as pessoas das relações do Sr. Dr. José Carlos Rodrigues sabiam da existência do seu belo tesouro bibliográfico, acumulado durante anos e anos de pacientes pesquisas e indagações. O Catálogo que vamos dar notícia representa a grata revelação de que existem no país numerosos livros preciosíssimos que bastariam para fazer o orgulho de qualquer biblioteca.<sup>285</sup>

As sociabilidades construídas em torno dos livros aparecem em mais de uma ocasião. Oliveira Lima dá um indício a respeito da biblioteca onde a coleção era guardada e das relações estabelecidas pelo proprietário a partir dela: “O leitor do volumoso e excelente Catálogo, que não conhecer diretamente a biblioteca onde seu possuidor *acolhe gostosamente os que apreciam e entendem de livros*, terá ao percorrê-lo a cada passo uma surpresa”.<sup>286</sup> Kristof Pomian identifica, no gesto de dar acesso a uma coleção, um ato de poder. Explorando o contexto de gênese, na era moderna europeia, das coleções que

---

<sup>282</sup> BIBLIOTHECA Brasiliense: apreciações do *Jornal do Commercio*. Op. Cit., p.61.

<sup>283</sup> BRITO ARANHA, Pedro W. de. Op. Cit. p.1. Grifo meu.

<sup>284</sup> BIBLIOTHECA Brasiliense: apreciações do *Jornal do Commercio*. Op. Cit., p.12.

<sup>285</sup> Ibid., p.11.

<sup>286</sup> LIMA, Oliveira. Op. Cit., p.9. Grifo meu.

guardam semióforos “que se estudam”, em especial aqueles oriundos da antiguidade, o autor explora a alteridade entre o possuidor de bens – em geral pertencente à aristocracia – e os que dependiam do acesso a tais bens para o desenvolvimento do ofício.<sup>287</sup> Estes trabalhadores, fossem eles do ramo das artes ou das ciências, poderiam receber pensões destes colecionadores/patronos, ou poderiam simplesmente ter o acesso franqueado aos seus espaços de guarda, como “gabinetes de curiosidade, galerias de pintura e de escultura, bibliotecas e depósitos de atas, etc.”, necessários para o aprofundamento de suas atividades:

Em resumo, as colecções que, para os membros do meio intelectual e artístico, são instrumentos de trabalho e símbolos de pertença social, são, para os detentores do poder insígnias da sua superioridade e também instrumentos que lhes permitem exercer uma dominação neste meio.<sup>288</sup>

Embora não seja o objetivo caracterizar o colecionismo de José Carlos Rodrigues enquanto uma atividade voltada para a dominação, não há dúvida que acessar sua biblioteca física era uma possibilidade restrita a poucos, algo que implicava fazer parte de um círculo de sociabilidade. Além daquilo publicado nas matérias dos jornais, é possível colher indícios sutis a esse respeito na correspondência passiva de Rodrigues presente na Biblioteca Nacional. Nestas cartas, são múltiplos os significados e as relações tecidas a partir da coleção.<sup>289</sup>

Não passa despercebido que a sociabilidade tecida em torno da bibliofilia estava circunscrita aos homens, provavelmente todos brancos e abastados. Nas poucas vezes em que as mulheres são mencionadas no material compilado, percebe-se certo ressentimento. Edson Nery das Fonseca, por exemplo, credita às mulheres dos bibliófilos a dispersão de coleções depois de morto o colecionador:

Durante muitos anos pensei que a riqueza era condição *sine qua non* para um bibliófilo ser feliz. Concluí depois – vendo bibliotecas formadas carinhosamente durante vidas inteiras se dispersarem pelos antiquários após a morte dos colecionadores – que mais felizes do que os ricos são aqueles cuja bibliofilia é estimulada – e não repudiada, como é comum – pelas esposas.<sup>290</sup>

---

<sup>287</sup> POMIAN, Krzysztof. Coleção. **Enciclopédia Einaudi**, vol.1 História-Memória. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, p.76.

<sup>288</sup> Ibid. p.79.

<sup>289</sup> Cf. CORRESPONDÊNCIA passiva de José Carlos Rodrigues. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, vol.90, 1970. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/402630/5237> >. Acesso em: 11/08/2010.

<sup>290</sup> FONSECA, Edson Nery da. Oliveira Lima, Bibliófilo e Bibliógrafo. **Revista do Livro**, Rio de Janeiro, ano XI, n.32, 1968, p.149-151. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/docreader/393541/8021> >. Acesso em: 07/10/2019.

Nery da Fonseca tece tal comentário tendo em vista o envolvimento da esposa de Oliveira Lima na formação de sua coleção, que o diplomata nunca creditava como sua, mas como “nossa”, dele e da esposa, que participava ativamente desse colecionismo.

Sabe-se que Rodrigues viajava com frequência para a Europa, talvez mais de uma vez por ano, logo estar nos lugares certos para a compra das obras não era exatamente um problema. A presença no *Catálogo...* do preço e dos locais de aquisição de seus livros e papéis foi notada e objeto de comentários. No *Jornal do Commercio*, num claro alinhamento entre o periódico e seu editor, este viajar representou um modo de consolidar em Rodrigues disposições civilizadas ligadas ao “bom gosto”: “A demorada permanência e as frequentes viagens no estrangeiro ainda mais contribuíram para a sua formação naqueles moldes austeros, que não excluem a vivacidade nem bom gosto, antes apuram tudo para melhor percepção e mais exato entendimento”.<sup>291</sup> Daí, ainda seguindo a sequência do texto, “foi principalmente nessas viagens que o Sr. Dr. Rodrigues ajuntou os mais ricos primores de sua *Brasiliense*”.<sup>292</sup>

Estes aspectos chamaram igualmente a atenção de Brito Aranha. A informação sobre preços e locais de compra permitiria acompanhar as “repetidas peregrinações do ilustre autor pelos principais centros literários europeus”.<sup>293</sup> Como vimos com Benjamin ao longo desta seção, o percurso de um livro é algo mais relevante do que se costuma supor. Cada exemplar carrega consigo as múltiplas camadas de sua existência, inclusive esta camada prosaica relativa à sua aquisição, proporcionando recordações e sentimentos atrelados às vivências desse processo.<sup>294</sup>

Não são poucos os exemplares únicos, raros ou infungíveis na coleção de José Carlos Rodrigues. Todas as matérias dedicam longos trechos a estas peças sem, contudo, esgotar a totalidade do que haveria de fascinante no *Catálogo...* Brito Aranha fica espantado com a quantidade de obras cuja existência estaria restrita a poucos exemplares:

[É] vulgar a indicação de que [Rodrigues] pagou pela obra 20, 30, 40, e 50 libras esterlinas, sem relutância, sem regatear, pois sabia o valor do que adquiria e tinha a certeza de que o exemplar comprado não o encontraria em outra parte, sendo apenas conhecida a existência de mais dois ou três nas principais bibliotecas públicas da Europa, e nenhuma nas da América.<sup>295</sup>

---

<sup>291</sup> BIBLIOTHECA Brasiliense: apreciações do *Jornal do Commercio*. Op. Cit., p.13.

<sup>292</sup> Ibid.

<sup>293</sup> BRITO ARANHA, Pedro W. de. Op. Cit., p.1.

<sup>294</sup> BENJAMIN, Walter. Op. Cit., p.228.

<sup>295</sup> BRITO ARANHA, Pedro W. de. Op. Cit., p.1.

Esses preços acompanham cerca de um décimo das obras listadas no *Catálogo...*, aparecendo em moedas as mais variadas, libras, francos, marcos, florins, réis, liras... Embora a indicação do valor dessas peças venha geralmente acompanhada da cidade onde ela foi comprada, o ano de sua obtenção não está incluído.

Dada a importância clara que Rodrigues dedicava aos livros de uma maneira geral e à sua coleção, em particular, não há quase nenhum registro seu falando da formação da *Bibliotheca Brasiliense*. Oliveira Lima, novamente, fornece pistas que permitem imaginar como o jornalista acumulou suas obras uma vez que ele vinha acompanhando com frequência as aquisições com um “grãozinho de inveja benévola”. Em seu artigo dedicado à apreciação do *Catálogo...*, ele se refere ao processo de aquisição de livros para uma coleção como fruto de “campanhas”. Embora a passagem abaixo se refira aos colecionadores como um todo, o fato dela se encontrar em meio a comentários sobre Rodrigues permite certa extrapolação para seu caso particular:

Porque campanhas, com todas as emoções de uma guerra, se podem chamar essas expedições através de centenas de catálogos à cata do volume raro ou do folheto raríssimo; esse manusear constante dos dicionário e repertórios; essa vasta correspondência com livreiros e bibliotecários para contratar o preço de um exemplar conhecido ou descobrir o paradeiro de um exemplar perdido; essa febril perseguição de cada dia, de cada instante, em armazéns e em leilões, atrás das publicações escassas e, de quando em vez, quase únicas; esse orgulhoso entesourar de riquezas que poucos têm e que muitos cobiçam.<sup>296</sup>

Impossível não recuperar a chave interpretativa de Benjamin ao ler o trecho acima, que por sinal se referia de forma parecida ao usar o termo “conquista” para falar da compra. Aquele colecionador de livros detalhado em seu ensaio é referendado nas palavras de Oliveira Lima. A *excitação* envolvida na aquisição surge como o mote interpretativo que o diplomata parece aplicar a Rodrigues, a si próprio e a todos os que ele conhece embriagados pela febre dos livros, a *bibliomania*.<sup>297</sup> Oliveira Lima enxerga em José Carlos Rodrigues traços da ‘doença’. No processo de atribuir ao amigo jornalista tal epíteto, ele também dá a entender como se deu o envolvimento de Rodrigues com a aquisição de obras raras:

---

<sup>296</sup> LIMA, Oliveira. Op. Cit., p.4.

<sup>297</sup> Cf. CONNELL, Philip. *Bibliomania: Book Collecting, Cultural Politics, and the Rise of Literary Heritage in Romantic Britain*. **Representations**, Califórnia, n.71, p.24-47, 2000. Este termo foi cunhado no início do século XIX e popularizado por ocasião de um icônico leilão de certo nobre inglês, acontecimento este tido por historiadores como um divisor de águas no mercado de livros usados, em especial os livros antigos. Um incunábulo sem igual no mundo, exemplar único do *Decameron* de Boccaccio, atingiu um preço que deixou todos boquiabertos depois de uma batalha de ofertas entre dois aristocratas. Tal relação desmesurada de homens abastados com livros raros é creditada em parte à publicação em 1809 do livro chamado *Bibliomania; or Book Madness: a bibliographical romance*, do bibliógrafo e bibliotecário inglês Thomas Frognall Dibdin.

Disse-me o autor representar esse volume [o Catálogo...] o trabalho dos seus domingos, e posso por mim ajuntar que não de um número muito crescido deles, porque a bibliomania não há muitos anos que se desenvolveu – não digo a bibliofilia, que é própria de todo homem superiormente cultivado – no proprietário da opulenta livraria de hoje.<sup>298</sup>

O diplomata enfatiza em mais de uma ocasião que o processo de formação da *Bibliotheca Brasiliense* era algo relativamente novo na vida de Rodrigues. Em outro trecho, desta vez visando enaltecer as peças valiosas e a dedicação ao trabalho na confecção do *Catálogo...*, ele afirma: “Seria um nunca acabar de enumerar [...] tudo quanto contém de valioso e notável semelhante coleção, *organizada no decurso de poucos anos*, o que fornece o melhor testemunho que se poderia imaginar da atividade e vontade de seu possuidor”.<sup>299</sup> Já o *Jornal do Commercio* coloca este processo de outra forma, lançando alguma dúvida a respeito do tempo despendido para a formação da biblioteca.

Para chegar a reunir uma coleção como a que faz objeto essas linhas, são necessárias *dezenas de anos*, algum dinheiro, mas sobretudo uma paciência e uma pertinácia excepcionais. O valor mercantil que ela acaso venha a representar nunca será nada em relação ao sentimento moral que tiver presidido, como no caso do Sr. Dr. Rodrigues, a *essa longa tarefa*.<sup>300</sup>

Brito Aranha também parece supor que se tratou de um demorado processo:

Ora, essa acumulação assombrosa representa anos e anos de aturada busca e o dispêndio de somas, que não se podem calcular de repente, mas que dão com certeza grande baixa em cofres bem recheados, que só podem encontrar o equilíbrio financeiro nos valores que se trocam se entesouram por outro modo: sai do cofre a moeda cunhada, de circulação legal, e entra na estante o livro, da mais alta raridade e do mais inconcebível preço.<sup>301</sup>

Claudio Ganns, por sua vez, fornece informação privilegiada a este respeito, com a vantagem de algumas décadas de distância dos enunciados e juízos aqui elencados. A passagem em questão teria ocorrido numa viagem a Paris, em 1930, na qual ele visita o famoso livreiro, M. Chadenat. Segundo seu relato, o livreiro lhe presenteia um catálogo impresso em 1906 listando uma então recém-chegada leva de livros e papéis concernentes

---

<sup>298</sup> LIMA, Oliveira. Op. Cit., p.10. Oliveira Lima tece na mesma página um interessante comentário sobre o aburguesamento do colecionismo: “não faz muito tempo que [a aquisição de livros raros] andava confinada a grandes senhores e a raros letrados e hoje mais se generalizou porque a instrução e riqueza se vulgarizaram mais”.

<sup>299</sup> Ibid., p.5. Grifo meu.

<sup>300</sup> BIBLIOTHECA Brasiliense: apreciações do *Jornal do Commercio*. Op. Cit., p.12. Grifos meus.

<sup>301</sup> Percebe-se também ecos das reflexões de Pomian nesta passagem quando este fala do processo de “aquisição de semióforos” como um “bilhete de entrada num meio fechado” ao qual só se adentra ao retirar uma parte do dinheiro do “circuito utilitário”.

ao Brasil que seria posta à venda naquele mesmo ano. Ganns cita de memória a fala do próprio Chadenat em seu ensaio:

Guarde bem este folheto, porque hoje já é extremamente precioso: no dia em que o editei, apareceu-me aqui o Dr. J. C. Rodrigues, meu velho freguês. Impediu, por algum tempo a remessa desta “Biblioteca Brasiliesis” aos demais: foi direto para o hotel examinar detidamente todas as 1.759 obras ali catalogadas. Dias depois, regressou com a sua escolha, que era quase tudo.<sup>302</sup>

Para que fique claro, o nome do catálogo do livreiro é mesmo “Biblioteca Brasiliesis”, com grafia quase igual à coleção de Rodrigues.<sup>303</sup> O livreiro Chadenat ainda teria acrescentado, segundo o relato de Ganns, que “grande parte do que está aí descrito, sei que pertence hoje à Coleção Ottoni”.<sup>304</sup>

A tarefa de reconstituir o processo de formação da *Bibliotheca Brasiliense* não se mostrou uma tarefa simples, uma vez que José Carlos Rodrigues não deixou quase nenhum registro em primeira mão a respeito. Sobraram apenas indícios de terceiros. Tal constatação surpreende já que a narrativa sobre uma coleção integra muitas vezes o discurso do colecionador, no qual astúcia, tempo, perseverança e conhecimento se mesclam. É razoável delegar ao *Jornal do Commercio* a tarefa de ter apresentado a narrativa oficial de Rodrigues acerca de sua coleção e do *Catálogo....* Afinal, como proprietário e redator-chefe não é exagero supor seu controle sobre o que seria publicado. No entanto, a ausência de elementos claros ainda faz pairar dúvidas sobre esse processo, dificultando conclusões mais afirmativas.

Não parece haver dúvidas de que Rodrigues queria se projetar como um grande colecionador, assim como um competente bibliógrafo, capaz de contribuir com o campo de alguma forma. Já ficou claro também que para formar sua biblioteca dinheiro e tempo seriam fatores fundamentais, indisponíveis para a maioria dos cultores de livros. Foi visto, no entanto, que havia divergências a respeito desse tempo gasto, conforme os comentários de Oliveira Lima e a descrição de Ganns.

---

<sup>302</sup> GANNS, Claudio. Op. Cit., p.200.

<sup>303</sup> O termo *Brasiliense* ainda não estava consagrado, tampouco normatizado, como o é hoje em dia A “Instrução Normativa nº 01, 11 de junho de 2007” do IPHAN delinea a diferença entre uma coleção Brasiliense e uma Brasileira, a partir de certos critérios: uma coleção Brasiliense é composta por obras necessariamente impressas no Brasil, depois de 1808; enquanto uma Brasileira, por obras impressas sobre o Brasil no estrangeiro, por naturais ou não, até 1900. O texto original da Instrução está disponível em: < [http://portal.iphan.gov.br/files/Instrucao\\_Normativa\\_Negociantes\\_012007.pdf](http://portal.iphan.gov.br/files/Instrucao_Normativa_Negociantes_012007.pdf) >. Segundo Ana Virgínia Pinheiro, trata-se de uma definição originalmente delimitada pelo renomado bibliógrafo brasileiro, Rubens Borba de Moraes. Cf. PINHEIRO, Ana Virgínia. Sobre a coleção Brasileira da Biblioteca Nacional. **Biblioteca Nacional: 200 anos**. Fundação Biblioteca Nacional: Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: < <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/biblioteca-nacional-200-anos/as-colecoes-formadoras/sobre-a-colecao-brasiliana-da-biblioteca-nacional/> >. Acesso em: 07/10/2019.

<sup>304</sup> GANNS, Claudio. Op. Cit., p.200.

O silêncio de Rodrigues sobre seu colecionismo e a ambiguidade entre Oliveira Lima e o *Jornal do Commercio* no tocante ao tempo necessário para a formação da *Bibliotheca Brasiliense* abre margem para certa especulação. A questão que se coloca é a seguinte: quanto menos tempo, mais dinheiro e menos ‘dedicação’; quanto mais dinheiro, mais fácil colecionar e menos tempo gasto nas “conquistas” ou “campanhas”; logo, menos histórias para contar, menos emoção, menos ‘autenticidade’ e por aí vai. Isso impacta o significado de seu colecionismo.

Na edição dos *Anais da Biblioteca Nacional* que transcreve uma parte de sua correspondência passiva, as poucas menções ao seu colecionismo datam dos últimos anos do século XIX. E entre suas cartas não transcritas, a BN reúne um pequeno conjunto chamado “Correspondência vária de Livreiros com José Carlos Rodrigues” cuja mais antiga é datada de 1899.<sup>305</sup> No entanto, há um relato sobre uma das peças manuscritas de sua coleção obtida em 1883.<sup>306</sup>

A dimensão “artesanal” da produção de uma coleção dessa envergadura compõe o seu capital tanto quanto os livros que ela abriga. Talvez José Carlos Rodrigues não tenha falado sobre esse processo exatamente porque ele foi menos artesanal do que seria desejável para um bibliófilo, ou ao menos a idealização feita de um bibliófilo por eles próprios. A descrição de Ganns aponta que mais de 1500 peças de coleção foram compradas de uma única vez. Trata-se de um montante considerável numa coleção que reunia entre doze e treze mil itens. Não quero com isso pôr em dúvida todo o processo de colecionismo de Rodrigues, tampouco duvidar que ele tenha empreendido várias “caçadas” por suas peregrinações pelas principais cidades europeias. No entanto, as informações conflitantes sugerem que o jornalista possa ter tentado se afastar de uma imagem mais afeita a um ‘mercador’ do que um colecionador. O *Catálogo...*, nesse sentido, seria uma forma de autenticar sua presença na coleção. Esse ponto ainda ganha outro ingrediente problemático no que diz respeito ao trabalho envolvido na sua feição. Houve quem apontasse que, ao invés de um trabalho solitário, feito no tempo livre de seus domingos, colaboradores auxiliaram Rodrigues em seu empreendimento. Há relatos que o *Catálogo...* foi escrito com a participação anônima de Capistrano de Abreu, um ponto será abordado na última parte desse capítulo.

---

<sup>305</sup> RODRIGUES, José Carlos. [Correspondência vária de Livreiros com José Carlos Rodrigues]. [S.l.: s.n.], 1899. Fundação Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos. Localização: I-03,20,004 n.001-007.

<sup>306</sup> THOMAS JEFFERSON e a Independência do Brasil. *Ilustração Brasileira*, Rio de Janeiro, ano IX, n.15, 15 nov. 1921, p.16. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/107468/4962> >. Acesso em: 31/10/2019.

## 2.2 A doação da coleção Benedicto Ottoni: filantropia, glória e legado

A seção anterior evidenciou como o consumo e a posse de uma vasta coleção de livros e papéis raros proporcionou a José Carlos Rodrigues distinção dentro de seu grupo social, moldou sua identidade, assim como lhe rendeu prestígio com a reverberação desse consumo por diversos meios de comunicação. A revelação da existência de sua coleção se deu por intermédio da publicação do livro *Bibliotheca Brasiliense: catálogo anotado dos livros sobre o Brasil...* O lançamento do *Catálogo...* e os pormenores acerca do tempo, do dinheiro e do estudo investidos na formação da coleção se somaram ao conjunto de atributos que já circundavam sua persona pública, delineada no primeiro capítulo. A imagem de um apurado colecionador e de um dedicado bibliógrafo, autor de um trabalho merecedor de elogios dos mais respeitados cultores do gênero, reforçou sua proeminência no campo intelectual cujas rodas sociais e circuitos institucionais ele já frequentava.

No entanto, o que foi exposto a respeito do processo de formação da coleção e o valor atribuído ao seu colecionador pela sua propriedade e pela sua descrição bibliográfica não está em pé de igualdade à ‘honra’ obtida na etapa seguinte da trajetória deste conjunto. A doação da *Bibliotheca Brasiliense* para a Biblioteca Nacional representa uma mudança qualitativa na forma como este ajuntamento de manuscritos e impressos seria avaliado. A percepção sobre os atributos dos atores envolvidos no processo de doação também acompanha esta mudança. A “generosidade” e o “patriotismo” de ambos – o colecionador, por um lado, e o doador, Júlio Benedicto Ottoni, por outro – são destacados, recaindo em especial sobre o primeiro. Se a posse de livros e papéis raros proporcionou distinção social ao seu proprietário, a doação da coleção a uma instituição pública atuou num plano diferente, prometendo a perpetuação do nome daqueles envolvidos e estampando sobre eles a marca da generosidade patriótica, conforme os juízos que vieram a circular na esfera pública a respeito. Um dos primeiros movimentos que se seguiu à decisão de doar a *Bibliotheca Brasiliense* foi seu novo batismo. Ao tornar-se patrimônio público, o ajuntamento veio a se chamar coleção Benedicto Ottoni, nome da família do doador.

Para explorar os diversos aspectos envolvidos na doação, a exposição que segue irá se basear num conjunto de fontes, como correspondências pessoais, artigos de periódicos e escritos memorialísticos. Também será explorado como a doação aparece nos relatórios de gestão da própria Biblioteca Nacional, um material que permite penetrar



no significado desta coleção no contexto de uma instituição detentora de preciosidades bibliográficas. O processo a ser analisado se relaciona com a noção de dádiva, que será aprofundada a seguir, e com as expectativas dos doadores no tocante à ‘retribuição’ da entrega dos livros e papéis, remetendo à glória e ao legado. Tal processo resulta de uma percepção sobre a ‘promessa’ que uma instituição de memória como a Biblioteca Nacional guarda para aqueles que se entrelaçam à sua trajetória. Ainda que nenhum destes dois aspectos da doação apareça no primeiro plano dos discursos envolvidos no gesto – a ‘retribuição’ pela doação e a percepção sobre a ‘promessa’ da BN –, sua existência pode ser derivada do conjunto de enunciados que giram em torno dessa dádiva.

O debate sobre a *dádiva* nas ciências sociais acumula quase um século de contribuições. Muitos caminhos distintos foram traçados a partir da publicação inicial do artigo de Marcel Mauss, “Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas”.<sup>307</sup> A tarefa de mapear toda a fortuna interpretativa a respeito do tema seria excessiva e requereria uma seção inteira para lhe fazer jus. Há bons panoramas a este respeito escritos em português.<sup>308</sup>

Em comum aos balanços escritos sobre a fortuna do *Ensaio...* é a constatação da inflexão que suas ideias tomam ao serem relidas por Claude Lévi-Strauss. Esse antropólogo francês, discípulo de Mauss, teria superdimensionado, segundo comentaristas posteriores, o aspecto identificado como *troca* existente na dádiva, ou seja, ele percebia muito mais um *cálculo* do que qualquer outra motivação por trás desta ação. Lévi-Strauss entende ser mais apropriado analisar as *estruturas mentais* dos agentes envolvidos ao invés de deixar que o discurso dos nativos preponderasse sobre a interpretação do antropólogo: ele reitera que Mauss teria cedido às justificativas nativas em sua compreensão da dádiva.<sup>309</sup> Ademais, Lévi-Strauss, coerente com seu olhar estruturalista, reduziu a importância do *vínculo espiritual* existente na coisa dada, aquilo que Mauss se refere do seguinte modo: “Trata-se no fundo de misturas. Misturam-se as almas nas coisas, misturam-se as coisas nas almas”.<sup>310</sup> Tal ideia implica que algo de si estaria contido no objeto dado: uma leitura que faz pensar a dádiva para além da coisa

---

<sup>307</sup> MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003, p.183-314. Doravante referido apenas como *Ensaio...*

<sup>308</sup> SIGAUD, Lygia. As vicissitudes do *Ensaio sobre o dom*. **Mana**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 2, 1999. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/mana/v5n2/v5n2a04.pdf> >. Acesso em: 20/03/2010.

<sup>309</sup> SIGAUD, Lygia. Op. Cit., p.107.

<sup>310</sup> MAUSS, Marcel. Op. Cit., p.212.

dada, antes um vínculo, um enlace de indivíduos e coletividades por meio de objetos.<sup>311</sup> Para Lévi-Strauss, caberia aos antropólogos ir além do sentido presente na explicação nativa, buscando estruturas mentais inconscientes, acessíveis principalmente pelo exame das instituições e da linguagem.<sup>312</sup>

Este debate ganharia uma síntese com a análise de Pierre Bourdieu em *Esboço de uma teoria da prática*.<sup>313</sup> Ele retoma os argumentos ali apresentados num artigo mais claro e sucinto chamado “Marginalia: algumas notas adicionais sobre o dom”.<sup>314</sup> Nestes trabalhos, o sociólogo afirma que Mauss e Lévi-Strauss estariam adotando pontos de vista diferentes que resultariam em conclusões distintas sem que um deles estivesse necessariamente errado. Enquanto em Mauss prevalece uma abordagem *fenomenológica*<sup>315</sup> da dádiva, explicitando a “verdade da experiência primeira do mundo social”,<sup>316</sup> em Lévi-Strauss prevaleceria o *objetivismo*, no qual as estruturas gerariam as “práticas e as representações das práticas”, abstendo-se de incorporar a justificativa destas mesmas práticas dadas pelos agentes uma vez que estes não teriam plena consciência de sua estrutura determinante.<sup>317</sup> Bourdieu irá derivar deste debate uma terceira forma de conhecimento, na verdade uma síntese das duas, que é sua abordagem *praxiológica*, também chamada de *teoria da prática*. Tal proposta critica o estruturalismo e incorpora uma dialética mais dinâmica que pressupõe a “interiorização da exterioridade” – típica das abordagens objetivistas – e a “exteriorização da interioridade”, que é revelada por um olhar fenomenológico ao enfatizar as justificativas dos informantes, capazes de iluminar o dinamismo do mundo social. Tal abordagem impactaria a rigidez da explicação estruturalista, ao renegar sua exclusividade sobre o social, e reduziria a perspectiva homogeneizante e determinista das estruturas ao incorporar a realidade das experiências dos agentes e suas escolhas que, num processo de retroalimentação, geraria o substrato estruturante e dinâmico da instâncias objetivas e externas.<sup>318</sup>

---

<sup>311</sup> Ibid., p.190-101. “Ademais, o que eles trocam não são exclusivamente bens e riquezas, bens móveis e imóveis, coisas úteis economicamente. São, antes de tudo, amabilidades, banquetes, ritos, serviços militares, mulheres, crianças, danças, festas [...]”

<sup>312</sup> LÉVI-STRAUSS, Claude. Introdução à obra de Marcel Mauss. In: MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003, p.35. E também: SIGAUD, Lygia. Op. Cit., p.106-107.

<sup>313</sup> BOURDIEU, Pierre. **Esboço de uma Teoria da Prática**. Oeiras: Celta Editora, 2002.

<sup>314</sup> BOURDIEU, Pierre. Marginalia: algumas notas adicionais sobre o dom. **Mana**, Rio de Janeiro, 1996, vol.2, n.2, p.7-20, 1996. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/mana/v2n2/v2n2a01.pdf> >. Acesso em: 12/03/2010.

<sup>315</sup> Bourdieu equivale tal abordagem fenomenológica ao interacionismo e à etnometodologia. Cf. BOURDIEU, Pierre. **Esboço de uma Teoria da Prática**. Oeiras: Celta Editora, 2002, p.46.

<sup>316</sup> Ibid.

<sup>317</sup> Ibid., p.46-47.

<sup>318</sup> Ibid., p.47.

Sob a aparente tautologia de sua explicitação da teoria da prática,<sup>319</sup> Bourdieu recupera um aspecto acerca da dádiva que será fundamental nas novas investidas sobre este arcabouço reflexivo, que ocorrerão ao longo da década de 1980. Trata-se do que ele ora chama de “ambiguidade”, ora de “dupla verdade” da experiência do dom: “de um lado, essa experiência é (ou pretende ser) vivida como rejeição do interesse, do cálculo egoísta, como exaltação da generosidade, do dom gratuito e sem retribuição; de outro, nunca exclui completamente a consciência da lógica da troca”.<sup>320</sup> Nessa breve exposição sobre o “caráter primordial da experiência do dom”,<sup>321</sup> percebe-se a presença da teoria da prática na sua leitura sobre a dádiva, incorporando tanto a abordagem de Mauss, quanto a de Lévi-Strauss: o olhar interno do agente e o olhar externo do analista, ambos reinseridos numa nova dinâmica em que um não se reduz ao outro. Esta reflexão será aprofundada, ainda que de forma autônoma à obra de Bourdieu, por um grupo de pesquisadores reunidos sob uma publicação científica – *Revue du MAUSS* – que irá animar o debate a respeito do legado e da atualidade em torno da dádiva.

O “MAUSS” que dá o título à revista é ao mesmo tempo uma homenagem ao antropólogo/sociólogo e um acrônimo para *Mouvement Anti-Utilitariste dans les Sciences Sociales*. Um dos aspectos centrais da formulação original de Marcel Mauss repousava em estabelecer um contraponto às teorias então predominantes de corte utilitarista, um desdobramento influente da filosofia liberal. Não é fortuito que os intelectuais vinculados a esse *movimento* recuperem a crítica do antropólogo ao utilitarismo em face de seu ressurgimento na década de 1980.<sup>322</sup> Agora travestido com uma renovada hegemonia e encastelado como a única forma válida de se pensar a sociedade, o neoliberalismo defende o dogma universalizante do mercado, visto como o grande regente do mundo social e o parâmetro central para a condução da vida econômica e política.

Há outro aspecto presente em todas as manifestações das teorias liberais e utilitaristas com o qual os mausseanos irão dialogar: o individualismo. O propósito desse

---

<sup>319</sup> “Aparente” porque Bourdieu admite que as práticas e as representações das práticas são o produto, “em última análise”, de estruturas objetivas. Ibid., p.61.

<sup>320</sup> BOURDIEU, Pierre. Marginalia: algumas notas adicionais sobre o dom. **Mana**, Rio de Janeiro, 1996, vol.2, n.2, 1996, p.7.

<sup>321</sup> Ibid.

<sup>322</sup> O uso da palavra “movimento” é tomado de liberalidade uma vez que se trata tão somente de um agrupamento de intelectuais em torno de um periódico científico. Eles serão doravante denominados mausseanos. Importante notar que a abordagem aqui proposta irá buscar uma síntese de suas contribuições, ainda que haja discordâncias entre os membros desse *movimento* a respeito de vários pontos.

diálogo é a superação de uma abordagem considerada reducionista do que seria o indivíduo, abordagem esta que ganhou várias denominações e diferentes níveis de elaboração ao longo do tempo, como o *individualismo metodológico*, o *homo oeconomicus*, a *teoria das escolhas racionais*, a *teoria dos jogos* etc., todas fundamentais para a ciência econômica e ciências humanas em geral, assim como o *contratualismo*, que fundamentou algumas das principais reflexões em filosofia política.<sup>323</sup> Da mesma forma, os mausseanos irão se opor a uma abordagem basilar da sociologia, tipificada por eles com o termo *holista*, que, em oposição ao individualismo, fundamenta as explicações e interpretações sobre o mundo social a partir de um viés em que o todo é predominante sobre as partes.

O individualismo contra a qual estes intelectuais irão se opor se funda numa leitura de que o móbil essencial da ação humana seria o desejo de maximizar prazeres – conforto e posses materiais –, ou minimizar o estado permanente de desconforto, por meio de escolhas racionais e otimizadoras voltadas para maiores ganhos a menores custos, sejam estes custos materiais ou de tempo.<sup>324</sup> Trata-se de uma teoria mais sobre *meios* do que sobre *fins*, na qual a função norteadora da finalidade se conjuga em torno da ideia de *preferências*, um termo que abarca toda sorte de interesses, valores, necessidades e paixões.<sup>325</sup>

O mercado para os liberais é visto como uma instância abstrata na qual circula a informação que vai possibilitar o cálculo ótimo para a ação humana uma vez que há abundante oferta para as *preferências* dos indivíduos. Trata-se de um ambiente que proporciona oportunidade, caracterizado principalmente pela ideia de liberdade.<sup>326</sup> Os mausseanos fazem uma provocativa leitura do mercado à luz da dádiva. Para eles, a liberdade mercantil, da ordem do utilitarismo e do liberalismo, se baseia na ideia da “liquidação imediata e permanente da dívida”, que ocorre por meio da *troca de*

---

<sup>323</sup> Estes argumentos estão presentes em vários textos, mas me pautei particularmente nos dois que seguem: CAILLÉ, Alain. Nem holismo nem individualismo metodológicos: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol.13, n.38, 1998, p.9-10. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v13n38/38caille.pdf> >. Acesso em: 08/05/2020. GODBOUT, Jacques. *Homo donatur vs. homo oeconomicus*. In: MARTINS, Paulo Henrique (org.). **A dádiva entre os modernos**: discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Petrópolis: Vozes, 2002, p.63.

<sup>324</sup> CAILLÉ, Alain; GRAEBER, David. Introdução. In: MARTINS, Paulo Henrique (org.). **A dádiva entre os modernos**: discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Petrópolis: Vozes, 2002, p.22.

<sup>325</sup> GODBOUT, Jacques. Op. Cit., p.64-65.

<sup>326</sup> GODBOUT, Jacques. Op. Cit., p.64-68. O debate sobre o que é o mercado, como se pode imaginar, é infinitamente mais complexo do que a simplória abordagem acima, variando radicalmente conforme as tradições do pensamento social, que podem tecer grandes elogios a ele – como o fazem os liberais – ou condená-los como uma esfera quase coercitiva, um “imperativo”, conforme a tradição marxista. Cf. WOOD, Ellen M. **A origem do capitalismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

*equivalências* não geradora de qualquer vínculo após sua realização. De acordo com esse ponto de vista, as trocas são “completas”, as partes ficam quites, e a “ausência de dívida no âmago das relações sociais” surge em seu esteio.<sup>327</sup> A equivalência também faz com que cada relação seja pontual. Ou seja, não cria vínculo, não estabelece obrigações: “Este tipo de relação que nos parece ser evidente é, de fato algo inaudito; nem mais, nem menos do que a invenção de um vínculo social inédito, como é demonstrado por Karl Polanyi (1957)”.<sup>328</sup> Deste modo, mercado é definido pelos mausseanos como um vínculo social que visa escapar às obrigações inerentes aos vínculos sociais, de modo que ser um indivíduo “equivale a nada dever a ninguém”: “A liberdade moderna é essencialmente a ausência de dívida”.<sup>329</sup>

É justamente numa variante da noção de *dívida* que a teoria de Mauss sobre a dádiva irá se fundar. Sua sintética e famosa fórmula “dar, receber e retribuir” é antes de mais nada a explicitação do estabelecimento de vínculos. Está implícito nessa concepção que “dar” implica na abertura para aquilo que a literatura chama de “contra-dádiva”, ou seja, a retribuição. Mary Douglas, na apresentação de uma edição em inglês da obra de Mauss, chama a atenção para o entendimento costumeiramente equivocado sobre a *gratuidade* de um presente, uma doação, uma dádiva, enfim. Não existe oferta gratuita, segundo ela, nem ninguém deveria esperar que isto ocorra, muito menos o doador.

O problema com o ‘presente gratuito’ repousa na intenção do doador de estar isento de receber presentes de volta de quem foi presenteado. Recusar a retribuição exclui a dádiva do estabelecimento de quaisquer laços mútuos. [...] Um presente que nada faz para realçar a solidariedade é uma contradição.<sup>330</sup>

Trata-se de um equívoco supor que dar, presentear, ofertar etc. deveria ser uma manifestação *pura*, privada de qualquer tipo de interesse que coloque em xeque esta suposta pureza, algo nos moldes da conhecida ideia contida no versículo bíblico de Mateus: “quando tu deres esmola, não saiba a tua mão esquerda o que faz a tua direita”.<sup>331</sup>

---

<sup>327</sup> GODBOUT, Jacques. Op. Cit., p.64-68

<sup>328</sup> Ibid., p.67.

<sup>329</sup> Ibid.

<sup>330</sup> DOUGLAS, Mary. Op. Cit., p.vii. “What is wrong with the so-called free gift is the donor’s intention to be exempt from return gifts coming from the recipient. Refusing requital puts the act of giving outside any mutual ties. Once given, the free gift entails no further claims from the recipient. [...] A gift that does nothing to enhance solidarity is a contradiction.” Tradução livre. Cumpre mencionar aqui o amplo campo léxico-semântico do termo “dádiva”, que vez por outra está aqui substituído por “dom”, que por sua vez remete a *presente*, *oferta*, *oferenda*, *doação* etc. Tenho dado preferência ao longo da tese ao termo “dádiva”. A riqueza das palavras em torno dessa ação social é explorada aqui: CAILLÉ, Alain. A dádiva das palavras: o que dizer pretende dar. In: MARTINS, Paulo Henrique (org.). **A dádiva entre os modernos**: discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Petrópolis: Vozes, 2002, p.99-136.

<sup>331</sup> Várias reflexões sobre a ideia da dádiva em sua relação com o cristianismo já foram escritas nas ciências sociais e na filosofia. Para um artigo que debate algumas destas reflexões, conferir: TAROT,

Ou como coloca Alain Caillé: “uma espécie de proeza ética do impossível porque avaliada segundo o ideal do dom verdadeiro, entendido como ato perfeitamente gratuito e gracioso, ofertado sem obrigação ou expectativa, sem motivo ou finalidade, por nada”.<sup>332</sup> Pensar a dádiva por esse parâmetro da pureza, do desinteresse pleno e sem vistas à retribuição obscurece a possibilidade de se derivar interpretações densas sobre processos e acontecimentos desta natureza. É comum que certo *cinismo* se manifeste ao se olhar a dádiva por esta expectativa de pureza: um fato, inclusive, que me assolou durante boa parte da pesquisa para esta tese. Esse mesmo cinismo presente em várias reflexões que gravitam em torno da dádiva foi o mote inicial para a fundação do *Revue du MAUSS*. A origem do periódico é narrada da seguinte maneira:

O projeto M.A.U.S.S. surge, em 1981, na sequência – segundo parece – do almoço entre um sociólogo francês, Alain Caillé, e o antropólogo suíço Gerald Berthoud. Após o encerramento de um colóquio interdisciplinar sobre o dom em que haviam participado, eles constataram com estupefação que, em sua opinião, nenhum dos cientistas reunidos tinha suspeitado de que a generosidade ou uma verdadeira preocupação com o bem-estar de outrem pudesse constituir um móbil significativo do dom.<sup>333</sup>

Caillé e Berthoud perceberam um pressuposto em comum observado nos trabalhos apresentados neste colóquio: “por mais que aprofundemos nossa pesquisa, acabaremos por descobrir sempre, por trás de qualquer ação humana, uma estratégia de cálculo egoísta”.<sup>334</sup> Para eles, a dádiva conforme apresentada por Marcel Mauss teria deixado de existir nos trabalhos acadêmicos.

[Os] cientistas que participavam do congresso aventavam a hipótese de que essa estratégia egoísta constitui sempre e necessariamente a verdade profunda da questão; de qualquer modo, esta era mais real do que qualquer outro motivo que pudesse vir a manifestar-se. Como a garantia de ser cientista “objetivo” estivesse necessariamente dependente de ser completamente cínico. Por que esta obrigação de cinismo?<sup>335</sup>

Constatar tal manifestação comum a tantas pesquisas, no entanto, não seria o suficiente para compreender a questão, tampouco para solucionar o impasse percebido em torno das reflexões centradas na dádiva. Caillé e Berthoud aceitavam que seria difícil imaginar uma dádiva sem qualquer ganho: mesmo aquela mais pura, isenta de egoísmo,

---

Camille. Pistas para uma história do nascimento da graça. In: MARTINS, Paulo Henrique (org.). **A dádiva entre os modernos**: discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Petrópolis: Vozes, 2002, p.161-190.

<sup>332</sup> CAILLÉ, Alain. Nem holismo nem individualismo metodológicos: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol.13, n.38, 1998, p.9-10. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v13n38/38caille.pdf> >.

<sup>333</sup> CAILLÉ, Alain; GRAEBER, David. Op. Cit., p.25.

<sup>334</sup> Ibid., p.26.

<sup>335</sup> Ibid.

“é suscetível de marcar pontos junto a Deus”.<sup>336</sup> De modo que “instalou-se o hábito de perscrutar em cada ato a parcela de egoísmo que se dissimula nele [no dom] e considerar que esse é o aspecto que conta verdadeiramente”.<sup>337</sup> Os dois fundadores da revista, então, lembrariam que Mauss insistia no prazer e na alegria do ato de dar e defendia que, nas “sociedades tradicionais, ninguém via contradição entre o que chamaríamos de *self-interest*, o interesse egoísta [...] e a preocupação com os outros”. O dom tradicional “obedece, ao mesmo tempo, a esses dois móveis”.<sup>338</sup>

A dádiva, então, é defendida por essa escola mausseana como uma ação cuja motivação é simultaneamente generosa e calculada, desinteressada e interessada, contém alguma dose de prazer e de egoísmo. A este aspecto do paradigma do dom, eles acrescentam ainda outros dois móveis: a obrigatoriedade, por um lado, e a liberdade ou espontaneidade por outro.<sup>339</sup> Se o móbil da generosidade, do desinteresse, do prazer, veio à reboque de uma crítica ao individualismo utilitarista/liberal que percebe a ação humana unicamente motivada pela expectativa de algum ganho – interesse, cálculo e egoísmo –, a ideia de liberdade e espontaneidade enquanto motivadores para a dádiva vem no esteio da crítica ao que os mausseanos denominam de *holismo*. Dentro desta rubrica estão contidas escolas sociológicas as mais variadas, como o funcionalismo, o estruturalismo e o culturalismo.<sup>340</sup> Estas escolas teriam em comum um viés de proeminência do social sobre o individual, em que a interiorização de normas e valores ocorreria por meio do processo de socialização. Esta abordagem não favoreceria a compreensão sobre o agenciamento individual e as escolhas dos agentes, resultando numa percepção de *obrigatoriedade* nas condutas, fazendo com que pensar sobre a dádiva excluísse a dimensão de liberdade e espontaneidade.

O vaticínio de Jon Elster, recuperado pelo mausseano Jacques Godbout, a respeito dos dois polos interpretativos – individualismo e holismo – fornece uma boa síntese para o problema que estes cientistas sociais buscavam enfrentar: “Se o vício dos economistas consiste em compreender tudo em função dos interesses, o vício sociológico é o de considerar o homem como executante das normas sociais”.<sup>341</sup> Ao contrário de negar por

---

<sup>336</sup> Ibid.

<sup>337</sup> Ibid.

<sup>338</sup> Ibid., p.27.

<sup>339</sup> CAILLÉ, Alain. Nem holismo nem individualismo metodológicos: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol.13, n.38, 1998, p.9-10. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v13n38/38caille.pdf> >. Acesso em: 08/05/2020.

<sup>340</sup> CAILLÉ, Alain. Dádiva e associação. In: MARTINS, Paulo Henrique (org.). **A dádiva entre os modernos**: discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Petrópolis: Vozes, 2002, p.193.

<sup>341</sup> ELSTER, Jon. Apud. GODBOUT, Jacques. Op. Cit., p.79.



completo os postulados das vertentes individualistas e holistas, o que estes autores buscam introduzir é a ideia de móveis combinados para interpretar o problema da dádiva.

Alain Caillé coloca esta questão nos seguintes termos:

Observemos que, para esses dois paradigmas, a dádiva é incompreensível: pelo primeiro, ela é dissolvida no ‘interesse’ e, pelo segundo, na obrigação. O paradigma da dádiva não nega a existência desses dois momentos – da individualidade ou da totalidade –, mas recusa-se a considerá-los como dados.<sup>342</sup>

O que se percebe, então, por parte da releitura do paradigma da dádiva proposta por esse grupo de cientistas sociais reunido em torno da *Révue du MAUSS* é uma tentativa de compreender esta ação social em sua diversidade, não reduzindo-a a um conjunto restrito de motivadores – interesse e ganho, por um lado, e obrigatoriedade e coerção, por outro – passíveis de explicar porque as pessoas dão.

O que choca em todas essas respostas sugeridas pelos paradigmas em vigor é o fato de se apresentarem, sempre, sob a forma de verdades abstratas e atemporais. Desde sempre, sempre e em toda parte, e segundo as mesmas modalidades, a função, a estrutura, os valores, ou ao contrário, o cálculo, o interesse individual, as verdadeiras razões seriam iguais e identicamente determinantes. Nada de comparável acontece com o paradigma da dádiva, que deixa tudo em aberto para a pesquisa histórica, etnológica ou sociológica, e que não supõe ter encontrado as respostas antes mesmo de ter colocado as questões e realizado a investigação. Assistemático, inimigo de respostas prontas e mastigadas, o paradigma da dádiva não é uma máquina de soprar soluções, mas de inspirar questões.<sup>343</sup>

A *plasticidade* nessa proposta de compreensão da dádiva é central. A motivação para o dom deve ser buscada, segundo esses autores, num concerto dos quatro móveis apresentados, irredutíveis e combinados uns em relação aos outros, aplicados a um caso específico que se quer interpretar:

[A] dádiva não é passível de interpretação nem na linguagem do interesse, nem na da obrigação, nem na do prazer, nem mesmo na da espontaneidade, já que não é senão uma aposta sempre única que liga as pessoas, ligando simultaneamente, e de uma maneira sempre nova, o interesse, o prazer, a obrigação e a doação [liberdade, espontaneidade].<sup>344</sup>

Os pontos aqui elencados permitem pensar o problema da doação da coleção Benedicto Ottoni para além da percepção do gesto generoso que os agentes envolvidos e

---

<sup>342</sup> CAILLÉ, Alain. Dádiva e associação. In: MARTINS, Paulo Henrique (org.). **A dádiva entre os modernos**: discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Petrópolis: Vozes, 2002, p.193.

<sup>343</sup> CAILLÉ, Alain. Nem holismo nem individualismo metodológicos: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol.13, n.38, 1998, p.19. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v13n38/38caille.pdf> >. Acesso em: 08/05/2020. Grifo original.

<sup>344</sup> Ibid., p.26.



as partes interessadas costumam destacar em suas análises.<sup>345</sup> Esses pontos também permitem a superação do cinismo, algo muito tentador para observadores e analistas de tais ações.

A exposição de uma derradeira reflexão teórico-conceitual parece necessária antes de se voltar ao recorte específico da tese. Bourdieu apresenta um aspecto sutil, porém central, relativo à maneira como uma dádiva é justificada e legitimada em especial no âmbito discursivo que permeia sua ocorrência. Este mesmo ponto já foi exposto na introdução da tese, mas vale novamente ser recuperado. Trata-se de suas ideias a respeito da necessária dose de autoengano (*self deception*) individual e coletivo que acompanha o ato. Para que haja eficácia simbólica na dádiva – para que ela seja reconhecida como uma ação desejável e louvável –, a percepção em torno do *ganho* ou *lucro* obtido com ela – um dos quatro móveis reconhecidos pelo mausseanos – deve permanecer no âmbito daquilo que Bourdieu chama de conhecimento comum (*common knowledge*). Traduzindo, todos sabem do que se trata, porém não é um discurso que circula explicitamente ao ponto de se transformar em conhecimento público (*public knowledge*), algo de que todos falam abertamente. O *lucro* advindo da dádiva se traduz em prestígio, honra, fama e glória. Ou seja, se encontra na esfera simbólica, que é algo em constante flutuação/negociação, daí a importância que tais *ganhos* não sejam diluídos no cinismo potencial do conhecimento público.

Por isso, verificar a maneira como os enunciados a respeito da doação da coleção Benedicto Ottoni circularam na esfera pública é uma estratégia que irá permitir entrever os significados atribuídos ao gesto. Trata-se de uma abordagem cuja pretensão é permitir compreender como pessoas, objetos e instituições interagem e se vinculam a partir de motivações diversas e muitas vezes ambíguas.

Como já mencionado acima, a maneira como a doação repercutiu na esfera pública obedeceu a um padrão conhecido no que diz respeito a algumas iniciativas de José Carlos Rodrigues. Durante sua trajetória, suas ações foram fortemente capitalizadas, servindo para o estabelecimento de sua imagem pública. Desde a construção de um novo edifício

---

<sup>345</sup> Esta seria a contraface do cinismo excessivo que também permeia os analistas destes fenômenos. Como pode se ver pelo comentário que segue, os historiadores contemporâneos ainda são seduzidos por um olhar unidimensional sobre esta questão, algo que fica mais evidente quanto maior a proximidade entre o enunciator do juízo e o colecionador-doador: “Em todos os tempos, museus, arquivos e bibliotecas do país têm se enriquecido com grandes ou pequenas doações que, mais importante do que as cifras que representam, exprimem o desprendimento pessoal e o espírito coletivo inspiradores do genuíno sentimento patriótico, ainda que o ceticismo dos dias atuais leve alguns a considerar esse sentimento um tanto anacrônico.” TURAZZI, Maria Inez. A coleção Geyer doada ao Museu Imperial. **Revista CPC**, São Paulo, vol.1, n.2, 2006, p.48-49.

para o *Jornal*, passando pela celebração dos dezoito anos de sua gestão frente ao periódico, a publicação do catálogo de sua coleção, a inauguração de sua obra filantrópica e até sua aposentadoria, todos os episódios foram amplamente noticiados e motivaram pequenos folhetos impressos. Com a doação de sua coleção para a Biblioteca Nacional não foi diferente. Os mais reveladores textos publicados a respeito saíram justamente pelo *Jornal do Commercio*, com destaque para a troca de correspondência entre Júlio Benedicto Ottoni e o diretor da Biblioteca, Manoel Cícero Peregrino da Silva.



Fig.15

A primeira notícia da doação se dá na edição da tarde do *Jornal do Commercio* em 7 de julho de 1911. O título da matéria é indicativo do tipo de acontecimento em pauta: “Um donativo régio”. O termo “régio” vai aparecer também no relatório do diretor da BN para se referir à doação. O uso de uma palavra que remete à realeza faz pensar na longa relação da Biblioteca com as famílias real portuguesa e a imperial brasileira. Afinal, ao menos três acontecimentos marcantes na história da BN se atrelam às dinastias dos Bragança: o núcleo original da instituição veio com o estabelecimento da Corte portuguesa no Rio de Janeiro por conta da invasão francesa em Portugal; este mesmo núcleo acrescido de mais de uma década de desenvolvimento foi parte significativa da indenização que o Brasil pagou em 1825 a Portugal para o reconhecimento de Independência;<sup>346</sup> e com a proclamação da República, uma das mais significativas doações recebidas pela BN veio de Pedro II, sua coleção particular de livros, assim como seu riquíssimo e singular acervo fotográfico.<sup>347</sup> Fazer referência a este universo simbólico insere a doação dentro de uma linhagem histórica centenária e aprofunda o aspecto cerimonial do acontecimento.

<sup>346</sup> Cf. SCHWARCZ, Lília M. *A longa viagem da biblioteca dos reis*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

<sup>347</sup> Estes pontos serão tratados no capítulo seguinte.

O lide desta matéria inicial foi escrito com esmero, contendo todos os elementos necessários para a compreensão do ocorrido. Nele, fica-se sabendo quem doou, a quem pertencia a coleção original, para qual instituição ela foi dada – a “nossa” Biblioteca Nacional –, as condições propostas, o novo nome da coleção, porque ela foi doada e as qualidades das pessoas envolvidas:

Temos hoje uma grande e excelente notícia a dar ao público brasileiro: o distinto industrial e capitalista Dr. Júlio Ottoni adquiriu a Bibliotheca Brasiliense do Dr. José Carlos Rodrigues e ofereceu-a a nossa Biblioteca Nacional, sob condição de ficar ali guardada em bloco, como uma coleção à parte, figurando com o nome do imortal brasileiro que se chamou Benedicto Ottoni, pai do generoso doador, cujo belo movimento assegura a permanência no país de uma valiosíssima riqueza acumulada durante anos e anos pela paciência, capacidade, gosto e patriotismo de um bibliófilo excepcional.<sup>348</sup>

O fato de a matéria estar dirigida ao “público brasileiro” reforça a intenção de conferir um caráter nacional ao acontecimento. O autor da matéria se vale desta *retórica de nacionalidade* que cerca a doação para justificar a mudança do nome da coleção.<sup>349</sup> Sua nova denominação reportaria a um “imortal brasileiro”. O leitor do artigo é levado a interpretar que ele está diante de alguém cuja estatura individual podia ombrear com o valor da coleção. Seu entrelaçamento a um conjunto singular de objetos ligados à trajetória da nação, agora disponível para todos os brasileiros por estar alocado numa instituição pública de Estado, teria o potencial de concretizar ainda mais os desígnios da imortalidade evocada pela matéria, não fosse um detalhe nada desprezível: a informação dada pelo *Jornal do Commercio* sobre a mudança de nome não se sustenta por completo.

No trecho citado acima, ficou dito que a coleção estaria sendo nomeada em homenagem ao pai de Júlio Benedicto Ottoni, Cristiano Ottoni, o “imortal brasileiro” em questão. Esta matéria chega a enfatizar tal aspecto em mais de um momento, traçando inclusive paralelos entre pai e filho e projetando no segundo o mesmo caminho para a imortalidade que parece estar sendo usado como justificativa para cravar-lhe o nome da coleção, agora patrimônio público. Num trecho ilustrativo a este respeito, Júlio ganha ares de herói da nação, atrelando-se a ele, em semelhança ao pai, um conjunto de predicados

---

<sup>348</sup> UM DONATIVO régio [I]. **Jornal do Commercio** [edição da tarde], Rio de Janeiro, 7 jul. 1911, p.1. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/111988/1974> >. Acesso em: 19/11/2019.

<sup>349</sup> Este ponto será explorado no capítulo 3: mais especificamente, como algumas instituições já emanavam um “nacionalismo retórico” antes mesmo de existir o “nacionalismo como política de Estado”. Cf. LIMA, Antônio Carlos de Souza; DIAS, Carla da Costa. O Museu Nacional e a construção do patrimônio histórico nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n.34, p.199-223, 2012. Disponível em: < [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat34\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat34_m.pdf) >. Acesso em: 05/10/2015.

como a dedicação ao trabalho, o patriotismo, sua propensão à generosidade, ao civismo, à filantropia e ao altruísmo, fazendo com que tais qualidades o alçassem à posteridade.

O sr. dr. Júlio Ottoni, que herdou de seu glorioso progenitor aquele espírito de iniciativa e aquela fé patriótica que fizeram a sua reputação entre os contemporâneos, e constituem a sua glória definitiva na posterioridade, já nos habituou aos seus nobres lances de generosidade e civismo. Vivendo do trabalho e para o trabalho, não considera o capital senão como um instrumento do Bem e como um meio de expandir a felicidade. A sua fortuna ele a desperdiça de contínuo em ações altruísticas, que lhe marcaram, desde muito tempo, um lugar sumamente simpático no nosso meio social.<sup>350</sup>

O autor da matéria estabelece uma hierarquia entre a doação e os demais feitos do doador, defendendo a superioridade deste último gesto: “Mas de todos os atos de benemerência que tem praticado, nenhum sobreleva a este que agora noticiamos. É uma verdadeira joia que o inteligente e decidido capitalista adquire por bom preço para presentear com ela, sob a égide paterna, a Nação Brasileira”.<sup>351</sup> Embora esta matéria deixe claro que a denominação da coleção tenha sido direcionada ao pai, em vários outros momentos a *família* Benedicto Ottoni aparece como a homenageada. Para não deixar dúvidas quanto à ambiguidade da questão, o próprio doador justifica essa iniciativa na carta que ele dirige ao diretor da Biblioteca Nacional, Manoel Cícero Peregrino da Silva, oferecendo a doação. O *Jornal do Commercio* reproduziu esta missiva na sequência do artigo apresentado acima, deixando claro o propósito da mudança de nome da coleção.<sup>352</sup> Júlio Ottoni impõe duas condições para que a doação fosse concretizada. A segunda condição dizia respeito justamente ao nome que a coleção deveria carregar doravante.

2.º A coleção terá o nome Benedicto Ottoni, de minha família. Creia V. Exa. que não é a vaidade que me leva a fixar este título. Quisera a princípio que a encimasse o nome do seu colecionador que, ele mesmo, recusando a pé firme, fez questão de que a coleção ficasse conhecida pelo nome de Brasileiros “que tanto têm abrilhantado as letras, o progresso das ideias políticas, o do magistério, o problema da viação férrea e o da indústria, em nossa cara Pátria”.<sup>353</sup>

---

<sup>350</sup> UM DONATIVO régio [I]. Op. Cit.

<sup>351</sup> Ibid.

<sup>352</sup> Esta é a primeira de 3 cartas que serão publicadas no periódico, duas de Júlio Ottoni e uma do diretor da Biblioteca Nacional, Manoel Cícero Peregrino da Silva. Vale mencionar também que o *Jornal do Commercio* publicou duas matérias praticamente iguais, uma delas na edição da tarde de sexta, dia 7 de julho, e a outra no dia seguinte. O lide da matéria é diferente e alguns poucos detalhes no texto. De resto, o conteúdo permanece o mesmo, inclusive a confusão em torno da homenagem que estaria sendo feita com a mudança de nome da coleção.

<sup>353</sup> Ibid. Repare que há um trecho da citação que carrega aspas. Elas estão presentes na matéria original e não têm indicação de origem. A impressão que passa é que se tratou de uma fala de José Carlos Rodrigues.

O fato de José Carlos Rodrigues ter exigido que a coleção mudasse de nome, conforme narrado pelo comprador, não significou que ele tivesse apagado sua presença da coleção mesmo depois de doada. O então diretor da BN atesta que não haveria mesmo chance de isto ocorrer. Em resposta a Júlio Ottoni, numa carta reproduzida pelo periódico no dia 9 de julho de 1911, ele defende essa posição: “Atendendo, neste ponto, à indicação do Sr. Dr. José Carlos Rodrigues, que queria para a denominação da coleção, não o Seu nome, *que aliás, é inseparável dessa coleção [...]*”.<sup>354</sup> A essa altura, no entanto, é quase certo que Peregrino da Silva não tivesse ciência do *ex-libris* que iria ser afixado às peças, o que não o impediu de reconhecer que a identidade do colecionador fosse inexpugnável da coleção, ainda que rebatizada.

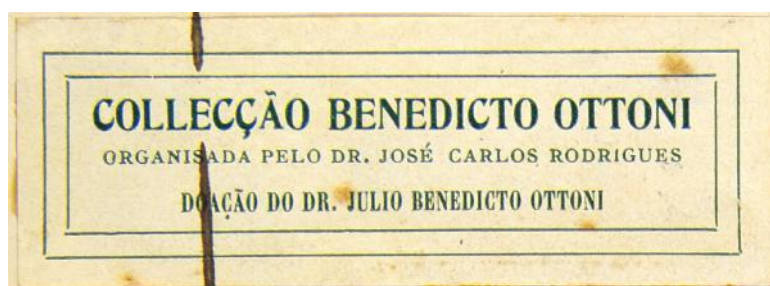


Fig.16

O fato de a primeira notícia a respeito da doação ter dado uma informação desencontrada a respeito do nome da coleção poderia ser também creditado a uma efeméride que acabava de ser comemorada. O centenário do pai de Júlio, Cristiano Benedicto Ottoni, teve uma repercussão significativa poucos meses antes da *Bibliotheca Brasiliense* de José Carlos Rodrigues ter trocado de estatuto e sido doada à BN. Em maio de 1911, vários periódicos cobriram as celebrações que se realizaram, destacando a importância que o homenageado tivera, em particular seu papel ativo no desenvolvimento da malha ferroviária pelo Brasil.

Família mineira de agricultores oriunda da cidade do Serro – antes Vila do Príncipe –, ela ganhou destaque no cenário nacional durante o período imperial a partir da atuação política de Cristiano e seus irmãos, Eloy e, em particular, Teófilo Ottoni. Este foi a mais destacada liderança mineira da Revolução Liberal de 1842, tendo sido derrotado em batalha e preso por Luiz Alves de Lima e Silva, futuro duque de Caxias.<sup>355</sup>

<sup>354</sup> UM DONATIVO régio [III]. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 9 jul. 1911, p.5. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/docreader/364568\\_10/6237](http://memoria.bn.br/docreader/364568_10/6237) >. Acesso em: 05/06/2015. Grifo meu.

<sup>355</sup> No primeiro embate militar, a milícia de Teófilo Ottoni se saiu vencedora, fazendo Caxias recuar do campo de batalha. As batalhas ocorreram na cidade de Santa Luzia, que passaria daí em diante a ser o termo pelo qual os liberais seriam referidos: *os luzias*. Sobre a família Ottoni e alguns de seus membros, conferir: BRASIL. Instituto Brasileiro de Museus. **Família Ottoni**. Museu Regional Casa dos Ottoni,

Anistiado posteriormente por Pedro II, Teófilo Benedicto Ottoni teve atuação política destacada em Minas abraçando várias causas como o republicanismo, mas morreu prematuramente em 1869 de malária.<sup>356</sup>

Um dos capítulos mais polêmicos da vida de Teófilo Ottoni e de seus familiares – irmãos, Cristiano inclusive, e cunhado – foi sua incursão no sertão mineiro, o vale do rio Mucuri, e sua tentativa de estabelecer uma companhia de navegação fluvial que ligasse Minas ao litoral, desenvolvendo também a exploração de madeira e a colonização de terras contíguas. Os Ottoni estiveram à frente da empresa de 1851 a 1861, quando tiveram sua concessão anulada pelo Estado Imperial.<sup>357</sup> Há muitos registros a respeito de seu ambíguo papel no contato e “pacificação” dos indígenas que habitavam a região, genericamente conhecidos como “botocudos”, que na verdade são vários agrupamentos pertencentes ao mesmo grupo étnico-linguístico macro-jê. Ao mesmo tempo que denunciava a brutalidade com que estes eram tratados pelas tropas imperiais, que matavam e barbarizavam seus membros das mais grotescas formas, e por fazendeiros que escravizavam suas crianças e mulheres, as tentativas de Teófilo Ottoni de aldear estes indígenas não impediram e, em alguns casos, acabaram por facilitar a ação predatória sobre eles.<sup>358</sup> Vale mencionar o intenso e exitoso esforço na atração de colonos europeus para habitarem as áreas que vinham sendo desmatadas e ligadas pelas rotas fluviais – incluindo navios a vapor – e as estradas de rodagem, algumas das primeiras do Brasil: ao fim da rota, chegava-se ao litoral baiano.<sup>359</sup>

Embora não tenha se destacado de forma tão grandiloquente como seu irmão Teófilo, a atuação pública de Cristiano Benedicto Ottoni foi merecedora de honrarias e homenagens pelos seus pósteros. Matemático e engenheiro, lecionou em importantes instituições e escreveu diversos livros da área. Além de ter ocupado vários cargos políticos – deputado por Rio e Minas e senador por Minas e Espírito Santo, com mandatos

---

[Serro], s.d. Disponível em: < <https://museuregionalcasadosottoni.museus.gov.br/familia-ottoni/> >. Acesso em: 19/11/2019.

<sup>356</sup> Cf. ARAUJO, Valdei Lopes de; SILVA, Weder Ferreira da. Fragmentos de um periódico perdido: a *Sentinela do Serro* e o sentido da “republicanização” (1830-1832). *Varia História*, Belo Horizonte, vol.27, n.45, p.75-95, 2011.

<sup>357</sup> Cf. DUARTE, Regina Horta. Conquista e civilização na Minas oitocentista. In: OTTONI, Teófilo Benedicto. *Notícia sobre os selvagens do Mucuri*. [Organização: Regina Horta Duarte]. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, p.13-38.

<sup>358</sup> Cf. OTTONI, Teófilo Benedicto. *Notícia Sobre os Selvagens do Mucuri*. [Organização: Regina Horta Duarte]. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

<sup>359</sup> Cf. ARAUJO, Valdei Lopes de; SILVA, Weder Ferreira da. Op. Cit. E também: OTTONI, Teófilo Benedicto. Op. Cit. Trata-se apenas de breves referências dentre muitas para ilustrar o argumento e episódio muito mais complexos.

tanto no Império como na República –, foi um dos principais nomes em torno do desenvolvimento da viação férrea no Brasil, tendo sido o primeiro diretor da Companhia de Estrada de Ferro Pedro II. Por ocasião do jubileu de sua construção em 1908, ele teve uma estátua inaugurada em frente à Estação Central do Brasil, assim como a praça contígua batizada em seu nome.<sup>360</sup>

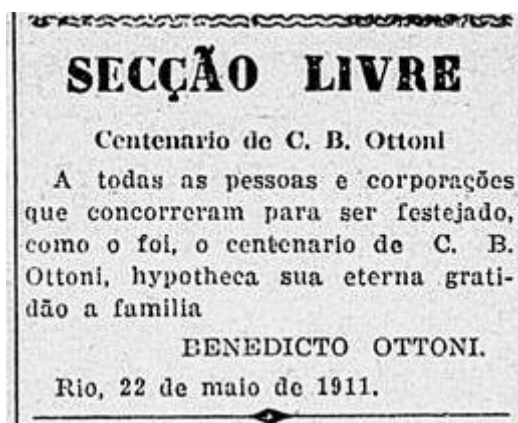


Fig.17

Neste mesmo ano da homenagem ao seu falecido pai, Júlio Benedicto Ottoni já gozava de grande prestígio e influência, tendo sua trajetória marcada por décadas de serviço público no magistério e em empreendimentos industriais, notadamente quando assumiu, no início da República, a então combalida fábrica de velas fundada na década de 1850 pelo barão de Mauá, a Companhia Luz Stearica.

Pode se deduzir que Júlio acumulou grande fortuna ao longo da vida, que somada ao patrimônio que deve ter herdado de sua abastada família lhe proporcionou meios de se envolver em diversas atividades de filantropia. Ele fundou duas escolas municipais, sustentadas com apólices cujos rendimentos eram distribuídos anualmente no dia 30 de novembro, data em que seus pais se casaram. Para aumentar ainda mais o simbolismo da escolha, cada uma das escolas carrega seus nomes, escolas municipais Bárbara Ottoni e Benedicto Ottoni.<sup>361</sup>

Além desta iniciativa, Júlio aparece como benfeitor de várias outras instituições e causas, como se pode ver na lista que acompanha o registro de sua morte no *Jornal do*

---

<sup>360</sup> O CENTENÁRIO de um grande servidor da pátria: Christiano Ottoni. **O Paiz**, Rio de Janeiro, 22 maio 1911, p.6-7. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/178691\\_04/6864](http://memoria.bn.br/DocReader/178691_04/6864) >. Acesso em: 19/11/2019. A praça até hoje carrega seu nome e a estátua foi incorporada à fachada do prédio atual construído na década de 1940. Estas não foram as únicas homenagens: em 1911, ele foi escolhido como o patrono da Escola de Engenharia, atualmente parte da UFMG, inaugurada neste mesmo ano, que também foi o ano de seu centenário. Ademais, em sua cidade natal, Serro, a praça em frente à Casa dos Ottoni também foi nomeada em sua homenagem.

<sup>361</sup> Ambas em funcionamento até hoje na grande Tijuca, Rio de Janeiro, com a mesma denominação. Presume-se que cada uma era destinada a um sexo na época, situação hoje inexistente.



*Commercio*: nela, é ressaltado como “seria longo enumerar os atos todos de benemerência do Dr. Júlio Ottoni”.<sup>362</sup> Outras informações relevantes são dadas nessa notícia, como o fato de ele ter recusado que uma hoje inexistente “Praia das Palmeiras” de São Cristóvão fosse nomeada em sua homenagem. O então prefeito Amaro Cavalcanti teria feito a mudança oficial do nome da praia à sua revelia, o que outorgava a Júlio o título de “grande benemérito municipal”. Ele recusou a homenagem da “praia Dr. Júlio Ottoni” por discordar que “fossem dados a logradouros públicos os nomes de pessoas vivas”, o que foi resolvido dando-lhe o nome de sua família: praia Benedicto Ottoni.<sup>363</sup>

Talvez a mais significativa das ações filantrópicas, ao lado do estabelecimento das duas escolas municipais, tenha sido o estabelecimento de um patronato agrícola no local que hoje é conhecido como a Casa dos Ottoni, na cidade do Serro, logradouro de origem de sua família. A trajetória da Casa tem alguns aspectos peculiares e é um forte testemunho do esforço de Júlio para que suas iniciativas de natureza filantrópica estivessem de alguma forma alinhadas com o desejo de administrar a posteridade do nome de sua família. Dentre as muitas casas históricas que hoje existem no Serro, a dos Ottoni é a única que pertence à União, atualmente um museu sob a tutela do Instituto Brasileiro de Museus.

Segundo se lê pela narrativa institucional da Casa, Júlio intercedeu em 1918 para que o imóvel fosse cedido para abrigar um dos vários patronatos agrícolas<sup>364</sup> que vinham sendo estabelecidos no Brasil neste mesmo ano. Desde 1911, a propriedade estava sob os cuidados da Santa Casa da cidade, abrigando órfãos e um pequeno estabelecimento de ensino.<sup>365</sup> Tal mudança de estatuto veio atrelada também à mudança de seu nome,

---

<sup>362</sup> Ibid.

<sup>363</sup> Ibid.

<sup>364</sup> Tratou-se de uma instituição tipo internato voltada para a retirada de jovens das ruas das grandes cidades a fim de evitar que eles se transformassem nos “criminosos e malfeitores de amanhã”. Eles eram deslocados para o interior de várias cidades do Brasil – há relatos de mais de cem internos do Rio de Janeiro para Santa Catarina, por exemplo – e colocados nestas instituições para aprenderem ofícios ligados à agricultura. Um trecho do relatório de 1918 do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio aponta seus objetivos e motivações: “Em todos os centros populosos cresce, dia a dia, o sombrio exército de meninos abandonados, criminosos e malfeitores de amanhã, pejando os tribunais, enchendo as cadeias, em vez de constituírem elementos computáveis da economia. Dar a mão a essas crianças – órfãos de pais vivos – impelidas à ociosidade e ao vício, assegurar-lhes uma atmosfera oxigenada de bons sentimentos, prendê-las à fecundidade da terra ou habilitá-las na tenda da oficina ou de uma profissão é transformar cada uma delas em fator de engrandecimento coletivo”. BRASIL. Relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 1918, p.137. Apud. BOEIRA, Daniel Alves. **Alunos ou prisioneiros?** O caso do Patronato Agrícola de Anitápolis/SC (1918-1930). Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. Florianópolis, 23 a 26 de agosto de 2010. Disponível em: < [http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1278296755\\_ARQUIVO\\_Alunosouprisioneiros-textocompleto-fazendogenero2010.pdf](http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1278296755_ARQUIVO_Alunosouprisioneiros-textocompleto-fazendogenero2010.pdf) >. Acesso em: 28/04/2020.

<sup>365</sup> Embora não haja qualquer informação a respeito, é possível supor que a própria família tivesse cedido o imóvel para esta finalidade.



voltando a ser identificada com sua família: Patronato Agrícola Casa dos Ottoni. Com o fim dos Patronatos Agrícolas em 1930, a casa voltou aos cuidados da Santa Casa local e em 1944 foi posta à venda pela União, algo que não se concretizou devido à intervenção de Rodrigo Melo Franco de Andrade, que conseguiu incorporá-la à Superintendência de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), sendo registrada no Livro de Tombo em 1950. Em sua justificativa, o dirigente escreve que “trata-se efetivamente da casa onde nasceram Elói Otoni, Teófilo Otoni e Cristiano Otoni, doada à União Federal por um dos seus descendentes, a fim de perpetuar a memória daqueles grandes brasileiros”.<sup>366</sup>

A exposição destes aspectos biográficos ligados aos Benedito Ottoni permite não apenas informar a respeito da trajetória dos membros mais destacados da família, mas também perceber os esforços realizados por Júlio para que o nome dos seus ficasse para a posteridade. Percebe-se o papel de instituições públicas como o Iphan e a BN nesses processos, além de outras esferas do poder público, nomeando praças e praias, erguendo estátuas etc. A doação da CBO foi uma das várias iniciativas que culminariam com algum tipo de ‘culto’ ao nome familiar. Talvez a mais carregada de simbolismo.

Na correspondência que Júlio dirigiu ao diretor da Biblioteca para ofertar a doação, cujos trechos já foram apresentados acima, há mais indícios da consciência que ele tinha a respeito do valor simbólico que esta iniciativa representava para o propósito da construção de um legado em torno do nome de sua família:

É escusado assegurar a V. Exa. que muito desvanecido ficarei se a oferta for aceita, e nessas condições. Será para mim grande honra ligar o meu nome a esse grande estabelecimento ao lado dos de D. João VI, D. Pedro II, Marques, Salvador de Mendonça e outros que tanto contribuíram para a sua grandeza.<sup>367</sup>

A avaliação de Júlio a respeito da entrada da coleção em uma instituição como a BN, cujo acervo carrega marcas de personagens importantes, deixa a indelével impressão de se tratar de um momento privilegiado para perpetuar o nome de sua família. E dadas as características da *Bibliotheca Brasiliense* expostas na seção anterior, o casamento deste material – portador de incontáveis possibilidades narrativas sobre a nação – com a trajetória de uma família que, à sua maneira, se inscreveu numa parte deste percurso, não passa despercebido ao industrial. Em sua segunda carta publicada no *Jornal do*

---

<sup>366</sup> [Carta de Rodrigo M.F. de Andrade a Gustavo Capanema]. Apud. Instituto Brasileiro de Museus (Brasil). **O museu**: prédio e história do MRCO. Museu Regional Casa dos Ottoni, [Serro], s.d. Disponível em: < <https://museuregionalcasadosottoni.museus.gov.br/o-museu-2/> >. Acesso em: 19/11/2019. Mantive a grafia dos nomes usada na carta.

<sup>367</sup> UM DONATIVO régio [I]. Op. Cit.

*Commercio*, dessa vez endereçada ao redator do periódico,<sup>368</sup> ele reforça este aspecto: “Se dei à doação o nome de minha família foi por a apreciar no seu justo valor e entender, que os dois pertencem à parte intelectual de minha pátria, de que a coleção faz a história para a qual tem concorrido os meus maiores”.<sup>369</sup>

O diretor da Biblioteca já havia reforçado estes mesmos argumentos numa missiva publicada um dia antes, na qual ele afirmava aceitar as condições impostas para a doação: “E certamente todos aplaudirão que a esse grande acervo de livros, que falam do nosso passado, se tenha dado um nome glorioso em nossa história e que nela fulgura como lição de patriotismo, honradez, amor ao trabalho, talento e espírito liberal”.<sup>370</sup>

Aceitar que a coleção tivesse um nome específico como condição para que a Biblioteca Nacional fosse sua futura guardiã não gerou qualquer dificuldade. Já a outra condição remete ao acondicionamento do acervo doado, mais especificamente que a coleção tivesse um espaço próprio dentro da Biblioteca, à parte das demais peças, mantida em conjunto.

1.º A coleção será mantida separadamente, não podendo ser desmembrada para diversas salas da Biblioteca, exceto as obras valiosas que devem ser guardadas sob chave. Como está toda catalogada especialmente e o sr. dr. Rodrigues se compromete em três meses produzir o segundo e último volume do catálogo, impresso à sua custa, creio que não haverá inconveniente em cumprir esta condição, sobretudo quando as obras se referem unicamente ao Brasil, direta ou indiretamente.<sup>371</sup>

Há alguns pontos deste pedido que merecem ser assinalados. O primeiro, que será esmiuçado em mais de um momento desta tese, diz respeito ao desejo de se guardar a coleção doada num único espaço.<sup>372</sup> Este tipo de pedido aparece como demanda de vários doadores em diferentes épocas. Com o passar das décadas, o hiato entre os compromissos assumidos no momento das doações e outras perspectivas dos dirigentes sobre como a instituição deveria dispor e organizar seu acervo acabou diluindo os desejos originais dos

---

<sup>368</sup> Supomos que não se tratava de José Carlos Rodrigues, mas o redator das matérias publicadas a respeito da doação, que não foram assinadas.

<sup>369</sup> [CARTA de Júlio Benedicto Ottoni ao Redator do *Jornal do Commercio*, 9 jul. 1911]. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 10 jul. 1911, p.4. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/docreader/364568\\_10/6264](http://memoria.bn.br/docreader/364568_10/6264) >. Acesso em: 05/06/2015.

<sup>370</sup> UM DONATIVO régio [III]. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 9 jul. 1911, p.5. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/docreader/364568\\_10/6237](http://memoria.bn.br/docreader/364568_10/6237) >. Acesso em: 05/06/2015.

<sup>371</sup> UM DONATIVO régio [I]. Op. Cit. Esta foi a primeira condição que Júlio Ottoni impôs, mas foi analisada apenas agora porque a exposição está disposta por recortes temáticos.

<sup>372</sup> A próxima seção trata da fortuna da coleção Benedicto Ottoni-*Bibliotheca Brasiliense* dentro e fora da Biblioteca Nacional, o que implica recuperar a maneira como as gerações de dirigentes e funcionários da instituição trataram a coleção: na seção 1.3 já foi visto que esse desejo de a manter reunida num só lugar não foi a opção adotada. O capítulo 3 recupera as diferentes estratégias institucionais de consagração de suas coleções.

doadores. Ou seja, os acordos firmados por gerações anteriores no que diz respeito ao acondicionamento deste material num espaço especialmente dedicado a ele foram rompidos. Este ponto será explorado com exemplos mais concretos, tentando-se na medida do possível recuperar as justificativas e o que pensavam os dirigentes para que tais rearranjos fossem realizados.

Para o então diretor da Biblioteca Nacional, Manoel Cícero Peregrino da Silva, aceitar que a coleção fosse mantida como unidade não foi problema. O prédio da Biblioteca acabava de ser inaugurado e espaço para alocar o material conforme o desejo do doador não exigia maior esforço. Sua resposta deixa isso bem claro.

As duas condições únicas a que V. Exa. subordina o seu generoso oferecimento, são as que a Biblioteca espontaneamente impôs a si mesma, em relação a presentes dessa natureza: manter, em separado do acervo comum da sua livraria, *formando um todo especial*, as coleções que lhe são oferecidos e dar-lhes o nome que o doador escolhe.<sup>373</sup>

Esta não foi a primeira vez que um doador da BN desejava manter uma unidade reconhecível de sua oferta. Desta forma, a coleção ficaria visível e sua presença ainda mais marcada. A marca da generosidade é uma das principais qualidades evocadas neste tipo de dádiva e a visibilidade da coleção leva à visibilidade do doador. O ato de *dar* é comumente tomado como algo que se encerra em si e pouco se nota que *receber* também é uma ação. Longe de ser algo passivo, *receber* implica aceitação, traduz que o presente dado está adequado aos desejos e às expectativas de quem recebe. Este tipo de relação, embora possa ser esmiuçado e posto em evidência pelo analista, para ser eficaz necessita que o discurso envolvido no ato seja de alguma forma construído de modo que o cálculo não apareça de forma impositiva. As motivações para doar têm um aspecto *latente* e *manifesto*. E foi visto que os herdeiros contemporâneos de Mauss entendem que os móveis da dádiva são uma combinação entre interesse e generosidade, obrigação e espontaneidade. A dádiva implica estabelecer um vínculo, uma interação, entre as partes envolvidas.

No caso da doação da coleção Benedicto Ottoni esta interação pode ser analisada a partir das várias camadas que perpassam a doação. A retribuição de uma dádiva pela Biblioteca Nacional recaía principalmente na exposição pública da generosidade dos doadores e na possibilidade de estabelecer legados duradouros: a instituição era vista como um lugar que existiria de forma *perene*, uma característica que seus dirigentes

---

<sup>373</sup> UM DONATIVO régio [III]. Op. Cit. Grifo meu.

reforçavam publicamente.<sup>374</sup> Essa retribuição por parte da BN é exposta numa matéria que, além de explorar os qualitativos costumeiramente elencados para os envolvidos – generosidade, desprendimento, patriotismo –, também ressalta o novo estatuto da coleção – patrimônio nacional –, a promessa de posteridade que uma instituição como a Biblioteca Nacional proporciona, além da potencialidade da coleção enquanto fonte de instrução e estudo: “graças ao altruísmo do nosso estimado patricio, o Dr. Júlio Benedicto Ottoni, [a coleção] acaba de ficar garantida *para sempre*, como *bem nacional*, a *instruir* o povo, que *não esquecerá o nome* do querido doador”.<sup>375</sup>

Os adjetivos para se referir a José Carlos Rodrigues e Júlio Ottoni orbitam em torno de um mesmo campo semântico. Eles são considerados indivíduos generosos, filantropos, agentes voltados para o bem comum e público; eles são patriotas e exemplos de civismo. Uma pequena nota publicada na seção “Várias...” do *Jornal do Commercio* recupera a reação do público presente em uma sessão da Academia Brasileira de Letras logo após o anúncio da doação: “A Academia Brasileira de Letras em sua última sessão, por proposta do Dr. Alberto de Oliveira, consignou o seu aplauso pelo *ato generoso* do Dr. Júlio Ottoni, adquirindo a *Bibliotheca Brasiliense* do Dr. José Carlos Rodrigues e doando-a à Biblioteca Nacional”.<sup>376</sup> Suscita, a nota se centra nos aplausos da sessão, rendendo a Júlio os principais louros pelo gesto, mas não deixando de consignar a Rodrigues a titularidade da coleção. Manoel Cícero Peregrino da Silva também recupera essa dimensão relativa ao bom uso do capital econômico de Ottoni para *obras patrióticas* que geram benefício social. A carta na qual o diretor da Biblioteca aceita as condições impostas para que a doação fosse efetivada destaca estas qualidades:

Em resposta, comunico a V. Exa. que em nome da Biblioteca, aceito com o maior reconhecimento a extraordinária doação com que V. Exa. mais uma vez manifesta a sua elevadíssima compreensão do patriotismo e o modo superior de empregar a fortuna como fautor de grandes benefícios sociais.<sup>377</sup>

Peregrino enfatiza na mesma carta que a entrada da coleção na instituição a beneficiava pelos itens ali presentes e, por consequência, gerava ganhos à nação e ao campo da cultura letrada: “Oferecendo essa biblioteca à Biblioteca Nacional, não só V. Exa. a enriquece singularmente, mas também presta um serviço sem preço ao país e às

---

<sup>374</sup> Esse processo será debatido no capítulo 3.

<sup>375</sup> O DR. JÚLIO Benedicto Ottoni... **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 8 jul. 1911, p.3. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/docreader/103730\\_04/27314](http://memoria.bn.br/docreader/103730_04/27314) >. Acesso em: 19/11/2019. Grifo meu.

<sup>376</sup> VÁRIAS Notícias. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 15 jul. 1911, p.6. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/364568\\_10/6348](http://memoria.bn.br/DocReader/364568_10/6348) >. Acesso em: 19/11/2019. Grifo meu.

<sup>377</sup> UM DONATIVO régio [III]. Op. Cit.

letras”.<sup>378</sup> Júlio aparece, deste modo, como um tipo de patrono da intelectualidade, proporcionando indiretamente novas possibilidades de investigação que surgiriam deste acervo, agora tornado público.

Uma matéria publicada pela *Gazeta de Notícias* informa que o presidente Afonso Penna teria enviado uma nota ao Congresso, antes de morrer em 1909, solicitando crédito para a compra da coleção de Rodrigues, o que não foi bem recebido pelo parlamento. A matéria lamenta que o pedido do presidente não tenha sido bem explicado aos deputados, embora o “altruísmo” de Júlio tenha por fim resolvido o caso.<sup>379</sup> Isso é indicativo do nível de envolvimento que Rodrigues conseguiu gerar com sua coleção. Essa informação denota que, entre o intento de vender/doar e sua concretização, teriam transcorrido alguns anos, ou seja, doar a coleção foi um projeto acalentado por Rodrigues logo após a publicação de seu catálogo. E nesse processo, ele conseguiu sensibilizar a autoridade máxima da nação para interceder junto ao Congresso para que o Estado a adquirisse. Pelo teor da matéria, não está muito claro o que teria sido dito aos parlamentares a respeito e o motivo de sua rejeição. Júlio Ottoni explica esse episódio do seguinte modo:

[...] sem solicitação do dono da biblioteca, o Governo do Sr. Dr. Afonso Pena chegou a pedir um crédito para tal fim, mas que a Câmara dos Deputados, não sabendo do que se tratava, não votou. Mais tarde soube eu que o Sr. Dr. Rodrigues recebera uma proposta dos agentes de uma biblioteca nacional estrangeira para a aquisição desta preciosa coleção, mencionando um preço que, apesar de aparentemente elevado, não foi aceito.<sup>380</sup>

Nas semanas seguintes à doação, a mesma *Gazeta de Notícias* volta ao assunto pelo menos duas vezes. Na coluna “Notas e Notícias”, o jornal relata que o então presidente, Hermes da Fonseca, no retorno de sua viagem para a Bahia, “manifestará, bem como o Sr. Ministro do Interior,<sup>381</sup> o apreço em que tem esse ato de patriótica benemerência”: a doação mais uma vez alcançou as autoridades políticas, indicando seu valor, a relevância dos dois envolvidos e o tipo de repercussão que ela teve.<sup>382</sup> Na mesma coluna neste dia, outro pequeno acontecimento é noticiado, que remete indiretamente ao universo da doação da coleção Benedicto Ottoni: “O Sr. Dr. José Carlos Rodrigues ofertou à Biblioteca Nacional, para ser colocado na galeria dos benfeitores daquele

---

<sup>378</sup> Ibid.

<sup>379</sup> O DR. JÚLIO Benedicto Ottoni... **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 8 jul. 1911, p.3. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/docreader/103730\\_04/27314](http://memoria.bn.br/docreader/103730_04/27314) >. Acesso em: 19/11/2019.

<sup>380</sup> UM DONATIVO régio [I]. Op. Cit.

<sup>381</sup> A Biblioteca Nacional na época estava subordinada a este ministério.

<sup>382</sup> NOTAS e Notícias [I]. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 13 jul. 1911, p.1. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/docreader/103730\\_04/27356](http://memoria.bn.br/docreader/103730_04/27356) >. Acesso em: 19/11/2019.

estabelecimento, um magnífico retrato a óleo de D. Pedro II, pintado por Papf em 1887”.<sup>383</sup>

Um dos importantes registros a respeito deste processo de doação que ainda não foi explorado é a última das quatro matérias que o *Jornal do Commercio* dedicou ao evento. Trata-se de uma missiva dirigida por Júlio Ottoni ao “Senhor Redator do *Jornal do Commercio*”, que julgamos não ser José Carlos Rodrigues, posto que fica bem claro que esta não lhe foi direcionada. Há nela também um aspecto de queixa a respeito da *distribuição dos louros* decorrentes da doação. Para o missivista, o colecionador não estaria recebendo o reconhecimento devido. E, de fato, a maioria das matérias que repercute a doação tende a enaltecer o doador em particular. José Carlos Rodrigues aparece marginalmente como participante.

Nesta carta, Júlio pede um espaço no *Jornal* para fazer uma “reclamação” dirigida ao próprio periódico: “Parece-me que se tem falado mais, do que merece, na doação, e menos no objeto doado”.<sup>384</sup> Ele segue em sua queixa atentando para os recursos – intelectuais e de tempo – investidos por parte de Rodrigues na formação de sua biblioteca, além de enfatizar que o preço que ele pagou pela coleção não corresponde ao seu valor real. Seu arremate recai sobre o jogo simbólico no qual os dois se entrelaçaram, envolvendo as dimensões de glória e posteridade.

A Brasileira do Sr. Dr. José Carlos Rodrigues representa não só uma coleção de inestimável valor para o Brasil, mas ainda largas dezenas de anos de inteligente trabalho e cuidadosa dedicação.

E deixe-me dizer-lhe que a soma por que foi cedida é menor que o seu valor real, não contado o trabalho do colecionador, e o que talvez seja indiscreto dizer: a doação está feita e acabada, os livros em caminho da Biblioteca Nacional, onde já estão muitos e o Sr. Dr. José Carlos Rodrigues ainda não recebeu o 1º centil do preço deles.

[...]

Agradecendo os obsequiosos conceitos a mim tão generosamente dispensados, permita-me dizer que, se a coleção não existisse, a doação seria impossível; assim, pois, ao brasileiro, que, tão desveladamente cuidou da história de sua terra e inteligentemente coligiu os documentos, que o levarão à posteridade, é que cabem todos os elogios e todas as glórias.<sup>385</sup>

---

<sup>383</sup> NOTAS e Notícias [II]. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 13 jul. 1911, p.1. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/docreader/103730\\_04/27356](http://memoria.bn.br/docreader/103730_04/27356)>. Acesso em: 19/11/2019. Esse fato será melhor contextualizado no capítulo 3.

<sup>384</sup> OTTONI, Júlio Benedicto. [CARTA de... ao Redator do *Jornal do Commercio*, 9 jul.1911]. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 10 jul. 1911, p.4. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/docreader/364568\\_10/6264](http://memoria.bn.br/docreader/364568_10/6264)>. Acesso em: 05/06/2015. Vale salientar que a repercussão geral sobre a doação ainda não havia ocorrido, mas as primeiras duas matérias – tanto a do vespertino como a da edição regular do dia seguinte, quase idênticas – informaram a maior parte dos demais textos que vieram depois.

<sup>385</sup> Ibid.

Na sequência da publicação da carta acima, o *Jornal do Commercio* reproduz uma matéria veiculada pelo *Diário Popular* de São Paulo. Nela, toda a complexidade da ação conjunta é explicitada e cada uma das partes envolvidas recebe os louros por seu envolvimento. A principal chave interpretativa da matéria recai sobre os hábitos filantrópicos dos americanos. Esta é a única vez em que tal faceta é explorada, o que causa certa estranheza haja vista a influência norte-americana e a imagem de *self made man* que José Carlos Rodrigues carregava consigo: “Tem-se registrado não poucas vezes os inúmeros atos de benemerência dos multimilionários norte-americanos para com institutos de caridade, estabelecimentos de instrução, etc., atos esses de larga generosidade, de filantropia imensa”.<sup>386</sup> Em seguida, a matéria recupera a forma como tais iniciativas repercutem nos periódicos nacionais: “Sempre que os jornais mencionam esses rasgos do grande capitalismo ‘yankee’, fazem-no com estranheza de que em outros países, inclusive o nosso, os homens do milhão não tenham essa largueza, esses rasgos de benemerência”.<sup>387</sup> Citando o nome dos americanos mais conhecidos por este tipo de iniciativa – os Carnegie, Rockefeller, Morgan etc. – cujos milhões são “instrumento da sua filantropia”, voltada para a caridade, a ciência, a instrução, as artes etc., o *Diário Popular* conclui que “o que ali se tornou comum é entre nós coisa rara, se bem que essa raridade já fosse maior”.<sup>388</sup>

Todo este preâmbulo serve para embasar o juízo do *Diário* a respeito do fato em questão, que, segundo a matéria, na verdade englobaria três atos filantrópicos. Trata-se de uma das poucas vezes que um registro coloca em pé de igualdade a doação em si e a motivação que levou à sua concretização, incluindo ainda uma terceira variável na equação: o desejo por parte de Rodrigues que sua coleção permanecesse no país.

Como se vê, há a mencionar mais de um ato de filantropia: o do Sr. Dr. José Carlos Rodrigues, não querendo que essa sua rica biblioteca fosse para o exterior, recusando uma forte soma; do Dr. Júlio Ottoni, adquirindo-a e oferecendo-a à sua pátria; e ainda um terceiro, do mesmo Dr. José Carlos Rodrigues, destinando o produto dessa sua biblioteca ao engrandecimento do hospital de crianças fundado pelo ilustre jornalista em São Cristóvão.<sup>389</sup>

---

<sup>386</sup> PEDIMOS VÊNIA aos nossos colegas do *Diário Popular*... **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 10 jul. 1911, p.4. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/docreader/364568\\_10/6264](http://memoria.bn.br/docreader/364568_10/6264) >. Acesso em: 05/06/2015.

<sup>387</sup> Ibid.

<sup>388</sup> Ibid.

<sup>389</sup> Ibid.



Outra matéria que também promove semelhante conjunto de representações pode ser encontrada dentre os recortes de jornal presentes na coleção Christopher Oldham. Trata-se de uma nota publicada pelo *The Brazilian Review*, um semanário redigido em inglês a partir do Brasil e voltado para o público anglófono, nos Estados Unidos e Grã-Bretanha.

Semana passada referimo-nos à magnífica aquisição que a Biblioteca Nacional está prestes a receber de presente, a “Brasiliana” do Dr. José Carlos Rodrigues, dado à instituição pelo Dr. Ottoni. [...] Foi dito que o Governo dos Estados Unidos ofereceu recentemente o montante de 150:000\$ ou £10.000 (um montante muito modesto, a nosso ver) por esta coleção. A oferta foi recusada uma vez que o Dr. Rodrigues não estava disposto a deixar que a coleção saísse do país. Toda a transação traz benefícios para a nação já que, segundo consta, o dinheiro pago ao Dr. Rodrigues por sua biblioteca será usado por ele para o desenvolvimento do Hospital para Crianças que ele fundou alguns anos atrás e que tem sido de enorme valia para o país. Deste modo, a Nação é quem realmente ganha com a ação destes dois cidadãos patrióticos. Um deles compra a uma biblioteca singular, ofertando-a para a Nação e o outro gasta o dinheiro recebido no cuidado das crianças, que são os adultos de amanhã. A Grã-Bretanha e os Estados Unidos têm seus milionários e, a propósito, seus esnobes com barganhas cujas mãos direitas nada escondem das esquerdas, mas este arranjo não nos parece de modo algum valer-se de propaganda ou esnobismo e é com prazer que o registramos como um exemplo a todos os patriotas.<sup>390</sup>

A última frase da nota revela um aspecto que tem sido bastante discutido a respeito da eficácia simbólica da dádiva: que ela pareça um ato o mais desinteressado o possível, ou que haja uma espécie de autoengano coletivo em relação a ela. Valendo-se novamente

---

<sup>390</sup> “Last week we referred to the magnificent acquisition which the National Library is to gain by the presentation of the “Brasiliana” of Dr. José Carlos Rodrigues to the institution by Dr. Ottoni. This unique collection consists of some 2,600 works on Brazil as a Colony and about 10,000 on the country after the Declaration of Independence in 1822. It is stated that the Government of the United States recently offered a sum of 150:000\$ or £10,000 (a very moderate sum we should fancy) for this collection. The offer was refused as Dr. Rodrigues was unwilling that the collection should go out of the country. The whole transaction makes for the well being of the nation as it is stated that the money which is paid to Dr. Rodrigues for the Library will be used by him for the enlargement of the Children’s Hospital which he founded some years ago and which has been of such eminent service to the country. In this way the Nation is very much the gainer by the action of two patriotic citizens. One of them buys a unique library and gives it to the Nation and the other spends the Money paid to him in caring for the children who are the men of tomorrow. Great Britain and the United States have their millionaires and, incidentally, their snobs into the bargain whose right hands hide nothing from their left, but this arrangement seems to us to savour in no way of advertisement or snobbery and it is with pleasure that we record it as an example to all patriots.” Tradução livre. [RECORTE de jornal com nota tratando da coleção Brasiliana, mais nova aquisição da Biblioteca Nacional...]. [S.l., s.n.], [19\_\_]. Fundação Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos. Coleção Christopher Oldham. Localização: 32,04,001 n.062. Os mecanismos de pesquisa atualmente disponíveis permitiram a localização original do recorte. No entanto, optou-se por deixar a referência acima por uma questão de registro da pesquisa, uma vez que o primeiro contato com a matéria se deu por meio da visita presencial a essa coleção. Segue, de todo modo, a referência de onde o recorte foi extraído: LAST WEEK we referred to the magnificent acquisition... **The Brazilian Review**, Rio de Janeiro, 18 jul. 1911, p.12. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/161993/17782> >. Acesso em: 25/11/2019.



do versículo bíblico do livro de Mateus – “Mas, quando tu deres esmola, não saiba a tua mão esquerda o que faz a tua direita; Para que a tua esmola seja dada em secreto; e teu Pai, que vê em secreto, ele mesmo te recompensará publicamente” <sup>391</sup> –, o periódico chama a atenção para o fato de tantos filantropos anglófonos valerm-se de seus gestos como uma espécie de vitrine de sua generosidade. Se José Carlos Rodrigues e Júlio Ottoni pudessem escolher uma forma de representar suas ações, não tenho dúvidas de que este seria o encadeamento de ideias e juízos desejados.

Os móveis da dádiva, tal como expostos pelos mausseanos, parecem estar alinhados ao caso concreto em pauta. Percebe-se que a doação da coleção Benedicto Ottoni mescla interesses – manifestos e latentes – com genuína generosidade; e está moldada, ainda que sutilmente, pelo móbil da obrigação – havia uma grande expectativa que a *Bibliotheca Brasiliense* não fosse desmembrada ou vendida para o exterior –, assim como pela espontaneidade uma vez que este tipo de dádiva na modernidade está livre de ritos claros. Ademais, os enunciados que circulam na esfera pública reforçam a eficácia simbólica da doação, que age no plano da honra, da fama, da glória e do legado, ao estabelecer vínculos e ligar nomes, pessoas, objetos e instituições.

A primeira seção deste capítulo buscou analisar a formação da *Bibliotheca Brasiliense* de Rodrigues e a maneira como a posse e o consumo de certos artefatos culturais lhe renderam prestígio dentro de seu campo intelectual, algo que ganhou ainda mais relevância com a publicação bibliográfica que acompanhou o desvelamento da coleção. Uma das fontes usadas para explorar os indícios a este respeito foi um folheto publicado em 1911 pelo próprio José Carlos Rodrigues por ocasião da doação de sua biblioteca, que recuperava algumas matérias de jornal que repercutiram o lançamento do catálogo de sua coleção em 1907.<sup>392</sup> Nelas, a análise recai principalmente sobre o processo de formação da coleção, o trabalho intelectual necessário para sua descrição bibliográfica e o valor dos itens que a compõem. Inserindo o folheto no contexto em que ele foi lançado, 1911, ano da doação, percebe-se que José Carlos Rodrigues não se omitiu exatamente de dar visibilidade à nova etapa na trajetória de sua biblioteca. Pelo contrário, ele foi parte ativa em sua repercussão. Ademais, vários juízos que abalizaram as matérias publicadas por ocasião da doação à BN se valeram das análises feitas pelos autores dos

---

<sup>391</sup> BÍBLIA. Mateus, capítulo 4, versículo 1-4. **Novo Testamento.**

<sup>392</sup> **BIBLIOTHECA Brasiliense do Dr. José Carlos Rodrigues.** Rio de Janeiro: Typ. do “Jornal do Commercio”, de Rodrigues & C., 1911. Fundação Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos. Coleção Christopher Oldham. Localização: 32,04,002 n.008.

artigos contidos no folheto publicado em 1911, o que implica que ele estava em circulação. O próprio relatório publicado pela Biblioteca Nacional para o ano 1911 reproduz diversos trechos do artigo escrito por Oliveira Lima que consta no folheto.<sup>393</sup>

Quero recuperar outro trecho da carta inicial que Júlio Ottoni escreveu para o diretor da BN, Peregrino da Silva, na qual ele manifesta os motivos que culminaram na incorporação da coleção ao acervo da instituição. Há elementos deste parágrafo que já apareceram em outros momentos da tese, mas devem ser recuperados em seu conjunto.

Solteiro e sem filhos, temia o ilustre bibliófilo que se espalhasse a sua coleção, que conta, além dos seus 2.600 números das obras distintas sobre o Brasil colônia, mais uns 9.000 ou 10.000 do Brasil independente; e para evitar esse verdadeiro desastre, que só aproveitaria aos livreiros, pensou o Sr. Dr. Rodrigues, em dispor da sua biblioteca num só bloco contanto que fosse para alguma instituição pública.<sup>394</sup>

Sabemos que José Carlos Rodrigues não era solteiro, tampouco sem filhos. Seus descendentes, inclusive, cuidaram de resquícios da sua documentação pessoal por gerações, doadas em diferentesavas, culminando com a coleção Christopher Oldham, doada por um de seus bisnetos à Biblioteca Nacional na década de 2000. Tal fato indica que uma das justificativas apresentadas por Júlio se baseou no desconhecimento que imperava a respeito da vida privada de Rodrigues. A carta de Ottoni reforça que o desejo de Rodrigues era que sua coleção não se dispersasse e que ela fosse posta à disposição de uma instituição pública brasileira. Como vimos, essa exigência foi saudada como um gesto de patriota, tendo contribuído para tal o fato de Rodrigues ter rejeitado ofertas de outra biblioteca nacional estrangeira. Aqui, há um conflito de informação: ora os registros apontam que as ofertas feitas estavam num preço abaixo de seu real valor – tal como afirmado pelo *The Brazilian Review* –, ora apontam para um preço “aparentemente elevado”, como afirmou Júlio. Mencionar que o valor seria elevado e que Rodrigues o teria rejeitado aumentaria ainda mais a percepção geral acerca de seu patriotismo.

Nem todos os artefatos culturais pertencentes a José Carlos Rodrigues, no entanto, tiveram o mesmo destino de sua biblioteca. Uma matéria do jornal *A Noite* de 1916 anuncia o leilão da *coleção de arte* formada pelo jornalista num tom trágico, conforme

---

<sup>393</sup> Manoel Cícero Peregrino da Silva escreve que “para dar uma ideia do valor dos cimélios que a opulentam [a coleção] é suficiente transcrever o seguinte trecho do artigo do Dr. Oliveira Lima, publicado n’*O Estado de São Paulo*, sob o título ‘Cousas Nacionais’”. Este mesmo artigo faz parte do folheto em questão: é mais fácil imaginar que o diretor possuísse o folheto com a reprodução do artigo a um exemplar do jornal original. SILVA, Manoel Cícero Peregrino da. *A Bibliotheca Nacional em 1911: relatório...* **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, vol.34, 1914, p.658-659. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/docreader/402630/26786> >. Acesso em: 02/08/2010.

<sup>394</sup> UM DONATIVO régio [I]. Op. Cit.

pode ser visto em seu título: “Como se destrói um templo: a dispersão e possível emigração de preciosíssimos objetos de arte”.<sup>395</sup> O autor da matéria havia visitado o palacete de Rodrigues às vésperas do leilão, narrando com perplexidade a cena de salas e mais salas repletas de peças e o enorme comparecimento de público: “Já de véspera, hoje, foi uma romaria ao palácio Rodrigues, à rua Paysandu. Logo à entrada do parque, o visitante compenetra-se de que ia de fato penetrar num templo de arte, prestes a ruir”. Tentando descrever a opinião geral que se instaurava entre os visitantes, a matéria chega a quase culpar o leiloeiro pelo que estava por acontecer, como se este fosse o agente ativo do processo:

Então uma espécie de revolta se operava no visitante: amanhã, com o seu martelo de marfim, o leiloeiro destruirá esse templo!

Foi com essa certeza a impressão da maioria da multidão culta que, em romaria, visitou o palácio José Carlos Rodrigues, que vai ser dispersado pelo leiloeiro Virgílio. Esse leilão, assim com o caráter de um acontecimento, como se apresenta, não teve igual ainda, entre nós. Reveste-se de um caráter excepcional.<sup>396</sup>

O jornalista d’*A Noite* atribuiu essa revolta ao crescente interesse que os cariocas estariam passando a ter por objetos históricos e obras de arte. Segundo o autor da matéria, a maior parte das melhores peças seriam adquiridas para serem enviadas à Europa, tal como teria acontecido no último evento que este mesmo leiloeiro Virgílio presidiu. Seu lamento recai principalmente sobre esse aspecto: as peças deixariam o país. Ele chega a insinuar que os legisladores deveriam estabelecer regras mais rígidas para a proteção do patrimônio artístico nas mãos de particulares:

Que se destruísse um templo de arte, como esse, mas que restasse ao menos o consolo de vermos que aqui ficava, ainda que disperso, era de esperar, desde que, à exemplo de outros governos, o nosso tratasse de assunto tão digno de atenção e de carinho. Devíamos ter uma lei que, como acontece em vários países da Europa, impedisse a saída de objetos de arte.<sup>397</sup>

Todo esse alarmismo parece não ter encontrado eco no sentimento de José Carlos Rodrigues a respeito. No relato feito por Cláudio Ganns, a imagem apresentada transparece um desapego por esses bens, como se fossem dispensáveis. O que se vê é um

---

<sup>395</sup> COMO SE DESTROE um templo: a dispersão e possível emigração de preciosíssimos objectos d’arte. *A Noite*, Rio de Janeiro, 13 ago. 1916, p.3. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/348970\\_01/9055](http://memoria.bn.br/DocReader/348970_01/9055) >. Acesso em: 28/06/2018. Pelo que se pode deduzir a partir do ensaio de Claudio Ganns, Rodrigues estaria se mudando para uma casa menor.

<sup>396</sup> COMO SE DESTROE um templo... Op. Cit.

<sup>397</sup> Ibid.

Rodrigues *blasé*, quiçá irritadiço com o alto preço cobrado pelo leiloeiro, algo totalmente distante da preocupação do autor da matéria vista acima.<sup>398</sup>

No leilão dos seus móveis, quando desmanchou esta última casa, J.C. Rodrigues assistia, da sala ao lado, aos ‘pregões’ e irritava-se, querendo interromper os lances, quando o hábil leiloeiro impunha preços altos ao que anunciava – e expandia-se, um tanto aborrecido, para uma sobrinha: “Não posso. É uma ladroeira. Parece que quero iludir os outros, vendendo caro o que comprei barato”.<sup>399</sup>

Ao contrário de seu desprendimento em relação aos objetos de arte e às peças históricas que compunham este leilão, o destino de sua biblioteca mobilizou sua atenção de variadas maneiras. A começar, sua prioridade recaía sobre sua permanência num só bloco, que ela estivesse numa instituição pública e que esta fosse brasileira. Ademais, Rodrigues estabeleceu que o destino de sua coleção estaria intimamente ligado à sua grande obra filantrópica, a Policlínica das Crianças, voltada para os filhos das classes operárias e das famílias pobres. O enlace da doação de sua *Bibliotheca Brasiliense* com sua obra filantrópica é o que confere singularidade ao acontecimento.

Não é tarefa simples interpretar as atitudes de José Carlos Rodrigues em relação à construção de seu legado. Os aspectos teóricos ligados à dádiva não oferecem respostas unidimensionais e exigem pensar nas muitas camadas que envolvem os atos e discursos que circundam *projetos* desta natureza.<sup>400</sup> No entanto, em mais de uma ocasião, Rodrigues deu mostras de suas expectativas a respeito de seu legado e não se furtou em documentar gestos que atestassem seu próprio valor, assim como o fez com vários de seus pares, erigindo monumentos, túmulos e estátuas. Júlio Ottoni agiu da mesma forma, dedicando recursos e influência a fim de glorificar sua família e perenizar a memória de seus pais ao fundar escolas que carregassem seus nomes, dentre outras iniciativas.

Já a inauguração de um hospital, em especial uma unidade de saúde voltada para crianças pobres, filhos das classes trabalhadoras num momento de incipiente industrialização, evoca temáticas que eram centrais nos debates da época: a chamada

---

<sup>398</sup> Quase duas décadas depois, em outro leilão, as peças de José Carlos Rodrigues ainda eram mencionadas. Tratou-se do leilão da coleção de Bastos Dias, considerado o maior colecionador de objetos e móveis históricos: “É do domínio público que o finado Bastos Dias possuía uma das mais formidáveis – se não a maior – das coleções de arte e coisas históricas e antigas, adquiridas, na sua maior parte, nos célebres leilões do Paço Imperial, do conde Sebastião do Pinho, do dr. José Carlos Rodrigues [etc.].” A MAIOR COLLEÇÃO de arte do Brasil que se dispersará. *Revista da Semana*, Rio de Janeiro, ano 30, n.23, 25 maio 1929, p.20-21. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/025909\\_02/18417](http://memoria.bn.br/DocReader/025909_02/18417) >. Acesso em: 28/06/2018.

<sup>399</sup> GANNS, Claudio. Op. Cit., p.214.

<sup>400</sup> Cf. VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose*: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

“questão social”, o higienismo, a consolidação do que é viver numa *república* e os novos valores atrelados a este regime. Havia ainda questões mais locais, como a transformação urbana do Rio de Janeiro e as aspirações modernizantes atreladas a estas mudanças. Estes aspectos reforçam que a iniciativa de construir um hospital voltado para um segmento tão específico dos moradores da capital dialoga com uma vivência coletiva mais ampla da elite econômica e política, em torno da qual homens e mulheres se reuniam, médicos e empresários cooperavam, voltados para o que consideravam ser uma causa comum.

Nos primeiros anos do século XX, críticas mais diretas a certo tipo de *caridade* começaram a ser publicamente externadas, oriundas especialmente de médicos imbuídos de um novo espírito técnico e científico voltado para a remediação de problemas sociais ligados à saúde, problemas estes facilmente perceptíveis em cidades em expansão como o Rio de Janeiro.<sup>401</sup> Estes mesmos problemas eram assunto em pauta havia décadas em países europeus devido aos deslocamentos populacionais derivados do desenvolvimento de um capitalismo industrial que fazia das cidades crescentes centros de empregabilidade. Os desafios decorrentes desse novo arranjo produtivo passaram a ocupar boa parte da atenção da sociedade e a fazer parte de projetos políticos que visavam moldar novas formas de viver a cidade a partir das mudanças estruturais impostas pelo desenvolvimento capitalista.<sup>402</sup> As ideias e as práticas filantrópicas ganhariam adesão dentro deste contexto. Junto com a compreensão científica a respeito de microrganismos e doenças infecciosas, a pobreza e a saúde dentro da urbe seriam encaradas como uma questão concernente a todos, uma combinação que levaria a um tipo específico de filantropia.

A Policlínica das Crianças se insere dentro deste quadro geral de desenvolvimento do atendimento à infância, um conjunto de iniciativas que vinha se estabelecendo no início do século XX com auxílio direto de uma filantropia que se queria esclarecida quanto aos problemas históricos ligados à desigualdade social, mas também ciosa dos efeitos deletérios para toda a coletividade de uma convivência com a pobreza e indigência urbana. Inaugurada em 1909, a Policlínica foi formalmente doada para a Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro.

José Carlos Rodrigues aparece como artífice de todo o processo da fundação da Policlínica – “ideia, ação e dispêndio” –, pondo “ao seu serviço o coração e a bolsa, sem

---

<sup>401</sup> Cf. FREIRE, Maria M. de Luna. Quando a caridade encontra a ciência: um olhar sobre a trajetória do dr. Arthur Moncorvo Filho. In: SANGIARD, Gisele; FERREIRA, Luiz Otávio; e PIMENTA, Tânia Salgado (org.). **Filantropos da nação**: sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015, p.113-132.

<sup>402</sup> Cf. CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

alarde, sem rumor, sem vaidades, com a mesma firmeza de quem cumpre, pelo fato, o mesmo dever social que exercita pela palavra escrita”.<sup>403</sup>

Embora se possa concordar que Rodrigues jamais tenha ostentado ele próprio suas iniciativas enquanto benfeitor e filantropo, ele buscou estabelecer um padrão de exemplaridade em torno de sua trajetória pessoal. Seus críticos costumeiramente lembravam o público a respeito das passagens desabonadoras de sua vida e ele sempre buscou por meio de repetidos êxitos e feitos lhes contrapor, valendo-se das décadas à frente do prestigioso *Jornal do Commercio*, dos jantares e eventos em sua homenagem nos Estados Unidos, de sua representação em missões internacionais em defesa de interesses do país, da construção de uma instituição de saúde voltada para crianças pobres, da formação de uma coleção valiosa de livros e papéis sobre o Brasil, da doação da mesma para uma instituição nacional... Cada um dos episódios contribuiu como parte de uma história modelar, sendo explorado de diversas formas e narrado por diferentes agentes interessados, além do próprio Rodrigues.

Além destes episódios, que lhe serviram como os pilares de sua trajetória, Rodrigues se envolveu em outras tantas iniciativas associativas. Muitas delas foram de grande relevância em sua época e algumas até hoje guardam importância.<sup>404</sup> Já foi amplamente explorado que ele fez parte do quadro do IHGB, mas esta não foi a única sociedade científica de que participou. Ele foi sócio correspondente da Academia Real das Ciências de Lisboa, do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco, do Instituto Histórico do Ceará e das Sociedades de Geografia de Lisboa e do Rio de Janeiro.<sup>405</sup> Nesta última, Rodrigues foi conduzido à diretoria de 1912.<sup>406</sup> Em 1915, Rodrigues aparece como membro da diretoria de uma comissão criada pelo Patronato dos Cegos voltada para a arrecadação de fundos para a construção de uma instituição de ensino chamada Escola Profissional e Asilo para Cegos Adultos.<sup>407</sup> Ainda na área da

---

<sup>403</sup> O HOSPITAL de crianças. **O Paiz**, Rio de Janeiro, 09 maio 1909, p.2. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/pdf/178691/per178691\\_1909\\_08983.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/178691/per178691_1909_08983.pdf) >. Acesso em: 28/06/2018.

<sup>404</sup> Não se trata de um levantamento exaustivo da participação de Rodrigues em associações.

<sup>405</sup> Estas associações estão listadas no frontispício de seu *Catálogo*...

<sup>406</sup> A SOCIEDADE de Geographia do Rio de Janeiro elegeu hoje seu presidente. **A Noite**, Rio de Janeiro, 16 mar. 1912, p.3. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/348970\\_01/936](http://memoria.bn.br/DocReader/348970_01/936) >. Acesso em: 28/06/2018. A chapa contava também com o barão Homem de Mello na presidência – influente membro das elites política e intelectual do século XIX –, Manoel Cícero Peregrino, diretor da BN, e seu antigo colaborador no *Jornal do Commercio*, o coronel Ernesto Senna.

<sup>407</sup> ATENDENDO AO pedido que nos foi feito... **Fon-Fon**, Rio de Janeiro, ano IX, n.50, 11 dez. 1915, p.47. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/259063/2333> >. Acesso em: 28/06/2018.

saúde, Rodrigues fez parte do núcleo original que iria estruturar a Fundação Oswaldo Cruz, que ocorre em 1922, participando do conselho deliberativo da instituição.<sup>408</sup>

A “Grande Guerra” iniciada em 1914 fez com que José Carlos Rodrigues se envolvesse em várias ações associativas ligadas ao conflito. Em 1915, ele fazia parte da diretoria da Cruz Vermelha Brasileira, criada alguns anos antes.<sup>409</sup> A instituição ganharia enorme relevância no país com a Guerra, levando inclusive à criação de uma seção feminina dentro de sua estrutura – iniciativa de um grupo de “senhoras da sociedade carioca” – e a expansão de suas atribuições, como o funcionamento de mais de uma dezena de cursos de enfermagem tutelados pela associação.<sup>410</sup> Em 1917, Rodrigues capitaneou a instalação da Associação Cristã de Moços no Brasil. Grande entusiasta, ele criou uma muito bem sucedida campanha para erguer sua sede, arrecadando os fundos em pouquíssimo tempo, com direito a um “relógio” de arrecadação. Tratou-se de uma iniciativa que não somente envolveu múltiplas comissões arrecadadoras, a adesão de políticos, empresários, comerciantes etc., como engajou a imprensa de forma decisiva, narrando a origem da ACM e sua trajetória, e estimulando seu financiamento: em tempos de guerra, essa narrativa de origem ganhava especial escopo, dado o grande envolvimento da associação no cuidado dos soldados no *front*, oferecendo-lhes conforto físico e espiritual independente da confissão, segundo o próprio Rodrigues expõe numa longa matéria do jornal *A Noite*.<sup>411</sup>

---

<sup>408</sup> SANGLARD, Gisele. Laços de sociabilidade, filantropia e o Hospital do Câncer do Rio de Janeiro (1922-1936). **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, vol.17, supl.1, 2010, p.136. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/hcsm/v17s1/08.pdf> >. Acesso em: 30/03/2020. Neste artigo, há um quadro com as “Personalidades ligadas à Fundação Oswaldo Cruz”. Nele, o nome de José Carlos Rodrigues consta como “João”. Já foi visto, no entanto, no capítulo 1.2, que Rodrigues fez parte do núcleo inicial que iria fundar a instituição. Cf. GLORIFICANDO A MEMÓRIA de Oswaldo Cruz. **A Noite**, Rio de Janeiro, 27 jun. 1922, p.2. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/348970\\_02/6569](http://memoria.bn.br/DocReader/348970_02/6569) >. Acesso em: 14/04/2019.

<sup>409</sup> A NOVA DIRETORIA da Cruz Vermelha Brasileira. **A Noite**, Rio de Janeiro, 30 dez. 1915. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/348970\\_01/7766](http://memoria.bn.br/DocReader/348970_01/7766) >. Acesso em: 28/06/2018.

<sup>410</sup> HISTÓRIA da CVB. Cruz Vermelha Brasileira, Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: < <http://www.cruzvermelha.org.br/pb/institucional/historia-da-cvb/> >. Acesso em: 30/03/2020.

<sup>411</sup> PARA O NOVO prédio da Associação Christã de Moços: já amanhã haverá cem contos, afirma o Dr. J. C. Rodrigues. **A Noite**, Rio de Janeiro, 14 out. 1917, p.1. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/348970\\_01/11561](http://memoria.bn.br/DocReader/348970_01/11561) >. Acesso em: 28/06/2018.





Fig.18

Por fim, o velho jornalista promoveu a criação da subcomissão brasileira da associação internacional chamada Pelos Soldados da Democracia em 1918. Tratava-se de uma organização criada pelo então presidente americano, Woodrow Wilson,<sup>412</sup> que arrecadava fundos para o tratamento físico e mental dos combatentes americanos, portugueses, franceses e italianos afetados pela Grande Guerra.<sup>413</sup> A iniciativa contou com o apoio de várias figuras importantes da época e esteve fisicamente abrigada na sede de outra instituição brasileira ligada ao mesmo conflito, a Liga da Defesa Nacional, criada por Olavo Bilac, Rui Barbosa, entre outros.<sup>414</sup>

<sup>412</sup> Rodrigues era um grande entusiasta desse presidente, chegando mesmo a traduzir e publicar seus discursos em português. RODRIGUES José Carlos (org.). **Mensagens, allocuções e discursos do Presidente Wilson** concernentes à guerra actual com um prologo e traducção de José Carlos Rodrigues. Rio de Janeiro: Ed. Jacintho Ribeiro dos Santos, 1918. Fundação Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos. Coleção Christopher Oldham. Localização: 32,04,002 n.007. Na capa da publicação costa que “o produto líquido das vendas deste opúsculo será entre à Cruz Vermelha Americana”.

<sup>413</sup> PELOS SOLDADOS da Democracia: a Sub-Comissão Brasileira. **Fon-Fon**, Rio de Janeiro, ano XI, n.47, 23 nov. 1918, p.27. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/259063/31582> >. Acesso em: 28/06/2018.

<sup>414</sup> Serão dados alguns detalhes adicionais a esse respeito no capítulo 3 uma vez que a inauguração da Liga se deu na Biblioteca Nacional, guardando certo simbolismo nessa escolha.





Fig.19

Elencar o envolvimento de Rodrigues com tais iniciativas visa a apresentar um quadro mais amplo de como ele doou seu tempo e energia a causas e associações para além da Policlínica das Crianças. O uso do termo “doou” em relação ao associativismo enseja pensar esta prática como um tipo específico de ação dadivosa. Embora uma parte influente do nosso pensamento político e social tenha defendido que o brasileiro deste período histórico seria “insolidário”, ou seja, pouco propenso a se associar coletivamente em torno de causas comuns que permitissem estabelecer um tecido social denso capaz de agir como contrapeso tanto às ações do Estado, quanto a de outros grupos de interesse – argumento tornado canônico por Oliveira Lima, em particular –, pesquisas recentes vêm defendendo por meio de análises empíricas do associativismo das primeiras décadas do século XX que esta interpretação é uma caracterização incompleta do fenômeno.<sup>415</sup>

O interesse em listar esta participação de José Carlos Rodrigues em diferentes iniciativas recai sobre a compreensão que o ato de associar-se, aqui visto como uma forma de dádiva, carregava mais de uma dimensão: o gesto de se colocar ao lado da causa,

<sup>415</sup> Cf. FONSECA, Vitor M. M. da. **No gozo dos direitos civis**: associativismo no Rio de Janeiro, 1903-1916. Rio de Janeiro: Editora Muiiraquitã, 2008.

valendo-se de prestígio social acumulado em prol de sua finalidade, obtendo-se de volta reconhecimento dos pares por se vincular a uma iniciativa vista como justa. Ou seja, associar-se também portava uma carga simbólica relevante e desejável para esta elite brasileira do início do século XX. Devotar tempo e energia em prol da vida associativa não deve ser visto como algo fortuito ou dado. Participar provavelmente pesava sobre cada um desses membros da elite como uma escolha situada entre *obrigação e liberdade*.

Para Alain Caillé, “entrar em associação é, antes de tudo, disponibilizar seu tempo e sua pessoa; portanto, existe um vínculo evidente entre a questão da significação da dádiva e a do estatuto da ação associativa”.<sup>416</sup> Visto como a manifestação mais singular da dádiva entre os modernos, ele argumenta que o “fato associativo se desenrola na interface da primariedade e da secundariedade, da comunidade orgânica (*Gemeinschaft*) e da sociedade contratual (*Gesellschaft*)”.<sup>417</sup> A sociabilidade primária, relativa aos laços interpessoais, forneceria o dinamismo necessário para mover a participação associativa, que, por sua vez, seria conduzida pelos elementos típicos da impessoalidade, como regras e normas, estatutos, a burocratização de suas atividades, contabilidade, prestação de contas etc. Daí, as associações são vistas por Caillé como “espaços públicos primários (baseados no interconhecimento); em suma, espaços públicos privados”.<sup>418</sup>

A venda da *Bibliotheca Brasiliense* de Rodrigues e sua consequente doação como coleção Benedicto Ottoni para a Biblioteca Nacional veio na esteira de um processo em que o jornalista se valia de seus contatos e de seu prestígio para angariar fundos voltados à expansão da Policlínica de Crianças, uma nova estrutura para possibilitar internar crianças doentes. No acervo da coleção Christopher Oldham, há uma subscrição assinada por membros do “comércio” do Rio de Janeiro a fim de adquirir um “mimo” a José Carlos Rodrigues por sua atuação na defesa da redução dos impostos de entrada cobrados no porto da cidade.<sup>419</sup> Ele responde à proposta com uma carta dirigida ao presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, que se encontra na coleção José Carlos Rodrigues do IHGB:

---

<sup>416</sup> CAILLÉ, Alain. Dádiva e associação. In: MARTINS, Paulo Henrique (org.). **A dádiva entre os modernos**: discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Petrópolis: Vozes, 2002, p.191.

<sup>417</sup> Ibid., p.197.

<sup>418</sup> Ibid., p.198.

<sup>419</sup> SUBSCRIÇÃO PROMOVIDA pelo comércio do Rio de Janeiro entre os membros da classe para o fim de se angariarem os meios com que se adquira um mimo a ser oferecido ao Exmo. sr. dr. José Carlos Rodrigues, redator do *Jornal do Commercio* em atenção aos relevantes serviços prestados ao comércio a propósito da redução das taxas dos serviços do porto desta cidade. Rio de Janeiro: [s.n.], [1910]. Fundação Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos. Coleção Christopher Oldham. Localização: 32,04,001 n.074.

Pelo *Jornal* vejo que na reunião dos comerciantes de sábado foi resolvido unanimemente que a comissão me presenteasse com um mimo. Antes de tudo, nada, absolutamente nada, mereço de agradecimento especial, pois cumpro com o meu elementar dever, e nunca o fiz com maior convicção e prazer.

Se, porém, insistem em provar a sua benevolência, permita-me dizer-lhe que um mimo, para ser-me agradável, poderia tomar a forma de uma dádiva para a construção do novo Hospital de Crianças da Santa Casa da Misericórdia, que fundei, e para o qual construí a Policlínica que já tantos serviços vai prestando às crianças pobres da cidade.<sup>420</sup>

A carta acima foi escrita em 1910, portanto, no ano anterior à doação da coleção Benedicto Ottoni. Em outubro de 1911, porém, alguns meses depois da dádiva para a Biblioteca Nacional, a revista *Fon-Fon* anuncia outro evento em prol da mesma causa, de natureza completamente diversa:

Não há dúvida que este ano bate o *record* das exposições artísticas. Há por parte dos que se dedicam à pintura e ao desenho a vontade de aparecer e conquistar nome e por parte do público um estímulo, uma animação até hoje pouco comuns.

Eis que nos chega a notícia de que a distinta senhorita Nair de Teffé, a talentosa caricaturista *Rian*, cujos trabalhos tanto sucesso obtiveram no *Fon-Fon* durante a sua gentil colaboração, vai inaugurar por estes dias uma galeria de caricaturas numa das salas do *Jornal do Commercio*.

A exposição constará de duzentos desenhos e vinte e um quadros de cabeças em tamanho natural, o que quer dizer que toda a sociedade chic, toda a *élite* carioca figurará nessas espirituosas *charges*.

[...]

Além disto, *Rian*, toda feita de *mutinerie* e de graça leve, dedica todo o produto da sua exposição em benefício do Hospital de Crianças, fundado pelo Dr. José Carlos Rodrigues.

É pois a união do Talento e da Caridade que o público aplaudirá afluindo à interessante galeria de caricaturas da *mignonne* Rian.<sup>421</sup>

Estes eventos sincrônicos à doação da coleção Benedicto Ottoni evidenciam uma ampla gama de estratégias voltadas para uma finalidade bem clara. O destino da biblioteca de Rodrigues, no entanto, parece ter sido definido de forma independente de seu enlace com a Policlínica das Crianças, o que faz pensar sobre o senso de oportunidade da ação combinada com Júlio Ottoni.

---

<sup>420</sup> RODRIGUES, José Carlos. [Carta de... a Edward G. Hime]. [S.l.], 28 fev. 1910. IHGB. Coleção José Carlos Rodrigues. Localização: lata 585 / pasta 1.

<sup>421</sup> EXPOSIÇÃO de caricaturas. **Fon-Fon**, Rio de Janeiro, ano V, n.41, 14 out. 1911, p.52. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/259063/8113> >. Acesso em: 28/06/2018. Grifos originais. Mantive a grafia original dos estrangeirismos, apesar de muitos já serem hoje incorporados ao português. Uma curiosidade: a exposição de Nair de Teffé seria inaugurada pelo presidente Hermes da Fonseca, com quem ela iria se casar pouco tempo depois.

Os autores mausseanos concordam que a dádiva em sociedades complexas gera um tipo de vínculo primário, interpessoal, de afetos etc. Acabou de ser exposto uma forma muito específica da dádiva entre os modernos que é baseada na impessoalidade de associações, cuja distribuição de dons se funda em “redes abertas potencialmente ao infinito, muito além do interconhecimento concreto”.<sup>422</sup> A doação de artefatos culturais, como coleções, peças singulares, imóveis etc. a instituições públicas de Estado não chega a ser uma questão levantada pelos mausseanos. Doações, como a da coleção Benedicto Ottoni, geram um vínculo entre indivíduos e instituições, um vínculo híbrido com características próprias, que não é nem primário, nem secundário. Se um enlace oriundo da dádiva ocorrida no âmbito da sociabilidade primária gera expectativas de retribuição fundadas na qualidade desta dádiva, que tipo de retribuição poderia uma instituição de Estado prometer?

Como visto, a ideia de retribuição não é a finalidade única da dádiva, não é este *cálculo* ou *interesse* o que a define: os outros móveis expostos também entram em ação e a importância atribuída a cada um “só poderá ser decidida de uma forma empírica e histórica porque a combinação entre eles é infinitamente variável”.<sup>423</sup> A glória, a fama, o prestígio, a honra etc. parecem ocupar uma posição central no âmbito do *cálculo*, tanto de Ottoni, quanto de Rodrigues, ou de qualquer um que se insira no sistema do dom. Se o interesse de Rodrigues fosse apenas o dinheiro de sua venda, ele poderia ter recorrido a outros meios mais eficazes. Estava no âmbito da *vontade* de Rodrigues que sua coleção permanecesse no Brasil, acessível ao público como um todo. Ademais, doando sua biblioteca para uma instituição de sua escolha, ele poderia ter o controle sobre sua disposição e sobre seu nome. Seu *ex-libris* sem grandes adornos gráfico, como é tão comum a esta manifestação, dá um recado claro e sintético de sua trajetória: o nome da coleção, o nome do doador, e o nome do colecionador, ficando de fora apenas sua antiga denominação, *Bibliotheca Brasiliense*.

Enquanto a Biblioteca Nacional perdurar como instituição, e talvez até depois, esse mesmo nome estará estampado nas páginas das peças. Para alguns, esta perpetuação para além de suas vidas é algo de grande valor. Estar ao lado de outros indivíduos célebres, muitos já mortos, foi algo que Júlio Ottoni manifestou com grande prazer por ocasião da doação.

---

<sup>422</sup> CAILLÉ, Alain. Op. Cit., p.196.

<sup>423</sup> Ibid., p.195.

Percebe-se como cálculos e vontades individuais impactam instituições, e não me refiro apenas aos acréscimos de seus acervos. Instituições – mesmo as “nacionais”, marcadas pela impessoalidade – são conformadas por esses gestos, de quem doa e de quem decide receber. Por outro lado, o espaço de controle do doador, e mesmo de quem acolheu a dádiva, se mostra variável e porosa a mudanças com a passagem do tempo. A instituição – se podemos personalizá-la dessa forma – molda ou “conforma” o destino dos acervos que abriga, eventualmente, contrariando vontades e arranjos, subtraindo antigos sentidos ou dando-lhes novos significados.

### **2.3 Trajetória da coleção Benedicto Ottoni, reminiscências da “Bibliotheca Brasiliense”**

A entrada de um acervo privado numa instituição pública não implica o fim de sua trajetória, nem mesmo sua consolidação final num estado fixo e definitivo. No caso específico da coleção Benedicto Ottoni, diferentes investimentos de variados agentes interferiram no modo como ela hoje se encontra disposta e descrita dentro da Biblioteca Nacional. Tratou-se de um processo transcorrido ao longo de décadas, levado a cabo por motivações distintas. Seu percurso dentro da instituição foi marcado por adequações a novos arranjos organizacionais da Biblioteca, mas também pelo uso de suas peças em exposições e publicações.

Não há como explorar a trajetória da CBO dentro da Biblioteca Nacional sem se ater a uma particularidade. Para além de um percurso dentro da instituição, a coleção de José Carlos Rodrigues levou uma espécie de vida paralela, separada de sua materialidade. Isso se deu pela existência de um catálogo bibliográfico da *Bibliotheca Brasiliense*, fazendo dela uma espécie de *biblioteca virtual*. Em algumas ocasiões, as duas trajetórias se cruzaram e se confundiram, mas em outras, o *Catálogo...* proporcionou uma autonomia na fortuna da coleção em relação à *biblioteca material* existente na BN.

A existência de uma *biblioteca virtual* está intimamente ligada a um aspecto recorrente derivado da elaboração de catálogos bibliográficos. Uma obra dessa natureza busca descrever artefatos em papel a partir de um recorte específico. No caso do *Catálogo...*, tratava-se de impressos e manuscritos a respeito do Brasil e do descobrimento das Américas, balizado pelas datas 1492 e 1822, tendo como recorte adicional o fato de todas as peças descritas pertencerem a Rodrigues e estarem reunidas num mesmo local. Estarem fisicamente reunidas nem sempre é o que guia seus autores. João Luís Lisboa

conta que “é de uma grande *biblioteca virtual* que se trata quando Barbosa Machado, em meados do século XVIII, procura reunir ‘todos os livros’ que os portugueses algumas vezes tinham escrito”.<sup>424</sup> Neste caso, Barbosa Machado procurou descrever na medida que tentava possuir as peças que culminaram no seu repertório bibliográfico, a *Bibliotheca Lusitana*, o primeiro do gênero relativo a obras em português ou de portugueses. Seu trabalho iniciado no século XVIII atravessou gerações e serviu de referência para outras iniciativas semelhantes: “Um século mais tarde, Inocêncio Francisco da Silva procura completar esse ‘todos os livros’, não apenas estendendo o conjunto aos anos desse intervalo, [mas] identificando ausências, acrescentando informações”.<sup>425</sup> E também alterando ligeiramente o recorte de Barbosa Machado ao excluir os manuscritos e pequenos folhetos de sua bibliografia: “Ou seja, de uma *biblioteca virtual* para outra, passados cem anos, continua-se a coleção acrescentando e eliminando”.<sup>426</sup>

O interesse pelo *Catálogo...* da *Bibliotheca Brasiliense* proporcionou-lhe novas edições, ainda que a obra pertença a um nicho restrito. No acervo da Biblioteca Nacional francesa, por exemplo, há duas reedições americanas, uma de 1966 e outra de 1999. Numa resenha da reedição de 1966, o autor justifica a iniciativa ao afirmar que a “*Bibliotheca Brasiliense* de Rodrigues é uma daquelas obras ‘indispensáveis’ para qualquer um interessado na historiografia colonial brasileira e latino-americana”.<sup>427</sup>

Nas décadas seguintes à sua publicação em 1907, os livreiros-leiloeiros recorriam ao *Catálogo...* a fim de atestar o valor de determinada obra que seria posta à venda, utilizando inscrições como “*Not in Rodrigues*” ou “*Non cité par Rodrigues*” e afins.<sup>428</sup> Rubens Borba de Moraes a considerou a “melhor bibliografia de livros raros sobre o Brasil que existe” e “talvez, o mais completo repertório de livros brasileiros, da época

---

<sup>424</sup> LISBOA, João Luís. Coleção e dispersão. In: MELLO E SILVA, Maria Celina Soares de (org.). **Da minha casa para todos: a institucionalização de acervos bibliográficos privados**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2018, p.21. Grifo meu.

<sup>425</sup> Ibid.

<sup>426</sup> Ibid.

<sup>427</sup> KIEMEN, Mathias C. [Book reviews]. **The Hispanic American Historical Review**, Durham, vol.48, n.2, 1968, p.247-248. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/2510746> >. Acesso em: 29/10/2019. “Rodrigues’ *Bibliotheca Brasiliense* is one of those ‘indispensable’ works for anyone interested in colonial Brazilian and Latin American historiography”. Tradução livre. É também possível solicitar hoje em dia à editora Forgotten Books uma reimpressão da obra. A editora se caracteriza por ter em seu acervo mais de um milhão de obras em domínio público e fora de catálogo.

<sup>428</sup> PACHECO, Felix. O valor imenso da *Bibliotheca Brasiliense* do Dr. José Carlos Rodrigues (coleção Benedicto Ottoni, da Biblioteca Nacional), posto em relevo pelos últimos catálogos de venda da Europa. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 28 set.1930, p.3. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/364568\\_12/5713](http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/5713) >. Acesso em: 31/10/2019.



colonial”.<sup>429</sup> A publicação em si ganhava ares de raridade: “Trata-se de livro valiosíssimo, raro e de boa estima entre os bibliógrafos brasileiros”, o que poderia inclusive explicar em parte sua impressão de 1966.<sup>430</sup> Mas não foi apenas a questão da raridade das peças descritas na publicação que gerou interesse. A vasta quantidade de impressos do período colonial reunida no *Catálogo...* fez com que este trabalho fosse tratado como obra de referência para os poucos repertórios bibliográficos brasileiros que se seguiram. O mais significativo de todos eles, a *Bibliographia Brasiliana* também fruto do trabalho de Borba de Moraes, trata o *Catálogo...* de Rodrigues como uma instituição à parte, jamais mencionando sua denominação de coleção Benedicto Ottoni e fazendo referência à Biblioteca Nacional apenas para situar o local onde certas peças descritas se encontram fisicamente. A monumental obra de Borba de Moraes recorre inclusive ao mesmo “*Not in Rodrigues*” para indicar a raridade de certas obras. Mas é no prefácio que a importância do *Catálogo...* se revela, algo nada desprezível uma vez que a *Bibliographia Brasiliana* é amplamente considerada o repertório bibliográfico mais definitivo sobre o Brasil:

Eu limitei enormemente a seção Bibliografias de Referência, já que pareceu muito mais útil referenciar o leitor às obras básicas e à informação complementar. Considerando a importância da *Bibliotheca Brasiliense* de José Carlos Rodrigues e o uso que todos os bibliófilos fazem dela, eu a citei toda vez que ele descreve a peça em questão.<sup>431</sup>

Não foi apenas o *Catálogo...* que ganhou repercussão ao longo do século XX. Peças individuais da coleção seriam evocadas em várias ocasiões, em especial nas colunas de divulgação histórica de alguns periódicos. Os exemplos que seguem são apenas ilustrativos a esse respeito e estão longe de esgotar sua totalidade. Retiradas todas de um mesmo periódico, a *Ilustração Brasileira*,<sup>432</sup> as matérias recorrem à ideia de raridade e singularidade das peças da coleção e se referem mais ao *Catálogo...* do que à existência física da coleção Benedicto Ottoni. Em 1921, o historiador Elysio de Carvalho escreve um longo artigo a respeito de uma “preciosidade bibliográfica” totalmente desconhecida

---

<sup>429</sup> MORAES, Rubens Borba de; BERRIEN, William. **Manual bibliográfico de estudos brasileiros** (vol.1). Brasília: Senado Federal, 1998, p.893.

<sup>430</sup> Ibid.

<sup>431</sup> MORAES, Rubens Borba de. **Bibliographia Brasiliana**: rare books about Brazil published from 1504 to 1900 and Works by Brazilian authors of the Colonial period. Los Angeles: UCLA Latin American Center Publications; Rio de Janeiro: Livraria Kosmos Editora, 1983, p.xxv. Disponível em: < [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_obrasgerais/drg610024/drg610024.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasgerais/drg610024/drg610024.pdf) >. Acesso em: 12/08/2020. Tradução livre. “I have greatly limited the Reference Bibliographies section, as it seemed much more helpful to refer the reader to standard works and complementary information. Considering the importance of the *Bibliotheca Brasiliense* of José Carlos Rodrigues and the use all bibliophiles make of it, I have cited it whenever he describes the work in question”.

<sup>432</sup> Tratava-se de um periódico de fortes pendores literário e histórico que se autodenominava a “revista da elite social e intelectual”.

no país, que nenhum repertório registrava. Nem Varnhagen, nem Capistrano ou qualquer outro renomado historiador teria lhe dado notícia: “O próprio Dr. José Carlos Rodrigues, um especialista que conseguira reunir cerca de 3.000 espécies bibliográficas, sendo a sua coleção a mais notável do país, ignorava absolutamente o livro”.<sup>433</sup> A esse trecho segue uma nota de rodapé na qual Carvalho tece uma longa digressão sobre as valiosas peças existentes na *Bibliotheca Brasiliense*. Ao final da nota, ele ainda aponta as “únicas lacunas que se notam, talvez, na admirável *Bibliotheca Brasiliense*”, como as primeiras edições de Hans Staden, de Gandavo, Bento Teixeira e, claro, a obra que ele estava em vias de analisar.<sup>434</sup> Nenhuma menção à coleção Benedicto Ottoni ou à Biblioteca Nacional.

No mesmo ano, a revista recorre novamente à coleção de Rodrigues a fim de apresentar a existência de cartas trocadas no final do século XVIII entre o americano Thomas Jefferson e expatriados ‘brasileiros’ na França. Nelas, estes apelam a Jefferson para que os Estados Unidos, recém independente, ajudasse o Brasil em sua própria independência. A matéria descreve a maneira como Rodrigues obteve essas peças – cópias timbradas de uma instituição americana, feitas em 1883 – e menciona fielmente o destino da coleção como um todo:

Nunca foram traduzidas essas cartas, nem as vimos publicadas, senão em tipo miúdo, em meio do catálogo da Biblioteca de obras e documentos relativos à História do Brasil, organizada pelo Sr. José Carlos Rodrigues e adquirida pelo industrial Julio Benedicto Ottoni, que a ofereceu à Biblioteca Nacional.<sup>435</sup>

Duas matérias no mesmo periódico guardam abordagens distintas em relação à coleção. A possibilidade de o autor deste segundo artigo ter recorrido a Rodrigues a fim de recuperar como ele obteve os referidos documentos – isso não está no *Catálogo...* – pode ter pesado na inclusão dessa informação sobre o destino da coleção. A matéria ainda traduz as cartas pela primeira vez e rende louvores ao responsável pelo trabalho de reuni-las: “Graças à iniciativa do Dr. J. C. Rodrigues, qualquer pessoa hoje as pode ver nas cópias autênticas que vamos em seguida traduzir”.<sup>436</sup> Poucas décadas depois, o periódico noticia que um “viajante”, cuja identificação não é dada, teria trazido ao Rio de Janeiro

---

<sup>433</sup> CARVALHO, Elysio de. Uma investigação histórica: Nicolao I, rei do Paraguay e imperador dos mamelucos. *Ilustração Brasileira*, Rio de Janeiro, ano VIII, n.6, fev. 1921, p.15. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/107468/4386> >. Acesso em: 31/10/2019.

<sup>434</sup> Ibid.

<sup>435</sup> THOMAS JEFFERSON e a Independência do Brasil. *Ilustração Brasileira*, Rio de Janeiro, ano IX, n.15, 15 nov. 1921, p.16. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/107468/4962> >. Acesso em: 31/10/2019.

<sup>436</sup> Ibid.



um exemplar do raríssimo e altamente significativo impresso alemão que em português se traduz como “Nova Gazeta da Terra do Brasil” de 1514.<sup>437</sup> O autor da matéria, Ernesto Feder, ao explorar sua raridade, menciona a existência de um exemplar no acervo da BN. Ao fazê-lo, ele evoca a presença da peça no *Catálogo...*, salientando a descrição que José Carlos Rodrigues lhe imprimiu, e ignora a *designação* “coleção Benedicto Ottoni”. Seu pertencimento à coleção de Rodrigues é evocado, assim como sua presença na BN. No entanto, o autor da matéria estabelece uma hierarquia entre as instâncias ao enfatizar o *Catálogo...* e a atividade do colecionador em detrimento de sua nova denominação:

[...] há um exemplar na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, provindo da extraordinária coleção do eminente bibliógrafo e bibliófilo Dr. José Carlos Rodrigues que, no seu “Catálogo anotado dos Livros do Brasil”, fez dele uma descrição pormenorizada. Segundo o ex-libris que traz o exemplar da Biblioteca Nacional, achava-se outrora na biblioteca do convento de Bolsana no Tyrol. Não se sabe como nem quando saiu de lá para ir finalmente às mãos dos conhecidos livreiros-antiquários Irmãos Rosenthal em Munique, dos quais o Dr. Rodrigues, como diz no seu catálogo, o adquiriu pelo preço de 14.400 marcos alemães, o que correspondia a 12.113 mil réis, ao câmbio então vigente de 14 pence.<sup>438</sup>

O preço pago pelas peças, informação que aparece no *Catálogo...* sempre que houvesse sido registrada por Rodrigues, não é algo recorrente em repertórios bibliográficos dessa natureza.<sup>439</sup> Como financista, ele certamente tinha uma compreensão apurada a respeito das flutuações de preços e do valor em geral do mercado de livros e papéis históricos. Depois da morte do barão de Rio Branco, por exemplo, o jornalista foi indicado pela família do diplomata para estimar o valor de seus objetos de arte e de sua biblioteca para serem comprados pelo Estado a fim de compor a “Sala Rio Branco” no Palácio do Itamaraty.<sup>440</sup>

Um dos mais interessantes textos a respeito da coleção formada por Rodrigues se centra justamente em torno dessa questão. Trata-se de um artigo publicado por Felix Pacheco originalmente no *Jornal do Commercio* em 1930 chamado “O valor imenso da

---

<sup>437</sup> O original se chama “Der Newen Zeitung aus Presillg Landt”.

<sup>438</sup> FEDER, Ernesto. Chegou um navio do Brasil... **Ilustração Brasileira**, Rio de Janeiro, n.191, mar. 1951, p.14. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/107468/24869> >. Acesso em: 31/10/2019.

<sup>439</sup> O autor da resenha da reedição do *Catálogo...* citado acima afirma a esse respeito: “Curiously, he almost always gives the price he paid for each volume in the original currency”. KIEMEN. Mathias C. Op. Cit., p.1.

<sup>440</sup> NEWS OF the week. **The Brazilian Review**, Rio de Janeiro, vol.15, n.44, 29. out.1912, p.1294. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/161993/20076> >. Acesso em: 25/11/2019.

*Bibliotheca Brasiliense* do Dr. José Carlos Rodrigues (coleção Benedicto Ottoni, da Biblioteca Nacional), posto em relevo pelos últimos catálogos de venda da Europa”.<sup>441</sup>

Sucessor de Rodrigues como redator-chefe do periódico, Pacheco era, como tantos desse círculo da intelectualidade, historiador e colecionador, além de figurar também como poeta e político. O artigo publicado com destaque na edição dominical do *Jornal do Commercio*, uma edição repleta de textos sobre história e literatura, é cheio de informação e juízos valiosos, algo que torna tentador reproduzir vários de seus trechos. No entanto, o foco aqui recairá especificamente sobre seus argumentos mais gerais e sobre a existência ambivalente no artigo de uma coleção *material* na Biblioteca Nacional, a Benedicto Ottoni, e uma *virtual*, identificada como a *Bibliotheca Brasiliense*, que é apenas um segmento da coleção material, mas que pode ser experienciada pelas páginas do *Catálogo...* de uma forma distinta.

O argumento geral do texto parte de uma ideia relativamente difundida sobre as riquezas que a Biblioteca Nacional guarda. Pacheco chega a fazer uma estimativa dessa riqueza em valores da época, que, apesar de elevada, seria ainda bem genérica: “o que podemos afirmar com absoluta segurança é que não existe atualmente no Brasil inteiro nenhuma riqueza tamanha acumulada num só lugar”.<sup>442</sup> Justamente por essa razão, o autor defende que a BN deveria receber uma atenção redobrada do Estado, com um orçamento condizente ao valores que ela guarda e à sua missão: “Pouca gente, no Brasil, se dá conta exata da considerável fortuna representada pela imensa profusão de obras raras existentes na nossa Biblioteca Nacional”.<sup>443</sup> Ademais, a BN, ao lado do IHGB, teria assumido o papel de um “magnífico elemento propulsor dos estudos referentes ao Brasil”, promovendo exposições e bibliografias, dando a conhecer ao público o acervo que ela custodia.<sup>444</sup> Seu “primitivo acervo” vindo de Lisboa com a família Real já era

---

<sup>441</sup> Há um exemplar desse mesmo artigo, publicado como folheto com tiragem de apenas 150 exemplares, existente na coleção Christopher Oldham, com dedicatória de Pacheco ao neto de Rodrigues, David Hawes. E a Biblioteca Mindlin guarda uma edição digital do mesmo artigo, dessa vez datilografado. Um detalhe sutil, porém, revelador, é o fato de o folheto impresso em *separata* se referir à “coleção Christiano Ottoni” enquanto a publicação do *Jornal do Commercio* lhe dá o nome correto. Esta primeira versão do *Jornal* está sendo usada nessa seção. Ao escrever o artigo, Pacheco já havia decidido que ele seria reeditado em *separata*, acrescidos ainda dos artigos que o *Jornal do Commercio* havia publicado por ocasião do lançamento do *Catálogo...* em 1907: “Vamos reeditar, em apêndice ao folheto em que este artigo será reproduzido, os referidos três artigos, para pôr de novo em foco o mérito inextinguível do grosso tomo do nosso antigo diretor”. Percebe-se um reforço constante de juízos antigos.

<sup>442</sup> PACHECO, Felix. O valor imenso da *Bibliotheca Brasiliense* do Dr. José Carlos Rodrigues (coleção Benedicto Ottoni, da Biblioteca Nacional), posto em relevo pelos últimos catálogos de venda da Europa. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 28 set.1930, p.3. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/364568\\_12/5713](http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/5713) >. Acesso em: 31/10/2019.

<sup>443</sup> Ibid.

<sup>444</sup> Ibid.

extremamente valioso e foi sendo acrescido de “outras inúmeras preciosidades”, embora esse “desenvolvimento geral” da BN tenha se passado “sem repercussão” pública.<sup>445</sup>

Os preços dos *cimélios* e dos *incunábulo*s, obras raras e obras impressas antes de 1500, respectivamente, “centuplicam de valor a cada ano” e quando eventualmente aparecem no mercado “são disputadas a peso de ouro”, principalmente pelo fato de haver muitos “milionários americanos” dedicados a adquirir exemplares dessa natureza: “a nossa Biblioteca Nacional é das mais bem providas do mundo nesse gênero”.<sup>446</sup> Ainda assim, as verbas que a instituição recebia não eram suficientes para garantir a guarda adequada destes artefatos. Esse é o argumento de fundo do artigo.

Eventualmente, ele cede lugar ao seu objetivo mais específico: “Mas não é propriamente disso que queremos agora tratar. Desejamos apenas pôr em relevo a importância incalculável que o *Catálogo* do nosso saudoso Diretor e mestre Dr. José Carlos Rodrigues tem assumido nestes últimos tempos”.<sup>447</sup>

Fica evidente, pela escolha das palavras, que o *Catálogo*... vai além de seu caráter metonímico. Ele aparece aqui como algo distinto, se não maior que coleção material, ainda que descreva apenas um segmento dela. Ele sobrevive como a evidência de uma vida, de esforços, gosto e competência. Pacheco sequer evoca os intentos do falecido jornalista ao doar sua coleção à BN, fazendo parecer algo desnecessário nesse contexto. A sinergia entre as qualidades individuais de Rodrigues, sua atividade colecionista e sua dedicação intelectual na descrição das peças consolidadas no repertório bibliográfico fornece o caldo em torno do qual Pacheco devota culto à sua memória e ao seu legado.

Esse *Catálogo* enumerando as preciosidades que o eminente brasileiro conseguiu reunir, e que formam hoje a coleção Benedicto Ottoni, incorporada à nossa Biblioteca Nacional, é por assim dizer o *Vademecum* de todos os grandes alfarrabistas europeus, no tocante aos livros que se ocupam da América e do Brasil.<sup>448</sup>

Os leilões que vinham sendo promovidos naqueles anos pela Maggs Bros, uma das mais prestigiadas livrarias de papéis raros até hoje, teriam posto em evidência o valor da *Bibliotheca Brasiliense*. E, novamente, o *valor*, a que Pacheco se refere, é tratado em mais de um sentido: “o nome de José Carlos Rodrigues é citado uma infinidade de vezes, aparecendo em quase todas as folhas dos três volumes”.<sup>449</sup> Mas é explorando o valor

---

<sup>445</sup> Ibid.

<sup>446</sup> Ibid.

<sup>447</sup> Ibid.

<sup>448</sup> Ibid.

<sup>449</sup> Ibid. A Maggs Bros publicou três catálogos de venda de *Americana* nos anos de 1926, 1927 e 1929.

pecuniário da coleção que o artigo de Felix Pacheco vai realmente buscar impactar seu leitor.

E, agora em setembro de 1930, os mesmos grandes livreiros antiquários de Londres acabam de dar à estampa um riquíssimo volume, que o Sr. Heitor Lyra já nos havia anunciado em um de seus artigos no *Jornal do Commercio* em que ainda mais se destaca pela abundância das referências, o valor e a importância da coleção Rodrigues, hoje coleção Ottoni.<sup>450</sup>

A atípica inclusão dos preços das obras no *Catálogo...* acabou permitindo evidenciar uma série de aspectos: a flutuação dos preços nesse mercado, a dificuldade de se montar uma coleção semelhante passados pouco mais de 20 anos da publicação do repertório e o *patriotismo* de Rodrigues ao escolher que sua biblioteca permanecesse reunida numa instituição pública nacional, ao invés de dispersa ou vendida para algum país estrangeiro.

E o valor imenso da coleção que o nosso saudoso mestre fez tanto empenho em que não saísse do Brasil, ressalta nítido da confrontação entre os preços por que ele adquiriu as obras que descreve em seu livro e os preços por que as mesmas obras são agora expostas à venda no mercado de Londres.<sup>451</sup>

Pacheco então procede a uma demorada comparação de preços item a item. A fim de ilustrar esse propósito, seguem alguns poucos exemplos dentre as dezenas listados no artigo: as *Rythmas* de Camões, a mesma primeira edição de 1595 que Rodrigues pagou £15, estava sendo vendida £475; o *Itinerarium Portugallensi e Lusitania in Indiam* de Américo Vespúcio estava sendo cobrado £377 em 1930, e no *Catálogo...* consta que saiu por £50; a *Geographia* de Ptolomeu, £377 contra £50 de Rodrigues; e por aí a variação continua nessa mesma proporção. Pacheco parece ter um epifania em relação à venda da coleção e repete em mais de uma ocasião sua surpresa: “Fica-se espantado de que Rodrigues houvesse cedido ao Dr. Júlio Ottoni aquele inestimável patrimônio pela quantia por que vendeu: 200:000\$000!”. Ele chega a usar duas vezes o mesmo termo “cedido” para se referir à compra: “A sua Biblioteca, cedida ao Dr. Júlio Ottoni por 200 contos, vale decerto hoje mais de 5.000 contos”.<sup>452</sup> O fato de a coleção ter mudado de nome e sido formalmente vendida parece ter induzido Felix Pacheco, assim como tantos que se debruçaram sobre este acontecimento, a considerar que seu antigo mentor não tivesse ciência que a venda estava ocorrendo por um valor inferior ao que foi pago. Ao que tudo indica, José Carlos Rodrigues escolheu isso. Júlio Ottoni também o explicitou.

---

<sup>450</sup> Ibid.

<sup>451</sup> Ibid.

<sup>452</sup> Ibid.

Logo, parece razoável admitir que ele ‘subsidiou’ a doação. E o fato de ele ter preferido receber menos para mantê-la em sua integralidade numa instituição brasileira foi visto por seus pares como uma atitude patriótica, rendendo-lhe prestígio e honra.

Em meio a todo esse frenesi de cálculos, estimativas e surpresas que atravessam o artigo, Pacheco defende com grande ênfase uma maior atenção à Biblioteca Nacional em diversos momentos, por variados ângulos. Ele fala do valor incalculável, para além da coleção Benedicto Ottoni, das demais obras guardadas na BN, da sua falta geral de recursos e de pessoal e, o mais surpreendente, da inadequação de seu prédio passados meros 20 anos de sua inauguração: a “operosa administração da casa não cessa de reclamar” dessa situação aos poderes públicos.<sup>453</sup> O jornalista também faz outro apelo, dessa vez ao então diretor da BN, Mario Bhering.

É realmente uma pena que a Biblioteca Nacional conserve sem imprimir as fichas correspondentes à segunda parte do Catálogo da coleção Benedicto Ottoni. Oferecemo-nos daqui ao ilustre Sr. Mario Bhering para fazer à nossa custa essa impressão, que completará do melhor modo um dos índices mais procurados da bibliografia geral das obras atinentes à América e ao Brasil.<sup>454</sup>

Poucos dias depois, o mesmo diretor responde ao apelo de Felix Pacheco. Sua carta, publicada no *Jornal do Commercio*, louva a proposta “tão espontânea quão valiosa” e confirma que serão cuidadosamente revisadas as fichas que compõe o segundo volume e o suplemento à primeira parte do “Catálogo da Biblioteca que pertenceu ao Dr. José Carlos Rodrigues, hoje *Coleção Christiano Ottoni*, e que faz parte do acervo da Biblioteca Nacional”.<sup>455</sup> No ensaio de Claudio Ganns por ocasião do centenário de nascimento de Rodrigues, este episódio é visitado. De acordo com ele, as fichas teriam sido entregues, “mas ficaram inexplicavelmente perdidas em caminho das ‘oficinas’ do *Jornal do Commercio*”.<sup>456</sup> Ganns relata que, anos depois, tendo visitado o então diretor da BN, Rodolfo Garcia,<sup>457</sup> este lhe garantiu que as fichas teriam sido refeitas e que, antes de se aposentar, ele as levaria para a Imprensa Nacional para se transformarem numa publicação, o que nunca ocorreu.

---

<sup>453</sup> Ibid.

<sup>454</sup> Ibid. José Carlos Rodrigues em mais de uma ocasião havia afirmado que iria publicar o segundo volume: na Advertência do primeiro e na posterior doação para a BN.

<sup>455</sup> O NOSSO DIRECTOR, Sr. Felix Pacheco recebeu... **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 3 out. 1930, p.6. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/364568\\_12/5853](http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/5853) >. Acesso em: 17/08/2020. Grifo meu para salientar o uso errado de sua designação.

<sup>456</sup> GANNS, Claudio. Um retrato impressionista: revelações sobre J. C. Rodrigues. **Revista Brasileira**, Rio de Janeiro, ano IV, n.11, p.219, 1944. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/pdf/139955/per139955\\_1944\\_00011.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/139955/per139955_1944_00011.pdf) >. Acesso em: 10/05/2018.

<sup>457</sup> Rodolfo Garcia sucedeu a Mario Bhering e foi diretor da Biblioteca Nacional entre 1932 e 1945.

Duas décadas depois, Hélio Viana revisita o mesmo episódio e apresenta alguns novos elementos: “Com a revolução daquele mês [de 1930] e as sucessivas mortes de Bhering, Constâncio<sup>458</sup> e Felix, ficou sem efeito a generosa tentativa”.<sup>459</sup> Teria havido ainda uma terceira tratativa para que a impressão fosse levada adiante: dessa vez na década de 1950, quando José Honório Rodrigues era chefe da Divisão de Obras Raras da Biblioteca. Ele designou o professor Eládio dos Santos Ramos a retomar a revisão das fichas, mas este faleceu em meio ao trabalho.<sup>460</sup>

No final das contas, segundo Viana, outro fator foi preponderante para que a publicação não parecesse mais uma questão de necessidade: “O aparecimento em Amsterdã, em 1958, dos dois volumes da mais moderna *Bibliografia Brasileira*, do Sr. Rubens Borba de Moraes, redigida em inglês e fartamente ilustrada, tornou pelo menos obsoleta, embora não inútil, aquela publicação”.<sup>461</sup>

Na sequência desse mesmo artigo, Hélio Viana explora um assunto que lança uma nova luz sobre certos aspectos ligados ao *Catálogo...* de Rodrigues. Sob o título “Capistrano de Abreu na ‘*Biblioteca Brasiliense*’”, Viana recupera um relato, que ele considera insuspeito, de um amigo de longa data de Capistrano:

De acordo com o irrecusável depoimento de Afonso de Escragnolle Taunay, na confecção da *Bibliotheca Brasiliense* derramou Capistrano de Abreu ‘tesouros de erudição anônima’. Embora para a fixação dessa colaboração do grande historiador com José Carlos Rodrigues não tenhamos confirmação por outra fonte, dela não podemos duvidar, inclusive pelo exame de muitos verbetes da própria obra, onde se sentem seu estilo e os profundos e especializados conhecimentos.<sup>462</sup>

Poucas pessoas no início do século XX tinham acumulado tanta experiência no trabalho bibliográfico como Capistrano. De 1879 a 1883, ele foi funcionário da Biblioteca Nacional, na qual colaborou para a confecção do ambicioso *Catálogo da Exposição de*

---

<sup>458</sup> Constâncio Alves era funcionário de carreira da Biblioteca Nacional e um importante redator do *Jornal do Commercio* durante décadas. Ele havia sido designado por Mario Bhering para a revisão das fichas do segundo volume do *Catálogo...*

<sup>459</sup> VIANA, Hélio. José Carlos Rodrigues, bibliógrafo e exegeta. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 27 dez. 1963, p.4. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/364568\\_15/25943](http://memoria.bn.br/DocReader/364568_15/25943) >. Acesso em: 14/05/2018.

<sup>460</sup> Ibid. Essa não foi a última vez que o projeto de publicar o segundo volume seria aventado sem êxito. Em 1990, no relatório da presidência da BN, ao elencar os projetos que seriam preparados para o ano seguinte no âmbito da Diretoria Nacional do Livro, lê-se: “publicação da segunda parte da monumental obra de José Carlos Rodrigues, *Biblioteca Brasiliense*, ainda inédito.” FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Relatório da Presidência. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, vol.111 [1991], p.274-332, 1993. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/docreader/402630/45189> >. Acesso em: 17/08/2020.

<sup>461</sup> VIANA, Hélio. Op. Cit.

<sup>462</sup> Ibid.

*História do Brasil* de 1881, nunca deixando depois disso de desenvolver inúmeras iniciativas dessa natureza. Já foi amplamente debatido o papel de Capistrano na historiografia brasileira, não apenas como pesquisador e escritor, mas como divulgador, articulador, ajudante e amigo de tantos cultores do gênero dentro de um campo basicamente composto por polígrafos.<sup>463</sup>

Os termos de sua colaboração com José Carlos Rodrigues são obscuros. Não se sabe se houve imposição de anonimato, se o trabalho foi pago, se houve favores de outra natureza ou até mesmo se ela de fato ocorreu. Rodrigues escreveu na *Advertência* inicial de seu *Catálogo...* que “a estes estudos da história e bibliografia nacionais só tenho dado as poucas horas que tenho podido subtrair às minhas muitas labutações ordinárias”, não reconhecendo qualquer tipo de trabalho coletivo.<sup>464</sup> Claudio Ganns chega a mencionar que o proprietário da livraria “Alfarrabista brasileiro” teria frequentado a biblioteca de Rodrigues, “auxiliando seu proprietário na excelente classificação que dela fez”.<sup>465</sup> Mais um comentário de pouca clareza.

As ligações entre José Carlos Rodrigues e Capistrano de Abreu não param por aí. Hélio Viana afirma que a relação entre os dois era muito boa e que no mesmo ano em que o *Catálogo...* veio à lume, 1907, “prontamente aceitou Rodrigues a ideia de editar os *Capítulos de História Colonial* do mestre cearense, e distribui-los aos assinantes do *Jornal*”.<sup>466</sup> Essa primeira edição do clássico da historiografia nacional ganhou uma alentada resenha escrita por José Veríssimo na primeira página do periódico. Nela, Capistrano é alçado à condição de historiador moderno e diferenciado em relação aos seus predecessores tanto em método, quanto em escolhas temáticas.<sup>467</sup> Hélio Viana acrescenta que, alguns anos depois, José Carlos Rodrigues teria também se oferecido para publicar em *separata* um conjunto de três artigos sobre “Os Caxinauás”, que haviam saído pelo *Jornal do Commercio* entre 1911 e 1912: “disse-lhe o amigo que só lhe cobraria o papel”.<sup>468</sup> Mais uma vez, a figura do *intelectual mediador* transparece nesse caso.<sup>469</sup>

---

<sup>463</sup> Cf. GONTIJO, Rebeca. **O velho vaqueano**: Capistrano de Abreu (1853-1927); memória, historiografia e escrita de si. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

<sup>464</sup> RODRIGUES, José Carlos. **Bibliotheca Brasiliense**: catalogo anotado dos livros sobre o Brasil e de alguns autographos e manuscriptos pertencentes a J. C. Rodrigues. Parte I. Descobrimento da America: Brasil colonial. 1492-1822. Rio de Janeiro: Typografia do “Jornal do Commercio”, 1907, p.5.

<sup>465</sup> GANNS, Claudio. Op. Cit., p.218.

<sup>466</sup> VIANA, Hélio. Op. Cit.

<sup>467</sup> VERÍSSIMO, José. O Sr. Capistrano de Abreu. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 16 set. 1907, p.1. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/docreader/364568\\_09/13336](http://memoria.bn.br/docreader/364568_09/13336) >. Acesso em: 29/10/2019.

<sup>468</sup> VIANA, Hélio. Op. Cit.

<sup>469</sup> Cf. GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo. In: \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_ (org.).

Há ainda um último enlace entre o jornalista e o historiador, igualmente cercado por ambiguidades e informações desencontradas. Ainda na mesma seção “Capistrano de Abreu na ‘*Biblioteca Brasiliense*’”, Hélio Viana recorre a uma carta de Capistrano, retirada da edição de suas correspondências, para fundamentar seu relato:

Uma das preciosidades da biblioteca de Rodrigues, a primeira edição de *Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas* de André João Antonil (João Antonio Andreoni, S.J.) de Lisboa, 1711, pertencera a Capistrano. Levou-a este à sua casa para ser mostrada a Eduardo Prado, com habitual displicência deixou-a lá e, assim, com desprazer viu-a passar à propriedade da Biblioteca Nacional, na doação posterior de Júlio Ottoni.<sup>470</sup>

O livro consta no *Catálogo...* da *Bibliotheca Brasiliense* e na sua descrição bibliográfica outra versão é dada para sua presença na coleção: “Este ex. pertenceu a Henrique Alves de Carvalho; seu irmão Luís tendo pago por ele 385\$ no leilão após a morte de Henrique. Foi-me oferecido pelo Sr. Capistrano de Abreu, a quem deixou em testamento”.<sup>471</sup> Que fique claro: Luís Alves de Carvalho deixou o livro em testamento a Capistrano.

Publicado em 1711 por certo André João Antonil, um pseudônimo, a obra foi inicialmente autorizada a ser impressa pelos censores, mas logo em seguida proibida, tendo toda a tiragem destruída.<sup>472</sup> Alguns pouquíssimos exemplares já haviam sido distribuídos e sobreviveram escondidos. A obra versava sobre as muitas riquezas da colônia portuguesa e a Coroa teria percebido o perigo em potencial na circulação dessa informação.

Como de costume, o fascínio de um livro tende a aumentar quando proibido, confiscado e destruído. Ademais, o enlace entre o destino de *Cultura e opulência...* e a temática da obra foi várias vezes visto como uma evidência do pacto colonial a que o Brasil estaria submetido. Tratava-se de um olhar que o próprio Capistrano endossou, a respeito dos anseios de ‘brasileiros’ por sua independência da metrópole: “o livro

---

**Intelectuais Mediadores:** práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p.7-40, 2016.

<sup>470</sup> Ibid.

<sup>471</sup> RODRIGUES, José Carlos. Op. Cit., p.44.

<sup>472</sup> Essa hipótese da destruição da tiragem prevaleceu ao longo de séculos. Embora sempre dada como plenamente verdadeira, tendo sido passada de “bibliógrafo para bibliógrafo, de historiador para historiador, sem nenhuma comprovação arquivística”, ela só foi recentemente ‘confirmada’ com documentação pela autora de seu estudo mais completo: DINIZ SILVA, André Mansuy. Introdução. In: ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*. São Paulo: Edusp, 2007, p.50.



ensinava o segredo do Brasil aos brasileiros, mostrando toda a sua possança, justificando todas as suas pretensões, esclarecendo toda a sua grandeza”.<sup>473</sup>

Não bastassem esses aspectos no tocante à obra, sua autoria permaneceu um mistério por quase todo o século XIX, quando o livro novamente ressurgiu. Afonso Taunay escreveu em 1922, que “não há, talvez, em toda a nossa bibliografia obra cuja história seja tão cheia de curiosos incidentes. Cabe-lhe com toda a inteireza o famoso dístico do gramático latino o *habent sua fata libelli*”.<sup>474</sup>

Foi Capistrano de Abreu quem decifrou a verdadeira autoria da obra, o que talvez explique em parte porque ele recebeu em testamento um dos poucos exemplares existentes.<sup>475</sup> Taunay não se conformou que esse feito de Capistrano tenha sido ignorado por José Carlos Rodrigues em seu *Catálogo...*, uma queixa explicitada por ele da seguinte maneira:

Fato para nós inexplicável é o silêncio do autor da *Biblioteca Brasiliense* em relação ao desvendamento da criptonímia referente a Antonil.

Teria dúvida em aceitar a identificação proposta pelo douto brasilólogo?

Parece-nos ela tão clara, tão forte, tão evidente mesmo, que, francamente, a reserva, o mutismo do Dr. J. C. Rodrigues, nos causa estranheza, tanto mais quando declara haver recebido do próprio Capistrano, o valiosíssimo presente de um dos quatro exemplares existentes da *Cultura*.<sup>476</sup>

Em 2015, o exemplar da coleção Benedicto Ottoni foi submetido pela Biblioteca ao registro nacional do Memória do Mundo da Unesco, tendo sido aceito. Trata-se da única obra impressa singular a fazer parte dessa lista. A Biblioteca Nacional encontrou no programa da Unesco um palco propício para o que Luciana Heymann chama de *operação de monumentalização*: um tipo de iniciativa que funciona “como um lócus de legitimação e valorização de acervos e suas respectivas instituições de guarda”.<sup>477</sup> Para que uma obra, arquivo ou coleção ganhe esse estatuto de Memória do Mundo, é preciso que sua submissão seja reconhecida por um conselho de especialistas. E sua confirmação

---

<sup>473</sup> ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial**; Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil. Brasília: Ed. UnB, 1982, p.149.

<sup>474</sup> TAUNAY, Afonso de E. André João Antonil e sua obra: estudo bio-bibliográfico. In: ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas Drogas e Minas**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1982, p.59.

<sup>475</sup> Ibid. O episódio relativo à descoberta de sua autoria é maravilhosamente narrado por ele próprio numa carta endereçada a Afonso Taunay e reproduzida em sua obra citada na nota acima.

<sup>476</sup> Ibid., p.50.

<sup>477</sup> HEYMANN, Luciana Quillet. Estratégias de legitimação e institucionalização de patrimônios históricos e culturais: o lugar dos documentos. In: REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL 8, 2009, Buenos Aires. Processos de patrimonialização da cultura no mundo contemporâneo. GT 33, p.12. Disponível em: < <http://hdl.handle.net/10438/6747> >. Acesso em: 06/10/2011.

se dá por decreto presidencial. Ou seja, a sanção enquanto Memória do Mundo (ainda que em nível nacional) é acompanhada de uma diploma presidencial, proporcionando capital simbólico à instituição custodiadora desses artefatos e promovendo ainda mais sua legitimidade como um lugar que preserva a memória nacional.<sup>478</sup> Seguindo José Reginaldo Gonçalves, cabe ressaltar que essas operações de patrimonialização propostas por esferas institucionais não garantem que os objetos culturais contemplados terão uma *ressonância* igualmente nacional, capaz de comunicar todo o seu significado à população e evocar a potência contida naquele artefato. Ele argumenta que isso ocorre pela “natureza precária do trabalho de representação do passado” e pelo fato que “o acesso que o patrimônio possibilita [...] ao passado não depende inteiramente de um trabalho consciente de construção no presente, mas, em parte, do acaso”.<sup>479</sup>

Dito isso, talvez poucos livros sobre o Brasil se encaixem como *Cultura e opulência...* na noção de Pomian sobre semióforos.<sup>480</sup> Dada sua característica particular de possibilitar a comunicação entre dois mundos, os semióforos se apresentam como objetos visíveis para o observador contemporâneo, ao mesmo tempo que despertam para significados mais profundos acerca de tudo o que potencialmente representam. *Cultura e opulência...*, em particular, guarda a representação de um longo período histórico do país, um objeto cuja fortuna material e cujo conteúdo convidaram à reflexão gerações de historiadores.

A proposta de registro dessa obra por parte da BN levou em conta boa parte desses aspectos. Na candidatura da obra, seu pertencimento à coleção Benedicto Ottoni foi tratado de forma ambígua. A começar pela maneira como foi estabelecida uma hierarquia entre o livro fazer parte do acervo da Biblioteca Nacional e, ao mesmo tempo, ser oriundo de outra coleção. Na proposta submetida, afirma-se que a escolha “para a primeira candidatura da Divisão de Obras Raras da Biblioteca Nacional objetivou destacar um item da ‘Coleção Brasileira’, que bem representasse a memória e a história do Brasil”.<sup>481</sup> A referida “Coleção Brasileira” da BN não foi reunida por ninguém, tampouco colecionada

---

<sup>478</sup> Ibid. Cabe notar que a Biblioteca Nacional tem diversas coleções registradas no programa. Junto com o Arquivo Nacional, as duas instituições são as que foram mais contempladas.

<sup>479</sup> GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios*. In: \_\_\_\_\_. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2007, p.215-216.

<sup>480</sup> Cf. POMIAN, Krzysztof. *Coleção. Enciclopédia Einaudi*, vol.1, História-Memória. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, p.51-86.

<sup>481</sup> FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). [Candidatura ao Registro Memória do Mundo Brasil do livro *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas* de André João Antonil]. Rio de Janeiro: 2015, p.2.

pela instituição. Ela também recai sobre a noção de *virtualidade* vista acima, uma vez que sua existência dentro da BN parte de uma *ideia*, de algo conceitual: “livros sobre o Brasil – no todo ou em parte, impressos ou gravados desde o século XVI até o final do século XIX (1900 inclusive), e os livros de autores brasileiros impressos ou gravados no estrangeiro até 1808”.<sup>482</sup>

Essa *delimitação* foi estabelecida por uma Instrução Normativa do Iphan de 2007 que, entre outros pontos, definiu aquilo que constitui uma Brasileira.<sup>483</sup> A Instrução é amplamente utilizada na candidatura. Para sua finalidade imediata – registro nacional do programa Memória do Mundo –, esse conceito de Brasileira pode ter sido usado a fim de reforçar a inserção do livro dentro da categoria de patrimônio nacional uma vez que a Instrução trata de “bens passíveis de acautelamento como patrimônio histórico e artístico nacional”.<sup>484</sup> A candidatura reforça esse ponto ao afirmar que “a obra está catalogada como item da ‘Coleção Brasileira’, de significância para o país, de modo a ser conhecida, identificada e protegida”.<sup>485</sup>

Como dito, a candidatura explora a maior parte dos aspectos da trajetória exposta acima, tanto da obra, quanto do exemplar específico. Seus autores fornecem alguma informação sobre a doação da coleção Benedicto Ottoni, sobre a atividade de José Carlos Rodrigues enquanto colecionador e a compra-doação de Júlio Ottoni, embora a finalidade da venda – a Policlínica das Crianças – não seja mencionada. Numa tese recente a respeito desse programa da Unesco no Brasil, seu autor expõe a justificativa da BN para a inclusão do livro no registro com os seguintes termos:

A candidatura traz, ainda, outros trâmites que esclarecem como o item bibliográfico passou por mãos de colecionadores até chegar ao acervo público da FBN. Fazendo uso de uma narrativa heroicizada, o exemplar mostra-se um raro testemunho da sobrevivência da obra única e singular, assim como um representativo documento de arquivo.<sup>486</sup>

No entanto, o fato de o exemplar pertencer a uma coleção específica aparece mais como um adendo, um detalhe menos relevante do que ele fazer parte da ‘Coleção

---

<sup>482</sup> Ibid.

<sup>483</sup> IPHAN (Brasil). Instrução Normativa nº 01, 11 de junho de 2007. Brasília: 2007. Disponível em: < [http://portal.iphan.gov.br/files/Instrucao\\_Normativa\\_Negociantes\\_012007.pdf](http://portal.iphan.gov.br/files/Instrucao_Normativa_Negociantes_012007.pdf) >. Acesso em: 31/10/2019.

<sup>484</sup> FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Op. Cit., p.2.

<sup>485</sup> Ibid., p.4.

<sup>486</sup> PEREIRA FILHO, Hilário Figueiredo. **Memórias em disputa**: a Unesco e a patrimonialização de acervos documentais. Tese (doutorado em história). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em História. Rio de Janeiro, 2018, p.209. Disponível em: < <http://www.unirio.br/cch/escoladehistoria/Tese-Hilario.Pereira-Versao.Final.pdf> >. Acesso em: 25/08/2020.

Brasileira' da BN. A candidatura de certa maneira obscurece o conjunto do qual a peça individual se originou, estabelecendo uma hierarquia de importância.

Longe de se tratar de um momento de estabilização e fixação enquanto unidade, o percurso da coleção Benedicto Ottoni na instituição esteve sujeito a uma lógica de dispersão. Há uma evidente diferença no tipo de *dispersão* a que uma coleção privada está submetida e essa em vias de ser exposta. Em seu artigo “Coleções e dispersão”, João Luís Lisboa explora a permanente complementariedade dessas duas instâncias que dão o título ao texto: um movimento quase inerente ao ato de colecionar seria a consequente dispersão. Embora a dispersão seja quase sempre vista como algo indesejável uma vez que ela costuma ocorrer diante do falecimento do colecionador ou de outras mudanças abruptas, Lisboa observa que as coleções que se dissolvem alimentam outras em que gostos semelhantes – ou “obsessões”, como ele diz – se manifestam. E também suprem “ao mesmo tempo as falhas das grandes bibliotecas públicas”.<sup>487</sup> Quase uma defesa da entropia do livro. Mas o que está em pauta aqui é uma dispersão diferente. A referida dispersão da coleção Benedicto Ottoni se deu internamente à instituição. Algo que inclusive contradiz o que teria sido pactuado entre o doador e o donatário: a solicitação expressa para que ela permanecesse reunida num mesmo local com exceção das obras de maior raridade, que deveriam ser mantidas em cofre.

Trata-se de um complexo processo cujo julgamento apressado não facilita a compreensão dos desafios postos às gerações de dirigentes da Biblioteca Nacional. Recorrendo novamente a Lisboa, “a ação está nas mãos de instituições e dos profissionais que fazem escolhas todos os dias. Que gerem acervos, que os multiplicam, que criam condições para que eles sejam procurados”.<sup>488</sup>

As interferências que a CBO sofreu na BN foram condicionadas por fatores diversos. Olhando de perto o caso da fortuna dessa coleção, alguns pontos valem ser recuperados. Em termos de disposição física, a coleção Benedicto Ottoni está espalhada por praticamente todas as divisões da Biblioteca Nacional: Manuscritos, Música, Obras Gerais, Obras Raras, Periódicos, Cartografia e Iconografia. Talvez até na Divisão de Referência se encontrem peças. Era de se imaginar que todas elas guardassem o *ex-libris* da coleção, mas um relato sobre a identificação das peças da CBO na Divisão de Cartografia aponta que essa marca de proveniência não consta em vários de seus itens. Para fazer este levantamento com maior precisão, segundo o relato, foi preciso recorrer

---

<sup>487</sup> LISBOA, João Luís. Op. Cit., p.20.

<sup>488</sup> Ibid., p.24.

aos livros de tombo que registraram originalmente a entrada da coleção na BN e também cotejar o *Catálogo...* da *Bibliotheca Brasiliense* para garantir sua procedência.<sup>489</sup> Ainda em relação ao *ex-libris* da coleção, há quem afirme que eles foram atribuídos pela própria instituição. A alegação é feita sem que qualquer evidência documental tenha sido apontada.<sup>490</sup> Embora seja difícil aceitar esse argumento – principalmente em vista do controle que José Carlos Rodrigues exerceu sobre sua coleção –, esta não seria a única vez que a BN afixou *ex-libris* a coleções que ela recebeu.

A dispersão é uma realidade na instituição. A CBO é apenas uma das coleções que foram impactadas por uma escolha que se apresenta muitas vezes como técnica, mas está longe de ser natural ou neutra.<sup>491</sup> Os argumentos usados são variados e vão desde o aproveitamento mais adequado do espaço ao reunir peças do mesmo tamanho – livros pequenos em prateleiras pequenas, livros grandes nas prateleiras grandes etc. –, até a justificativa que o agrupamento por tipos de materiais e tipologias documentais ajudam na sua preservação.<sup>492</sup> Da mesma forma, justifica-se a dispersão das coleções pela criação de novas divisões na instituição. Mas no final das contas, tais escolhas acabam por hierarquizar as partes – as coleções – em detrimento do todo – a Biblioteca Nacional –, algo que tem como efeito não intencional o ofuscamento da historicidade e da trajetória de muitos dos itens que compõem seu acervo. Ainda que haja um esforço de inserir a proveniência de cada item nas suas fichas catalográficas, a recuperação dos conjuntos depende de grande esforço que envolve cotejamentos variados e, muitas vezes, complicados de operar. Paradoxalmente, até mesmo na Biblioteca a coleção Benedito Ottoni se encontra reunida apenas sob o repertório bibliográfico no qual Rodrigues

---

<sup>489</sup> FARIA, Maria Dulce de. O acervo cartográfico da Coleção Benedito Ottoni na Biblioteca Nacional. In: 3º SIMPÓSIO IBEROAMERICANO DE HISTÓRIA DA CARTOGRAFIA: agendas para a História da Cartografia Iberoamericana. Universidade de São Paulo. São Paulo, abr. 2010. Disponível em: < <https://3siahc.files.wordpress.com/2010/04/colecao-benedito-ottoni-texto-oficial2.pdf> >. Acesso em: 29/10/2015.

<sup>490</sup> Cf. PINHEIRO, Andréa de Souza; HELDE, Rosângela da Rocha Von. *Ex-libris* da Biblioteca Nacional: a marca de uma identidade. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, vol.135-136, p.11-35, [2015-2016], 2019. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/402630/53567> >. Acesso em: 31/08/2020.

<sup>491</sup> “A ilusão de que as operações ‘axiologicamente neutras’ são também ‘epistemologicamente neutras’ limita a crítica de um trabalho sociológico, o próprio ou o dos outros, ao exame, sempre fácil e muitas vezes estéril, de seus pressupostos ideológicos e de seus valores últimos. O debate sem fim sobre a ‘neutralidade axiológica’ serve, quase sempre, de substituto à discussão propriamente epistemológica sobre a ‘neutralidade metodológica’ das técnicas e, por esse motivo, fornece uma nova caução à ilusão positivista.”. BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **A profissão do sociólogo**: preliminares epistemológicas. Petrópolis: Vozes, 1999, p.54.

<sup>492</sup> Cf. PINHEIRO, Ana Virgínia; WEITZEL, Simone da Rocha. **A ordem dos livros na Biblioteca**: uma abordagem preliminar ao Sistema de Localização Fixa. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto: 2007, p.44. A abordagem proposta no livro, ainda assim, é primorosa e convincente.

investiu, tanto no exemplar impresso, como nas fichas que até hoje aguardam o prelo: uma *coleção virtual*, todavia.

Na Divisão de Manuscritos, a situação da coleção é particularmente singular. Sua denominação foi alterada para o nome de seu colecionador, José Carlos Rodrigues. É possível que isso tenha se dado no momento em que uma leva de sua documentação pessoal adentrou a BN em meados do século XX.<sup>493</sup> Não foi possível documentar o que de fato motivou essa mudança. Tampouco a data exata em que ela ocorreu, embora seja provável inferir que isto tenha se dado como exposto acima.<sup>494</sup> Tal mudança, no entanto, não retirou por completo a referência à coleção Benedicto Ottoni. Muitos itens da coleção José Carlos Rodrigues ainda guardam a informação remissiva à CBO em suas fichas catalográficas. Mas isso não ocorre em todas as peças. Assim como certos manuscritos da CBO não estão descritos como pertencentes à coleção José Carlos Rodrigues.

Algumas peças individuais que compõem seu conjunto na Divisão de Manuscritos serviram para alimentar novas coleções temáticas formadas numa determinada época da instituição, entre as décadas de 1950 e 1970. Esses novos arranjos eram motivados pela preparação de catálogos temáticos voltados para conduzir os pesquisadores às peças desejadas e incentivar novas reflexões a partir do acervo. Algumas delas são apenas coleções ‘virtuais’, enquanto outras foram reunidas fisicamente em novos arranjos. Uma pequena parte dessa história pode ser recuperada por meio do exame do último *Guia de coleções da Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional*. A obra menciona explicitamente que certas coleções ditas factícias tiveram peças extraídas da coleção Benedicto Ottoni-José Carlos Rodrigues. São elas as coleções Alexandre Rodrigues Ferreira, Ásia e África, Euclides da Cunha, Mato Grosso, Tiradentes e Pedro Caldeira Brant. Com exceção da última, todas essas coleções tiveram seus repertórios publicados nos *Anais da Biblioteca Nacional*. Ao pesquisar outros catálogos temáticos publicados pela BN nesse periódico, esse número sobe ainda mais. Todos os repertórios manuscritos com recorte geográfico, por exemplo, tiveram peças pinçadas da CBO para formar esses novos arranjos. Como não foi feito um levantamento exaustivo a esse respeito, talvez o quadro seja ainda mais amplo.

Na Divisão de Manuscritos, a coleção Benedicto Ottoni-José Carlos Rodrigues não está fisicamente reunida. Seria desejável ter insumos para estabelecer comparações

---

<sup>493</sup> Esse ponto foi explorado no capítulo 1.3.

<sup>494</sup> PEREZ, Eliane (org.). **Guia de coleções da Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2018, p.102.

com outras coleções, tentar perceber de que forma elas foram alocadas na Divisão e se alguma delas resistiu ao movimento dispersão-reunião. Sabe-se, por exemplo, que a prática de montar artificialmente ajuntamentos dentro da Divisão remete aos seus primórdios. Ana Lúcia Merege assevera que, desde quando se iniciou a catalogação do que havia de manuscritos na Biblioteca, o que se viu foi o “estabelecimento de várias coleções artificiais”.<sup>495</sup> Recuperando relatos da década de 1870, ela afirma:

Naquela época, essa foi uma prática frequente em bibliotecas que abrigavam manuscritos, principalmente as que reuniam documentos de várias proveniências, coletados ao longo de muito tempo. A forma como os itens foram organizados dentro de cada coleção, entretanto, levou à desagregação de vários conjuntos, alguns dos quais foram desmembrados e descritos separadamente, item a item, sem que se pudesse, depois, voltar a relacioná-los.<sup>496</sup>

O acervo da Divisão continuou sendo tratado dessa forma ao longo do século XX, dessa vez seguindo diretrizes biblioteconômicas que preconizavam essa mesma abordagem. A descrição de cada item individualmente também norteou essa prática.<sup>497</sup> Se por um lado o pesquisador tem em suas mãos catálogos com descrições dos itens que compõem uma coleção, por outro o sentido de sua totalidade fica opaco e, de certa forma, as coleções originais sujeitas a rearranjos.

O que esse ponto evidencia é o caráter contingente das coleções. Os movimentos em torno delas são motivados por valores e hierarquias, perspectivas disciplinares e institucionais, além de condições políticas e históricas que ‘autorizam’ descaracterizações ou impõem recomposições. Como argumenta João Luís Lisboa, os profissionais destas instituições públicas custodiadoras de acervos históricos “não se limitam a guardar as chaves dos armários, ou a trazer livros às mesas onde os leitores os esperam. [Eles] definem programas e prioridades. Propõe projetos de musealização, de revitalização de espaços e de coleções”.<sup>498</sup>

As peças da coleção Benedicto Ottoni já figuraram em inúmeras exposições, ganharam edições, assim como já preencheram muitas páginas de comentários nos periódicos da Biblioteca Nacional. Essas iniciativas podem ser vistas como momentos de “ativação” da coleção. Trata-se de uma noção desenvolvida por Eric Ketelaar cuja origem

---

<sup>495</sup> MEREGE, Ana Lúcia. Desafios e perspectivas frente aos manuscritos da Biblioteca Nacional. **LaborHistórico**, Rio de Janeiro, vol.5, n.2, 2019, p.2325-236. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/lh/article/download/24922/17894>>. Acesso em: 07/09/2020.

<sup>496</sup> Ibid., p.236.

<sup>497</sup> Ibid.

<sup>498</sup> LISBOA, João Luís. Op. Cit., p.24.

está num debate recente, embora já bastante difundido, sobre como os arquivistas também são responsáveis por moldar memórias a partir de suas intervenções na disposição e disponibilização dos arquivos.<sup>499</sup> Desdobrando esse postulado, Ketelaar enxerga a *ativação* nos usos que as instituições fazem dos arquivos, e também na interação e interrogação de indivíduos e comunidades sobre estes conjuntos, alterando e atualizando seu significado. Essa reflexão propõe que tais ajuntamentos e suas peças não são entidades estáticas e fechadas no passado.<sup>500</sup> A transposição dessa noção para o universo das bibliotecas ajuda a pensar a trajetória, o lugar e os significados que uma instituição como a Biblioteca Nacional devota às suas coleções.

O interessante em analisar as ações direcionadas a uma coleção em determinado destino na chave das ativações é que, desse modo, percebemos como uma biblioteca, instituição aparentemente passiva em sua função custodiadora, exerce um papel ativo sobre os conjuntos materiais que recebe, muitos deles, à primeira vista, unidades impermeáveis e monossêmicas.<sup>501</sup>

Compreender essa operação da BN sobre a coleção Benedicto Ottoni em sua totalidade seria uma tarefa que demandaria uma consulta minuciosa de vários acervos e fundos. Logo, a escolha aqui recai em trabalhar com indícios das ativações no âmbito da Biblioteca ao invés de promover uma pesquisa exaustiva das mesmas. As ativações que serão arroladas a seguir se circunscrevem ao uso de peças da coleção em exposições, à edição das mesmas, a artigos escritos a seu respeito e, finalmente, à evocação da própria coleção Benedicto Ottoni como um todo. Há uma contraface desse mesmo processo que também será apresentado: o ocultamento da proveniência das peças em certas ocasiões. Talvez mais do que a ‘contraface’, esta seja a principal forma como a BN tratou a CBO.

A primeira ativação da CBO ocorre pouco depois de sua doação, em 1911. E, de imediato, uma de suas peças mais valiosas é traduzida e comentada no volume dos *Anais da BN* do mesmo ano. Trata-se do “panfleto” “A Nova Gazeta da Terra do Brasil”, originalmente publicado em alemão. Uma das obras mais caras compradas por Rodrigues, o elevado preço se deveu não apenas à sua raridade, antiguidade, primazia e relevância

---

<sup>499</sup> KETELAAR, Eric. Tacit Narratives: the Meaning of Archives. *Archival Science*, n.1, 2001, p.131-132. Disponível em: < <http://www.nyu.edu/pages/classes/bkg/methods/ketelaar2.pdf> >. Acesso em: 03/08/2020. Conferir também: HEYMANN, Luciana Quillet. *O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: Contracapa/Faperj, 2012.

<sup>500</sup> KETELAAR, Eric. Cultivating Archives: meanings and identities. *Archival Science*, n.12, 2012, p.19-20.

<sup>501</sup> BETTAMIO, Rafaella Lucia de Azevedo Ferreira. *Brazil's Popular Groups: história e significados de uma coleção da Library of Congress*. Tese (doutorado). Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Rio de Janeiro, 2018, p.22. Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/24213> >. Acesso em: 25/09/2018.



histórica, mas também porque ela está encadernada junto a outras peças igualmente antigas: mais especificamente outros 37 panfletos em latim e alemão, todos impressos antes de 1515.

O estudo crítico e a tradução foram executados por um americanista e linguista chamado Rodolpho Schuller, que prestou outros serviços da mesma natureza para a BN nessa década. Na introdução deste volume dos *Anais...*, a referência à CBO está delineada: “Faz parte da valiosíssima coleção Benedicto Ottoni, organizada pelo Dr. J. C. Rodrigues e doada à Biblioteca Nacional pelo Dr. Julio Ottoni, um exemplar do famoso impresso ‘Newen Zeytung auss Presillg Landt’, peça de extrema raridade”.<sup>502</sup> No texto de Schuller, ele não faz menção à coleção Benedicto Ottoni, referenciando apenas José Carlos Rodrigues e até mesmo inventando uma “coleção Rodrigues”, evidenciando a tensão constitutiva da coleção em relação à sua designação: “Entre os impressos raros da valiosa coleção do eminente bibliógrafo e bibliófilo brasileiro *Dr. José Carlos Rodrigues*, hoje pertencente à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, encontra-se o folheto anônimo”.<sup>503</sup> Além de ter traduzido a peça, o linguista também lhe fez uma minuciosa análise formal e arriscou seu palpite sobre o autor original do texto e sua data de impressão.

Outra publicação importante foi a transcrição completa de um códice manuscrito, também nos *Anais da BN*, mais especificamente no volume 108 de 1988, quando se comemorava os 100 anos da abolição oficial da escravatura. Neste códice se encontra o relato de uma expedição promovida pelo conde de Valadares na segunda metade do século XVIII a fim de confirmar e mapear a existência de certos quilombos em Minas Gerais. O documento era inédito. Em sua apresentação, a autora responsável pela pesquisa reforça o valor da coleção Benedicto Ottoni e lembra que ela abriga “ainda outros importantes fundos e conjuntos documentais”.<sup>504</sup> O uso desse documento por ocasião da efeméride não esteve restrito à sua transcrição. O códice foi exposto como peça em mostras da BN, sendo visto com grande interesse dada a escassez de representações visuais de assentamentos quilombolas.

---

<sup>502</sup> SILVA, Manoel Cícero Peregrino da. Introdução. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, vol.33 [1911], p.v-vi, 1915. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/docreader/402630/25695> >. Acesso em: 02/08/2010.

<sup>503</sup> SCHULLER, Rodolpho R. A Nova Gazeta da Terra do Brasil (Newer Zeytung auss Presillg Landt) e sua origem mais provável: com a tradução portuguesa e a reprodução do precioso pampheto pertencente à Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, vol.33 [1911], 1915, p.121. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/docreader/402630/25695> >. Acesso em: 02/08/2010. Grifo original. Embora o volume se refira ao ano de 1911, ele só foi impresso em 1915.

<sup>504</sup> WERNECK, Ana Lucia Louzada. Introdução: Encontrando Quilombos. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, vol.108 [1988], p.51, 1992. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/docreader/402630/44439> >. Acesso em: 07/08/2020.

O ineditismo da representação de onde e como viviam os negros fugidos, e a possibilidade do esclarecimento de outras relevantes questões em torno da expedição que os mapeara, converteram a peça em atração desta e de outras mostras realizadas em que o escravo foi tema.<sup>505</sup>

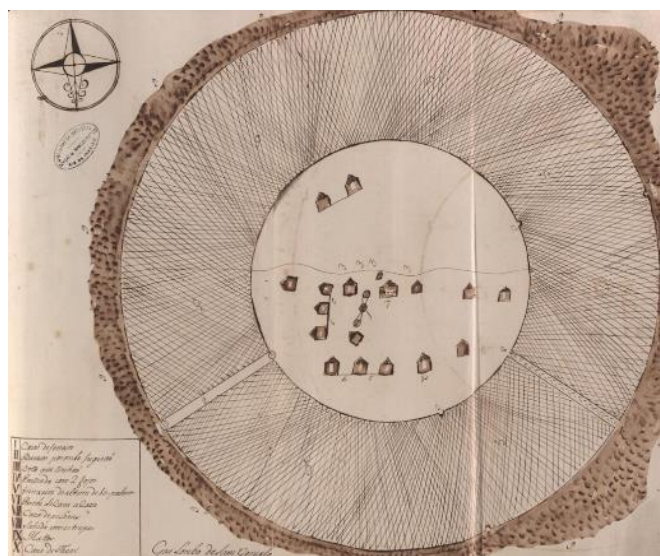


Fig.20

As peças da CBO como um todo foram amplamente utilizadas em exposições. A BN nem sempre referenciou a proveniência das peças nos catálogos que costumam acompanhá-las. Trata-se de uma questão que atravessou boa parte da história da instituição e que obedece a desígnios circunstanciais: há casos de um mesmo catálogo de exposição apontar as coleções numa seção e deixar de fazê-lo na seguinte. Escolher referenciar a coleção de onde cada peça exposta veio é fornecer profundidade à história da formação de acervo, demonstrando as múltiplas camadas desse processo e os agenciamentos passados. No entanto, tendo participado de exposições relevantes, sei o quanto a sensibilidade e o respeito à proveniência das peças não é algo óbvio de se perceber.<sup>506</sup>

Apesar disso, cabe mencionar algumas exposições nas quais as peças da CBO foram referenciadas nos catálogos que as acompanharam. A Exposição Nassoviana de 1929 sobre a ocupação holandesa de Pernambuco teve seu catálogo publicado no volume 51 dos *Anais da BN* e as peças utilizadas da coleção Benedicto Ottoni foram abundantes.<sup>507</sup> O catálogo faz referência a outras coleções e é cuidadosamente formatado

<sup>505</sup> Ibid.

<sup>506</sup> No catálogo da exposição comemorativa dos 200 anos da BN, por exemplo, as únicas referências à proveniência das peças foram dadas a itens doados especificamente para a exposição, tanto por seu curador, como por um renomado bibliófilo.

<sup>507</sup> FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Biblioteca Nacional 200 anos: uma defesa do infinito**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010. Curadoria: Marco Lucchesi.

como um repertório bibliográfico, valendo-se inclusive do *Catálogo... da Bibliotheca Brasiliense* para esta finalidade. O sesquicentenário da Biblioteca Nacional ganhou um catálogo e também um “guia” de exposição. O primeiro apresenta toda sorte de inconsistências, ora citando coleções, ora as omitindo.<sup>508</sup> Já o *Guia do Sesquicentenário...* é minucioso e informa a proveniência de cada peça.<sup>509</sup>

Por ocasião da mesma efeméride de seus 150 anos de fundação, a BN editou um lindo manuscrito pertencente à CBO, chamado *Oiseaux-Mouches. Orthorinques du Brésil*. Elaborado por um naturalista francês Jean Théodore Descourtilz, a obra está centrada na descrição e ilustração dos beija-flores encontrados no país. Tratou-se de uma publicação luxuosa de uma peça desconhecida até mesmo do público especializado, com tiragem limitada e numerada, reproduzindo exatamente as pranchas soltas do manuscrito no mesmo formato de grandes dimensões, toda acondicionada num estojo especial. A edição comemorativa ganhou o comentário moderno de um biólogo e Carlos Drummond de Andrade foi convidado a fazer sua tradução do francês para o português, evidenciando o grande investimento simbólico da BN.<sup>510</sup> Na seção chamada “Estudo crítico sistemático dos beija-flores tratados por Descourtilz”, escrito pelo ornitólogo Olivério Pinto, há um erro grosseiro no apontamento de proveniência da obra, atribuindo-a à *Biblioteca exótico-brasileira* de Alfredo Carvalho: o *ex-libris* da CBO está presente no manuscrito original e a peça está descrita no *Catálogo... da Bibliotheca Brasiliense*. Na apresentação da publicação, o então diretor da BN, Celso Cunha, não faz qualquer referência à sua origem. O pertencimento da obra à coleção Benedicto Ottoni foi anulado. Sua procedência, ocultada e, quando evocada, erroneamente atribuída. O tratamento gráfico dado ao manuscrito original, que parece ter sofrido intervenções nos desenhos, também cuidou de retirar todas as demais marcações que nele havia: além do *ex-libris* da CBO, os carimbos da Biblioteca Nacional foram apagados. Toda essa ocultação parece ter tido como

---

<sup>508</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Sesquicentenário (1810-1960)**: exposição comemorativa. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1960. Disponível em: < [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_obrasgerais/drg693640/drg693640.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasgerais/drg693640/drg693640.pdf) >. Acesso em: 20/08/2020.

<sup>509</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Sesquicentenário (1810-1960)**: guia da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1960. Disponível em: < [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_obrasgerais/drg621953.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasgerais/drg621953.pdf) >. Acesso em: 20/08/2020.

<sup>510</sup> Cf. LAPA E SILVA, Iuri A. Poesia com asas. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, n.98, p.88-89, nov. 2013. Drummond também escreveu a respeito desse seu envolvimento: ANDRADE, Carlos Drummond de. Esmeralda, ouro, jade. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 11 ago. 1961, p.6. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DOCREADER/089842\\_07/21235](http://memoria.bn.br/DOCREADER/089842_07/21235) >. Acesso em: 29/05/2018.

propósito esterilizar a peça de sua materialidade original, como se cada uma dessas marcas fosse um defeito ou algo impróprio para uma publicação.



Fig.21

Essa não foi a primeira nem a última vez em que isso ocorreria. Outro caso flagrante de ocultamento da coleção Benedicto Ottoni se deu por ocasião da publicação do repertório manuscrito sobre Alexandre Rodrigues Ferreira, que é o personagem central de uma fascinante “viagem filosófica” promovida pela administração portuguesa no final do século XVIII pelo Norte e Centro-Oeste do país. Trata-se de um desses casos cuja documentação se dispersou e hoje pertence a várias instituições, inclusive francesas: quando Lisboa foi invadida pelos franceses em 1807, havia emissários especiais enviados para o Real Jardim Botânico com a missão expressa de recolher o material dessa expedição.<sup>511</sup> No início da década de 1950, na Divisão de Manuscrito da BN, uma coleção dita factícia foi formada reunindo peças de outras coleções, algo que ocorreu concomitantemente à publicação do catálogo sobre Alexandre Rodrigues Ferreira nos *Anais da BN*. Nessa edição dos *Anais...*, um conjunto de cinco volumes compreendendo quase mil ilustrações de espécimes botânicas pintadas *in loco* em sua maioria – um

---

<sup>511</sup> Cf. SOARES, José Paulo Monteiro; FERRÃO, Cristina (org.). **Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira** (vol.2). Kapa Editorial, 2003.

volume é de pinturas feitas posteriormente no Real Jardim Botânico a partir das plantas enviadas da expedição – não têm atribuídas a sua proveniência da CBO.<sup>512</sup>

A Biblioteca e o Museu Nacional se reuniram para submeter as coleções Alexandre Rodrigues Ferreira existentes nas duas instituições à condição de patrimônio da Unesco pelo programa Memória do Mundo, obtendo seu registro nacional em 2010. Nessa candidatura, explora-se a atribulada fortuna do material produzido pela expedição, mas não há qualquer menção à constituição das coleções, ou sobre como as peças acabaram nas duas instituições. Trata-se de um material com uma trajetória repleta de especificidades, pouquíssimo explorada pelos proponentes. Quando mencionado, esse processo foi tratado da forma mais lacônica possível. Na seção “História administrativa ou biografia do produtor”, a candidatura menciona que a impressão de um livro que seria realizada pela Academia Real de Ciências de Lisboa com o material da Expedição “não se concretizou e os documentos se dispersaram entre várias instituições e colecionadores”.<sup>513</sup> Nada além disso. Se a proveniência das peças que compõem a coleção na BN não foi exposta nem mesmo em sua própria publicação na década de 1950, não era mesmo de se esperar que esse percurso fosse lembrado décadas depois. A Biblioteca produz apagamentos. Mesmo um conjunto valioso e respeitado, como a coleção Benedicto Ottoni, com o tempo, parece ter sido subordinado a outros projetos e personagens.

Há também abundantes exemplos em que a coleção é fartamente citada. Essa instabilidade entre dar a proveniência e ocultá-la reforça o argumento que se trata de algo mais circunstancial do que um descuido programático no sentido de valorizar antes a Biblioteca do que suas partes. Ainda assim, há uma clara hierarquização sendo operada nesse sentido dada a ausência de uma diretriz histórica que tenha indicado a importância da procedência.<sup>514</sup> Pelos *Anais da BN*, por exemplo, praticamente todos os repertórios manuscritos temáticos explicitam peças da CBO: aqui não estamos falando da formação de novas coleções na Divisão, apenas de sua reunião *virtual* na publicação. É

---

<sup>512</sup> ALEXANDRE Rodrigues Ferreira: catálogo de Manuscritos e bibliografia. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, vol.72, p.11-151, 1952. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/docreader/402630/44439> >. Acesso em: 07/08/2020.

<sup>513</sup> FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL; MUSEU NACIONAL (Brasil). [Candidatura ao Registro Memória do Mundo Brasil das coleções Alexandre Rodrigues Ferreira]. Rio de Janeiro: 2010, p.14.

<sup>514</sup> Cabe mencionar que nas últimas décadas, a descrição de obras raras passa por um detalhado processo de recuperação de todos os aspectos codicológicos dos livros, que inclui a recuperação de sua trajetória e de sua proveniência. Os funcionários da BN produzem artigos, promovem cursos e seminários a respeito. O cuidado com as obras raras desenvolvido dentro da instituição vem sendo há anos usado como subsídio para ações mais capilarizadas, contanto com um programa especial para esse fim: Plano Nacional de Obras Raras (Planor).

desconcertante perceber a completa falta de regularidade na terminologia usada para referenciá-la nessas listagens dos *Anais*... Os manuscritos que compõem esses repertórios aparecem mais como coleção Benedicto Ottoni e menos como coleção José Carlos Rodrigues. No entanto, nos catálogos eletrônicos da Divisão ocorre uma maior preponderância na denominação José Carlos Rodrigues para todas as peças que de alguma forma vieram dele.<sup>515</sup>

De todo modo, repertórios importantes como os *Manuscritos relativos à Independência do Brasil*, o *Catálogo de documentos republicanos* e *Manuscritos da Inconfidência Mineira* parecem ser fiéis ao se referirem às coleções de origem das peças que os compõem. Vários repertórios bibliográficos temáticos – ou seja, compostos por impressos – procedem da mesma forma, costumeiramente remetendo à CBO e às demais coleções, como a *Gonzagueana da Biblioteca Nacional* e a listagem de periódicos raros chamada *Informação sobre alguns periódicos da Biblioteca Nacional*.<sup>516</sup>

Nas últimas duas décadas, mais ou menos, a BN tem investido em belas edições no formato ‘livro de mesa’, de grandes dimensões, papel *couché* e capa dura. Os catálogos recentes das exposições também vêm sendo publicados nesse formato. Nessas edições, o acervo da instituição ganha prestígio pela beleza da reprodução dos itens e pela sua impressão de alta qualidade. Percebe-se na maior parte dessas publicações uma maior valorização da proveniência das peças, algumas inclusive tratando esse tema com extremo cuidado e detalhe. Este é o caso de *Iconografia Baiana do século XIX na Biblioteca Nacional* cujas autoras tentaram recuperar a historicidade dos itens reproduzidos, principalmente quando se está diante de uma peça única, como o manuscrito ilustrado *Recompilação de notícias soteropolitanas e brasílicas* de Luís dos Santos Vilhena pertencente à CBO, bastante destacado na publicação.<sup>517</sup>

Falar em marcas de proveniência é reconhecer que peças ou coleções possuem uma trajetória específica, algo que permite historicizar processos de formação de acervo de instituições de memória. Elas possibilitam compreender a motivação dos agentes, motivações estas variáveis no tempo, refletindo as diferentes disposições dos grupos e a percepção que tinham a respeito dos artefatos destinados a essas instituições, seja por doação, por compra ou por outra modalidade.

---

<sup>515</sup> Lembremos que a CBO foi ‘rebatizada’ de coleção José Carlos Rodrigues na Divisão de Manuscrito.

<sup>516</sup> Todos esses trabalhos podem ser recuperados nos *Anais da Biblioteca Nacional*.

<sup>517</sup> MARTINS, Ana Cecília; MILLER, Marcela; SOCHACZEWSKI, Monique. **Iconografia Baiana do século XIX na Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005, p.56.



Não foram muitos os momentos em que a Biblioteca Nacional se dedicou a olhar o conjunto de suas coleções. Quando o fez, destacou aquelas com estatuto de *joias da Coroa*. Estas se caracterizam por possuir itens que atendam a pelo menos um desses critérios: a raridade das peças, cuja determinação se mostrou variável com o tempo; o fato de as coleções conterem peças infungíveis, ou seja, a impossibilidade de serem substituídas, peças únicas; o *significado* e a carga histórica das coleções, assim como alguma trajetória especial das mesmas. Essa seleção de coleções costuma aparecer em históricos e em retrospectivas da instituição, o que mostra que nesses momentos elas são valorizadas por evidenciarem que seu acervo é composto por conjuntos que também têm uma história própria e singular. Esse ponto se choca justamente com a displicência da instituição ao não ter diretrizes claras no sentido de lhes dar visibilidade quando essas peças foram utilizadas em exposições ou publicações.

Alguns ajuntamentos estão em praticamente todas essas listagens do tipo ‘principais coleções’, algo que geralmente vem acompanhado de uma narrativa histórica da BN. São elas as coleções Barbosa Machado, Real Biblioteca, Thereza Christina/Imperatriz Leopoldina, conde da Barca, Arco do Cego, Abrahão de Carvalho e a Benedicto Ottoni, podendo incluir eventualmente algumas outras.<sup>518</sup> Cabe ressaltar que essas retrospectivas da instituição só passaram a ser feitas desta maneira a partir da década de 1980.<sup>519</sup>

Foi da atribuição da tarefa de escrever um verbete para uma lista dessa natureza que tive o primeiro contato com a coleção Benedicto Ottoni, percebendo a singularidade, tanto de seu conteúdo, quanto de sua trajetória e dos usos a que ela se prestou. Antes disso, já tinha me deparado com o *ex-libris* de suas peças, provocando em mim curiosidade por seu conteúdo. Na ocasião, não tinha ficado claro que havia outros fatores determinando sua fortuna dentro da instituição e fora dela.

---

<sup>518</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Coleções especiais. In: \_\_\_\_\_. **Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro: A Biblioteca, 1984, p.17-18. BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Biblioteca Nacional: 200 anos**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010. Disponível em: < <http://bndigital.bn.gov.br/dossies/biblioteca-nacional-200-anos/> >. Acesso em: 29/10/2010. CARVALHO, Gilberto Vilar de. **Biografia da Biblioteca Nacional** (1807 a 1990). Rio de Janeiro: Irradiação Cultural, 1994. PORTELLA, Célia Maria. Releitura da Biblioteca Nacional. **Estudos Avançados**, São Paulo, vol.24, n.69, p.1-18, 2010. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10524/12266> >. Acesso em: 06/10/2011.

<sup>519</sup> No século XIX, quando os *Anais da Biblioteca Nacional* passaram a ser publicados, vários ‘resumos históricos’ recuperavam as coleções e doações mais importantes. Ao longo do século XX eles se tornaram rarefeito, voltando aos poucos a partir da década de 1980, salvas algumas poucas exceções. Esse tópico será abordado a seguir.

Hoje em dia, as coleções da Biblioteca existem antes *virtualmente*, não estão reunidas fisicamente num só lugar, como tantas vezes almejado por seus doadores. A CBO ainda teve sua existência bifurcada pelo fato de José Carlos Rodrigues ter publicado um catálogo dela, algo que lhe dotou uma identidade distinta. Essa *biblioteca virtual* expressa no *Catálogo...* muitas vezes ganhou mais atenção que a *biblioteca material* na BN. E a visibilidade da CBO na Biblioteca nem sempre foi ressaltada pela falta de uma diretriz clara nesse sentido. A trajetória dessa coleção guarda, sem dúvida, certas singularidades, mas ela é apenas um caso num amplo universo.



### 3 Doar para a Biblioteca Nacional: motivações, expectativas e retribuições

Ainda que a doação da coleção Benedicto Ottoni carregue um conjunto singular de características, ela é apenas um caso dentre centenas de outros com mais ou menos visibilidade dentro da Biblioteca Nacional. Da mesma forma, a BN é apenas uma em meio a outras dezenas de instituições cujo patrimônio é formado em diferentes graus por esse tipo de dádiva. Inclusive, ainda está por ser sistematizado o quanto a constituição do patrimônio cultural sob a guarda de instituições públicas brasileiras tem sua origem em algum tipo de colecionismo ou posse privada. De bibliotecas particulares a arquivos privados ou pessoais, passando por coleções de objetos e de obras de arte, chegando até imóveis, refletir sobre processos de patrimonialização de bens permite entrever diversos tipos de dinâmicas: as motivações dos agentes envolvidos, a variabilidade histórica do que é passível de ser aceito ou adquirido por uma instituição, os usos e os significados cambiantes desses artefatos etc.

Embora não se trate de um campo temático definido, pesquisas sobre a institucionalização de bens privados têm sido desenvolvidas com frequência. Esse tipo de questionamento é particularmente recorrente, mas não exclusivo, entre pesquisadores que são também funcionários das entidades custodiadoras de artefatos históricos ou artísticos, em especial museus, arquivos e bibliotecas ou instituições que incorporaram esse tipo de atribuição, como universidades e centros de pesquisa.

A conformação dos objetos nestas instituições depende de um conjunto de investimentos e estratégias que varia conforme as demandas do tempo presente. O movimento de recuperar a trajetória desses bens até sua destinação pública, assim como a análise dos processos de institucionalização propiciam o desvelamento de estruturas que condicionam as ações enganadoramente neutras de selecionar, classificar e organizar. Essa pauta encontrou terreno fértil em museus etnográficos, cujas coleções e modos de categorizar seus artefatos foram alvo de desconstrução, revelando o substrato do pensamento colonial contido sob camadas de aparente objetividade científica.<sup>520</sup>

No Brasil, este nem sempre é o principal enfoque nas reflexões sobre a institucionalização de bens culturais. Não obstante, muitas pesquisas têm buscado revelar

---

<sup>520</sup> Cf. JONES, Anna Laura. Exploding canons: the anthropology of museums. **Annual Review of Anthropology**, Stanford, n.22, p.201-220, 1993. FABIAN, Johannes. Colecionando pensamentos: sobre os atos de colecionar. **Mana**, vol.16, n.1, p.59-73, 2010. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/mana/v16n1/a03v16n1.pdf> >. Acesso em: 29/07/2015.

aspectos encobertos que cercam processos de doação de acervos, recuperando ao mesmo tempo a materialidade dos objetos doados e os discursos que os acompanham. Nesses casos, a institucionalização se mostra como um momento particularmente carregado de significado, algo que permite explorar as diversas dimensões do ato: objetos e discursos, trajetórias individuais e institucionais, além de oferecer um vislumbre das expectativas de agentes e coletividades.

O livro *A fabricação do Imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*, de Regina Abreu, é fruto de uma pesquisa exemplar que elenca esses aspectos. Objetos, discursos, trajetórias e expectativas se condensam num processo de doação para o Museu Histórico Nacional, ocorrido em 1936, reunindo artefatos que pertenciam a um importante membro da elite da Primeira República.<sup>521</sup> Abreu busca revelar como essa doação foi uma tentativa da esposa do falecido Pedro Calmon de construir e estabelecer sua memória. Alice Calmon procede a uma seleção de objetos variados – móveis, objetos de arte, livros, fotografias e papéis – para formar um ajuntamento que seria disposto numa sala de exposição própria. Essa coleção, segundo Abreu, expressa uma estratégia de consagração de Calmon, por meio do entrelaçamento de sua figura às trajetórias de outros ‘vultos’ históricos brasileiros num museu cujo propósito era fornecer uma espécie de pedagogia cívica da nação. Os objetos escolhidos intencionavam mostrar a vida de um homem público dedicado à pátria – não há resquícios de sua vida privada.<sup>522</sup>

Por meio de uma enérgica ação de Alice Calmon, as peças entraram rapidamente em exposição. Com o passar das décadas, no entanto, a sala de exposição desses objetos foi desmontada, seguindo mudanças na forma de o MHN narrar a história brasileira.<sup>523</sup> Quando os bens foram doados, havia cláusulas expressas exigindo que a coleção não fosse desmembrada e que ela tivesse um estatuto de perenidade. Hoje, a coleção se encontra preservada, porém dispersa, na reserva técnica do museu, longe das vistas públicas, revelando certa perda da eficácia simbólica da ação.<sup>524</sup> Trata-se de algo que guarda um paralelo com a dispersão da coleção Benedicto Ottoni nas muitas divisões da Biblioteca Nacional: as promessas passadas sobre como guardar ou expor as coleções doadas nem sempre resistem ao tempo, um aspecto revelador das muitas facetas desse ato. Abreu defende que uma doação é algo banal e anódino apenas em sua aparência: “Por meio da

---

<sup>521</sup> ABREU, Regina. **A Fabricação do Imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

<sup>522</sup> Ibid., p.28-69.

<sup>523</sup> Aquilo que a autora chama de fim do museu-memória e início do museu-narrativa. Ibid., p.206.

<sup>524</sup> Ibid., p.210.

problematização desse fenômeno é possível desvendar aquilo que lhe é subjacente: crenças, valores e visões de mundo singulares”.<sup>525</sup>

Essa perspectiva também pode ser acompanhada no artigo “O retrato de um menino Bororo: narrativas sobre o destino dos índios e o horizonte político dos museus, séculos XIX e XXI”, de João Pacheco de Oliveira. Tendo como ponto de partida um retrato a óleo de um menino indígena presente no acervo do Museu Nacional, Oliveira traça um rico panorama acerca da presença do item na instituição, extraindo desse caso propostas para pensar o fenômeno das coleções históricas e, em especial, as coleções etnográficas.<sup>526</sup>

O texto de Oliveira, repleto de camadas e de múltiplas temporalidades, tem por base a história do menino que originou o retrato: um órfão da etnia Bororo, que nas duas últimas décadas do século XIX havia passado por um processo de “pacificação” na província de Mato Grosso. A esposa do então governador, a principal ‘informante’ que conduz o artigo, decide adotar o pequeno indígena, deixando variados registros de sua experiência. O motivo para tais registros foi o falecimento precoce do menino Guido, atacado por uma pneumonia, e a necessidade dessa mãe adotiva, D. Maria do Carmo de Mello Rego, de expurgar seu sofrimento. O retrato a óleo é apenas um dos mais de 400 itens da coleção doada, composta por uma grande variedade de objetos, na sua maioria artefatos indígenas, mas também outras peças, como os desenhos que o menino Guido realizara, que tampouco escapam da reflexão empreendida por Oliveira.<sup>527</sup>

O autor recupera toda a complexidade da situação em pauta: o significado mais profundo do estatuto da adoção dentro do quadro de inserção do indígena na hierarquia social brasileira de então, tida como metáfora do “encontro colonial”; a assimetria das posições sociais da adotante e do adotado; os indícios da maneira como Guido interpretava as relações entre brancos e indígenas; além de um vasto repertório discursivo deixado por D. Maria, como um livro que reuniu um conjunto de cartas sobre seu luto endereçadas ao visconde de Taunay, incentivador de sua publicação sob o título *Guido (páginas de dor)*.<sup>528</sup>

---

<sup>525</sup> Ibid., p.28.

<sup>526</sup> OLIVEIRA, João Pacheco de. O retrato de um menino Bororo: narrativas sobre o destino dos índios e o horizonte político dos museus, séculos XIX e XXI. **Tempo**, n.23, p.73-99, 2007. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a06> >. Acesso em: 03/07/2017.

<sup>527</sup> Ibid., p.85-91.

<sup>528</sup> Ibid., p.87-88.

D. Maria tinha em seu horizonte uma forte percepção de posteridade tanto em relação à doação quanto à publicação de suas cartas. No livro *Guido (páginas de dor)*, ela já projetava suas expectativas: “Um dia perguntará algum curioso – Quem foi esse Guido de Mello Rego?”. Ao que Oliveira complementa: “Essa pergunta também poderíamos dirigir, mais adiante, às peças etnográficas que compõem aquela coleção”.<sup>529</sup> Vale chamar a atenção para o fato de a coleção ser nomeada de uma maneira específica, Coleção Guido, condição para que ela fosse incorporada ao acervo do Museu Nacional. A motivação de D. Maria para doar suas peças repousa na ideia de perpetuação da memória de Guido, uma espécie de tributo póstumo que atravessaria os tempos. Trata-se de um conjunto de ações orientado pelo afeto, conforme ela própria assume: “Ao finalizar esta brevíssima notícia, devo fazer a confissão de que ao escrevê-la, não me dominou outro sentimento senão o que me podiam inspirar a incessante lembrança e a funda saudade do meu inolvidável e adorado Guido”.<sup>530</sup> O quadro a óleo que serve de mote para a reflexão de Oliveira só foi incorporado à coleção após o falecimento de D. Maria, conforme seu desejo.

No entanto, mais importante para a finalidade do artigo de Oliveira do que os aspectos comoventes e controversos contidos na narrativa da relação entre Guido e sua mãe adotiva é um documento específico: uma relação minuciosa, escrita pela própria, sobre a origem de cada uma das peças contidas na coleção de artefatos indígenas que ela doou ao Museu Nacional junto com os objetos pessoais de seu filho. Por meio dessa descrição, é possível recuperar um vasto universo de acontecimentos. Oliveira propõe, a partir desse caso específico, que a dimensão compreensiva e hermenêutica das coleções seja mais privilegiada. Antes de mais nada, museus seriam locais que acumulariam “símbolos, sentidos e emoções referidos a uma multiplicidade de atores sociais”. Oliveira atenta à história depositada nas coleções e aos agentes envolvidos nos seus processos de conformação:

Trata-se de uma historicização radical e profunda, que reconstitui os jogos de força e as lutas por classificações. Procura desvendar as muitas histórias esquecidas e silenciadas, bem como explicita a individualidade dos personagens e a multiplicidade de suas orientações, resgatando também emoções e sentimentos (além de argumentos, estratégias e ideologias).<sup>531</sup>

---

<sup>529</sup> Ibid., p.90.

<sup>530</sup> Ibid., p.90-91.

<sup>531</sup> Ibid., p.76. No caso específico da coleção Guido, vê-se um verdadeiro testemunho dos enfrentamentos ocorridos em Mato Grosso: a maior parte das peças foi doada pelos militares que tomaram parte nas ditas pacificações ao marido de D. Maria do Carmo. Toda sorte de objetos preciosos e raros, muitos deles dados por lideranças indígenas atestando sua submissão ao Império, peças perpassadas de historicidade,

Ao contrário do caso da coleção Guido, acervos pessoais de homens públicos, geralmente membros da elite política, são um dos tipos de material mais propensos à institucionalização. Embora as motivações se mostrem variadas, a vontade de preservação da memória e de construção de legados parece ser o denominador comum. Luciana Heymann, ao tratar da memória das elites, destaca as relações que se estabelecem em torno desse tipo de acervo pessoal: a potencialidade de narrar aspectos da trajetória de seu titular presente nos papéis acumulados; os processos de constituição desses arquivos, envolvendo diversos agentes; e os lugares para os quais eles são destinados, com outros tantos agentes e práticas capazes de determinar sua configuração. Tudo isso se combina para formar um conjunto de significantes que ilumina a importância dada a esse tipo de material. Ela argumenta, ainda, que

Os arquivos pessoais de homens públicos ocupam lugar de destaque em projetos institucionais voltados para a preservação da “memória nacional”; projetos que, ao mesmo tempo em que valorizam o “patrimônio” do qual são depositários, os instituem como meios de acesso “autênticos” e “fidedignos” ao legado que pretendem preservar.<sup>532</sup>

Em seu livro intitulado *O lugar do arquivo: a construção de legado de Darcy Ribeiro*, Heymann aplica essa reflexão ao legado documental de um dos homens públicos mais relevantes da segunda metade do século XX. Para além do conteúdo do arquivo de Darcy, a autora ressalta a importância de se compreender os múltiplos investimentos dos agentes envolvidos no seu “fazimento”, chamando a atenção para aspectos muitas vezes ignorados nesse processo:

Os acervos, em geral, e os arquivos pessoais, em particular, são, pois, objetos centrais de projetos institucionais de diferentes formatos e matizes, e sua “produção” nos ambientes institucionais em que são preservados deve ser levado em consideração em trabalhos que pretendam utilizá-los como fonte de pesquisa.<sup>533</sup>

Ela acrescenta ainda que a “cultura e a estrutura institucionais” são aspectos fundamentais para a apreensão das “representações sobre o titular e seu acervo” de modo que as técnicas arquivísticas adotadas “são chaves importantes para compreender os

---

oriundas de coletividades historicamente circunscritas a um tempo e um lugar, permeadas de motivações e significados.

<sup>532</sup> HEYMANN, Luciana Quillet. Memórias da elite: arquivos, instituições e projetos memoriais. **Revista Pós Ciências Sociais**, São Luiz, vol.8, 2011, p.79. Disponível em: < <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/579/333> >. Acesso em: 04/09/2012.

<sup>533</sup> HEYMANN, Luciana Quillet. **O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2012, p.84.

arquivos em uma perspectiva que ultrapasse a textualidade dos documentos que os compõem”.<sup>534</sup> Ao se institucionalizarem, muitos desses acervos ganham um estatuto de patrimônio, uma categoria que faz com que eles passem a ser vistos “como material cuja preservação deve ser garantida em nome da coletividade”.<sup>535</sup> A justificativa de institucionalizar acervos e coleções *em nome de uma coletividade*, muitas vezes sob a égide da nacionalidade, é um dispositivo discursivo recorrente. Heymann destaca que essa justificativa ao mesmo tempo legitima o acervo institucionalizado e a instituição que o custodia. Logo, o capital simbólico distribuído em torno desse tipo de processo recai tanto sobre o titular e/ou os doadores dos acervos, quanto sobre a instituição de destino.<sup>536</sup>

Embora coleções de museus e acervos arquivísticos tenham sido destacados até aqui, o processo de institucionalização de bibliotecas particulares também é amplamente explorado pela literatura recente. Os exemplos são abundantes e não cabe promover uma revisão completa dessas pesquisas neste espaço. Cumpre mencionar que algumas das mais relevantes instituições que encerram acervos bibliográficos já tiveram alguma pesquisa devotada aos processos de formação de suas coleções: Academia Brasileira de Letras,<sup>537</sup> Real Gabinete Português de Leitura,<sup>538</sup> Museu Imperial,<sup>539</sup> Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), Fundação Oswaldo Cruz,<sup>540</sup> entre outras. O mesmo ocorre no âmbito de bibliotecas de universidades e faculdades, sendo frequente a reflexão sobre a identificação e a reconstituição de coleções doadas sem marcas de proveniência, como *ex-libris*, por exemplo.<sup>541</sup>

---

<sup>534</sup> Ibid.

<sup>535</sup> HEYMANN, Luciana Quillet. Estratégias de legitimação e institucionalização de patrimônios históricos e culturais: o lugar dos documentos. In: REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL 8, 2009, Buenos Aires, p.1. Disponível em: < <http://hdl.handle.net/10438/6747> >. Acesso em: 06/10/2011.

<sup>536</sup> Ibid., p.12.

<sup>537</sup> BEFFA, Maria Lucia; NAPOLEONE, Luciana Maria. Bibliotecas particulares na academia: considerações sobre a doação e captação de coleções bibliográficas para instituições públicas. In: MELLO E SILVA, Maria Celina Soares de (org.). **Da minha casa para todos: a institucionalização de acervos bibliográficos privados**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, p.76-98, 2018.

<sup>538</sup> AZEVEDO, Fabiano Cataldo. A doação da biblioteca João do Rio ao Real Gabinete Português de Leitura: aspectos de uma história pouco conhecida. **Perspectivas em Ciência da Informação**, vol.15, n.3, p.233-249, 2010.

<sup>539</sup> TURAZZI, Maria Inez. A coleção Geyer doada ao Museu Imperial. **Revista CPC**, São Paulo, vol.1, n.2, p.47-79, 2006. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/cpc/article/download/15589/17163/> >. Acesso em: 24/06/2020

<sup>540</sup> SANTIAGO, Maria Claudia. O processo de institucionalização da Biblioteca do médico Antônio Fernandes Figueira. In: MELLO E SILVA, Maria Celina Soares de (org.). **Da minha casa para todos: a institucionalização de acervos bibliográficos privados**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, p.26-36, 2018.

<sup>541</sup> Cf. RODRIGUES, Márcia Carvalho. Resgate da memória: os acervos pessoais na Universidade de Caxias do Sul. **Patrimônio e Memória**, São Paulo, vol.5, n.2, p.174-194, 2009. Disponível em: < <https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/184/535> >. Acesso em: 07/08/2020. LACERDA, Ana Regina Luz. A importância das bibliotecas particulares incorporadas aos acervos públicos: as

Muitos desses estudos circundam campos mais consolidados como os da história do livro e da leitura, um campo que nas últimas décadas reuniu alguns dos mais influentes historiadores contemporâneos. Esse tema é também parte constituinte de reflexões básicas dentro da Biblioteconomia, cujos cursos de graduação oferecem uma disciplina sobre a formação de coleções em bibliotecas – geralmente chamada de Desenvolvimento de Coleções –, na qual a institucionalização de acervos privados é tratada.<sup>542</sup> Recentemente, o MAST promoveu um encontro voltado exclusivamente para o tema: “Da minha casa para todos: a institucionalização de acervos bibliográficos privados”. O objetivo do evento era “fomentar a discussão em torno da captação de bibliotecas particulares a serem incorporadas a acervos de instituições públicas e promover reflexões sobre conteúdos que permeiam o recebimento de coleções particulares”.<sup>543</sup>

Na obra *Palácio de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro (1870-1920)* de Tania Maria Bessone, o caso específico de uma doação para a Biblioteca Nacional em 1920 enseja uma extensa pesquisa sobre a sociabilidade construída em torno do objeto *livro* a partir de seu personagem central, o bibliófilo Francisco Ramos Paz. Por meio da análise de fontes testamentárias e de espólios familiares, Bessone traça um panorama dos hábitos de leitura de profissionais liberais do Rio de Janeiro do século XIX, tentando responder o que liam esses homens, como eles consumiam e guardavam os livros e o tipo de valor simbólico e monetário atrelado às bibliotecas particulares. Ela consegue extrapolar esses pontos para a reconstituição de redes de sociabilidade em torno do livro e da leitura, destacando os espaços urbanos que congregavam seus participantes. Tudo isso culmina com o caso específico da doação da coleção de Ramos Paz para a BN, cuja correspondência pessoal é em larga medida utilizada a fim de reconstituir o ambiente letrado da cidade uma vez que se tratava de um personagem com amplo círculo de amigos e relações, além de um relevante mediador de vários aspectos ligados ao mundo do livro, em especial sua compra e venda.<sup>544</sup>

---

coleções da biblioteca central da Universidade de Brasília. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, vol.13, n. esp. CBBD 2017. Disponível em: < <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/825/964> >. Acesso em: 07/08/2020

<sup>542</sup> Cf. WEITZEL, Simone da Rocha. Desenvolvimento de coleções: origem dos fundamentos contemporâneos. **TransInformação**, Campinas, vol.24, n.3, p.179-190, 2012. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/tinf/v24n3/a03v24n3.pdf> >. Acesso em: 03/07/2017.

<sup>543</sup> MELLO E SILVA, Maria Celina Soares de *et al.* Introdução. In: MELLO E SILVA, Maria Celina Soares de (org.). **Da minha casa para todos: a institucionalização de acervos bibliográficos**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2018, p.5.

<sup>544</sup> BESSONE, Tânia Maria. **Palácios de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro, 1870-1920**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

A doação de sua coleção guarda vários paralelos com os pontos elencados ao longo da tese: a vontade de Ramos Paz de manter sua coleção coesa após sua morte; a compra e consequente doação para a BN por parte de um abastado membro da elite econômica da Primeira República, Arnaldo Guinle, depois da mobilização de importantes figuras como Capistrano de Abreu e Ramiz Galvão para evitar sua dispersão; a feitura de um catálogo da coleção, dando-lhe uma unidade, que continha no seu suplemento um esboço biográfico escrito pelo próprio Capistrano depois da morte de Ramos Paz. Esse escrito foi feito contra a sua vontade: ele não queria que houvesse divulgação de sua morte nos jornais, convites para o funeral ou qualquer tipo de escrita memorialista sobre sua vida.<sup>545</sup>

A coleção de José Carlos Rodrigues é brevemente evocada em sua obra. Bessone recupera um juízo de Capistrano de Abreu a respeito de figuras como Arnaldo Guinle e Júlio Ottoni: “Capistrano gostava de chamá-los, esses mecenas bissextos, pelos quais não nutria muita simpatia, de ‘dinheirosos’”. Foi assim que qualificou Júlio Ottoni, responsável pela compra e posterior doação à Biblioteca Nacional do acervo de José Carlos Rodrigues”.<sup>546</sup> Apesar desses muitos paralelos, os traços pessoais de Ramos Paz e de Rodrigues estão em polos opostos. Segundo Bessone, Ramos Paz era um tipo de “filisteu cultural”, permanentemente voltado para demonstrar a superação de sua origem pobre, imigrante e iletrada. Seus livros estavam à serviço de seu aprimoramento – cheios de anotações e inserções de recortes de jornal – e não figuravam como um ornamento, ou um apêndice para sua distinção social.<sup>547</sup> A composição das duas coleções, pelo que se pode depreender, também não se assemelhava. A *Bibliotheca Brasiliense* de Rodrigues era uma brasileira histórica, no máximo contendo obras sobre o Descobrimento das Américas; já Ramos Paz reuniu uma espécie de biblioteca universal, embora com fortes pendores para a tradição literária lusitana.

A doação das coleções de Ramos Paz e José Carlos Rodrigues são apenas duas de uma longa série histórica dentro da Biblioteca Nacional. A primeira seção deste capítulo está voltada para um panorama diacrônico, embora muito longe de exaustivo, a respeito desse fenômeno na BN, enfatizando-se as justificativas e motivações mais recorrentes para a doação, segundo os agentes envolvidos. Já a segunda seção tenta recuperar algumas estratégias da Biblioteca na economia da glória. Nela, será visto como os dirigentes da

---

<sup>545</sup> Ibid., p.163.

<sup>546</sup> Ibid., p.166.

<sup>547</sup> Ibid., p.155-157.



BN se valeram da importância da instituição, reforçando sempre que possível sua longa e relevante trajetória para atrair o engajamento da sociedade civil e de atores ligados ao Estado a fim de promover seu desenvolvimento.

### **3.1 O ‘motivo patriótico’, o ‘último desejo’ e outras justificativas para doar: um panorama das doações para a BN**

A narrativa de origem da Biblioteca Nacional brasileira é repleta de acontecimentos que fazem dela um dos casos mais singulares entre suas congêneres.<sup>548</sup> E uma ‘doação’ ocupa uma das posições centrais nessa narrativa. Antes de tratar desse caso específico, porém, cumpre arrolar os acontecimentos que o antecederam e avançar no tempo a fim de expor essa singularidade e suas nuances. O marco zero da narrativa é o conhecido desastre que acomete Lisboa em 1755: um terremoto, seguido de maremoto, tendo como arremate um incêndio de grandes proporções. Não cabe aqui explorar em detalhes as implicações desse desastre para a história política de Portugal. Basta mencionar que a Real Biblioteca então existente foi praticamente toda destruída junto com o Palácio Real que a abrigava.

Essa coleção destruída era o fruto de séculos de acumulação por parte dos monarcas portugueses, alcançando o ápice de sua importância durante o reinado de João V, imediatamente anterior à catástrofe, já que ele morre em 1750.<sup>549</sup> Coleções dessa natureza tinham vários propósitos práticos para um governante, mas talvez o principal aspecto de uma biblioteca real fosse seu poder simbólico. Por se tratar de um país visto como atrasado em relação ao restante da Europa – visão que predominava no século XVIII –, essa coleção, significativamente aumentada nas mãos de João V, cumpria o papel de se mostrar como sinal de uma monarquia vicejante e enriquecida. A Real Biblioteca era vista como digna de representar o país e sua dinastia, de modo que o monarca lhe devotava enorme apego: “As crônicas portuguesas registram a relevância dessa coleção de livros para o rei português, que costumava dizer que sua ‘Livraria’ teria para ele a mesma importância que o ouro enviado do Brasil”.<sup>550</sup>

A reconstrução da Real Biblioteca foi apenas uma das muitas reconstruções da

---

<sup>548</sup> Muitas obras relevantes já foram escritas a esse respeito, mas vou me ater àquela que considero a mais bem estruturada e fundamentada: SCHWARCZ, Lília M. *A longa viagem da biblioteca dos reis*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

<sup>549</sup> Ibid., p.32.

<sup>550</sup> Ibid., p.32-33.

corte portuguesa depois de 1755. Sob o comando de Sebastião José Carvalho de Melo, futuro marquês de Pombal, e do rei José I, Portugal passou por um de seus mais significativos momentos de inflexão histórica. Refazer a livraria do rei teria sido considerado uma questão de honra.<sup>551</sup> Esse processo se deu por compras, pelo sequestro das bibliotecas dos conventos jesuítas – expulsos de Portugal e seus domínios em 1759 – e por doações. Muitos fidalgos foram intimados a vender suas coleções particulares. Alguns voluntariamente as doaram. Houve uma coleção em particular cuja ‘doação’ foi conseguida a duras custas. Seu colecionador era o abade Diogo Barbosa Machado, o primeiro a empreender um trabalho sistemático de bibliografia portuguesa, a *Bibliotheca Lusitana*.

Há algo de especial na coleção Barbosa Machado. Mais do que os livros que ela encerra, o abade teve o trabalho de juntar folhetos e opúsculos – a maioria deles impressos, embora haja alguns poucos manuscritos – e outras publicações efêmeras, tudo isso reunido em grandes cadernos. Seu método consistia em recortar as folhas dos opúsculos, retirando-as de seu formato original para depois colar novamente suas páginas de modo a homogeneizar as peças nesses grandes volumes. Sua reunião se dava segundo critérios temáticos. Embora os assuntos fossem variados, a esmagadora maioria tratava de acontecimentos e personagens passados da história lusitana: “Dispostos em coleção, aqueles documentos permitiam que a memória de eventos e homens continuasse viva”.<sup>552</sup> O próprio Barbosa Machado a descreveu como uma “coleção singular, e de suma estimação que consta de sucessos pertencentes à História de Portugal formada de vários livros de prosa e verso da dita história e reduzida a folha em volumes”.<sup>553</sup> A incorporação dessa coleção à Real Biblioteca dotou-a novamente de uma identidade e de uma representatividade em relação ao passado do país e de seus mais notáveis feitos e homens.<sup>554</sup>

O trabalho de persuadir Barbosa Machado a doá-la coube a outro membro da igreja e também bibliófilo, Manoel do Cenáculo, importante personagem para a história

---

<sup>551</sup> Ibid., p.34.

<sup>552</sup> MONTEIRO, Rodrigo Bentes; CALDEIRA, Ana P. Sampaio. A ordem de um tempo: folhetos na coleção Barbosa Machado. **Topoi**, vol.8, n.14, 2007, p.82. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/topoi/v8n14/2237-101X-topoi-8-14-00077.pdf> >. Acesso em: 16/06/2020.

<sup>553</sup> MACHADO, Diogo Barbosa. **Cathalogo dos Livros da Livraria Diogo Barbosa Machado distribuídos por matérias e escrito por sua própria mão**. Apud. MONTEIRO, Rodrigo Bentes; CALDEIRA, Ana P. Sampaio. Op. Cit., p.103-104.

<sup>554</sup> SCHWARCZ, Lilia M. Op. Cit., p.144.

das bibliotecas, visto contemporaneamente como o ‘fundador’ da BN de Portugal.<sup>555</sup> Segundo escreveu Cenáculo, Barbosa Machado ofertou sua coleção “com generosidade para depósito seguro de fadigas de mais de oitenta anos em formar sua estimável coleção”.<sup>556</sup> Foram necessários três anos – de 1770 a 1773 – para que a coleção fosse transportada, sendo que seu colecionador morreu em meio ao processo. O abade teria *aceitado* de José I a *graça* de uma tença vitalícia e transferível a familiares, por sua doação: tais protocolos fazem lembrar a enorme variabilidade de códigos em torno da dívida no Antigo Regime.

O processo de reconstituição da Real Biblioteca se seguiu ao longo das décadas subsequentes, variando em intensidade. Outros donativos foram incorporados, outras coleções compradas e outras tantas publicações obtidas no mercado, formando um novo conjunto valioso, ainda que inferior ao original.

A outra inflexão nessa narrativa de origem da Biblioteca Nacional brasileira ocorre diante das turbulências políticas mundiais, mais especificamente o conflito entre França e Inglaterra, este último um histórico aliado de Portugal. Em 1807, pressionado pela guerra entre as duas potências e diante da invasão francesa em andamento, a monarquia portuguesa resolve retirar-se de Lisboa e rumar para sua colônia brasileira, escapando de provável deposição. A Real Biblioteca, embora estivesse no cais para ser embarcada junto com a família real e seu séquito, acabou ficando para trás em meio à presumível complexa tarefa de reunir pessoas, mantimentos e objetos. Coube aos responsáveis escondê-la da provável rapinagem francesa, algo que ocorreu em outras instituições científicas portuguesas, como o Real Jardim Botânico. Em 1808, os franceses foram expulsos, mas a ameaça de uma nova tentativa de retomar o território era concreta e foi de fato tentada. Diante disso, o príncipe regente, futuro João VI, ordenou que sua coleção de impressos e manuscritos fosse enviada ao Brasil a fim de mantê-la a salvo. Em três levadas diferentes, entre os anos de 1810 e 1811, a Real Biblioteca aportou na nova sede da coroa.<sup>557</sup>

Esse ciclo da narrativa de origem se encerra quando, mais de uma década depois de sua chegada à colônia, a coroa portuguesa se vê diante de sua própria revolução interna, de caráter liberal e constitucional. Com isso, João VI retorna à metrópole e deixa seu

---

<sup>555</sup> Cf. DOMINGOS, Manuela D. **Subsídios para a história da Biblioteca Nacional**. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1995.

<sup>556</sup> SCHWARCZ, Lilia M. Op. Cit., p.143.

<sup>557</sup> Ibid., p.34.

sucessor natural, Pedro I, no Brasil. Como se sabe, é a partir desse arranjo que a Independência brasileira se desenrola em 1822. No processo de negociação que se arrasta para que Portugal reconhecesse a autonomia brasileira, houve um conjunto de exigências de reparação monetária pelos bens que teriam sido alienados à Coroa portuguesa. Dentre esses bens, no topo da lista de indenização, estava a Real Biblioteca.

Depois da primeira destruição, vimos como se preserva, a todo custo, uma livraria. Uma biblioteca ao mar, uma biblioteca livre dos invasores e sobretudo uma biblioteca que se torna símbolo de independência; emancipação feita de atos, mas com livros e por meio da sua posse. Utilizada para a composição de leis e decretos, ou meramente como um adorno da realeza, a Biblioteca se firmava adicionando sentidos à Independência. Com uma bela coleção de livros se recorria à história, com uma seleta livraria se falava de tradição numa terra de passado político recente. Diante do ato de emancipação, breve e fortuito como são os atos humanos, recorria-se a esse acervo maravilhoso, dono de histórias que recontavam a sina de toda a humanidade. Entre o uso pragmático e a dimensão simbólica de sua inserção, fiquemos com os dois.<sup>558</sup>

Uma breve comparação entre as narrativas de origem das bibliotecas nacionais brasileira e portuguesa permite realçar o quanto esse termo “narrativa” é apropriado. Em Portugal, pouco se fala a respeito das coleções que ficaram no Brasil: a Real Biblioteca que veio era basicamente composta pela coleção do palácio da Ajuda e pela coleção que servia de instrução dos príncipes, a do Infantado. E nessa narrativa da BN brasileira, como ela é costumeiramente realizada, pouco se fala que, em Portugal, a vinda das coleções reais não é tratada vista como uma perda de seu patrimônio bibliográfico. Para os portugueses, sua Biblioteca Nacional é fruto de um projeto que corria paralelamente à reconstituição da Real Biblioteca. Tratava-se do estabelecimento de uma instituição pública, franqueada a todos, de caráter universal e voltada para a promoção da instrução e das “luzes”, uma instituição com uma forte razão de Estado.<sup>559</sup>

Ao longo do século XIX, a consolidação dos Estados-Nação, vista geralmente como uma entidade política, jurídica e territorial, se tornou viável não só pela imposição da soberania por meio do uso legítimo da força física, mas também pelos símbolos que

---

<sup>558</sup> Ibid., p.423.

<sup>559</sup> Cf. CABRAL, Maria Luísa; LISBOA, João Luís. A Real Biblioteca Pública da Corte e o Estado Moderno. **Cultura: Revista de História e Teoria das Ideias**, Lisboa, vol.36, p.1-10, 2017. Disponível em: < <https://journals.openedition.org/cultura/3682> >. Acesso em: 16/03/2020. Além desse artigo, outros trabalhos acompanham essa mesma linhagem interpretativa. Conferir: PROENÇA, Raul. Antecedentes e origens da Biblioteca Nacional de Lisboa. **Anais das Bibliotecas e Arquivos**, Lisboa, vol.3, p.154-165, 1922. Disponível em: < [http://purl.pt/258/1/bad-1510-v/index-geral-2-HTML/P\\_P858.html](http://purl.pt/258/1/bad-1510-v/index-geral-2-HTML/P_P858.html) >. Acesso em: 16/03/2020. DOMINGOS, Manuela D. **Subsídios para a história da Biblioteca Nacional**. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1995. CABRAL, Maria Luísa. **A Real Biblioteca e os seus criadores**: em Lisboa, 1755-1803. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2014.

se conseguia projetar a fim de estabelecer mentalmente um sentido de comunidade.<sup>560</sup> Com o decorrer desse processo no Brasil, algumas instituições já existiam “marcadas pelo signo do nacionalismo”. Elas teriam contribuído para “os processos de formação de Estado, em particular do sistema de Estado”.<sup>561</sup> Num artigo sobre o papel desempenhado pelo Museu Nacional (MN) no processo de *nation-building*, seus autores, Carla Dias e Antônio Carlos de Souza Lima, argumentam que o MN se caracterizaria como uma desses organismos de nação antes do nacionalismo se consolidar enquanto um sistema institucional e simbólico:

Se a definição no âmbito do patrimônio histórico e artístico nacional, como política governamental, ocorreu nos anos 30 e 40, [...] as demandas pela criação de uma ação de Estado com tais funções parecem vir de mais longe no tempo e encontrar no Museu Nacional um de seus locais de ancoragem.<sup>562</sup>

Retomando algumas reflexões de Luiz de Castro Faria, um dos agentes públicos responsáveis pela implementação da política de patrimônio no Brasil, Dias e Lima lembram da distinção entre o que ele chamou de “nacionalismo retórico” e “nacionalismo como política de Estado”, sendo o primeiro anterior ao segundo. A Biblioteca Nacional pode ser equiparada ao Museu nessa condição. No trecho abaixo, os autores estão se referindo ao MN, mas poderiam estar descrevendo o mesmo processo pelo qual a BN passou ao longo do século XIX:

A ideia da identificação como *nacional* de certos conjuntos de objetos como integrantes de um patrimônio cultural coletivo, por parte dos atores concretos que participaram dessas agências estatais, pressupõe, portanto, atos de colecionismo e sistemas arbitrários de valoração e significação historicamente determinados, que em si devem ser vistos como partes de processos mais amplos de estatização da vida social.<sup>563</sup>

Um dos recursos utilizados pelos doadores de objetos e coleções para a BN ao longo do XIX remete justamente a uma *retórica nacionalista*. Embora o termo ‘nação’ apareça com certa frequência nas fontes compulsadas, termos ligados ao ‘patriotismo’ tendem a ser mais evocados.

Antes de adentrar nesse assunto, porém, cabe fazer alguns esclarecimentos a

---

<sup>560</sup> Cf. ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

<sup>561</sup> LIMA, Antônio Carlos de Souza; DIAS, Carla da Costa. O Museu Nacional e a construção do patrimônio histórico nacional. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília, n.34, 2012, p.199. Disponível em: < [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat34\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat34_m.pdf) >. Acesso em: 05/10/2015.

<sup>562</sup> Ibid., p.202.

<sup>563</sup> Ibid., p.203. Grifo dos autores.

respeito dessa seção. Seu objetivo é traçar um panorama mais geral a respeito das doações para a BN por meio de uma abordagem diacrônica dessa manifestação a fim de tornar mais compreensível o caso da coleção Benedicto Ottoni. O problema da amostragem mais uma vez se manifesta dado o grande volume de doações e a dificuldade em recuperá-las todas. O recorte temporal está basicamente circunscrito às balizas da segunda metade do século XIX e primeiras décadas do XX, embora alguns exemplos pontuais escapem dessas datas. As doações arroladas estão agrupadas segundo algumas motivações e justificativas recorrentes, tentando-se realçar certas regularidades nesse processo. A exposição está entrecortada por algumas inflexões na história da Biblioteca que proporcionaram maior projeção à instituição, algo que influenciou a percepção a seu respeito, animando novas doações. A maior parte dos casos evocados ganhou algum tipo de repercussão pública nos periódicos da época. Esse tipo de repercussão parece ser um dos combustíveis principais para a dinâmica social da doação: estar noticiado nos periódicos municia a dádiva de uma eficácia, fornecendo um tipo de retribuição simbólica ao gesto; ao mesmo tempo, cada doação noticiada retroalimenta a percepção coletiva, ajudando a conformar um lastro de experiências passadas que possivelmente animava expectativas de doadores em potencial ao fornecer exemplos a serem seguidos.

Os comentaristas da doação da coleção Benedicto Ottoni em 1911 evocaram por diversas vezes o *motivo patriótico* por trás do gesto. Em diversas ocasiões anteriores, uma identificação entre a Biblioteca e a *nação* foi explorada. Em 1838, por exemplo, o periódico *O Universal*, numa curta nota, escreve que o “Sr. Martim Francisco Ribeiro d’Andrada *ofereceu à Nação* a rica e escolhida biblioteca de seu falecido Irmão o Conselheiro José Bonifácio, composta de 5 mil volumes, muitos manuscritos, desenhos de máquinas, mapas, etc.”.<sup>564</sup> A nota inclusive prescinde de mencionar que a doação se deu para a Biblioteca Nacional, tratada como uma metonímia da nação.

No volume XI dos *Anais da Biblioteca Nacional* publicado em 1885, um esboço histórico da Seção de Impressos e Cartas Geográficas é publicado antecedendo a primeira tentativa de sistematizar um catálogo das obras nela constantes. Seu autor, José Alexandre Teixeira de Mello, foi um longo funcionário da Biblioteca, que uma década depois, em 1895, assumiria a direção da instituição após a saída do literato Raul Pompeia, num

---

<sup>564</sup> O SR. MARTIM Francisco Ribeiro... *O Universal*, Ouro Preto, 8 jun. 1838, p.2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/706930/8414>>. Acesso em: 11/10/2017. Grifo meu.

período um tanto conturbado para os padrões da instituição.<sup>565</sup> Nesse esboço histórico, ele reconstituiu a formação dessa Seção e um dos aspectos mais privilegiados em sua resumida narrativa é o papel da doação: “Desde que a Biblioteca definitivamente se estabeleceu no Rio de Janeiro foram-lhe agregando, por dádivas generosas e aquisições sob mais de um título, grandes e importantes coleções”.<sup>566</sup>

Teixeira de Mello deu grande destaque a um conjunto de doadores que tinha em comum serem todos representantes do Brasil em delegações no exterior: “Como se as honras de representação do Brasil nos países estrangeiros aguçassem o *inato patriotismo*, obrigando-o[s] a provas fora do comum”.<sup>567</sup> É possível que Teixeira de Mello tenha selecionado, entre tantos doadores, tais homens especificamente, embora ele justifique a escolha pelo critério das doações “mais avultadas”.<sup>568</sup> Afinal, tratava-se de doações relativamente recentes feitas por pessoas ainda vivas. Depois de apresentar esses casos que Teixeira de Mello expõe, será visto como outros fatores podem ter contribuído para esse grande afluxo de doações.

Embora o perfil dos doadores fosse semelhante, as coleções em si não o eram. O conselheiro Filipe Lopes Netto doou “pela segunda vez [...] a mais abundante colheita de obras e opúsculos relativos ao sistema penitenciário, cuidadosa e patrioticamente reunidos pelo ilustre diplomata na Europa e América”.<sup>569</sup> Percebe-se o caráter prático dessa coleção. Voltada para uma questão inerente aos Estados, ela possibilitava a produção de novos conhecimentos e resoluções a partir de seu estudo. Mas sua doação incluiu outra peça que remete a uma questão ainda mais carregada de potencial ‘patriótico’: a solução de litígios de fronteira. Documentos históricos – fossem eles mapas impressos ou manuscritos, tratados antigos, relatos diversos – guardavam, naquela época, um caráter jurídico comprobatório.<sup>570</sup> A Biblioteca Nacional municiou com documentação todas as contendas em que o Brasil se envolveu e Teixeira de Mello teve

---

<sup>565</sup> Cf. LAPA E SILVA, Iuri A. O envolvimento da Biblioteca Nacional no processo de demarcação de limites com a Guiana Francesa: os usos políticos de um acervo. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, vol.128, 2010, p.29-30.

<sup>566</sup> MELLO, José Alexandre Teixeira de. Seção de Impressos e Cartas Geográficas: esboço histórico. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, vol.11, p.18 [1883-1884], 1885. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/402630/32860> >. Acesso em: 02/08/2010. Antes de adentrar na descrição desse processo, ele não se furta de dedicar um longo trecho de seu texto à coleção de Diogo Barbosa Machado: “Esses tesouros ficaram constituindo o núcleo da atual Biblioteca Pública do Rio de Janeiro: não podia ter ela mais nobilitada estirpe”.

<sup>567</sup> Ibid., p.27. Grifo meu.

<sup>568</sup> Ibid., p.26.

<sup>569</sup> Ibid. p.26-27.

<sup>570</sup> LAPA E SILVA, Iuri A. Op. Cit., p.15-16.

um papel ativo nesse processo.<sup>571</sup> Logo, a doação de um mapa que tinha serventia potencial para a consolidação do território brasileiro valorizava ao mesmo tempo o diplomata-doador e a BN, custodiadora desse artefato e de tantos outros de natureza semelhante.

Além dessa dádiva na verdade principesca, presenteou-nos S. Exa. com um magnífico e nítido exemplar do soberbo *Mapa Geográfico da América Meridional*, [...] documento preciosíssimo, por irrecusável, em favor do Brasil na pendente questão de fronteiras do Império com a Confederação Argentina [...].<sup>572</sup>

Outros três representantes do Brasil no exterior, um deles nos Estados Unidos, um no Peru e outro no Chile, enviaram à BN obras variadas – cartografia, estatísticas e livros de história e geografia – sobre os países em que estavam, com exceção do representante na América do Norte que doou material sobre o Canadá, “com o que desapareceu a sensível falta que se lhe notava de notícias especiais daquele país”.<sup>573</sup>

De todas as doações que Teixeira de Mello cita em seu texto, aquela que mais se destaca é a de Salvador de Mendonça, então cônsul em Nova York. Sua coleção foi muito celebrada na época em que estava sendo doada – a doação foi realizada por sucessivos envios dos Estados Unidos –, sendo costumeiramente lembrada como uma das mais importantes na história da Biblioteca.

Como se do lado da representação nacional no estrangeiro se tivesse estabelecido uma corrente de estímulo e competência em obsequiar a pátria distante, veio ainda do corpo consular brasileiro, quase pelo mesmo tempo (a 25 de março daquele ano [1884]), nova e valiosíssima dádiva engrossar o pecúlio histórico da Biblioteca.<sup>574</sup>

A doação do diplomata se distinguia das demais arroladas por Teixeira de Mello. Tratou-se de uma coleção com um recorte mais definido, a maior parte relativa a um período específico e muito visitado na formação histórica do país, o chamado período de Domínio Holandês. Algumas qualidades que serão mais tarde destacadas para elogiar a coleção Benedito Ottoni já apareciam aqui: o “inestimável valor” das obras – “algumas delas, pela sua extrema raridade, podem ser consideradas documentos”; o trabalho de “paciente colecionador”; e o “catálogo explicativo com que as acompanhou”, que era ainda um catálogo manuscrito.<sup>575</sup> Teixeira de Mello cita ainda uma matéria que saiu no *Jornal do Commercio* reverberando a doação. Nela, ressalta-se o fino gosto de bibliófilo,

---

<sup>571</sup> Ibid., p.22-25.

<sup>572</sup> MELLO, José Alexandre Teixeira de. Op. Cit., p.27.

<sup>573</sup> Ibid.

<sup>574</sup> Ibid., p.28-29.

<sup>575</sup> Ibid., p.29.



sua seleção apurada de “obras e edições”, seu pendor de “crítico sagaz e judicioso” e o cuidadoso acondicionamento das peças enviadas.<sup>576</sup> Essa não foi a única vez que um periódico repercutiu essa doação. Como ela foi sendo enviada em várias levadas, o gesto se demorou na esfera pública.

Em 1885, o então diretor na BN, Saldanha da Gama, escreve ao jornal *O Paiz* para dar notícia da segunda leva que havia chegado à instituição. Como na matéria do *Jornal do Commercio*, a carta do diretor descreve algumas peças, ressaltando seu valor e sua importância, tanto no quesito raridade, quanto no histórico.<sup>577</sup> Nesse envio, Salvador de Mendonça também teria incluído obras de outras temáticas, história colonial de Nova York, edições especiais de clássicos italianos, uma bíblia rara etc. Mas são os detalhes que cercam a doação feita pelo cônsul que realmente encantam Saldanha da Gama e parecem dotá-la de especial merecimento:

Os livros, como da outra vez, vieram acompanhados, não de uma relação explicada, como modestamente qualifica o seu autor, mas de um verdadeiro catálogo, com a transcrição fiel do título das obras e cheio de notas cintilantes de sã e erudita crítica.

Mas, Sr. redator, não é principalmente por este lado que desejo tornar conhecido nosso compatriota. Certo é que, não raro, pelas coisas mínimas mais do que pelas grandes caracteriza-se o homem. É nisso que se concentra agora todo nosso interesse. Vejamos: todos os exemplares da coleção Salvador de Mendonça trazem na guarda ou em algumas das folhas preliminares, em forma de ex-dono, um pequeno rótulo, emoldurado em tarja, e dentro dela estes dizeres: “N... À Biblioteca Nacional, oferece Salvador de Mendonça, New York...”

(Cada exemplar tem o seu número de ordem e a data em que é oferecida).

Para evitar que os livros se estraguem pelo atrito contra a madeira das caixas em que são transportados, são essas forradas de um delgado colchão, constante de pastas de algodão entre folhas de papel pardo. Ainda com o intuito de evitar o atrito dos livros, uns contra os outros, espalharam-se pelo modo mais conveniente chumaços e rolos de papel de formas variadíssimas e todos os livros, desde o folio grande até o 24 e o 32, são envolvidos em papel de seda!

Para os autógrafos mandou o Sr. Salvador de Mendonça fazer caixa especial de madeira, com chave e fechadura de metal branco, e forrada de cetim verde. As gravuras repousam em cima de uma folha de madeira, para que se não dobrem, e cada uma delas é, por sua vez, metida em envelope de papel forte.

Eis aí o bibliófilo na genuína acepção da palavra.<sup>578</sup>

---

<sup>576</sup> Ibid.

<sup>577</sup> GAMA, Saldanha da. Bibliotheca Nacional. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 26 ago. 1885, p.2-3. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/178691\\_01/1334](http://memoria.bn.br/DocReader/178691_01/1334) >. Acesso em: 11/10/2017. Ele menciona um opúsculo sobre uma colônia holandesa na margem ocidental do rio Amazonas que “nenhum ou quase nenhum vestígio deixou na história”.

<sup>578</sup> Ibid.

Saldanha da Gama ainda toma a liberdade de reproduzir a carta escrita pelo cônsul que acompanhou sua doação: “Tenho eu o direito de expor à luz da publicidade esta adorável página escrita na intimidade e confiada à amizade? Não sei. O que sei é que a justiça tem também as suas tiranias, e, às vezes, é preciso exercê-la, ainda que sangue o coração”.<sup>579</sup> Por essa carta, fica-se sabendo de alguns interessantes pormenores de seu colecionismo, algo cuja exposição pública o diretor justifica da seguinte maneira: “Como nosso interesse é tornar conhecido mais o bibliófilo do que o literato, mais o homem do que o funcionário público, daremos em seguida uma página de vida íntima”.<sup>580</sup> A citação que segue é parte da missiva escrita por Salvador de Mendonça:

A melhor recompensa que posso ter das minhas ofertas de livros é a satisfação de estar aumentando, com os pequenos recursos de que disponho, a nossa já tão rica senão tão conhecida coleção. Se Deus me der vida e prosperidade, pretendo em anos futuros adicionar algumas centenas mais de obras, ao que V. tão benevolmente chamou a Coleção Salvador de Mendonça. Desejo apenas que a contribuição deste ano mereça a sua aprovação e desperte interesses no que a consultarem...

Não imagina o meu prazer quando posso dispor de algumas horas para pôr-me à caça de algum livro que nos interesse nas casas em que se vendem livros em segunda mão, para não falar da deleitável pertinácia com que costumo assistir a todas as vendas públicas de livrarias aqui e em Boston.

Já vê, pois, que é a minha devoção e traz consigo a própria recompensa. À noite, como pouco saio, e pela manhã, pois estou sempre de pé às 6 da manhã em todas as estações, acho sempre tempo para ler. Consequentemente, acumulo anualmente alguns centos de livros lidos ou examinados, aos quais naturalmente nunca mais tornarei, e que, em vez de ficarem egoisticamente trancados nas estantes, vão e continuarão a ir para a Biblioteca Nacional, desde que mereçam ser aí colocados. Por ora não há muito mérito no que faço. Se ao cabo de anos eu tiver assim conseguido dotar a nossa Biblioteca com alguns mil exemplares, então a honra antecipada que V. já deu à minha primeira oferta pode vir a ser merecida.<sup>581</sup>

Percebe-se que Salvador de Mendonça justifica sua doação pelo móbil do *prazer* e do *desinteresse*. Ele não pediu que fosse formada uma coleção com seu nome e não se julgava, por ocasião dessa carta, digno de maior reconhecimento, algo que destacava sua humildade perante todo o processo, o que talvez aumentasse ainda mais seu valor aos olhos dos pares.

---

<sup>579</sup> Ibid.

<sup>580</sup> Ibid.

<sup>581</sup> Ibid.



Fig.22

A recorrência destacada do *motivo patriótico* evidencia o quanto a Biblioteca Nacional se confunde com a ideia de nação. Cabe lembrar o ofício evocado na introdução da tese, no qual o chefe da Seção de Estampas, José Zeferino de Meneses Brum, tenta convencer o diretor da BN em 1890 a sondar algum “cidadão patriota” que quisesse ligar seu nome à instituição, fornecendo capitais para comprar peças iconográficas.<sup>582</sup> Seu artifício não parece corresponder aos protocolos esperados de uma doação. De todo modo, ele sabia que o apelo ao patriotismo poderia entusiasmar alguém, da mesma forma que Teixeira de Mello pareceu relacionar o patriotismo de brasileiros representantes do Estado no exterior a uma leva de doações. Há indícios, no entanto, que apontam para outros fatores em jogo, que contribuem para a compreensão desse patriotismo.

A partir da década de 1870, a BN começa a passar por um conjunto de mudanças significativas, que foram uma verdadeira inflexão na trajetória da instituição. Tal deslocamento parece corresponder a um interesse de Estado em modernizar a Biblioteca. Para capitanear esse processo, um importante personagem foi escolhido pelo governo imperial, Benjamin Franklin de Ramiz Galvão.

Numa pesquisa de fôlego, a historiadora Ana Paula Caldeira Sampaio explora as trajetórias cruzadas entre Ramiz Galvão e a Biblioteca Nacional.<sup>583</sup> Embora se trate de uma biografia histórica, o panorama traçado a respeito da instituição, de seu

<sup>582</sup> BRUM, José Zeferino de Meneses. [Ofício ao diretor da Biblioteca Nacional, Francisco Leite de Bittencourt Sampaio]. Rio de Janeiro, 6 out. 1890. Fundação Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos. Localização: 66, 3, 004, n.41.

<sup>583</sup> CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. **O bibliotecário perfeito**: o historiador Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional. Porto Alegre: EDIPCRS; Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2017.

funcionamento e da renovação de seu papel dentro do sistema de Estado fornece aportes fundamentais para a compreensão desse momento crucial de sua existência. Embora Ramiz Galvão tenha sido apenas uma peça em meio às decisões estatais para a modernização da BN, não se pode negar sua importância individual nesse processo, com destaque para seu papel como “mediador cultural”, conectando pessoas, instituições e o campo político.<sup>584</sup> Da mesma forma, Caldeira enfatiza o quanto essa passagem pela Biblioteca foi fundamental em sua vida, um “acontecimento biográfico”, conforme ela argumenta.<sup>585</sup>

Ramiz Galvão foi enviado à Europa em 1873, três anos depois de sua entrada na BN, acompanhando a representação do Brasil na Exposição Internacional de Viena, e recebendo a incumbência adicional de conhecer o funcionamento de instituições congêneres no Velho Continente. Tendo visitado as grandes bibliotecas de Paris, Londres, Berlim, Munique, Leipzig, Florença, Milão, Viena e Lisboa, ele observou sua organização, cotidiano administrativo e dinâmica de funcionamento para balizar o novo modelo de arranjo da biblioteca sob seu encargo.<sup>586</sup> Os dados compilados por Galvão, que Caldeira reproduz em tabelas comparativas, fornecem um quadro desolador. A British Library de Londres – ainda ligada ao British Museum – e a nacional de Paris, de um lado, e as BNs de Lisboa e do Rio de Janeiro, de outro, estão em polos opostos. Os recursos e as despesas das instituições francesa e inglesa mostram a precariedade das duas bibliotecas lusófonas. O total de funcionários trabalhando nas primeiras passava de cem em cada uma, enquanto nas últimas não chegava a vinte. Mas não foi só esse tipo de questão que lhe chamou a atenção. Outro ponto importante, que inclusive atravessou todo o século XX e até hoje é causa de controvérsia, diz respeito ao público que uma biblioteca nacional deveria atender. Ramiz Galvão já defendia que a BN era um local para os eruditos, os especialistas, e não para o leitor de jornais e de “literatura amena”.<sup>587</sup> No entanto, numa cidade de tão poucas instituições dessa natureza, a relação do leitor ‘ordinário’ do Rio de Janeiro com a BN foi de grande cumplicidade.<sup>588</sup>

Retornando de sua viagem, Ramiz Galvão passou a trabalhar na implementação

---

<sup>584</sup> Ibid., p.20.

<sup>585</sup> Ibid., p.101-102.

<sup>586</sup> Ibid. Além disso, como bem enfatiza Caldeira, Ramiz tinha outra tarefa a realizar: a busca e a identificação de documentos sobre o Brasil na Europa “que pudessem ser transcritos ou comprados para enriquecer o acervo da Biblioteca Nacional e, por consequência, auxiliassem os estudos de história pátria”. Ibid., p.112

<sup>587</sup> Ibid., p.119.

<sup>588</sup> Cf. LAPA, Iuri; JORDÃO, Lia. **A Biblioteca Nacional na crônica da cidade: a cidade e o leitor** (vol.1). Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2017.

das mudanças possíveis, o que se concretizou com a promulgação de um novo Regulamento publicado em 1876. Nele, a Biblioteca passa a ser dividida em três seções – Impressos e Cartografia, Estampas e Manuscritos. O documento também determinou um quadro estável de funcionários e suas funções, além de disciplinar o trabalho desses funcionários, regular as possibilidades de empréstimo e a forma como o leitor teria acesso ao acervo, variando conforme a especificidade do material a ser consultado. Uma das “competências” atribuídas ao “Bibliotecário” da instituição – como era nomeado o principal responsável pela BN na época<sup>589</sup> – consistia em “dirigir a publicação dos *Anais da Biblioteca Nacional* revista periódica onde deverão ser publicados os manuscritos interessantes da Biblioteca, e trabalhos bibliográficos de merecimento”.<sup>590</sup> O primeiro volume é impresso em 1876. Para Caldeira, essa publicação guarda uma marca fundamental nas respectivas trajetórias:

Os *Anais* são, a nosso ver, uma das produções que melhor caracterizam a atuação de Ramiz como intelectual mediador, na medida em que, por meio desse veículo, ele se comunicava com o público especialista que ele tanto queria para a sua instituição e, ao mesmo tempo, dava visibilidade à BN, fazendo-a dialogar com outras instituições de saber nacionais e estrangeiras.<sup>591</sup>

Não escapou a comentaristas posteriores os efeitos desse conjunto de mudanças sobre as doações que a Biblioteca passaria a receber. Uma longa matéria sobre a Biblioteca Nacional, publicada em 1940 na seção “As grandes reportagens exclusivas” do hebdomadário carioca *Dom Casmurro*, recupera esse argumento estabelecendo uma correlação direta entre as reformas capitaneadas por Ramiz Galvão e o incremento de doações. Na seção chamada “Donativos Preciosos”, lê-se:

Até 1873, a atual Biblioteca Nacional, em matéria de organização, não era nem sombra do que é. Faltava-lhe pessoal experimentado. E, deste modo, não se havia feito um inventário sistemático de seus haveres. Só em 1874 é que se iniciou um trabalho regular, com a escolha de técnicos que iniciaram um balanço geral de suas riquezas, algumas desconhecidas do próprio governo e dos seus dirigentes. Tais medidas, inclusive a publicação dos *Anais* iniciada em 1876, pelo dr. Ramiz Galvão, deram aos nossos intelectuais e bibliófilos um real interesse pela sorte da Biblioteca. E daí os donativos preciosos que passou a receber desde então.<sup>592</sup>

---

<sup>589</sup> Antes desse título, o nome desse cargo era “prefeito”, passou a ser “diretor” com a proclamação da República e hoje é “presidente”.

<sup>590</sup> CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. Op. Cit., p.170.

<sup>591</sup> Ibid., p.171.

<sup>592</sup> GUSMÃO, Clovis de. A Biblioteca Nacional e os seus tesouros. **Dom Casmurro**, Rio de Janeiro, 9 nov. 1940, p.12. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/095605/1227> >. Acesso em: 11/10/2017.

Não menos importante nesse mesmo processo foi a *Exposição de História e Geografia do Brasil* promovida em 1881 pela BN. Muitos juízos ricos em significado foram enunciados por ocasião do evento, parecendo despertar para muitos as possibilidades ainda em aberto de se escrever a história do país:

[...] temos história, lá estão os salões da Biblioteca provando brilhantemente com todos os seus livros, quadros, memórias – páginas cheias do interesse de uma existência de mais de três séculos. É um erro dizer-se que não temos história.

O que não temos é quem saiba a nossa história.<sup>593</sup>

Trata-se de outro ponto fundamental nesse entrecruzamento das trajetórias de Ramiz com a Biblioteca. A realização da exposição teria sido motivada pela possibilidade de “reunir uma massa de publicações sobre a história do país”, tendo como consequência a revelação de documentos desconhecidos sobre o passado. A reunião desses documentos viabilizaria a organização e a publicação de um catálogo, descrito por Caldeira como “um marco para o conhecimento da história do Brasil”. Segundo Ramiz Galvão, um evento dessa natureza poderia ao mesmo tempo despertar o “amor pelos papéis” e pela “pátria”, algo que ainda teria como efeito possibilitar o país “caminhar desassombradamente em direção ao futuro”.<sup>594</sup>

E, de fato, o evento foi um sucesso, tendo recebido ampla cobertura da imprensa e um público razoável, que já se inseria em certa tradição de frequentar exposições.<sup>595</sup> Tão ou mais importante que o evento em si foi a publicação do catálogo descritivo que o acompanhou, empreendimento de fôlego que se manteve como referência fundamental passadas décadas de sua publicação.<sup>596</sup> Para levar a efeito a montagem da exposição e a escrita desse enorme *Catálogo da Exposição de História do Brasil* (CEHB), dividido em dois grandes volumes e um suplemento, Ramiz Galvão, secundado pelos ministros do Império, recorreu aos governos provinciais e distritais Brasil afora, e a todos os particulares que quisessem contribuir, emprestando suas peças ou doando-as para a BN. A resposta ao chamado não deixou a desejar e os periódicos repercutiam as doações ao

---

<sup>593</sup> ALTER. *Chronicas Fluminenses*. **Revista Ilustrada**, Rio de Janeiro, n.277, p.2, 1881. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/332747/1967> >. Acesso em: 11/10/2017. A ilustração da capa da revista é um retrato de Ramiz Galvão.

<sup>594</sup> CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. Op. Cit., p.210.

<sup>595</sup> Para uma interpretação do significado dessa exposição em relação às demais exposições realizadas, conferir: TURAZZI, Maria Inês. **Iconografia e patrimônio**: o Catálogo da Exposição de História do Brasil e a fisionomia da nação. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2009.

<sup>596</sup> Cf. DUTRA, Eliane de Freitas. A tela do imortal: o Catálogo da Exposição de História do Brasil de 1881. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, vol.37, p.158-180, 2005. Disponível em: < <http://docvirt.com/docreader.net/MHN/8399> >. Acesso em: 07/08/2020.

longo de todo o período preparatório dos trabalhos. O apelo ao patriotismo era evidente. E os responsáveis perceberam que a divulgação nos periódicos era uma fórmula com potencial para estimular novos doadores.<sup>597</sup> É recorrente nos artigos que noticiavam a exposição mencionar as dádivas recebidas para sua composição.

A coleção agora em exibição inclui não apenas obras que já haviam na Biblioteca e a imensa quantidade de material histórico *presenteada* a ela em consequência do projeto, mas também um grande número de coleções e obras emprestadas para a ocasião pelo Imperador, por vários departamentos públicos e instituições, e por muitos indivíduos.<sup>598</sup>

Finda a exposição, as doações continuaram a adentrar na BN. E os periódicos seguiram dando notícia delas. Pedro II teria deixado algumas das peças que haviam sido originalmente emprestadas. O ministro do Império, barão Homem de Mello, tido por alguns como o idealizador da exposição, fez o mesmo:

O sr. Barão Homem de Mello, iniciador da ideia da exposição de história do Brasil, que se efetuou ultimamente na Biblioteca Nacional, acaba de enriquecer a seção de estampas da mesma biblioteca com duas belas gravuras raríssimas, tanto mais preciosas quanto completam lacunas de duas séries que possui aquele estabelecimento. [...]

Oxalá que este ato do Sr. Barão Homem de Mello *sirva de incentivo para outros donativos* à Biblioteca Nacional.<sup>599</sup>

Dois dias depois, o mesmo periódico relata que o “Sr. Dr. Moreira de Azevedo” ofereceu à instituição “a sua memória em manuscrito intitulada *Os partidos políticos no Brasil*”, além de outros dois manuscritos autógrafos, um deles de Evaristo da Veiga: “Tanto a memória, como os autógrafos estiveram na exposição da biblioteca”.<sup>600</sup> Pela curta nota, vê-se que algumas pessoas já percebiam que esse tipo de ação guardava possibilidades de projeção de si e obtenção de reconhecimento de seus pares. Talvez a motivação para a doação por parte de tantos homens públicos a serviço do país no exterior, conforme explorado por Teixeira de Mello em seu esboço histórico publicado nos *Anais...*, deva também ser lida a partir dessa chave.

---

<sup>597</sup> CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. Op. Cit., p.227.

<sup>598</sup> THE HISTORICAL Exposition. **The Rio News**, Rio de Janeiro, 5 dez. 1881, p.2. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/349070/513> >. Acesso em: 11/10/2017. “The collection now exhibited in the library and the immense amount of valuable historical material presented to it in consequence of this project, but also a large number of collections and Works loaned for the occasion by the Emperor, the various public departments and institutions, and by many private individuals”. Tradução livre. Grifo meu.

<sup>599</sup> A BIBLIOTHECA Nacional. **O Apóstolo**, Rio de Janeiro, 15 mar. 1882, p.1. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/343951/7707> >. Acesso em: 11/10/2017. Grifo meu.

<sup>600</sup> BIBLIOTHECA Nacional. **O Apóstolo**, Rio de Janeiro, 17 mar. 1882, p.1. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/343951/7711> >. Acesso em: 11/10/2017.



Uma variante do *patriotismo*, que aparece aqui como motivação central para essas doações, é a dádiva entre nações, a dádiva como gesto diplomático. Dois casos na década de 1890 são particularmente ilustrativos, ambos motivados pelo quarto centenário do descobrimento das Américas. O primeiro desses casos é um livro – “valioso mimo, oferecido pelo governo alemão” – que vem acompanhado de um conjunto de mapas “reproduzidos com admirável perfeição”, “digno do lugar de honra em que figura na nossa já opulenta biblioteca”.<sup>601</sup> E o segundo, uma compilação de documentos sobre os descobrimentos, reunida em doze volumes e publicada pelo governo italiano, que havia sido originalmente presenteada ao presidente da República, que, por sua vez, “resolveu ofertar” à BN: “uma dádiva por muitos títulos preciosa, e que a Biblioteca Nacional de certo receberá com imenso prazer”.<sup>602</sup>

Mais interessante ainda foi a iniciativa do Uruguai, na década de 1920, de fazer da doação de livros de autores daquele país um projeto de aproximação diplomática: cerca de mil livros, inaugurando a “Seção Uruguai” dentro da instituição. O diretor da Biblioteca Nacional do país vizinho, Arturo Scarone, acompanhou as doações feitas tanto à BN da Argentina como à do Brasil, publicando um folheto com os discursos proferidos nas duas ocasiões. No caso da doação à BN brasileira, a solenidade contou com a presença do presidente da República, Arthur Bernardes, sendo presidida por Felix Pacheco, já tantas vezes aludido nesta tese, e então ministro das Relações Exteriores. O diretor uruguaio introduziu seu discurso da seguinte maneira:

Enquanto potências adversas ao bem-estar e progresso humanos rompem intermitentemente com sangrentos conflitos o equilíbrio de interesses opostos, que a eterna expansão dos egoísmos origina e desenvolve entre os povos, afinidades de superior ordem moral coincidem em aspirações de concórdia e solidariedade para fundar e manter entre as nações a paz pela qual alcançam uma mais feliz existência e cumprem seu melhor destino.

Em breve, uma magnífica ponte erguida sobre o Jaguarão, como consequência de um arranjo de franca e sincera confraternidade entre o Brasil e o Uruguai, vai a constituir um novo vínculo que unirá com suas tramas de aço a estes dois povos de nosso continente [...].

E hoje, pela entrega oficial destes livros, outra ponte com mais magnífico destino que aquela, fica estendida entre as almas brasileiras e uruguaias, para o alto comércio espiritual das ideias, dos sentimentos, das artes, das ciências, de tudo o quanto emanando do cérebro e do coração estimula as energias e a vitalidade superior dos povos, promovendo sua maior ação dinâmica, no labor

---

<sup>601</sup> A NOSSA Bibliotheca Nacional... **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 14 fev. 1893, p.2. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/103730\\_03/7626](http://memoria.bn.br/DocReader/103730_03/7626) >. Acesso em: 11/10/2017.

<sup>602</sup> O SR. DR. BORGES Monteiro... **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 5 jan. 1898, p.1. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/103730\\_03/17511](http://memoria.bn.br/DocReader/103730_03/17511) >. Acesso em: 11/10/2017.



e na obra mais benéfica para todos os interesses.<sup>603</sup>

Esse tipo de intercâmbio de livros se tornou algo comum entre as bibliotecas nacionais de vários países, aparecendo sempre nos relatórios dos diretores da BN ao longo século XX. Mas talvez esta tenha sido a única vez em que uma doação dessa natureza veio acompanhada de uma razão de Estado. O que não significa que colecionar fosse algo estranho a tal motivação.

Lília Schwarcz e Regina Dantas, em artigo intitulado “O Museu do Imperador: quando colecionar é representar a nação”, exploram uma faceta que Pedro II gostava de evidenciar na construção de sua própria imagem pública, aquela de mecenas das artes e ciências, de cultor do progresso e do conhecimento, algo que ele fortalecia a partir de várias frentes, em especial o colecionismo.<sup>604</sup> Essa imagem de um monarca moderno, que não portava grandes insígnias, frequentador de instituições científicas e patrocinador de talentos e pesquisas, seria algo que ele cultivou tanto no Brasil quanto no exterior. A ambiguidade dessa imagem, segundo as autoras, se evidencia pelo seu apego ao poder de uma forma geral: “Pedro II nunca abriu mão de seu lugar de rei – a despeito de acumular mais essa outra representação” de homem moderno da ciência e do progresso.<sup>605</sup> E até mesmo por meio de sua prática colecionista essa tensão ficaria evidente. No tocante à coleção do chamado “Museu do Imperador”, elas afirmam que o segmento etnográfico está repleto de peças indígenas, mas silencia sobre os povos africanos.<sup>606</sup> Sua convivência com a escravidão no Brasil estaria refletida nessa ausência. De todo modo, fica evidente a correlação estabelecida entre a imagem desejada do monarca e sua consciência sobre a mediação de objetos e coleções para esta finalidade:

O fato é que a imagem pública de d. Pedro viajava por meio de seus objetos e de suas coleções. [...] Além do mais, se a coleção era privada, sua função sempre foi pública. Mostrava como Pedro de Alcântara, em suas horas vagas, era um colecionista, amigo íntimo de viajantes e cientistas.

[...]

Em questão está, portanto, a ideia de colecionismo e seus vínculos com um projeto de nacionalidade. Como diz Benedict Andersen, as comunidades são sempre imaginadas, mais do que inventadas, e museus, instituições de ensino e pesquisa, faculdades e coleções desse tipo faziam parte central desse

---

<sup>603</sup> SCARONE, Arturo. **Intercambio intelectual americano**. Discursos pronunciados en la inauguración de la “Sección Argentina” de la Biblioteca Nacional de Montevideo y de la “Sección Uruguay” en las Bibliotecas Nacionales de Buenos Aires y Rio de Janeiro. Montevideo: Casa A. Barreiro y Ramos S.A., 1927, p.16-18. Fundação Biblioteca Nacional. Divisão de Obras Gerais. Localização: I-206,6,8, n.6.

<sup>604</sup> SCHWARCZ, Lília M.; DANTAS, Regina. O Museu do Imperador: quando colecionar é representar a nação. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, n.46, 2008, p.129-131. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/34602/37340> >. Acesso em: 07/03/2012.

<sup>605</sup> Ibid., p.150.

<sup>606</sup> Ibid., p.144-145.

movimento que, no caso brasileiro, contou com a liderança, prática e simbólica do monarca.<sup>607</sup>

Mesmo depois de sua deposição com o advento da República, Pedro II soube imprimir sobre os objetos colecionados ao longo de sua vida uma marca para a posteridade, estabelecendo disposições para que eles fossem doados a instituições públicas. Uma parte considerável desse acervo coube à Biblioteca Nacional.

Em meio aos leilões dos bens da Casa Imperial – principalmente as peças de utilidade, como carruagens, louças, móveis e afins –, esse material, composto pelo que poderíamos chamar genericamente de ‘artefatos culturais’, teve destino propositadamente público, sob orientação de Pedro II. Trata-se de um processo que ainda carece de uma análise mais detida.

Não está claro como as peças foram distribuídas, mas sabe-se que o imperador deposto elegeu as seguintes instituições para as custodiar: o Museu Nacional, o IHGB e a Biblioteca Nacional, embora hoje parte desses seus artefatos esteja também no Arquivo Nacional e no Museu Imperial de Petrópolis. Numa coleção existente na Divisão de Manuscritos chamada Arquivo Histórico da Biblioteca Nacional, há farta documentação indicando que se tratou de um processo conturbado, com queixas de dirigentes do IHGB, remanejamento de várias peças entre instituições, tentativas de inventariar as coleções etc., algo que atravessou boa parte da década de 1890.<sup>608</sup>

Mais importante para a finalidade dessa tese, no entanto, é a percepção de Pedro II de que tais artefatos contribuiriam para a formação de um legado a seu respeito. A começar pela forma como ele determinou que as coleções recolhidas fossem chamadas: coleção D. Thereza Christina Maria e coleção Imperatriz Leopoldina. Essa última denominação em homenagem à mãe que ele nunca conhecera é particularmente curiosa. Pedro II quis que a parte sobre mineralogia destinada ao Museu Nacional tivesse seu nome, visto que seu interesse por esse ramo da ciência era algo marcante.<sup>609</sup> Do mesmo modo, sua vocação musical levou o imperador a pedir que o segmento de partituras e obras musicais de sua coleção também carregasse seu nome. Estas se encontram na BN,

---

<sup>607</sup> Ibid., p.154

<sup>608</sup> Sua coleção de fotografias, por exemplo, não aparece no “resumo histórico” da BN escrito por Pires de Almeida originalmente no *Jornal do Commercio* e depois publicado em 1897 no volume XIX dos Anais... Há vários detalhes sobre as peças de Pedro II que foram destinadas à Biblioteca, mas nenhuma menção às mais de vinte mil fotografias. ALMEIDA, Pires de. Excursão a estabelecimentos úteis: Bibliotheca Nacional. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 25 set. 1896, p.1. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/docreader/364568\\_08/22528](http://memoria.bn.br/docreader/364568_08/22528) >. Acesso em: 20/08/2020. Em 2003, esse segmento da coleção entraria na categoria de registro internacional do Memória do Mundo da Unesco.

<sup>609</sup> SCHWARCZ, Lilia M.; DANTAS, Regina. Op. Cit., p.152.

respeitando a vontade do doador.

Lília Schwarcz centra boa parte de sua já clássica pesquisa sobre a vida de Pedro II sobre o quanto ele manejava e se preocupava com sua imagem.<sup>610</sup> Logo após sua morte, “um fantasma chamado d. Pedro” pairava sobre a República, que foi aceitando timidamente um processo de recuperação de sua figura.<sup>611</sup> O regime republicano nos seus primeiros anos também tentou em vão desassociar a origem monárquica da Biblioteca Nacional, retirando um de seus símbolos do edifício: um busto de João VI, que até hoje adorna as escadarias centrais da instituição. O então diretor da BN, de novo o veterano funcionário Teixeira de Mello, argumentou contra tal resolução, segundo ele, “flagrante injustiça”. Bem-sucedido em sua solicitação, o busto voltou “ao modesto nicho em que estivera, a aprazimento dos espíritos desprevenidos de preocupações de seita filosófica e de preconceitos políticos”.<sup>612</sup>

Ao longo das décadas que se seguiram, o assunto do “fantasma” de Pedro II foi fartamente revirado e a disputa pela memória e pelo legado do monarca era – e ainda é, para o bem ou para o mal – fonte de acalorados debates. Cito apenas uma matéria, escrita em 1906 do ponto de vista da BN por um funcionário e futuro diretor, Mario Bhering, em sua coluna “Documentos Preciosos” da revista *Kosmos*.

A riquíssima biblioteca que ornava outrora os vastos salões da imperial residência de S. Cristóvão [...] acha-se em magna parte recolhida à nossa Biblioteca Nacional, liberalíssima dádiva do último imperante, que ao fazê-la, uma só condição impôs – formasse uma coleção à parte, denominada D. Thereza Christina, última e tocante homenagem no Brasil prestada à amantíssima esposa [...].

[...] as páginas prenhes, por vezes, de anotações manuscritas lançadas quando o assunto prendendo a atenção do leitor levava-o a comentar o texto – comentários feitos a esmo com o lápis maneiro – não destinados a vistas curiosas de pesquisadores e por isso mesmo, graças a essa nota de intimidade, de espontânea sinceridade, mais preciosos, documentos que futuramente revelarão, dado um paciente completo estudo – a verdadeira face de D. Pedro de Alcântara.<sup>613</sup>

Já foi afirmado que instituições como a Biblioteca Nacional guardam ‘promessas’ para aqueles que entrelaçam suas trajetórias à dela: a possibilidade de estabelecimento de legados. Talvez seja mais apropriado falar, no caso da BN, ao menos, que ela *guardava*

---

<sup>610</sup> SCHWARCZ, Lília M. **As barbas do Imperador**. São Paulo. Companhia das Letras, 1999.

<sup>611</sup> Ibid., p.491.

<sup>612</sup> MELLO, José Alexandre Teixeira de. Relatório apresentado ao Cidadão Ministro, Eptácio Pessoa... **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, vol.22, 1901, p.278-279. Conferir também: LAPA E SILVA, Iuri A. Op. Cit., p.30-31.

<sup>613</sup> BEHRING, Mario. Documentos preciosos. **Kosmos**, Rio de Janeiro, ano 3, n.3, março 1906, p.9. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/146420/1436> >. Acesso em: 11/10/2017.

tais promessas, uma vez que os ciclos geracionais parecem ter sido pouco generosos com tais expectativas. É possível que se trate de um fenômeno historicamente circunscrito, informado por um horizonte que havia sido moldado por sucessivos investimentos geracionais e empreendido por uma coletividade de homens que se percebiam dentro de uma continuidade, valendo-se de intertextualidades biográficas para sustentar um lugar dentro de uma prosopografia composta por indivíduos ‘ilustres’ que se dedicaram à construção da ‘pátria’. Certa cultura institucional parece ter alimentado tais expectativas, reforçando esse cabedal simbólico armazenado na Biblioteca uma vez que havia ganhos práticos e imediatos em reforçar sua imbricação com a formação da nação.

Uma das motivações mais recorrentes para se doar à BN parece derivar da noção de perenidade que emana da instituição, um lugar que poderia *perpetuar* indivíduos, ou ao menos deixar uma marca sua para a posteridade, por meio dos artefatos que eles produziram ou possuíram. Logo, a *morte* se evidencia como acontecimento a impulsionar uma diversidade de doações, atravessando diferentes épocas.

A primeira doação registrada na BN decorrente de uma morte se dá em 1811, quando a Biblioteca ainda estava em vias de ser aclimatada ao seu novo destino. Na introdução do primeiro catálogo de manuscritos da instituição, narrando o processo de formação da seção, escrita também por Teixeira de Mello, lê-se que “todos os impressos e manuscritos do espólio de frei José Mariano da Conceição Velloso foram oferecidos pelo [padre] provincial do convento de Santo Antônio desta corte, onde falecera esse nosso notabilíssimo botânico”.<sup>614</sup> Não se sabe se foi um desejo expresso seu ou se o padre provincial entendeu que o herdeiro devido desse material era o Estado. Teixeira de Mello escreve que o *oferecimento* foi para a biblioteca do “príncipe-regente d. João”. Frei Velloso desenvolveu suas atividades sob os auspícios e patrocínio do Estado e os manuscritos de sua famosa obra, *Flora Fluminense*, estavam nesse espólio ofertado. Alguns anos depois, na década de 1820, Pedro I se incumbiu pessoalmente de mandar imprimir esse material, o que evidencia certo caráter público da obra.

No mesmo texto, Teixeira de Mello informa que “por morte do marquês de Santo Amaro passaram vários manuscritos de seu gabinete para a nossa Biblioteca em outubro de 1841”.<sup>615</sup> De novo, não se sabe a motivação de sua institucionalização. Mas em seguida

---

<sup>614</sup> MELLO, José Alexandre Teixeira de. Catálogo dos manuscritos da Bibliotheca Nacional: Introdução. **Anais da Biblioteca Nacional**, vol.4, 1877, p.VIII. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/402630/28242>>. Acesso em: 02/08/2010.

<sup>615</sup> Ibid., p.IX.

o autor escreve que o médico e naturalista Antônio Correa de Lacerda deixou *em testamento* “ao governo imperial”, em julho de 1853, 41 volumes de obras manuscritas que “compreendem notícias inéditas, abundantes e preciosas, sobre a história natural e especialmente acerca de plantas do Pará e Maranhão e suas aplicações medicinais e econômicas”, muitas delas desenhadas e coloridas.<sup>616</sup>

A entrada de doações por meio de testamentos é algo também visto com certa frequência. Na maior parte das vezes coleções inteiras são doadas, mas não é incomum se deparar com peças avulsas, como é o caso de uma gravura da última ceia de Leonardo da Vinci, feita por Raffaello Morghen, importante gravador italiano do final do século XVIII e início do XIX, “deixada em testamento por D. Luiza de Queiroz”. A informação é dada num relatório da BN de 1910.<sup>617</sup>

Outra doação testamentária foi, na verdade, um complemento a uma dádiva anterior de João Antônio Marques, uma das coleções mais celebradas na BN. Em 1890, pelo que se pode depreender, ele ofertou a maior parte de seus livros, o que foi complementado por determinação testamentária em 1893. Trata-se de um processo dos mais delicados no tocante às exigências feitas pelo doador. Marques exigiu que sua coleção fosse acondicionada numa sala própria, encimada pelo seu retrato, além da publicação de um catálogo. Há dispositivos no termo de doação que relacionam a permanência da coleção na BN ao cumprimento de tais exigências.<sup>618</sup>

Inspeções foram feitas em mais de uma ocasião por descendentes. Seus advogados escreveram requerimentos questionando a instituição a respeito dos termos combinados. A sala da Divisão de Obras Raras, hoje, leva seu nome: seu retrato também está lá, uma pintura a óleo. Segundo o relato de um antigo chefe da Divisão de Manuscritos, tais inspeções adentraram o século XX, sendo finalmente resolvidas por um “jeitinho brasileiro”. Depois de classificada, sua coleção teria se dispersado pela instituição, contrariando as disposições testamentárias: o nome da sala e o retrato foram colocados apenas para “despistar os herdeiros”.<sup>619</sup> Cabe lembrar que a doação ocorreu quando a BN

---

<sup>616</sup> Ibid., p.IX-X.

<sup>617</sup> PEREGRINO DA SILVA, Manoel Cícero. A Biblioteca Nacional em 1910: Relatório. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, vol.33, [1911], 1915, p.381. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/docreader/402630/25697> >. Acesso em: 02/08/2010.

<sup>618</sup> AZEVEDO JÚNIOR, José Rafael de. Coleção Marques: processo de doação da Coleção à Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 03/09/1889-24/03/1893. Consta a xerox do documento em que José Rafael de Azevedo Júnior, em nome de seu tio João Antônio Marques, cidadão brasileiro residente em Lisboa, doa à Biblioteca. Consta ainda a relação de documentos doados, e um requerimento do advogado Antônio Pedro Alencastro pedindo informações sobre o cumprimento dos termos da doação. Fundação Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos. Localização: 65,1,006 n.014.

<sup>619</sup> CUNHA, Waldir da. **Por trás dos Arcazes**. Rio de Janeiro: Livre Expressão Editora, [20--], p.90.

ainda estava instalada num precário prédio do Largo da Lapa, o que teria exigido mudanças estruturais para sua guarda, algo que coincidiu com a entrada volumosa das peças legadas por Pedro II e provavelmente levou à compreensão por parte de agentes do Estado que aquele edifício não comportava mais as coleções nele acomodadas.

Essas doações foram formalmente inscritas em testamentos, mas houve aquelas que apareceram apenas como o *último desejo* dos doadores. Nessas eventualidades, os parentes mais próximos surgem como os mediadores da oferta. Esse é o caso de uma doação de 1892: “Em seus últimos momentos, manifestou o barão de Lavradio o desejo de que fossem oferecidos os seus livros à biblioteca da Academia Nacional de Medicina e os seus relatórios à Biblioteca Nacional”.<sup>620</sup> Já em 1879, a viúva de João Batista Calógeras recebe agradecimentos “em nome do governo imperial” pelo “oferecimento que fez à referida Biblioteca de 241 obras pertencentes a seu finado marido, cumprindo assim uma das últimas vontades deste”.<sup>621</sup> E em 1856, Manoel da Silveira doa uma bíblia ilustrada de seu falecido pai atendendo ao seu “desejo póstumo”.<sup>622</sup>

Em 1910, a Biblioteca recebeu a doação da coleção Visconde de Taunay, cujo doador foi o político José Antônio de Azevedo Castro. Ele veio a falecer pouco tempo depois de ter feito essa dádiva à BN, logo se tratou de um caso de *último desejo* ainda em vida. Seu doador quis homenagear o amigo Alfredo de Taunay, falecido dez anos antes, dando-lhe o nome de sua coleção. Esse foi o derradeiro gesto de um ciclo de demonstrações públicas de afeto entre os dois. Em 1872, Taunay dedicou seu romance *Inocência* a Azevedo Castro:

Ao Dr. José Antônio de Azevedo Castro, amigo de infância e inseparável companheiro.

Se nos tempos da Grécia, me fora possível erigir custoso templo, dedicava-o à Amizade para no frontispício gravar teu querido nome.

[...]

Não é em valioso monumento que vou inscrever a tua lembrança; simplesmente na primeira página de uma narrativa campestre desprestigiada, de um livro singelo e sem futuro.<sup>623</sup>

---

<sup>620</sup> O BARÃO DE Lavradio. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 23 nov. 1892, p.1. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/103730\\_03/7067](http://memoria.bn.br/DocReader/103730_03/7067)>. Acesso em: 11/10/2017.

<sup>621</sup> LEGADO importante. **Jornal de Recife**, Recife, 26 jul. 1879, p.2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/705110/15628>>. Acesso em: 11/10/2017. O neto do doador, João Pandiá Calógeras, doaria em 1912 a peça mais antiga existente na instituição, um conjunto de evangelhos gregos em pergaminho cuja datação está atualmente inscrita no século XI.

<sup>622</sup> [Carta de Manoel da Silveira ao Bibliotecário Frei Camilo de Monserrate tratando da doação de uma bíblia ilustrada de seu falecido pai – desejo póstumo – e também da devolução de duas obras que estavam dentre seus livros.] S.l. 25 fev. 1856. Fundação Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos.

Localização: 70, 03, 001.

<sup>623</sup> TAUNAY, Visconde de. **Innocencia**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1872.

Quando o filho de visconde de Taunay edita uma obra inédita de seu pai em 1908, ele repete o mesmo gesto feito décadas antes, dedicando a Azevedo Castro a obra. Taunay já estava falecido havia quase dez anos: “Cortou a morte [...] o fio dessa afeição que datava dos dias da infância”.<sup>624</sup> Por meio de livros, doados ou editados, os afetos continuavam sendo reforçados em sua dimensão pública.

Em 1944, logo depois do falecimento do político J.J. Seabra, seus filhos se valeram de uma doação para marcar uma passagem importante na vida do pai.<sup>625</sup> Na época do lançamento da pedra fundamental do novo edifício da BN em 1905, Seabra era ministro da Justiça e Negócios Interiores, o ministério ao qual a Biblioteca estava subordinada. O evento contou com grande simbolismo e foi amplamente coberto por todos os veículos de imprensa da época.<sup>626</sup> Uma das peças centrais foi um conjunto especial composto por uma pá e um martelo de prata, madrepérola e ouro, presenteado na ocasião a Seabra como gesto pelos seus esforços no empreendimento. A ida das peças para a Biblioteca em 1944 foi a maneira que os filhos encontraram de homenagear Seabra ao mesmo tempo que dotava os artefatos de um significado muito mais profundo do que se tivessem permanecido na posse da família. E, de fato, nas celebrações do centenário do prédio e dos 200 anos da própria BN, a pá e o martelo foram objetos de destaque junto com os demais símbolos que cercaram aquela ocasião.



Fig.23

Já a viúva do jornalista e político capixaba, Basílio de Carvalho Daemon, ofereceu à BN a coleção completa de quase quatro décadas de empreendimentos jornalísticos do marido. A carta de 1894 que acompanha a doação foi enviada à BN poucos dias depois

<sup>624</sup> Cf. TAUNAY, Visconde de. **Reminiscências**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1908.

<sup>625</sup> UMA VALIOSA oferta à Biblioteca Nacional. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 24 mar. 1944, p.13. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/089842\\_05/19955](http://memoria.bn.br/DocReader/089842_05/19955) >. Acesso em: 11/10/2017.

<sup>626</sup> Cf. LAPA E SILVA, Iuri A. Pedra, papel e tesouros. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, n.61, out. 2010, p.68-69.



de se completar um ano de sua morte.<sup>627</sup> A pá e o martelo de Seabra e a coleção de jornais de Daemon representam, cada um a seu modo, o fruto das atividades desses indivíduos, parte de suas vidas pregressas transformadas em bens públicos.

Há casos em que terceiros e não os parentes do finado são os responsáveis pela dádiva. A doação da biblioteca de Francisco Ramos Paz se enquadra nessa categoria. Como seu destino era o leilão, presume-se que seus familiares precisassem do dinheiro, apesar de Paz ter pedido aos seus amigos que não deixassem sua coleção se dispersar.<sup>628</sup> Este não foi o único caso que seguiu semelhante escrita. Em outubro de 1890, a *Gazeta de Notícias* publica uma carta na qual o conde de Figueiredo se dirige ao diretor da Biblioteca para fazer sua doação:

Sr. Bibliotecário. – Seria pena que a coleção de impressos raros e manuscritos reunida no correr de anos pelo finado Francisco Antônio Martins, se dispersasse para talvez nunca mais recompor-se, com a morte de quem a formou. Ainda continuando intacta em mãos de um particular, ficaria esterilizada e sujeita à mesma contingência em época mais ou menos remota. Por tais motivos resolvi adquiri-la para oferecê-la à Biblioteca Nacional.

É o que tenho a satisfação de comunicar-vos por este meio.

Completando opulentas coleções já existentes no estabelecimento que tão dignamente dirigis, guardada com o zelo e franqueada com a liberalidade que estão nas honrosas tradições que mantendes, espero que não será inútil aos investigadores da nossa história e poderá contribuir para esclarecer mais de um problema da pátria brasileira.

Códices e impressos estão desde já à vossa disposição.<sup>629</sup>

Além de possuir sua própria coleção de impressos raros e de manuscritos, Francisco Antônio Martins era o curador de uma importante biblioteca de subscrição do século XIX, a Biblioteca Fluminense. Por causa de sua morte e de outros motivos como o desinteresse crescente de seus subscritores, a Fluminense caiu em desuso. Na década de 1890, ela estava à beira da falência com sua contabilidade em desarranjo. O principal responsável pela sua recuperação foi José Carlos Rodrigues, conforme pode ser lido em

---

<sup>627</sup> MOTA, J. Xavier da. [Carta dirigida ao diretor da Biblioteca Nacional, José Alexandre Teixeira de Melo, informando que a sra. Maria Joaquina Leal Daemon, viúva do escritor Basílio de Carvalho Daemon, oferece à Biblioteca Nacional as coleções dos jornais O Itabira, O Estandarte e O Espírito-Santense, de propriedade e redação de seu finado marido.] Rio de Janeiro, 6 dez. 1894. Fundação Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos. Localização: 48,1,001 n.031.

<sup>628</sup> BESSONE, Tânia Maria. Op. Cit.

<sup>629</sup> BIBLIOTHECA Nacional. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 7 out. 1890, p.1. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/103730\\_03/1729](http://memoria.bn.br/DocReader/103730_03/1729)>. Acesso em: 11/10/2017.



sua correspondência.<sup>630</sup> Isso não bastou para salvá-la de todo. Em 1916, ela foi doada à Biblioteca Nacional. Essa não foi a única doação entre instituições que envolveu a BN. Mas isso é assunto para outro momento.

Para fechar esta seção, recorro a uma das doações mais tristes que a BN carrega, decorrente da morte programada do escritor Stefan Zweig. A Biblioteca Nacional não foi a única instituição para a qual o literato austríaco encaminhou seus bens, mas, ao que parece, foi a única que recebeu ainda em vida sua doação. Já desiludido com os rumos da humanidade em plena Segunda Guerra Mundial, Zweig escreveu de sua casa em Petrópolis a seguinte carta para o diretor da BN.

Senhor Diretor da Biblioteca Nacional,

Desejando dar provas da enorme gratidão que sinto por seu país, permito-me remeter à sua bela biblioteca uma relíquia literária que me era muito cara. Trata-se de umas célebres revisões provas tipográficas de Honoré de Balzac, corrigidas ao menos cinquenta vezes e rescritas de seu próprio punho.

Estas revisões tipográficas – outrora o terror dos impressores parisienses que pediam o dobro do salário para “fazer uma hora de Balzac” – são hoje a delícia dos bibliófilos. Em muitos dos livros em que foram estudadas e reproduzidas fica evidente o esforço infatigável desse grande escritor para chegar à perfeição formal de sua prosa. Sempre fui da opinião que nada pode incitar mais num autor a severidade para si mesmo que o olhar sobre estas folhas; é por isso que carrego estas revisões tipográficas em todas as minhas viagens e com frequência elas me lembram do esforço necessário para um autor não se contentar rápido demais.

Apenas porque sei que estas páginas balzaquianas se tornaram hoje em dia muito raras e procuradas pelas grandes bibliotecas é que encontrei a coragem de lhes oferecer as minhas; mas não meça minha grande afeição por seu país por esta pequena oferta!<sup>631</sup>

A carta foi enviada a menos de um mês da morte de Zweig e de sua esposa. Nela, ele já fala como um homem morto. Pelo teor da carta, percebe-se que a folha de Balzac não guardava mais a utilidade que um dia ela teve. Descolada de sua trajetória completa, o significado dessa folha toda rabiscada não é alcançável. Dificilmente outro literato que a tenha consultado na Divisão de Manuscritos da Biblioteca conseguiu extrair dela o mesmo sentido que um dia Zweig lhe dotou. Sua presença está sobreposta e inscrita no papel.

---

<sup>630</sup> Cf. CORRESPONDÊNCIA passiva de José Carlos Rodrigues. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, vol.90, 1970. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/402630/5237> >. Acesso em: 11/08/2010.

<sup>631</sup> ZWEIG, Stefan. [Carta ao diretor da Biblioteca Nacional sobre a obra de Balzac]. Petrópolis, [1942]. Fundação Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscrito. Coleção Abraão Koogan. Localização: I-7,17,13, n.004. Tradução livre.

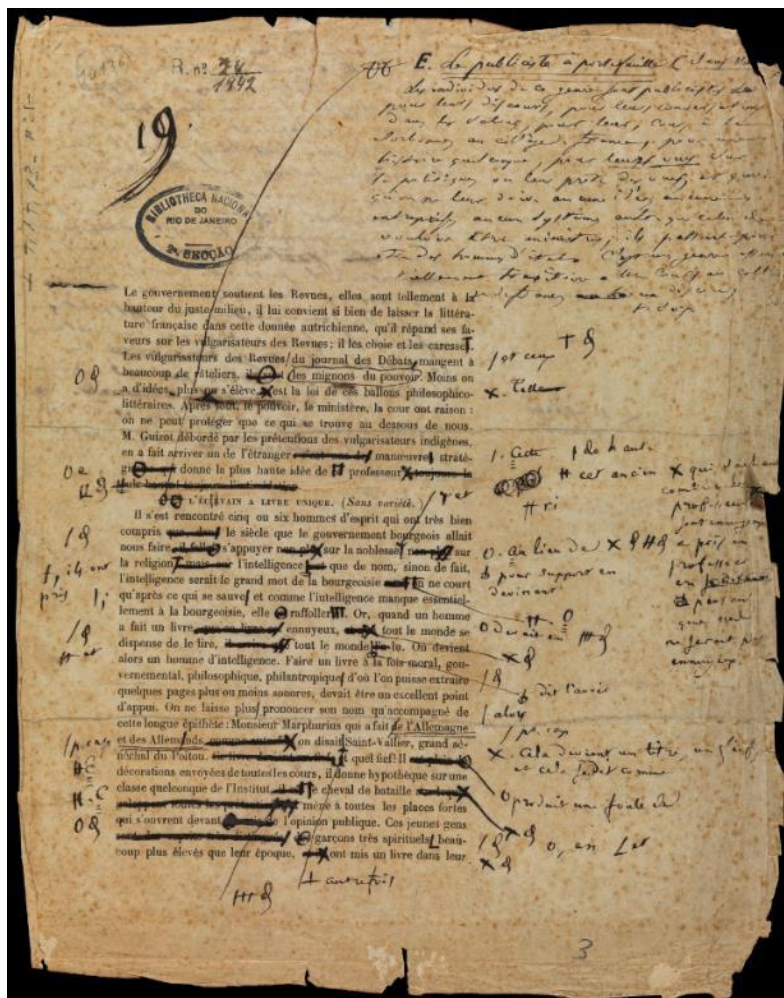


Fig.24

### 3.2 A “Galeria dos Benfeitores” e outras estratégias institucionais na economia da glória

Como é de se esperar de uma instituição cuja trajetória atravessa mais de dois séculos, a Biblioteca Nacional passou por inúmeras transformações. Num processo de permanente adequação às exigências e aos novos horizontes do tempo presente, essas transformações foram orientadas por uma variedade de questões internas e externas cujos corolários são acaloradamente debatidos até hoje.<sup>632</sup> Mas o que vem sendo destacado nesse capítulo diz respeito à historicidade de uma percepção a seu respeito. O argumento

<sup>632</sup> Cf. GRINGS, Luciana. **O leigo e a especialista**: memórias da administração da Biblioteca Nacional nas décadas de 60 e 70. Tese (Doutorado em Memória Social). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <<http://www.memoriasocial.pro.br/documentos/Teses/Tese93.pdf>>. Acesso em: 15/10/2020.

proposto é que, até certo momento de sua trajetória, a Biblioteca ‘prometia’ perenidade, glória e a possibilidade de estabelecer legados por meio de livros e papéis. Doar para a Biblioteca era uma forma de acessar essa ‘promessa’, mas não era a única. Ser autor de um livro que figurasse em suas estantes também remetia a esse mesmo universo.

Nesse sentido, a BN já foi representada em várias ocasiões como uma metonímia para a posteridade e a fortuna de escritores. Numa crítica a certa peça de teatro de Joaquim Manoel de Macedo, Machado de Assis escreve em 1866: “Tal é o teatro do Sr. Dr. Macedo, talento dramático, que podendo encher a Biblioteca Nacional com obras de pulso e originalidade, abandonou a via dos primeiros instantes, em busca dos efeitos e dos aplausos do dia”.<sup>633</sup> De forma parecida, o autor do necrológio de Fagundes Varella publicado na *Semana Illustrada* em 1875 afirma: “Dotado de talento vivíssimo e original, poeta lírico de largo fôlego, deixa Fagundes Varella algumas páginas de subido valor que figurarão com honra na Biblioteca Nacional”.<sup>634</sup>

Há também exemplos mais literais que remetem a essa posteridade ‘prometida’ pela instituição por meio da presença de obras em seu acervo. No periódico *Don Quixote*, o livro *A desonra da República*, de 1895, escrito pelo general Honorato Caldas, é tratado como uma peça de acusação. Num ‘tribunal da posteridade’ hipotético envolvendo as partes envolvidas na Revolta da Armada, o livro é tratado como um elemento vingador. Trata-se de uma dessas publicações que visa limpar o nome de alguém que se sentiu injustiçado diante de certos acontecimentos. A resenha do livro termina do seguinte modo:

[...] esse trabalho já está catalogado na Biblioteca Nacional: e é aí que ele ficará para sempre, para ser mil vezes consultado por aqueles que de ora avante quiserem conhecer, avaliar e deduzir, interessados pela história negra da ditadura que maltratou a República.

E é isso o que temos a dizer acerca desse volume, que não é um livro impresso – mas um ferro em brasa.<sup>635</sup>

Por ocasião da abolição da escravatura em 1888, o então diretor da BN, João de Saldanha da Gama, escreveu uma carta para o jornal *O Paiz* evocando o mesmo tipo de espírito:

Como diretor da Biblioteca Nacional, tenho muito prazer e desvanecimento em ir reunindo neste importante arquivo do Estado tudo quanto possa

---

<sup>633</sup> ASSIS, Machado de. O teatro de Joaquim Manoel de Macedo. **Diário do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 8 mai. 1866, p.1. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/094170\\_02/20522](http://memoria.bn.br/DocReader/094170_02/20522) >. Acesso em: 11/10/2017.

<sup>634</sup> FAGUNDES Varella. **Semana Illustrada**, Rio de Janeiro, 20 fev. 1875, p.5922. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/702951/5917> >. Acesso em: 11/10/2017.

<sup>635</sup> FÉLIX. A desonra da República. **Don Quixote**, Rio de Janeiro, 23 nov. 1895, p.6. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/714178/302> >. Acesso em: 08/11/2017.

perpetuar a memória desses tempos heroicos da nossa pátria. Em que pese à modéstia, devemos dizer: verdadeiramente heroicos. [...] Nas trevas, sem o aplauso das multidões, sem o incentivo da glória, pelejaram muitos e não poucos caíram para não se levantar mais. Um dia a história lhes há de soletrar os nomes e o sol da glória lhes iluminará os nobres e altivos vultos.

É com este propósito de auxiliar a história que estou recolhendo à Biblioteca todos os materiais, todos os documentos, desde os mais valiosos até os mais insignificantes na aparência, para servirem ao estudo dos futuros escritores da história do elemento servil neste império. Já estão aqui todos os avulsos que se distribuíram por ocasião das festas que se realizaram de 13 a 21 de maio.<sup>636</sup>

Embora não pareça haver dúvida que a BN se enquadre como um de *lugar de memória* na concepção de Pierre Nora, tal caracterização precisa ser matizada. Tendo em vista que essa noção se funda numa tensão entre memória e história, sua resolução é mais complexa do que parece em certas instituições. A memória, para Nora, é vista como algo inerente a qualquer sociedade. Já a história é um saber, um conhecimento cultivado a partir de algumas balizas, que nos últimos duzentos e cinquenta anos se transformou junto com o mundo que ela pretendeu explicar. Não seria necessária a existência de especialistas para promover a memória, já a história conta com um grupo capacitado para sua prática: “A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado”.<sup>637</sup>

Para Nora, o surgimento de lugares de memória é decorrente de um processo de aceleração do tempo presente, que diminui a eficácia dessa memória coletiva, natural e orgânica. Isso também teria vindo atrelado ao aumento da consciência histórica e de ofícios ligados de uma forma geral a essa atividade. Mas não apenas isso. Nora afirma que os lugares de memória se difundiram na medida em que a memória coletiva se diluiu: “Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. [...] São os rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza”.<sup>638</sup>

Segundo Nora, um lugar de memória guarda ao mesmo tempo uma *materialidade*

---

<sup>636</sup> GAMA, Saldanha da. Bibliotheca Nacional. **O Paiz**, Rio de Janeiro, 4 jun. 1888, p.1. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/178691\\_01/5406](http://memoria.bn.br/DocReader/178691_01/5406) >. Acesso em: 11/10/2017. Interessante notar que essa iniciativa incentivou a colaboração de outras pessoas, como André Rebouças, que recolheu à BN efêmeros e outros artefatos em sua posse: REBOUÇAS, André. [Oferecimento à Biblioteca Nacional de coleção do jornal *Gazeta da Tarde*, folhetos com o pseudônimo IGNOTUS, artigos de propaganda de Joaquim Serra e placa mandada fazer por Paulo de Frontin, como membro da Comissão Executiva do Centro Abolicionista da Escola Politécnica]. Rio de Janeiro, 25 jul. 1888. Fundação Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos. Localização: 48,1,001 n.006.

<sup>637</sup> NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.9. Disponível em: < <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763> >. Acesso em: 30/03/2010.

<sup>638</sup> Ibid., p.12-13.

– embora, paradoxalmente, ela possa ser uma materialidade abstrata –, uma *funcionalidade*, e um *simbolismo*, já que o lugar de memória faz uma mediação que comunica um significado ou uma identidade expressas nessa mesma memória.<sup>639</sup> Existe um aspecto volitivo que cerca um lugar de memória uma vez que, segundo o autor, “é preciso ter vontade de memória”, sem a qual não se acessa o simbolismo desejado.<sup>640</sup>

Foi a partir de uma mescla entre a promoção da *memória* institucional, por um lado, e sua consolidação como lugar privilegiado para a escrita da *história*, por outro, que a Biblioteca se estabeleceu no imaginário. Dentro das grandes balizas temporais dessa pesquisa – últimas décadas do século XIX e primeiras do XX –, tal relação entre memória e história, ligada à especificidade de a BN ser uma instituição de verniz ‘nacional’, fez com que certos membros da elite brasileira a elegessem como um lugar para o estabelecimento de legados.<sup>641</sup>

Esse processo não se deu ao acaso. Foi preciso reforçar que a Biblioteca guardava uma ligação com a formação da nação e que a partir de seu acervo era possível escrever sobre essa formação e nela inscrever-se. As ações voltadas para estimular essa dupla marca não foram poucas. Argumentei na seção anterior que isso girou em torno da percepção de continuidade geracional por parte de um grupo de homens que se via como partícipe na construção da nação, processo que conformou o “espaço de experiência” desses indivíduos, e lhes conferiu um “horizonte de expectativas” em relação à inscrição nessa mesma coletividade, quiçá a entrada num panteão dos ‘grandes homens’.<sup>642</sup>

Quero acrescentar ao longo dessa seção que havia igualmente uma consciência dos dirigentes da Biblioteca Nacional a respeito desse sentimento, algo que foi capitalizado por eles em mais de uma ocasião. O título escolhido para esse subcapítulo remete à iniciativa de encimar as coleções importantes da Biblioteca com retratos dos seus doadores, todos eles pinturas a óleo. Embora essa “Galeria dos Benfeitores” tenha sido inaugurada junto com o edifício construído especialmente para abrigar a instituição em 1910, a concepção de se prestar homenagem àqueles que entrelaçassem suas trajetórias à da BN vinha de algumas décadas.

---

<sup>639</sup> Ibid., p.21-22.

<sup>640</sup> Ibid., p.22.

<sup>641</sup> No segundo capítulo, foi debatido um artigo de 1913 que defendia a BN como a herdeira das coleções bibliográficas. Cf. H.P. Factos e figuras. **A Época**, Rio de Janeiro, 4 abr. 1913, p.1-2. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DOCREADER/720100/2096> >. Acesso em: 25/10/2017.

<sup>642</sup> Essas duas categorias foram desenvolvidas por KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC Rio, 2006, p.309 *et passim*.

No primeiro volume dos *Anais da Biblioteca Nacional* isso já é observado. Nele, há três escritos que guardam um olhar biográfico e elogioso a respeito de indivíduos identificados direta ou indiretamente com a instituição e o trabalho executado por ela. O primeiro artigo publicado no periódico é sobre Diogo Barbosa Machado, doador de uma coleção singular para o então rei de Portugal, José I, em 1773, parte do processo de reconstrução da Real Biblioteca, assunto explorado na seção anterior. Escrito pelo próprio diretor, Ramiz Galvão insere o Brasil e a BN como “herdeiros” e “legítimos possuidores dos tesouros bibliográficos daquele famoso coletor”.<sup>643</sup>

É de justiça que os *Anais da Biblioteca Nacional* comecem por uma homenagem ao ilustre e distintíssimo bibliógrafo, que tão bons serviços prestou às letras portuguesas, e a quem devemos os brasileiros a mais escolhida coleção de livros raros e preciosos de nossa primeira biblioteca.<sup>644</sup>

Mais do que apenas uma homenagem, Galvão procura fazer de seu texto o início de um programa de aprofundamento sobre a obra de Barbosa Machado. Voltado para a divulgação de sua coleção, ele defende que seu conteúdo ainda não havia sido “convenientemente explorado, e está por ser conhecido em toda a magnitude de seu merecimento intrínseco”.<sup>645</sup> De fato, tal programa é trabalhado em vários volumes do periódico ao longo de mais de duas décadas, tanto por Galvão, quanto por outros funcionários: “Descrevê-lo, comentá-lo e transmitir aos coevos e vindouros a instrução que dele possa porvir me parece pois tarefa condigna destes *Anais*, e ao mesmo tempo a mais bela homenagem a que pudera aspirar o bibliógrafo”.<sup>646</sup>

Nesse mesmo volume, o ‘herdeiro’ de Barbosa Machado no ramo da bibliografia, o português Innocencio Francisco da Silva, também ganha uma homenagem póstuma, dessa vez em formato de necrológio. Tendo falecido em 1876, Alfredo do Valle Cabral, chefe da Seção de Manuscritos, descreveu Innocencio como um intelectual fundamental para as letras portuguesas e brasileiras: “Prestou o ilustre finado um valiosíssimo serviço a Portugal e ao Brasil, inventariando os haveres destes dois países irmãos”.<sup>647</sup> O efeito latente pretendido com esse alinhamento era inserir o trabalho desse corpo de funcionários da BN dentro da mesma tradição. Isso fica ainda mais evidente pelo fato de Ramiz Galvão, nessa mesma edição e no terceiro volume dos *Anais...*, complementar o

---

<sup>643</sup> GALVÃO, Benjamin Franklin de Ramiz. Diogo Barbosa Machado. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, vol.1, 1876-1877, p.1.

<sup>644</sup> Ibid.

<sup>645</sup> Ibid., p.2.

<sup>646</sup> Ibid.

<sup>647</sup> CABRAL, Alfredo do Valle. Seção necrologia: Innocencio Francisco da Silva. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, vol.1, 1876-1877, p.161.



trabalho dos dois com uma dupla de artigos homônimos, “Notas bibliographicas (Adições a Barbosa Machado e Innocencio da Silva)”.

A catalogação das coleções e a descrição bibliográfica – na época, duas tarefas feitas segundo os mesmos procedimentos – foram algumas das principais atividades desenvolvidas pela BN ao longo de sua história, em especial depois de sua reforma de 1876 quando um dos principais objetivos era organizar e tornar conhecido o acervo ainda pouco explorado da instituição. Innocencio e Barbosa Machado eram ícones e referências fundamentais nesse ramo. Tão importante quanto os exemplos e o aprendizado extraídos de suas obras foi o estabelecimento simbólico dessa afinidade, algo que inseria o trabalho executado na BN dentro de uma tradição centenária e vigorosa. Valle Cabral conclui seu necrológico de Innocencio com uma ousada proposta que corrobora essa interpretação. Motivado pelo receio que sua coleção se dispersasse, ele afirma:

Seria mais conveniente que de todas estas coleções e livros [de Innocencio] se formasse uma seção especial na Biblioteca Nacional de Lisboa ou viessem a reunir-se às do abade Diogo Barbosa Machado na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. E se do segundo modo fosse, teria desta sorte o Brasil todas as coleções e livros dos dois grandes bibliógrafos que há dado Portugal, e que se ocuparam com os escritores naturais do vasto império americano. [...] Os grandes homens não têm pátria, e Innocencio da Silva tanto pertence a Portugal como ao Brasil.<sup>648</sup>

Para completar esse quadro, Valle Cabral, ainda nesse primeiro volume dos *Anais...*, assina um curto texto intitulado “Galeria dos Bibliothecarios da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro (1822-1870)”. Ele escolhe como epígrafe um trecho retirado da biografia de lorde Wellington escrita pelo visconde de Cayrú, que fala sobre a importante função da “biografia dos grandes homens”, sendo elas muitas vezes proscritas pelos que tentam “amortecer a lembrança das ações egrégias”, uma citação sugestiva de suas intenções.<sup>649</sup>

Como exposto por Maria da Glória de Oliveira, a escrita dos ‘heróis’ do passado, inspirada em Plutarco, deu lugar a partir da segunda metade do século XVIII, época das Luzes, à escrita dos ‘grandes homens’.<sup>650</sup> Estes seriam elevados a tal condição pelo “mérito pessoal”, que era “um heroísmo de valor [...] inseparável de uma moral social”. Tais homens eram definidos como grandes por suas “qualidades pessoais e serviços

---

<sup>648</sup> Ibid., p.178.

<sup>649</sup> CABRAL, Alfredo do Valle. Galeria dos Bibliothecarios da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro (1822-1870). **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, vol.1, 1876-1877, p.158.

<sup>650</sup> OLIVEIRA, Maria da Glória de. Brasileiros ilustres no tribunal da posteridade: biografia, memória e experiência da história no Brasil oitocentista. **Varia Historia**, Belo Horizonte, n.43, 2010, p.285-286. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/vh/v26n43/v26n43a15.pdf> >. Acesso em: 17/10/2020.

prestados ao bem público e à humanidade”.<sup>651</sup> Oliveira recupera uma transversalidade nesse tipo de escrita biográfica, algo que a define no século XIX: “A novidade radical estará na tessitura de uma narrativa de construção política nacional”, no sentido de se estabelecer uma “correlação entre as ações individuais e o destino nacional”.<sup>652</sup> Logo, esse “culto dos grandes homens”, ainda segundo Oliveira, passaria por uma “nacionalização da figura do herói” na qual “os varões distintos seriam eleitos, antes de tudo, como grandes patriotas, valorosos por terem escrito uma página gloriosa da biografia da nação”.<sup>653</sup> No Brasil, o IHGB foi o grande proponente desse gênero desde ao menos a década de 1840. Não foram poucos os embates em torno da escolha de quais brasileiros deveriam figurar nessa *galeria de grandes homens*, assim como o critério de brasilidade a ser adotado para compor aquilo que Armelle Enders chamou de “Panteão de papel”.<sup>654</sup>

Em sua “Galeria dos Bibliothecarios...”, Valle Cabral recupera, nas poucas páginas em que ele apresenta o projeto, a trajetória dos dois primeiros responsáveis pela instituição entre 1810 e 1822. Deixando indicado que seu trabalho continuaria nos volumes seguintes, ele aponta que seu objetivo era o de traçar o perfil daqueles que ocuparam esse posto a partir Independência.<sup>655</sup> Sua proposta, no entanto, não é levada a cabo. Nessa mesma apresentação do projeto, ele ainda informa que Ramiz Galvão ficaria encarregado de escrever a biografia de seu antecessor imediato no cargo, o francês frei Camillo de Monserrate. Esta, sim, foi publicada no volume 12 dos *Anais...* num aprofundado trabalho de escrita e seleção de textos compreendendo a totalidade desse exemplar do periódico. O volume contém uma biografia do frei Camillo escrita por Galvão, uma seção intitulada “notícia e análise de seus escritos” e uma terceira parte de “documentos, memórias e notas”.

Também dentro desse mesmo espírito de fixação de trajetórias, a narrativa de origem da Biblioteca Nacional brasileira é contada e recontada. A primeira vez em que ela foi narrada se deu na década de 1840, num texto escrito pelo então bibliotecário da instituição, o cônego Januário da Cunha Barbosa, mais conhecido por seu papel na

---

<sup>651</sup> Ibid., p.286.

<sup>652</sup> Ibid.

<sup>653</sup> Ibid., p.286-287.

<sup>654</sup> Cf. ENDERS, Armelle. “O Plutarco Brasileiro”: a produção dos vultos nacionais no Segundo Reinado. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.25, p.41-62, 2000. Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2114> >. Acesso em: 21/07/2018.

<sup>655</sup> CABRAL, Alfredo do Valle. Op. Cit.



fundação e desenvolvimento do IHGB.<sup>656</sup> Nesse texto, o roteiro que vai ser tantas vezes repetido já está delineado: destruição da Real Biblioteca de 1755; sua reconstituição e a doação de Diogo Barbosa Machado, vista como fundamental nesse processo; sua vinda para o Brasil junto com a Corte portuguesa; a abertura da consulta pública em 1814; as novas coleções compradas e doadas; e o preço pago por ela durante o processo de reconhecimento da Independência. Com o advento dos *Anais...*, esse tipo de ‘resumo histórico’ é visitado com mais ou menos detalhes em inúmeras ocasiões, desde as introduções aos catálogos dos acervos até o histórico da formação das seções. Percebe-se um intento recorrente nesses escritos de entrelaçar a história da BN a duas passagens cruciais na história da nação: o fim do estatuto colonial e a posterior Independência.

Já ficou exposto na seção anterior que as doações eram uma parte central da narrativa a respeito da formação do acervo da instituição. Junto com sua repercussão nos periódicos correntes, os *Anais...* também intensificaram sua divulgação, algo que ficou patente quando a publicação passou a prestar contas públicas de suas atividades por meio dos Relatórios oficiais de seus diretores endereçados ao Ministério da Justiça. Publicados a partir do volume 18 de 1896, esses relatórios são uma rica fonte de informação a respeito do funcionamento da instituição. Mais do que um repositório de informação, eles cumpriam o papel de publicizar aspectos positivos e negativos das atividades e necessidades da BN: a conhecida “tríade da falta”, de *recursos-pessoal-espaco*, é repetida em todos os relatórios,<sup>657</sup> mas também o fornecimento de dados sobre a expansão do acervo, com amplo destaque para as doações ocorridas ao longo do ano relatado.

As queixas constantes em relação à falta de espaço e à inadequação das instalações seriam temporariamente amenizadas com a inauguração em 1910 do edifício que até hoje sedia a instituição. Até então, os imóveis que abrigaram a BN foram precários: entre 1810 e 1855, nas salas e catacumbas do Hospital da Ordem Terceira do Carmo, e entre 1855 e 1910, no Largo da Lapa, uma residência adaptada cujos principais melhoramentos foram ‘puxadinhos’ erguidos na década de 1890 quando a instituição recebeu doações de grande porte. Mas não durou muito até que o edifício novo também fosse alvo de duras críticas. Situado na avenida Central, atual Rio Branco, ele fazia parte do remodelamento da então capital da República, um processo multifacetado a respeito do qual muito já se escreveu.

---

<sup>656</sup> BARBOSA, Januário da Cunha. Bibliotheca Pública. **Minerva Brasiliense**, Rio de Janeiro, 15 jan. 1844, p.159-161. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/703095/168> >. Acesso em: 11/10/2017.

<sup>657</sup> GRINGS, Luciana. Op. Cit. p.14. Esses Relatórios foram publicados ininterruptamente de 1896 até 1943, voltando aos *Anais...* apenas em 1971.

Projetado pelo engenheiro militar Francisco Marcelino de Sousa Aguiar – personagem importante da chamada reforma Pereira Passos e seu sucessor como prefeito do Distrito Federal –, teria lhe faltado uma orientação mais técnica para a elaboração de sua disposição. Conta-se que sequer havia uma sala de leitura no projeto original.<sup>658</sup> Obviamente, esses aspectos não ocuparam o primeiro plano dos juízos que circularam na época de sua inauguração. Pelo contrário: todos os envolvidos foram amplamente celebrados.

Com a inauguração do edifício, os dirigentes da BN tentaram fazer do lugar um centro que congregasse a *cidade letrada*.<sup>659</sup> Havia um amplo salão para as muito populares conferências literárias.<sup>660</sup> E uma das mais importantes iniciativas institucionais começou logo em seguida: a instalação de um pioneiro curso de biblioteconomia que formou gerações de profissionais. Tudo isso estava previsto em seu novo regulamento de 1910, que acompanhou as mudanças.<sup>661</sup>

Ao longo dessa década, a BN abrigou vários eventos e reuniões associativas, como a inauguração da Liga da Defesa Nacional em 1916, iniciativa promovida por Pedro Lessa e Miguel de Calmon como parte de uma campanha civilista, que apelava a certo nacionalismo militarista dentro do contexto da Primeira Guerra em apoio aos Aliados. Olavo Bilac, um dos seus membros, ficou encarregado do discurso de abertura, cuja data e lugar foram escolhidos propositalmente pelo simbolismo.

O país já sabe, pela rama, o que esta Liga pretende fazer: estimular o patriotismo consciente e coesivo; propagar a instrução primária, profissional, militar e cívica; e defender: com a disciplina, o trabalho; com a força, a paz; com a consciência, a liberdade; e, com o culto do heroísmo, a dignificação da nossa história e a preparação do nosso porvir.

[...]

Quisemos que esta primeira reunião do Diretório Central se realizasse neste dia. Assim celebraremos, sem solenidade, mas com o simples e sereno respeito dos verdadeiros crentes, o aniversário da Independência. E quisemos que esta celebração se fizesse neste lugar – a casa dos livros, o templo das ideias –, cérebro do Brasil.<sup>662</sup>

---

<sup>658</sup> MORAES, Rubens Borba de. **Depoimento de Rubens Borba de Moraes**: n. 2. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, SPHAN, 1987. Apud. GRINGS, Luciana. Op. Cit., p.61.

<sup>659</sup> Cf. RAMA, Angel. **A Cidade das Letras**. São Paulo: Boitempo, 2015.

<sup>660</sup> Sobre a popularidade dessas conferências no Rio de Janeiro, conferir: LAPA, Iuri; JORDÃO, Lia. Apresentação. In: RIO, João do. **Psicologia urbana**. Fundação Biblioteca Nacional Rio de Janeiro, 2015, p.7-24. Essas conferências realizadas na BN foram transcritas nos volumes dos *Anais...* ao longo da década de 1910.

<sup>661</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Regulamento da Bibliotheca Nacional: Decreto n.8835, de 11 de Julho de 1911. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, vol.33, p.333-354. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/docreader/402630/26786> >. Acesso em: 02/08/2010.

<sup>662</sup> BILAC, Olavo. À Liga da Defesa Nacional. Apud. LAPA, Iuri; JORDÃO, Lia. **A Biblioteca Nacional na crônica da cidade**: a cidade | o leitor. Fundação Biblioteca Nacional: Rio de Janeiro, 2017, p.141.

Rui Barbosa, que era presidente dessa associação, comemorou seu “jubileu literário” no prédio em 1918, deixando como legado um busto de bronze à instituição. O orador na ocasião foi Constâncio Alves, funcionário da Biblioteca e redator das famosas ‘Várias’ do *Jornal do Commercio* por anos. Em mais de uma ocasião, o ‘imenso saber’ acumulado na BN foi posto em comparação com esse mesmo traço do jurista baiano. A ilustração abaixo, feita por J. Carlos, retrata com ironia o que os banqueiros Rothschilds teriam visto no Rio de Janeiro por ocasião de sua visita em 1913. Nela, Rui Barbosa é retratado como a personificação da Biblioteca Nacional.

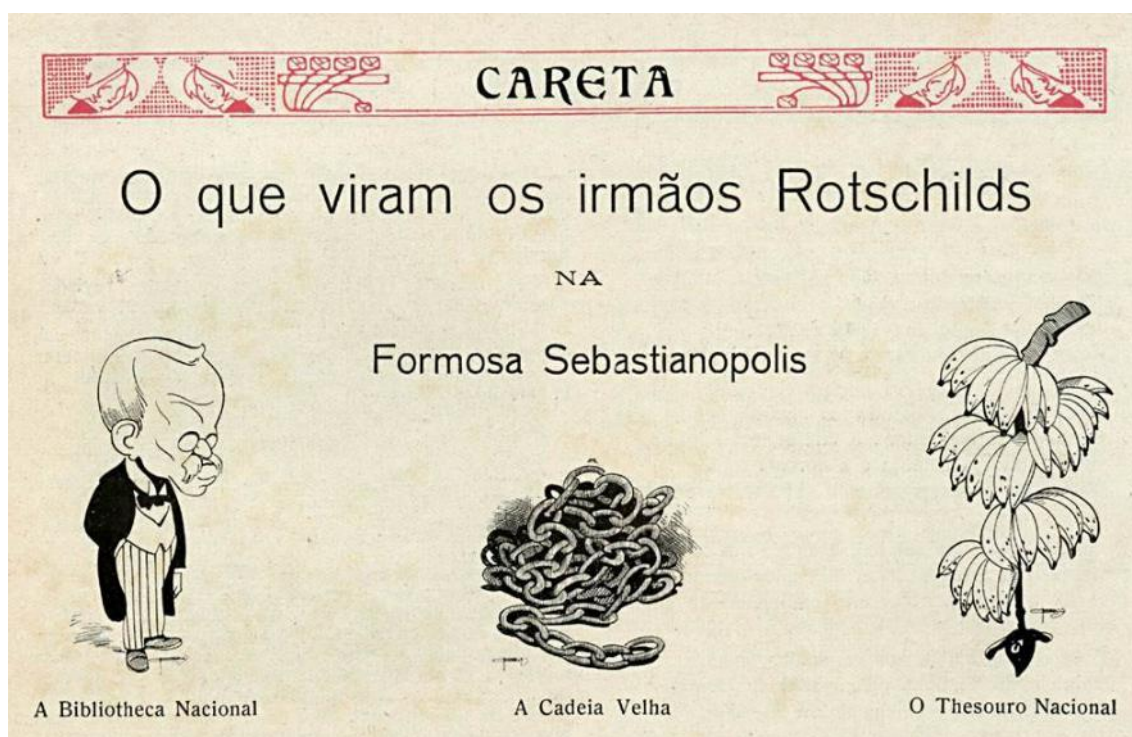


Fig.25

Por ocasião de sua morte em 1923, Rui Barbosa foi velado no saguão central da Biblioteca. O mesmo Constâncio Alves foi incumbido de um dos discursos, que foi reproduzido posteriormente no *Anais...*:

[A Academia Brasileira de Letras] reconheceu, pelo seu ilustre presidente, que, não em sua casa, mas aqui [na Biblioteca Nacional] é que havias de esperar o momento da viagem derradeira; da cidade dos livros é que devias sair para a cidade dos mortos. Que outro edifício, senão este, seria o templo adequado às tuas exéquias?

Aqui vive o Brasil nos documentos da sua história; aqui fulge no pensamento dos seus escritores; aqui palpita no sentimento dos seus poetas.

As gerações que a morte vai dispersando, aqui se reconstituem na sua continuidade histórica; e parece que todas as almas que animam este palácio,

juntam-se às nossas, nesta hora funesta, e amplificam a multidão que te cerca, e prolongam pelo passado adentro o cortejo dos teus funerais.<sup>663</sup>

Os dirigentes da Biblioteca também se valeram da inauguração do novo edifício para dar destaque à simbologia relativa à própria história da instituição e dos seus bibliotecários passados. Como já mencionado, o busto de João VI ocupa um lugar central na arquitetura interna do prédio, personagem escolhido como o responsável pela existência da BN tal como ela é, possuidora de um acervo singular. A imagem que segue é parte de um álbum publicado em 1911 pela própria Biblioteca retratando diversos aspectos do novo edifício.<sup>664</sup>



Fig.26

Embora o projeto idealizado por Valle Cabral de escrever uma “galeria” dos antigos bibliotecários da instituição não tenha sido realizado em sua completude, ele foi

<sup>663</sup> ALVES, Constancio. [Discurso proferido por ocasião do velório de Rui Barbosa]. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, vol.45, p.462-463, 1923. Apud. LAPA, Iuri; JORDÃO, Lia. Op. Cit., p.91.

<sup>664</sup> BIBLIOTHECA Nacional do Rio de Janeiro: album de photographias. Rio de Janeiro: Officinas Graphics da Bibliotheca Nacional, 1911. Disponível em: < [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_iconografia/icon393014/icon393014.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon393014/icon393014.pdf) >. Acesso em: 20/08/2020.



materializado de outra forma. Na fotografia abaixo, parte desse mesmo álbum, vê-se a sala da administração, denominada de “Secretaria”, cujo elemento central na composição é um conjunto de dez gravuras retratando cada um dos bibliotecários-diretores até aquela data. Fruto de um trabalho do artista Modesto Brocos, elas foram especialmente encomendas alguns anos antes visando justamente à formação de um espaço denominado “Galeria dos Bibliotecários”.<sup>665</sup> A estes retratos dos diretores foi acrescida, em 1926, a gravura de Cícero Peregrino, também feita por Brocos. Até onde foi possível perscrutar, esse foi o último retrato encomendado. Da mesma forma, não foi possível descobrir quando a galeria foi desmontada. De todo modo, essas gravuras são até hoje usadas com a finalidade de representar esses homens e sua ligação com o trabalho na Biblioteca.



Fig.27

---

<sup>665</sup> SILVA, Manoel Cícero Peregrino da. A Bibliotheca Nacional em 1905: Relatório... **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, vol.28, 1906, p.526. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/docreader/402630/23554> >. Acesso em: 02/08/2010.



Secretaria [detalhe]

Ao todo, o novo edifício da Biblioteca Nacional em seus primeiros anos possuía nada menos que três galerias memorialísticas. Antes de abordar aquela que mais interessa para os argumentos dessa seção, cabe ainda mencionar a “galeria dos Presidentes da República e Ministros da Justiça”.<sup>666</sup> Em seu discurso por ocasião da solenidade de inauguração do prédio, o diretor Peregrino da Silva destaca a iniciativa: “Singela homenagem, que presta a administração da Biblioteca aos Presidentes da República e Ministros de Justiça que contribuíram para que se construísse este edifício, é a galeria dos seus retratos, que em seguida se vai inaugurar”.<sup>667</sup>

Trata-se de um conjunto de retratos a óleo que ainda recebeu o acréscimo em 1911 ou 1912 – as informações são conflitantes – dos retratos de Hermes da Fonseca e seu ministro da Justiça. Ele se tornou presidente menos de duas semanas depois da inauguração do edifício. Por ocasião de sua ida à primeira conferência realizada na BN, proferida pelo diretor Peregrino da Silva, os retratos foram oficialmente instituídos.<sup>668</sup> As pinturas ficavam na “Sala de Recepção”, ou seja, um espaço para receber um público diferente daquele que iria consultar o acervo da BN, provavelmente visitantes, talvez uma antessala da própria diretoria. Uma fotografia tirada logo antes da abertura do prédio em 1910 mostra o espaço com seis quadros; já na seguinte, que pertence ao referido álbum comemorativo impresso em 1911, a sala conta com os retratos adicionais.

---

<sup>666</sup> SILVA, Manoel Cícero Peregrino da. A Bibliotheca Nacional em 1910: Relatório... **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, vol.33, 1911, p.390. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/docreader/402630/26081> >. Acesso em: 02/08/2010.

<sup>667</sup> Ibid., p.394.

<sup>668</sup> SILVA, Manoel Cícero Peregrino da. Da remodelação por que passou a Bibliotheca Nacional e vantagens d’ahi resultantes. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, vol.35, 1913, p.9. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/docreader/402630/37033> >. Acesso em: 02/08/2010.



Fig.28



Fig.29

Esse tipo de artifício simbólico que os dirigentes da BN escolheram instituir atua sobre mais de um plano de temporalidade. Os homenageados que porventura estivessem vivos se sentiriam prestigiados tanto no íntimo quanto pelo reconhecimento que viria dos seus pares. Os familiares dos falecidos poderiam vir a ter sentimentos parecidos advindo do prestígio indireto ao ver que um dos seus fazia parte de uma galeria voltada para glorificar e louvar. Mas existe algo que também comunica para o futuro, que lança projeções e cria um amálgama de expectativas. Ela comunica sua natureza simbólica, capaz de enaltecer homens por meio de mediações imagéticas e discursivas. Naqueles primeiros anos da República, artefatos simbólicos em profusão estavam sendo postos em locais públicos numa tentativa de ‘formar almas’ e de consolidar o novo regime no “imaginário” da população.<sup>669</sup> Da mesma forma, novos ‘vultos’ estavam sendo consagrados numa tentativa de preenchimento do vazio simbólico deixado pelo fim do Império.<sup>670</sup> No âmbito da Biblioteca Nacional, porém, sua origem e o papel desempenhado pelas famílias Real e Imperial na sua constituição não permitia uma adesão incondicional aos novos símbolos republicanos.

A primeira menção à Galeria dos Benfeitores nos *Anais da BN* se dá no Relatório de Peregrino da Silva datado de 15 de abril de 1912, prestando contas do ano de 1911. Essa entrada já foi mencionada de forma passageira anteriormente. E as imagens que seguem nas próximas páginas são fotografias dos quadros originais, reproduzidas na publicação.

Para a galeria de retratos dos benfeitores entraram o de D. Pedro II e do Conselheiro José Antônio de Azevedo Castro.

O primeiro, pintado a óleo por Papf em 1887, foi gentilmente oferecido pelo Sr. Dr. José Carlos Rodrigues, que assim proporcionou à Biblioteca a ocasião de render à memória daquele insigne brasileiro a homenagem devida a um de seus maiores benfeitores.<sup>671</sup>

---

<sup>669</sup> Cf. CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

<sup>670</sup> Cf. GONÇALVES, João Felipe. Enterrando Rui Barbosa: um estudo de caso da construção fúnebre de heróis nacionais na Primeira República. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.25, p.135-161, 2000. Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2111/1250> >. Acesso em: 15/04/2019.

<sup>671</sup> SILVA, Manoel Cícero Peregrino da. A Biblioteca Nacional em 1911: Relatório. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, vol.34, 1912, p.682. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/docreader/402630/26786> >. Acesso em: 02/08/2010.



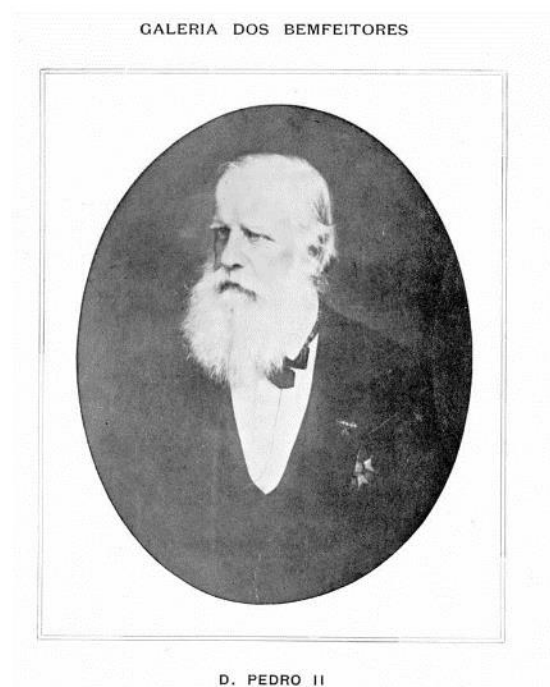


Fig.30

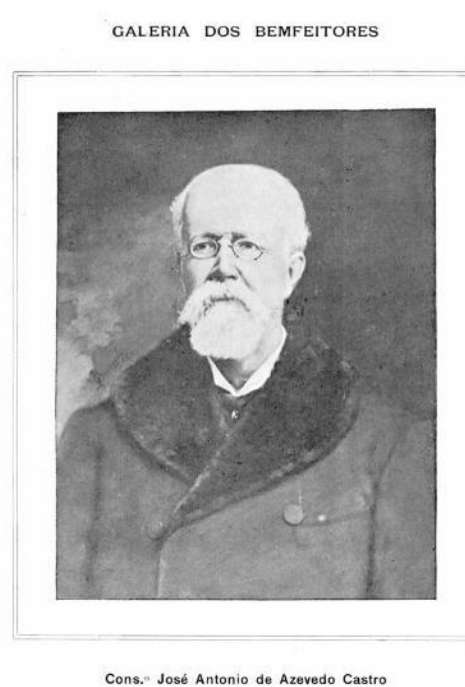


Fig.31

Não parece ser mera coincidência que José Carlos Rodrigues tenha sido o doador do retrato de Pedro II. Já ficou evidente que o jornalista manejava como poucos os ‘ritos’ ligados ao capital simbólico de sua época, em especial as interações que ocorriam por meio de dádivas. A falta de referências adicionais a respeito da criação da Galeria dos Benfeitores não permite extrapolar outras suposições, nem mesmo especular sobre o papel que Rodrigues possa ter tido nesse processo. De todo modo, ao que tudo indica, esse retrato de Pedro II foi o primeiro a compô-la. Já a outra pintura referida foi encomendada pela própria BN “como uma demonstração de reconhecimento pela doação da excelente coleção Visconde de Taunay”, vista na seção anterior.<sup>672</sup> A viúva Azevedo Castro foi mencionada nesse mesmo Relatório publicado nos *Anais...* numa pequena relação de visitantes ilustres que foram ao novo edifício.<sup>673</sup> O retrato de seu falecido marido já estava às vistas.

Esse movimento de expansão da Galeria do Benfeitores é anunciado nos dois volumes que se seguem dos *Anais...* No Relatório das atividades de 1912, numa seção intitulada “Galeria de Retratos”, fica-se sabendo da entrada do quadro de José Augusto Ferreira da Costa na mesma seção em que é anunciado o acréscimo de Hermes da Fonseca

<sup>672</sup> Ibid., p.583.

<sup>673</sup> Ibid., p.583.

aos demais presidentes.<sup>674</sup> A doação de Ferreira da Costa ocorreu no ano da entrada da coleção Benedicto Ottoni na Biblioteca, sendo de certa forma ofuscada pela magnitude desta. Quando morreu em 1910, ele ocupava o cargo de Ministro Plenipotenciário do Brasil em São Petersburgo. Sua doação à BN foi deixada em testamento: um caso de ‘último desejo patriótico’, realizada por um representante brasileiro no exterior.



Fig. 32

A última menção à Galeria dos Benfeitores ocorre no volume seguinte da publicação, também no relatório anual da instituição. Dessa vez, três retratos são incorporados à coleção:

1º., de Diogo Barbosa Machado, cuja riquíssima coleção, que se acha nesta Biblioteca, foi doada a D. José I e o Príncipe Regente D. João fez transportar para o Rio de Janeiro juntamente com os demais livros da Real Biblioteca da Ajuda; 2º., do Dr. Júlio Ottoni, que adquiriu e ofertou à Biblioteca Nacional a inestimável coleção brasiliense organizada e catalogada pelo Dr. José Carlos Rodrigues; 3º., do Dr. Salvador de Mendonça, que fez doação de excelentes e numerosos livros, cujo catálogo por ela elaborado foi publicado por esta Biblioteca.<sup>675</sup>

<sup>674</sup> SILVA, Manoel Cícero Peregrino da. A Bibliotheca Nacional em 1912: Relatório... **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, vol.35, 1913, p.441. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/docreader/402630/37453> >. Acesso em: 02/08/2010.

<sup>675</sup> SILVA, Manoel Cícero Peregrino da. A Bibliotheca Nacional em 1913: Relatório... **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, vol.36, 1914, p.689. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/docreader/402630/22587> >. Acesso em: 02/08/2010.

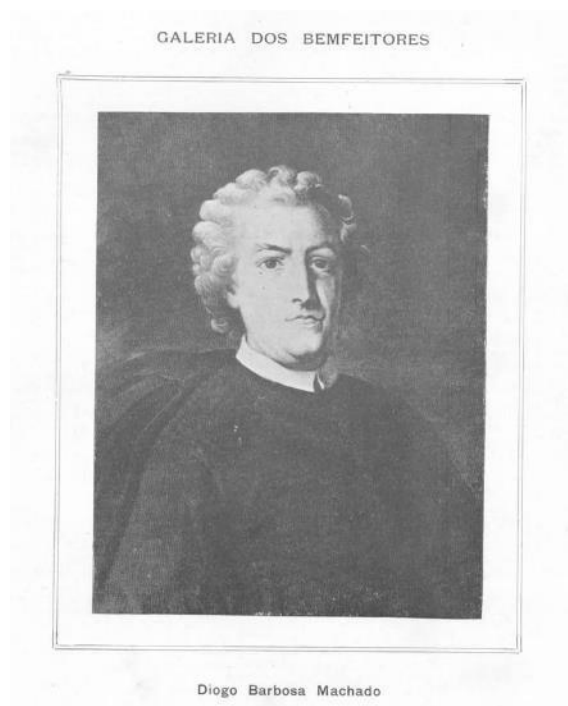


Fig.33

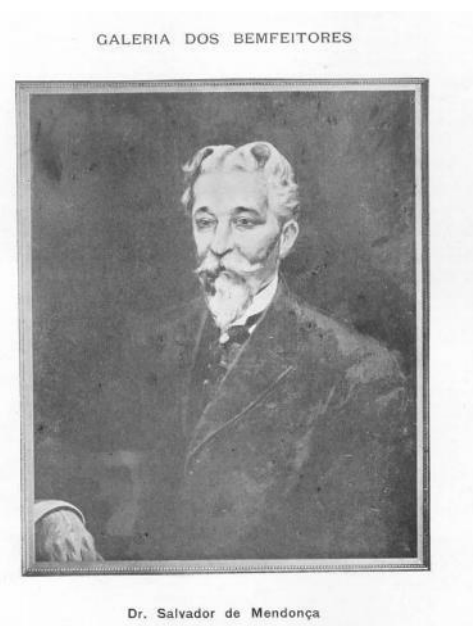


Fig.34

O retrato de Júlio Ottoni chegou a ganhar uma pequena nota no *Diário de Pernambuco*: “Será colocado solenemente na galeria dos benfeitores da Biblioteca Nacional o retrato do ilustre estadista brasileiro”.<sup>676</sup>

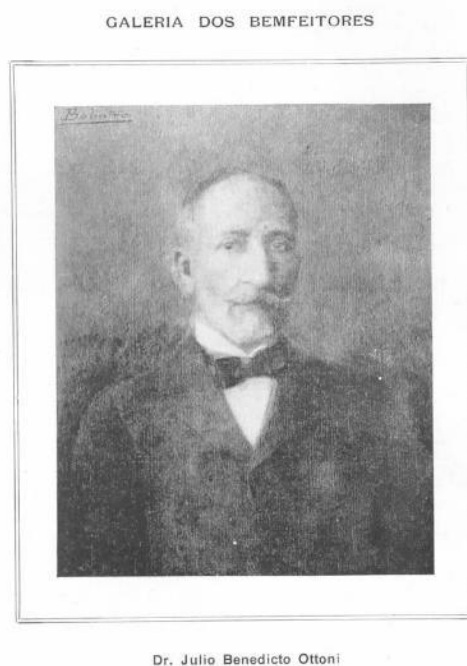


Fig.35

<sup>676</sup> INAUGURAÇÃO de retrato. *Diário de Pernambuco*, Recife, 10 ago. 1911, p.1. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/029033\\_09/2337](http://memoria.bn.br/DocReader/029033_09/2337)>. Acesso em: 11/10/2017.

Num artigo sobre Pedro II, publicado na *Revista da Semana* em 1925, cujo enfoque recai sobre o imperador enquanto intelectual e estudioso, uma foto de sua coleção na BN é escolhida para ilustrar essa faceta. Na legenda da imagem, lê-se: “A seção da Biblioteca Nacional constituída pelos numerosos volumes que pertenceram a D. Pedro II. Vê-se o retrato do nosso último imperador por cima do corredor em que se acham as estantes com a preciosa coleção de S. M.”.<sup>677</sup>



Fig.36

Uma matéria de 1912 publicada no *Correio Paulistano* menciona a nova disposição das coleções adotada com o recém-inaugurado edifício: “Os seus múltiplos legados, outrora distribuídos em salas isoladas, são, conforme o critério moderno, acondicionados em estantes especiais, com o nome do doador”.<sup>678</sup>

<sup>677</sup> LIMA, Hermeto. O Imperador, homem de estudos. *Revista da Semana*, Rio de Janeiro, 28 nov. 1925, p.4-5. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/025909\\_02/10537](http://memoria.bn.br/DocReader/025909_02/10537) >. Acesso em: 11/10/2017.

<sup>678</sup> HORAS DE Lazer: a Biblioteca Nacional. *Correio Paulistano*, São Paulo, 24 nov. 1912, p.1. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/090972\\_06/27014](http://memoria.bn.br/DocReader/090972_06/27014) >. Acesso em: 11/10/2017.



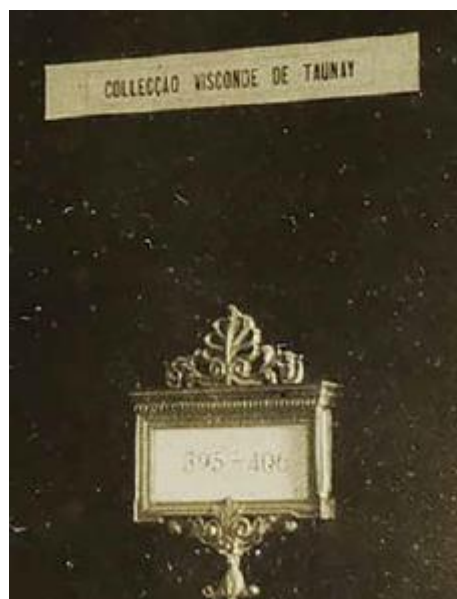


Fig.37

Não há mais informação a respeito dessa Galeria dos Benfeitores nas décadas seguintes. As referências no *Anais...* não prosseguem. E não foi possível verificar até quando esse arranjo durou e se outros retratos teriam sido incluídos.



Fig.38

Essas galerias não foram os únicos recursos visuais que amalgamaram a simbologia da instituição por ocasião dessa sua nova fase. Alguns dos mais relevantes artistas plásticos da época foram incorporados ao projeto, nomes que também participaram de processos análogos a este, no Teatro Municipal e no atual Museu Nacional de Belas Artes, cujos edifícios vizinhos foram erguidos mais ou menos na mesma época. Eliseu Visconti, por exemplo, foi contratado para pintar dois quadros para a instituição – representações sobre o Progresso e sobre a Solidariedade Humana –, além de desenhar o emblema e o *ex-libris* da BN.

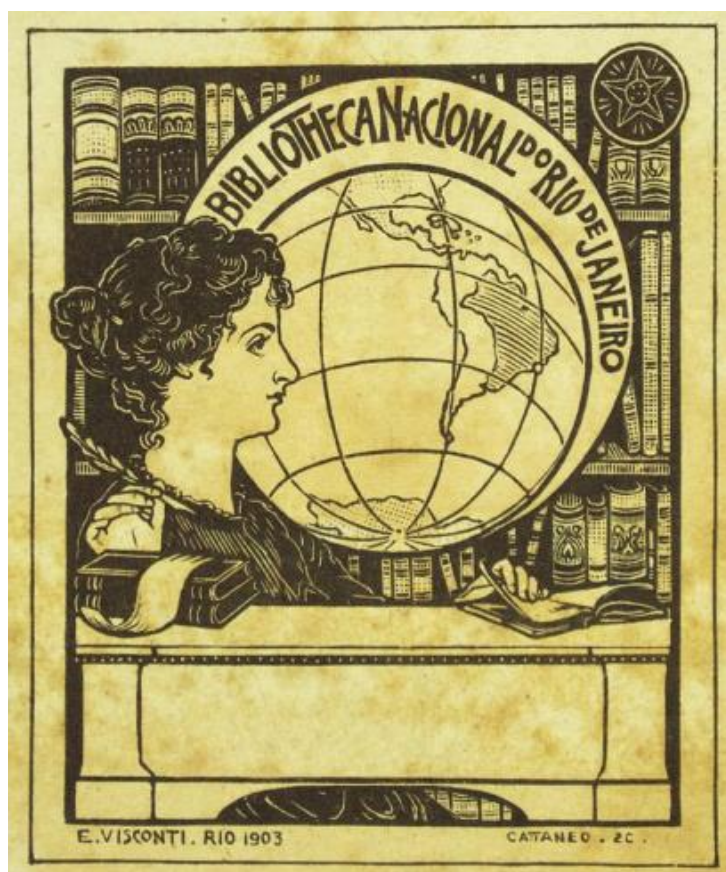


Fig.39

Modesto Brocos, além de ter gravado os retratos dos diretores da Biblioteca a fim de compor a Galeria dos Bibliotecários, também foi comissionado para pintar dois quadros alegóricos que faziam parte do antigo Salão de Leitura. As telas foram pintadas a óleo e coladas posteriormente nas paredes. A primeira alegoria, vista na página abaixo numa fotografia retirada daquele mesmo álbum da inauguração, remete à *Imaginação*. Seu olhar para o alto simboliza o pensamento que voa, e tudo ao seu redor está em movimento: o pássaro, o vento que move seus cabelos e seu vestido, o mar com as ondas quebrando ao fundo. A *Observação*, ao contrário, mira para baixo; uma das flores que estava na sua mão é carregada pela correnteza de um córrego enquanto ela acompanha



sua trajetória. Rodolfo Amoedo completou essa série de alegorias. Ele foi incumbido de retratar a *Reflexão*, cuja introspecção é a marca: as mãos cobrem-lhe a boca e, embora seus olhos estejam abertos, é para dentro que ela direciona seu olhar.



Fig.40

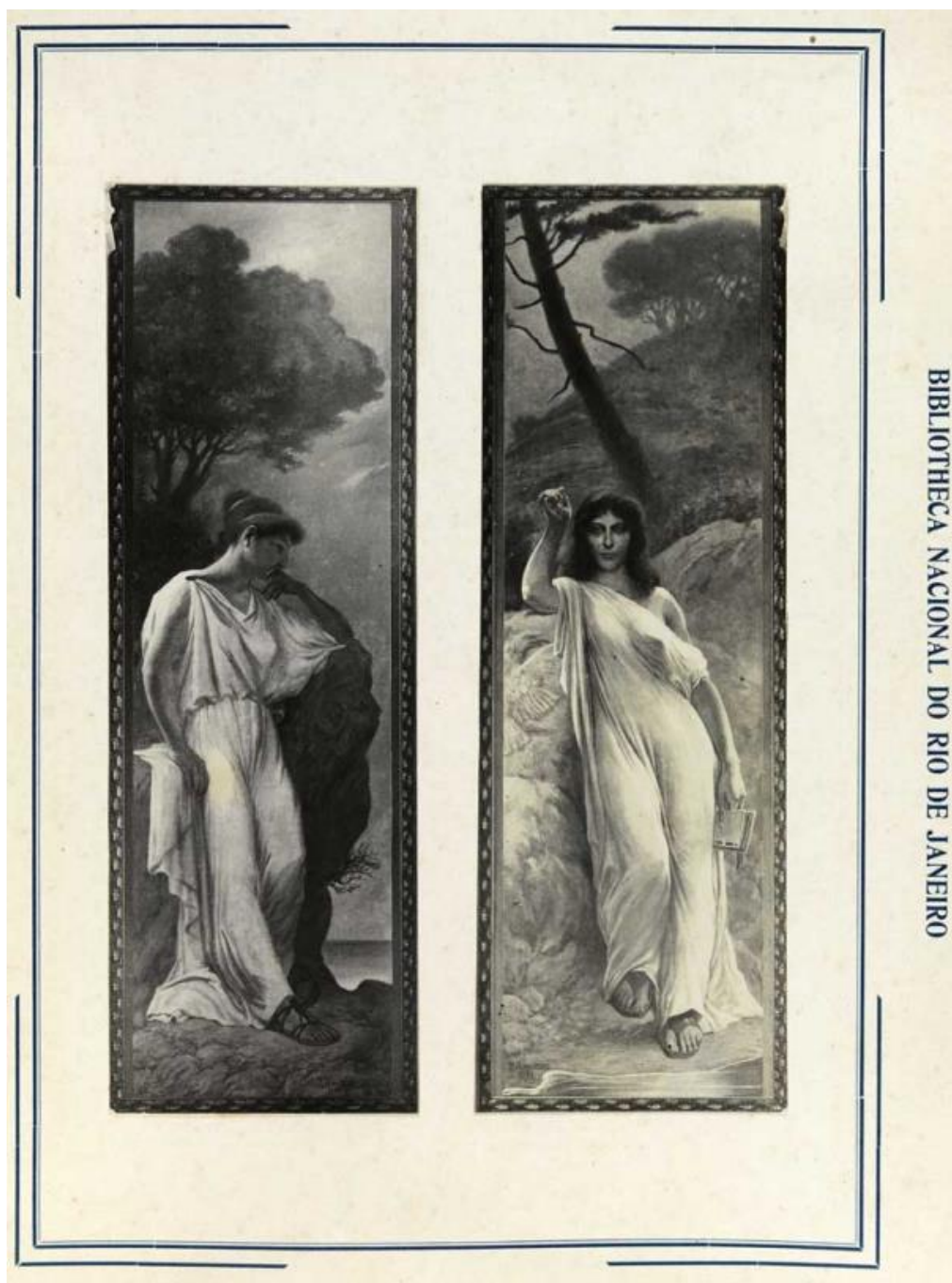


Fig.41

A última alegoria é dedicada à *Memória*. Ela encara o observador de frente, mas seu olhar fixo se foca em algum ponto atrás de nós, como se nos atravessasse. Sua mão direita levantada parece esperar pela ação do observador, guardando alguma impaciência. Na mão esquerda, ela segura um livro; e entalhado na pedra sobre a qual se recosta está o que parece ser o baixo relevo de um pássaro. Esses dois últimos elementos remetem à mediação material da memória, algo condizente com uma biblioteca. De todas as alegorias, a *Memória* é a mais intensa e expressiva, desafiadora e julgadora, como parece ser apropriado ao tema.





Fig.42

Sua presença como alegoria *não* foi feita para evocar intencionalmente a deidade grega da memória, *Mnemozyne*.<sup>679</sup> Mãe das nove musas, fruto de sua relação com Zeus, *Mnemozyne* era amplamente celebrada nas narrativas míticas. Nelas, a memória era representada como uma conquista dos homens, sob cuja inspiração os *aedos* poderiam rememorar, dotados de “entusiasmo”, os acontecimentos e homens passados em forma de poesia.<sup>680</sup> Como afirma Jean-Pierre Vernant, “ao fazer cair a barreira que separa o presente do passado, lança uma ponte entre o mundo dos vivos e o do além ao qual retorna tudo o que deixou a luz do sol”.<sup>681</sup> No entanto, ao recuperar o que a filosofia grega legou a

---

<sup>679</sup> Peregrino da Silva expõe o ‘briefing’ para as pinturas em seu relatório de 1911. Nesse briefing, não há qualquer menção ao fato de a Memória, ou qualquer outra alegoria, se referir a deidades pré-existentes.

Cf. SILVA, Manoel Cícero Peregrino da. A Biblioteca Nacional em 1911: Relatório... **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, vol.34, 1912, p.389. Disponível em: <  
<http://memoria.bn.br/docreader/402630/26080>>. Acesso em: 02/08/2010.

<sup>680</sup> VERNANT, Jean-Pierre. Aspectos míticos da memória. In: **Mito e pensamento entre os gregos**: estudos de psicologia histórica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p.135-138.

<sup>681</sup> *Ibid.*, p.143.

respeito da memória, especialmente em Aristóteles, Vernant afirma que *Mnemozyne* parece rebaixada, posta numa esfera distinta daquela do intelecto e do conhecimento, pertencendo ao plano do sensível, obtida “por acidente”. Para ele, isso evidencia a importância de sua função em certo tipo de sociedade que dependia da oralidade para transmitir suas histórias.<sup>682</sup> Com o surgimento da filosofia grega e do crescente desenvolvimento da escrita, não haveria mais “elo entre o desenvolvimento da memória e os progressos da consciência do passado”.<sup>683</sup> Vernant, remetendo novamente a Aristóteles, conclui que, como “função do tempo”, a memória “não pode mais assegurar, no que diz respeito ao passado, um verdadeiro conhecimento; não é tanto a fonte de um saber autêntico quanto a marca da nossa imperfeição”.<sup>684</sup>

Em sua tese, Luciana Grings, funcionária da BN, procurou entender a razão para a decadência da instituição ao longo da segunda metade do século XX.<sup>685</sup> Embora esta não seja propriamente sua questão central, trata-se de um tema recorrente que atravessa boa parte da pesquisa. Considerando que seu diagnóstico de decadência esteja correto – e ela não está sozinha nessa avaliação, tampouco se trata de umajuizamento contemporâneo –, explicá-lo não é uma tarefa simples.

O que foi exposto neste capítulo mostra, ao contrário, um vigor institucional. Na primeira parte, foi visto que havia uma percepção difusa sobre a BN como um destino desejável para coleções e peças individuais. As doações, que são parte constituinte de sua narrativa de origem, afluíram constantemente ao longo do século XIX. Todas as vezes em que houve investimentos do Estado sobre a BN, os doadores pareceram se sentir mais compelidos a se associarem a ela. Como visto, as motivações para doar eram variadas, mas em todas se percebe o sentimento de estar contribuindo para uma instituição que incorporava uma noção de coletividade. Se havia possibilidade de ganhos simbólicos com as doações, esse aspecto não parecia ocupar o primeiro plano discursivo.

As reformas urbanas no Rio de Janeiro no início do século XX abriram caminho para um edifício construído especialmente para abrigar a Biblioteca. Nesse processo, seus dirigentes erigiram um novo repertório simbólico para lhe acompanhar, focando principalmente no fortalecimento de sua narrativa institucional e na consagração daqueles

---

<sup>682</sup> Ibid., p.164-166.

<sup>683</sup> Ibid., p.164.

<sup>684</sup> Ibid., p.166.

<sup>685</sup> GRINGS, Luciana. **O leigo e a especialista**: memórias da administração da Biblioteca Nacional nas décadas de 60 e 70. Tese (Doutorado em Memória Social). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <<http://www.memoriasocial.pro.br/documentos/Teses/Tese93.pdf>>. Acesso em: 15/10/2020.

que entrelaçaram suas vidas à dela. Embora esse tipo de narrativa da trajetória da Biblioteca, de seus fundadores, doadores e dirigentes já tivesse sido amplamente explorado nas últimas décadas do século XIX, a confluência de verbas estatais com o clima de otimismo em torno do novo e suntuoso *palácio dos livros* conduziram os dirigentes a investir num programa amplo para comunicar glória e perenidade aos seus consortes.

A coleção Benedicto Ottoni foi doada nesse cenário. A trajetória da coleção dentro da instituição, tratada no capítulo 2.3, revela, no entanto, um processo de permanente dispersão e relativo esquecimento, que oscilou com alguns poucos momentos de rememoração. José Carlos Rodrigues e Júlio Ottoni esperavam que a doação fosse lembrada gerações adentro, seus nomes permanecendo na posteridade. Tratou-se de uma expectativa carregada de historicidade, o instantâneo de um momento.

Não era apenas a Biblioteca que ‘prometia’ glória e posteridade. Naqueles anos iniciais da República, tratava-se de um sentimento difuso entre a elite. Uma elite altamente provinciana, como aliás era a BN: uma instituição nacional que não tinha qualquer capilaridade territorial, que sequer tinha como garantir o Depósito Legal das obras publicadas nas demais partes do país, contando apenas com o voluntarismo de editores e escritores. Talvez a lenta e sentida ‘decadência’ da BN explorada por Grings passe por isso. O estabelecimento de um Estado centralizador de Getúlio Vargas, cujas políticas públicas estavam voltadas, para o bem ou para o mal, a todo o país pode ter evidenciado o quão circunscrita era Biblioteca Nacional. É possível que a constatação do alcance limitado da BN dentro de um Estado com novas diretrizes políticas tenha enfraquecido a instituição politicamente.

Há um documento escrito em 1945 que só veio à público em 1974 cuja leitura é desconcertante. Nele, argumenta-se que a decadência da BN se deveu ao descaso de governos e à omissão de dirigentes. Trata-se do “Relatório do Diretor da Divisão de Preparação da Biblioteca Nacional ao Ministro da Educação e Saúde”, elaborado por Rubens Borba de Moraes e dirigido a Gustavo Capanema.<sup>686</sup> Segundo ele, teriam bastado duas décadas de dirigentes subservientes e desleixados para que a BN tivesse sucumbido à degradação. O cenário retratado por Borba de Moraes é desolador: livros e coleções

---

<sup>686</sup> MORAES, Rubens Borba de. Relatório do Diretor da Divisão de Preparação da Biblioteca Nacional ao Ministro da Educação e Saúde (março de 1945). **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, vol.2, n.1, p.91-106, 1974. Disponível em: < <https://periodicos.unb.br/index.php/rbbsb/article/view/28606/24809> >. Acesso em: 12/08/2020.

valiosas, doadas ou compradas, se perdendo a olhos vistos pela ação de insetos bibliófagos, pela exposição ao sol, à chuva e à poeira; roubos, danos e subtrações de páginas; execução precária dos serviços mais básicos, feitos por trabalhadores majoritariamente desmotivados e mal pagos. A lista de problemas é longa e sua leitura desgostosa.

O tom do texto é vocal e indignado, nada formal, protocolar ou burocrático. A solução proposta por Borba de Moraes é incisiva e radical: “Um tratamento homeopático de nada adiantará. O que é preciso é cirurgia”.<sup>687</sup> Seu projeto de recuperação da BN previa fechá-la ao público por anos e implementar um plano dividido em três pontos principais: “1) mudança radical do pessoal existente; 2) construção de um novo prédio; 3) restauração em grande escala do acervo”.<sup>688</sup> Esse projeto não foi adiante, apesar de Borba de Moraes ter sido alçado à direção da Biblioteca, cargo no qual permaneceu entre 1945 e 1947. No início do documento, ele escreve algo que confirma algo que foi visto neste capítulo:

Para se compreender bem a situação da Biblioteca Nacional seria necessário começar narrando sua história secular. Dispensamo-nos de fazê-lo. V. Exa. conhece muito bem como ela se formou, sabe quando teve o seu período de apogeu e como principiou a decair há cerca de vinte anos, e, em particular no último decênio.<sup>689</sup>

O “período de apogeu” em questão coincidiu com a doação da coleção Benedicto Ottoni. Tratou-se de um período de prestígio da instituição, quando Estado e sociedade civil devotavam-lhe atenção e entusiasmo, percebendo a singularidade de sua missão.

---

<sup>687</sup> Ibid., p.106.

<sup>688</sup> Ibid., p.105.

<sup>689</sup> Ibid., p.93-94.

## Considerações Finais

Uma matéria publicada em 1913, na coluna “Factos e Figuras” do periódico *A Época*, tangencia vários aspectos importantes trabalhados nesta tese. Retratando o universo de colecionadores de livros do país, passado e presente, seu autor, que assina como “H.P.”, dá grande destaque a dois indivíduos em particular: Ramiz Galvão e José Carlos Rodrigues. Além de *bibliófilos* insuspeitos, a matéria justifica a importância de ambos pelo fato de serem “notáveis bibliógrafos”. H.P. afirma, numa ideia que carrega certa nuance, que Galvão e Rodrigues teriam desenvolvido esses atributos “sinceramente”, e não como “uma simples vaidade”.<sup>690</sup> Embora ele ponha em relevo outros bibliófilos – alguns deles importantes figuras públicas então ainda vivas, como Rui Barbosa e Oliveira Lima, e vários já falecidos, entre eles Pedro II e Rio Branco –, o fato de Rodrigues ter publicado um repertório descritivo de sua coleção o colocou numa posição distinta em relação aos demais: “O catálogo do Dr. Rodrigues compreende 2.645 obras, e sobre todas elas o ilustrado bibliógrafo oferece explicações valiosas, que permitem apreciar melhor a imensa riqueza do acervo”.<sup>691</sup> E acrescenta ainda, a fim de reforçar a importância desse trabalho: “Mas, como é lastimável que se não cuide de organizar, de todas essas coleções [dos demais bibliófilos], embora lentamente, catálogos semelhantes ao do Dr. Rodrigues!”.<sup>692</sup>

O autor também ressalta o quão valorosa foi a doação de sua coleção e como essa iniciativa atuou sobre determinado aspecto da economia da glória: “hoje a ‘Coleção Christiano Ottoni’, pertencente à Biblioteca Nacional, graças ao Dr. Júlio Ottoni, que comprou toda a coleção brasileira do Dr. Rodrigues para doá-la àquele estabelecimento, criando assim mais um título que *celebrará o nome* de seu progenitor”.<sup>693</sup> Embora a atividade bibliográfica seja de enorme importância para o prestígio que H.P. projeta sobre José Carlos Rodrigues, é a doação que irá conduzir o autor a uma reflexão propositiva a respeito do destino desejável de coleções formadas por bibliófilos brasileiros.

H.P. percebe na institucionalização dos conjuntos uma espécie de salvaguarda para o esforço desses homens. Ele menciona uma proposta de organização associativa que teria como finalidade, ao que parece, conservar coleções: “Há tempos pretendeu-se

---

<sup>690</sup> H.P. Factos e Figuras. *A Época*, Rio de Janeiro, 4 abr. 1913, p.1. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DOCREADER/720100/2096> >. Acesso em: 25/10/2017.

<sup>691</sup> Ibid.

<sup>692</sup> Ibid., p.2.

<sup>693</sup> Ibid., p.1. Grifo meu.

fundar aqui uma sociedade bibliográfica; a tentativa não teve sucesso”.<sup>694</sup> H.P. afirma que o fracasso da referida sociedade se deveu a intrigas, inveja e calúnias. Trata-se de um episódio cujos registros são desconhecidos. Saber mais sobre esses trâmites, ainda que malfadados, permitiria entrever outros aspectos do universo livresco do início do século XX. Diante da falta de sucesso da sociedade, H.P. conclui o artigo defendendo outra solução para o problema da dispersão de coleções:

Conviria, entretanto, um movimento de concentração em favor da bibliografia pátria, evitando-se a dispersão de beneméritos esforços, se os colecionadores erigissem a Biblioteca Nacional em herdeira de tantas preciosidades, que hoje representam sacrifícios e que amanhã podem desaparecer entre mãos indiferentes ou mercenárias.<sup>695</sup>

Sabe-se que esse movimento tampouco foi adiante. No entanto, as ideias evocadas na matéria são ilustrativas do campo de possibilidades existente. Os artefatos nas mãos de particulares eram percebidos como um patrimônio de interesse da nação. O destino mais corrente desse tipo material era a dispersão. Para evitá-la, um pacto entre os colecionadores seria uma possível solução. Se não fosse organizada uma “sociedade” com esta finalidade, então uma instituição já existente, como a Biblioteca, poderia ser escolhida.

A matéria também aponta o quanto a posse de livros e a formação de coleções eram atributos valorizados. Tê-los como propriedade comunicava algo sobre estes homens, seus interesses e suas formas de estar no mundo. José Carlos Rodrigues vinculou uma parte de sua imagem pública ao seu colecionismo e à sua atividade bibliográfica. A publicação do catálogo de sua *Bibliotheca Brasiliense* atestava sua competência como intelectual e sua dedicação aos estudos da história brasileira. Ademais, como visto na matéria, o resultado desse trabalho o distinguia entre os demais bibliófilos de sua geração e aqueles que o antecederam.

A partir de 1890, quando assume a direção e propriedade do *Jornal do Commercio*, Rodrigues buscou consolidar uma imagem pública austera e de retidão moral. Ele era caracterizado como alguém devotado ao trabalho e engajado nas questões públicas de seu tempo, entrando em variados debates, algo afeito à sua posição no periódico. Sua ligação com a Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro o levou à construção da Policlínica, realizada com o dinheiro obtido de uma comissão recebida pela mediação de um empréstimo. Ele já havia mediado várias transações como esta e tinha a

---

<sup>694</sup> Ibid., p.2.

<sup>695</sup> Ibid.

confiança da elite financeira inglesa e da classe política e empresarial brasileira. Seu envolvimento com os bastidores da política nacional foi intenso, podendo mesmo ser caracterizado como promíscuo. Esse tipo de relação lhe rendia, além de poder e influência, muitas inimizades.

O crime que ele cometeu décadas antes era frequentemente usado por seus adversários para lhe desabonar juízos e posicionamentos. É possível inferir que o processo de estabelecimento e de controle sobre sua narrativa biográfica tenha sido influenciado pela permanente rememoração desse crime. Não quero dizer com isso que a formação e doação de seus livros, a fundação da Policlínica e outras iniciativas tenham se dado meramente como resposta a isso. Seria por demais reducionista afirmá-lo, mas não seria nenhum absurdo conceder sua influência. Embora tais iniciativas tivessem uma motivação discursivamente clara e manifesta, há uma dimensão latente que as perpassa, ligada à economia dos bens simbólicos. A doação de seus livros e a fundação/expansão da Policlínica são dois casos que exemplificam essa dupla dimensão.

A dádiva está sendo tratada nesta tese como um tipo de ação que gira em torno de mais de um móbil. Se interpretada como mero cálculo, corre-se o risco de destituí-la de sua complexidade e sutileza. Pelo mesmo motivo, ela não deve ser reduzida a um ato puro de generosidade e desinteresse. Existe na dádiva um espaço para liberdade e espontaneidade, o que não significa que ela se dê de qualquer modo, a qualquer momento: ‘ritos’ e protocolos ligados a formas de agir e de comunicar conformam-na.

José Carlos Rodrigues tinha um *projeto* que envolvia o manejo de sua imagem pública e dos pilares em torno dos quais sua identidade e sua trajetória seriam estabelecidas. Foram apresentados ao longo da tese registros que demonstram como certos acontecimentos se mostraram propícios para a enunciação de juízos sobre sua exemplaridade. Muitos destes eventos ele mesmo promoveu, como foi o caso da construção do novo edifício do *Jornal do Commercio* e suas cerimônias, além da celebração pública de sua aposentadoria, momentos estes que possibilitaram a reconstituição de sua trajetória, dando-lhe coerência, selecionando passagens e ressaltando certos traços em detrimento de outros. Nesse contexto geral, sua biblioteca sobre o Brasil e o destino dado a ela se mostraram um valioso ativo na conjugação de seus atributos.

O valor de livros e papéis sobre a formação do Brasil guardava um forte componente simbólico. Numa época em que ideias sobre um suposto caráter da nação eram ao mesmo tempo debatidas e promovidas, tais artefatos ainda eram encarados, sob



a influência positivista da história, como a única fonte legítima para que esse processo fosse acessado. Logo, eles guardavam algo de valioso para a grande comunidade, insumos para alimentar a imaginação de seus membros e promover uma maior coesão. Um conjunto como a coleção Benedicto Ottoni reunia incontáveis dessas possibilidades, além de muitas outras que, por vezes, apenas tangenciavam esse grande debate sobre nacionalidade, ora lhe escapando de todo.

Quando esse material se torna um bem público, muitos dos elogios à doação gravitaram justamente em torno do patriotismo dos dois indivíduos envolvidos, embora não pareça questionável que José Carlos Rodrigues tenha sido seu grande artífice. Afinal, era ele o colecionador. Foi Rodrigues que se valeu de seu dinheiro, tempo e disposição para percorrer cidades, acompanhar leilões, reunir e organizar artefatos que não estavam disponíveis para os brasileiros, a maioria esmagadora sequer estava no Brasil. Foi ele que retirou sua coleção do espaço privado, sua casa, e lhe destinou a um espaço público.

A Biblioteca Nacional, já tinha sua singular trajetória e ocupava uma posição no sistema de Estado desde sua fundação, quando sequer existia Brasil. Com a Independência, Pedro I e as demais lideranças políticas da época entenderam a importância de se pagar um alto preço pela sua manutenção no território brasileiro. Os dirigentes da Biblioteca ao longo de todo o século XIX, adentrando o século XX, se valeram dessa narrativa para ressaltar sua importância. Até hoje ela é amplamente usada, gerando um sentimento de admiração naqueles que não a conhecem.

No início do século XX, época em que a CBO foi doada para a Biblioteca, havia um grande engajamento da sociedade civil e do Estado em torno de seu papel. Um novo edifício, especialmente feito para lhe abrigar, foi erguido e ela foi elevada a um patamar ainda mais relevante. Suas atribuições foram ampliadas e sua função pública adensada. Um exemplo disso foi a fundação de um pioneiro curso de Biblioteconomia, formando gerações de profissionais que passariam a cuidar de um sistema de bibliotecas em expansão, Brasil afora.

Com sua nova instalação, foi reforçada certa percepção de que a BN seria um lugar adequado para se custodiar coleções nas mãos dos particulares, algo, por exemplo, visto no artigo que abre essa seção final. De fato, muitos colecionadores destinaram seus bens para a BN nesses anos. O mesmo movimento pôde ser observado em alguns momentos do século XIX, principalmente quando os investimentos estatais e as iniciativas de seus dirigentes ficavam perceptíveis para a sociedade civil. A gestão de

Ramiz Galvão foi um desses momentos marcantes, com suas exposições, publicações e reorganização da instituição.

A longevidade da BN, combinada com sua missão singular de custodiadora de livros e papéis dos mais variados tipos, ainda carregaria outro componente fundamental para a compreensão do significado de doar para a Biblioteca Nacional. A instituição dava projeção àqueles que promoviam enlaces com ela. Tais enlaces poderiam ser de diferentes tipos, desde ter uma obra em suas estantes, até ter uma coleção inteira dentro dela. Esse último tipo de vínculo fornecia um capital simbólico muito específico: prestígio, honra e legado. A Biblioteca retribuía seus doadores com ‘promessas’ de posteridade e glória. Mas, ao mesmo tempo, assumia uma responsabilidade de cuidar dos artefatos recebidos para as gerações futuras.

—A promessa de ser um abrigo seguro de coleções nem sempre foi cumprida. Mantê-las reunidas na forma como muitos doadores demandaram foi algo que sucessivas gerações de dirigentes e funcionários da instituição abriram mão de fazer. Coleções se dispersaram pela BN sob justificativas de que o espaço rareava e sob as demandas de novas divisões de acervo que iam sendo criadas. Esses movimentos foram sempre escolhas dos envolvidos e não devem ser tributados a externalidades ou justificados por meros argumentos técnicos. Isso evidencia o quanto uma instituição como a Biblioteca Nacional é um organismo dinâmico, submetido a pressões e objeto de projetos, sofrendo permanentes alterações e respondendo às exigências do tempo presente, com erros e acertos.

José Carlos Rodrigues e Júlio Ottoni, os dois principais agentes envolvidos na doação que ocupa a posição central desta tese, tinham uma expectativa a respeito da fortuna de seus nomes e de suas trajetórias. Esta expectativa era fortemente condicionada por um espaço de experiência que eles tinham vivenciado até então. É possível imaginar que eles acreditassem que seus nomes fariam parte de uma *memória da nação* e que eles teriam suas vidas inscritas num panteão dos vultos. Nesta tese, eles não estão sendo rememorados. O envolvimento dos dois com a doação da coleção Benedicto Ottoni foi posto sob escrutínio. Existe uma forte carga de historicidade em suas expectativas e motivações. A frase de abertura do romance *O mensageiro* de L.P. Hartley, que também foi usada como título de uma obra sobre memória de David Lowenthal, parece apropriada para o exercício de interpretação histórica que me acompanhou nesta pesquisa: “O passado é um país estrangeiro; eles fazem as coisas de um jeito diferente por lá”.

Embora a tese tenha tratado de um caso bastante específico, centrado numa coleção e circunscrito a uma única instituição, os debates que ela enseja podem ser extrapolados. A começar pelo fato que, assim como a BN, outras instituições públicas mantenedoras de acervos culturais, lugares como museus, arquivos e outras tantas bibliotecas, têm seu patrimônio formado em parte por doações. Sua origem privada enseja pensar que existe um viés na formação desse patrimônio cultural público uma vez que o processo de institucionalização desses artefatos passa por agenciamentos, sociabilidades e outros tantos filtros.

Ademais, o que é passível de se tornar patrimônio está condicionado pelo tempo presente: o que no passado era visto como desejável, hoje pode não o ser. Há um custo futuro para gestores e instituições ao se aceitar uma doação. O que é visto em dado momento como uma dádiva valiosa pode vir a perder seu valor relativo em conjunturas diversas, informadas por outras demandas. Daí, bens recebidos ou comprados por agentes do Estado no passado encontram gestores que muitas vezes os relegam ao abandono, seja por limitações materiais, seja pelo desejo de dar visibilidade a outros projetos.

A fim de regulamentar responsabilidades e condutas, assim como definir a natureza jurídica desses bens, o patrimônio cultural público se encontra disciplinado por leis, normas e outros dispositivos.<sup>696</sup> Tais procedimentos são fruto de iniciativas de diferentes esferas do poder público – municípios, estados e União –, assim como de entes ligados a estes poderes, secundados pela participação de lideranças da sociedade civil.

A definição do que é patrimônio cultural muitas vezes emanou de instituições paradigmáticas dentro de suas respectivas áreas, como o Arquivo Nacional, o Iphan e a Biblioteca Nacional. A atual Constituição dedica um artigo à definição do que é o patrimônio cultural brasileiro e essa definição se encontra normatizada em detalhes a partir das competências de cada entidade: patrimônios culturais – materiais e imateriais –, históricos, artísticos, arquitetônicos ou documentais – arquivísticos ou bibliográficos.<sup>697</sup> Esse processo ainda é secundado pela relação estabelecida com entidades internacionais por meio de convenções, cooperações e programas variados. Isso tudo demonstra o quanto a questão do patrimônio cultural está forjada dentro de um sistema institucional e jurídico amplo, em vários níveis e esferas. Estas questões ainda eram incipientes quando

---

<sup>696</sup> Cf. RODRIGUES, Marcia Carvalho. Patrimônio documental nacional: conceitos e definições. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, vol.14, n.1, p.110-125, 2016.

Disponível em: < <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/download/8641846/pdf/> >. Acesso em: 19/11/2020.

<sup>697</sup> Ibid., p.119-121.

a coleção Benedicto Ottoni foi doada para a BN, mas já estavam em articulação: a institucionalização internacional da bibliografia remonta ao último quartel do século XIX e a Biblioteca Nacional participa de suas convenções desde os primeiros anos do século XX.<sup>698</sup>

Embora ainda produzidos em larga escala, os artefatos em suporte papel deixaram de ter, ao longo do século XX, a quase exclusividade de portadores de conteúdo simbólico que tinham no início do mesmo. Uma parte significativa de nossas experiências, textos, imagens e sociabilidades se transferiram para outro ambiente. Os novos aportes digitais carregam na mesma proporção potencialidades e desafios para as instituições de patrimônio, sejam elas custodiadoras de patrimônio bibliográfico, artístico ou de arquivo.<sup>699</sup> O tempo presente traz suas demandas, cujas respostas são condicionadas por espaços de experiência. Os corolários destas respostas são sempre opacos e suas consequências nem sempre previsíveis.

---

<sup>698</sup> Cf. JUVÊNCIO, Carlos Henrique; RODRIGUES, Georgete Medleg. A bibliografia no Brasil segundo os preceitos otletianos: a liderança da Biblioteca Nacional e outras ações. **Informação & Informação**, Londrina, vol.20, n.2, p.184-204, 2015. Disponível em: < <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/23130> >. Acesso em: 26/06/2020.

<sup>699</sup> Cf. HEYMANN, Luciana Quillet. Documentos express: desafios e riscos do acesso online a documentos de arquivo. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, vol.11, n.2, 2012, 49-64. Disponível em: < <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/50708> >. Acesso em: 23/11/2020.

## Bibliografia

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial**; Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil. Brasília: Ed. UnB, 1982.

ABREU, Laurinda. Prefácio. In: SANGULAR, Gisele; FERREIRA, Luiz Otávio (org.). **Filantropos da nação**: sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015, p.7-12.

ABREU, Regina & CHAGAS, Mário & SANTOS, Mirian S. (org.). **Museus, Coleções e Patrimônios**: narrativas polifônicas. Rio de Janeiro: Garamind, MinC/IPHAN, 2007.

ABREU, Regina. **A Fabricação do Imortal**: memória, história e estratégias de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1996

\_\_\_\_\_. **O enigma de Os Sertões**. Rio de Janeiro: Funarte; Rocco, 1998.

\_\_\_\_\_. Museus etnográficos e práticas de colecionamento: antropofagia dos sentidos. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, 2005, n.31, p.100-125. Disponível em: < [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat31\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat31_m.pdf) >. Acesso em: 05/10/2015.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Oliveira Lima e a diplomacia brasileira no início da República um intelectual om ideias fora do lugar ou com propostas fora da época? **Remate de Males**, Campinas, n.24, p.121-137, 2004. Disponível em: < <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8636080/3789> >. Acesso em: 15/10/2019.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

ARAÚJO, Valdei Lopes de; SILVA, Weder Ferreira da. Fragmentos de um periódico perdido: a *Sentinela do Serro* e o sentido da “republicanização” (1830-1832). **Varia História**, Belo Horizonte, vol.27, n.45, p.75-95, 2011. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/vh/v27n45/v27n45a04.pdf> >. Acesso em: 19/11/2019.

ARDUINI, Franca; PIZZI, Rino; MOORE, Prentiss. The Two National Central Libraries of Florence and Rome. **Libraries & Culture**, Austin, vol.25, n.3, p.383-405, 1990.

ASCIUTTI, Mônica M. R. **Um lugar para o periódico *O Novo Mundo*** (Nova Iorque, 1870-1879). Dissertação (mestrado). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010. Disponível em: < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8149/tde-24092010-144834/en.php> >. Acesso em: 08/10/2010.

AZEVEDO, Fabiano Cataldo. A doação da biblioteca João do Rio ao Real Gabinete Português de Leitura: aspectos de uma história pouco conhecida. **Perspectivas em Ciência da Informação**, vol.15, n.3, p.233-249, 2010.

BAKHTIN, Mikhail **Problemas da poética de Dostoiévski**. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

BARATIN, Marc; JACOB, Cristian (org.). **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2000.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900**. Rio de Janeiro: Mauad x, 2010.

BARRETO, Maria Renilda Nery. Dar à luz no Rio de Janeiro da belle époque: o nascimento das maternidades (1870-1920). In: SANGLARD, Gisele; FERREIRA, Luiz Otávio; et al (orgs.). **Filantropos da nação: sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015.

BAUDRILLARD, Jean. The System of Collecting. In: Elsner, J. & Cardinal, R. (Eds.) **The Cultures of Collecting**. USA: Reaktion, 1994.

BEFFA, Maria Lucia; NAPOLEONE, Luciana Maria. Bibliotecas particulares na academia: considerações sobre a doação e captação de coleções bibliográficas para instituições públicas. In: MELLO E SILVA, Maria Celina Soares de (org.). **Da minha casa para todos: a institucionalização de acervos bibliográficos privados**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2018, p.76-98.

BENJAMIN, Walter. Desempacotando minha biblioteca: um discurso sobre o colecionador. \_\_\_\_\_. **Rua de mão única: obras escolhidas (vol.2)**. Editora Brasiliense: São Paulo, p.227-235, 1987.

BENNETT, Tony; Dibley, Ben & HARRISON, Rodney. Introduction: Anthropology, Collecting and Colonial Governmentalities. **History and Anthropology**, 2014, vol.25, n.2, p.137-149.

BESSONE, Tânia Maria. **Palácios de destinos cruzados**: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro, 1870-1920. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

BETTAMIO, Rafaella Lucia de Azevedo Ferreira. **Brazil's Popular Groups**: história e significados de uma coleção da Library of Congress. Tese (doutorado). Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/24213> >. Acesso em: 25/09/2018.

BIOGRAFIA: José Carlos de Macedo Soares. **Academia Brasileiras de Letras**, Rio de Janeiro, 26 jul. 2016. Disponível em: < <http://www.academia.org.br/academicos/jose-carlos-de-macedo-soares/biografia> >. Acesso em: 01/07/2020.

BOEIRA, Daniel Alves. **Alunos ou prisioneiros?** O caso do Patronato Agrícola de Anitápolis/SC (1918-1930). Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. Florianópolis, 23 a 26 de agosto de 2010. Disponível em: < [http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1278296755\\_ARQUIVO\\_Alunosouprisioneiros-textocompleto-fazendogenero2010.pdf](http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1278296755_ARQUIVO_Alunosouprisioneiros-textocompleto-fazendogenero2010.pdf) >. Acesso em: 28/04/2020.

BOEHRER, George C. A. José Carlos Rodrigues and *O Novo Mundo*, 1870-1879. **Journal of Inter-American Studies**, Cambridge, vol. 9, n. 1, 1967, p. 127-144.

BOTELHO, Denilson. Um encontro inusitado: história e literatura nas páginas do *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro na Primeira República. **Revista Hydra**, vol.2, n.3, 2017, p.20-32. Disponível em: < <https://periodicos.unifesp.br/index.php/hydra/article/download/9100/6633> >. Acesso em: 20/03/2019.

BOURDIEU, Pierre. Marginalia: algumas notas adicionais sobre o dom. **Mana**, Rio de Janeiro, 1996, vol.2, n.2, p.7-20, 1996. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/mana/v2n2/v2n2a01.pdf> >. Acesso em: 12/03/2010.

\_\_\_\_\_. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

\_\_\_\_\_. **Economia das trocas lingüísticas**. São Paulo: Edusp, 1998.

\_\_\_\_\_. **Esboço de uma Teoria da Prática**. Oeiras: Celta Editora, 2002.



\_\_\_\_\_. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FIGUEIREDO, Janaina P. A. Baptista de (org.). **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

\_\_\_\_\_. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

\_\_\_\_\_. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectivas, 2007.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **A profissão do sociólogo**: preliminares epistemológicas. Petrópolis: Vozes, 1999.

CABRAL, Maria Luísa. **A Real Biblioteca e os seus criadores**: em Lisboa, 1755-1803. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2014.

CABRAL, Maria Luísa; LISBOA, João Luís. A Real Biblioteca Pública da Corte e o Estado Moderno. **Cultura: Revista de História e Teoria das Ideias**, Lisboa, vol.36, p.1-10, 2017. Disponível em: < <https://journals.openedition.org/cultura/3682> >. Acesso em: 16/03/2020.

CAILLÉ, Allain; GODBOUT, Jacques. **O espírito da dádiva**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

CAILLÉ, Alain; GRAEBER, David. Introdução. In: MARTINS, Paulo Henrique (org.). **A dádiva entre os modernos**: discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Petrópolis: Vozes, 2002, p.17-31.

CAILLÉ, Allain. Nem holismo nem individualismo metodológicos: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol.13, n.38, 1998. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v13n38/38caille.pdf> >. Acesso em: 08/05/2020.

\_\_\_\_\_. A dádiva das palavras: o que dizer pretende dar. In: MARTINS, Paulo Henrique (org.). **A dádiva entre os modernos**: discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Petrópolis: Vozes, 2002, p.99-136.

\_\_\_\_\_. Dádiva e associação. In: MARTINS, Paulo Henrique (org.). **A dádiva entre os modernos**: discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Petrópolis: Vozes, 2002, p.191-205.

CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. **O bibliotecário perfeito**: o historiador Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional. Porto Alegre: EDIPUCRS; Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2017.

CAMPOS, Gabriela Vieira de. **O literário e o não-literário nos textos e imagens do periódico ilustrado O Novo Mundo** (Nova Iorque, 1870-1879). Dissertação (Mestrado em Teoria Literária). Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001. Disponível em: < [http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/269990/1/Campos\\_GabrielaVieiradeM.pdf](http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/269990/1/Campos_GabrielaVieiradeM.pdf) >. Acesso em: 23/09/2019.

CARDIM, Elmano. José Carlos Rodrigues: sua vida e sua obra. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, n. 185, 1944, p. 126-157. Disponível em: < [https://drive.google.com/file/d/0B\\_G9pg7CxKSsWXJiM1BjZ3JINlk/view](https://drive.google.com/file/d/0B_G9pg7CxKSsWXJiM1BjZ3JINlk/view) >. Acesso em: 08/05/2018.

\_\_\_\_\_. **Na minha seara**. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1949.

CARNEIRO, Marcelo. O baú do diplomata. **Veja**, Rio de Janeiro, 9 mar. 2005, p.78. Disponível em: < [http://veja.abril.com.br/090305/p\\_078.html](http://veja.abril.com.br/090305/p_078.html) >. Acesso em: 08/09/2010.

CARVALHO, Gilberto Vilar de. **Biografia da Biblioteca Nacional** (1807 a 1990). Rio de Janeiro: Irradiação Cultural, 1994.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2010.

CLIFFORD, James. Objects and selves: an afterword. In: STOCKING, G. (org.). **Objects and Others**: essays on museums and material culture, USA: The University of Wisconsin Press, 1985, pp. 236- 246.

\_\_\_\_\_. Colecionando arte e cultura. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, 1994, n.23, 69-89. Disponível em: < [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat23\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat23_m.pdf) >. Acesso em: 05/10/2015.

COELHO, Maria Claudia Pereira. **O valor das intenções**: dádiva, emoção e identidade. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2006.

COHN, Bernard. **Colonialism and Its Forms of Knowledge**. USA: Princeton University Press, 1996.

CONNELL, Philip. Bibliomania: Book Collecting, Cultural Politics, and the Rise of Literary Heritage in Romantic Britain. **Representations**, Califórnia, n.71, p.24-47, 2000

CUNHA, Waldir da. **Por trás dos Arcazes**. Rio de Janeiro: Livre Expressão Editora, [20-].

DODEBEI Vera; GRINGS, Luciana. Bibliotecas nacionais: memória, história, conceitos. In: **XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB**, 2015. João Pessoa. Informação e Memória GT 10. Disponível em: < <http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/viewFile/2646/1221> >. Acesso em: 13/08/2020.

DOMINGOS, Manuela D. **Subsídios para a história da Biblioteca Nacional**. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1995.

DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. **O mundo dos bens**: por uma antropologia do consumo. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 2004.

DOUGLAS, Mary. O mundo dos bens, vinte anos depois. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 17-32, jul./dez. 2007. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ha/v13n28/a02v1328.pdf> >. Acesso em: 29/10/2015.

\_\_\_\_\_. Foreword. In: MAUSS, Marcel. **The Gift**: the form and reason for exchange in archaic societies. Londres e Nova York: W.W. Norton & Company, 1990, p.vi-xviii.

DUARTE, Regina Horta. Conquista e civilização na Minas oitocentista. In: OTTONI, Teófilo Benedito. **Notícia sobre os selvagens do Mucuri**. [Organização: Regina Horta Duarte]. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, p.13-38.

DUDLEY, Sandra. Introduction: objects, collectors and representation. In: Dudley, S.; Barnes, A.; Binnie, J.; Petrov, J. & Walklate, J. (Eds.) **Narrating Objects, Collecting Stories. Essays in Honour of Professor Susan M. Pearce**. USA: Routledge, 2012.

DUTRA, Eliane de Freitas. A tela do imortal: o Catálogo da Exposição de História do Brasil de 1881. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, vol.37, p.158-180, 2005. Disponível em: < <http://docvirt.com/docreader.net/MHN/8399> >. Acesso em: 07/08/2020

EBELING-KONING, Blanche. The rare book collection at the Oliveira Lima Library: an overview. **Remate de Males**, Campinas, n.24, p.93-119, 2004. Disponível em: < <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8636079/3788> >. Acesso em: 15/10/2019.

DUTRA, Eliane de Freitas. A tela do imortal: o Catálogo da Exposição de História do Brasil de 1881. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, vol.37, p.158-180, 2005. Disponível em: < <http://docvirt.com/docreader.net/MHN/8399> >. Acesso em:

ENDERS, Armelle. “O Plutarco Brasileiro”: a produção dos vultos nacionais no Segundo Reinado. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.25, p.41-62, 2000. Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2114> >. Acesso em: 21/07/2018.

FABIAN, Johannes. Coleccionando pensamentos: sobre os atos de colecionar. **Mana**, 2010, vol.16, n.1, p.59-73. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/mana/v16n1/a03v16n1.pdf> >. Acesso em: 29/07/2015.

FARIA, Maria Dulce de. O acervo cartográfico da Coleção Benedito Ottoni na Biblioteca Nacional. In: 3º SIMPÓSIO IBEROAMERICANO DE HISTÓRIA DA CARTOGRAFIA: agendas para a História da Cartografia Iberoamericana. Universidade de São Paulo. São Paulo, abr. 2010. Disponível em: < <https://3siahc.files.wordpress.com/2010/04/colecao-benedito-ottoni-texto-oficial2.pdf> >. Acesso em: 29/10/2015.

FAGUNDES, Luciana Pessanha. E quando é morto o imperador? Batalhas memoriais nos funerais de D. Pedro II (1891). **Revista M**. Rio de Janeiro, vol.1, n.1, p.4-6, 2016. Disponível em: < <http://www.seer.unirio.br/index.php/revistam/article/view/8110> >. Acesso em: 14/04/2019.

FERREIRA Marieta de Moraes; GOMES, Angela de Castro. Primeira República: um balanço histórico gráfico. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, n.4, p.244-280, 1989. Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/download/2287/1426> >. Acesso em: 15/04/2019.

FONSECA, Edson Nery da. Desenvolvimento da Biblioteconomia e da Bibliografia no Brasil. **Revista do Livro**, Rio de Janeiro, vol.2, n.5, p.95-124, mar. 1957. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/docreader/393541/1058> >. Acesso em: 07/10/2019.

\_\_\_\_\_. **Ser ou não Ser Bibliotecário**. Brasília, DF: Gráfica Piloto da UnB, 1966.

\_\_\_\_\_. Oliveira Lima, Bibliófilo e Bibliógrafo. **Revista do Livro**, Rio de Janeiro, ano XI, n.32, p.149-151, 1968. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/docreader/393541/8021> >. Acesso em: 07/10/2019.

FONSECA, Vitor M. M. da. **No gozo dos direitos civis**: associativismo no Rio de Janeiro, 1903-1916. Rio de Janeiro: Editora Muiraquitã, 2008.

FOURNIER, Marcel. Marcel Mauss ou a dádiva de si. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n.21, p.104-112, 1993. Disponível em: < [http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_21/rbcs21\\_09.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_21/rbcs21_09.htm) >. Acesso em: 14/10/2019.

FRANCO, Renato. O privilégio da caridade: comerciantes na Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro (1750-1822). In: SANGLARD, Gisele; FERREIRA, Luiz Otávio; et al (org.). **Filantropos da nação**: sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015, p.23-38.

FREIRE, Maria M. de Luna. Quando a caridade encontra a ciência: um olhar sobre a trajetória do dr. Arthur Moncorvo Filho. In: SANGLARD, Gisele; FERREIRA, Luiz Otávio; et al (org.). **Filantropos da nação**: sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015, p.113-132.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Biblioteca Nacional 200 anos**: uma defesa do infinito. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010. Curadoria: Marco Lucchesi.

\_\_\_\_\_. [Candidatura ao Registro Memória do Mundo Brasil do livro *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas* de André João Antonil]. Rio de Janeiro: 2015.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL; MUSEU NACIONAL (Brasil). [Candidatura ao Registro Memória do Mundo Brasil das coleções Alexandre Rodrigues Ferreira]. Rio de Janeiro: 2010.

GANNES, Claudio. Um retrato impressionista: revelações sobre J. C. Rodrigues. **Revista Brasileira**, Rio de Janeiro, ano IV, n. 11, p. 193-219, 1944. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/pdf/139955/per139955\\_1944\\_00011.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/139955/per139955_1944_00011.pdf) >. Acesso em: 10/05/2018.

GAULD, Charles A. José Carlos Rodrigues, o patriarca da imprensa carioca. **Revista da História**, São Paulo, n. 16, 1953, p. 428. Disponível em: < <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/35784/38500> >. Acesso em: 21/11/2017.

GODBOUT, Jacques. *Homo donatur vs. homo oeconomicus*. In: MARTINS, Paulo Henrique (org.). **A dádiva entre os modernos**: discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Petrópolis: Vozes, 2002, p.63-97.

GOMES, Angela M. de Castro. Essa gente do Rio... os intelectuais cariocas e o modernismo. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro. n.6, 1993, p. 62-77. Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1954/1093> >. Acesso em: 05/06/2018.

\_\_\_\_\_. Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo. In: GOMES, Angela M. de Castro (org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p.7-24.

\_\_\_\_\_. História, ciência e historiadores na Primeira República. In: HEIZER, Alda e VIDEIRA, Antônio Augusto Passos (org.). **Ciência, civilização e República nos trópicos**. Rio de Janeiro: Mauad, 2010, vol.1, p.11-29.

\_\_\_\_\_. Pedro Lessa: Reflexões sobre o conceito de História. In: Fernando Nicolazzi (org.). **História e historiadores no Brasil**: do fim do império ao alvorecer da República. Porto Alegre: EDIPURS, 2015, p.67-168.

GOMES, Angela M. de Castro; HANSEN, Patrícia Santos (org.). **Intelectuais Mediadores**: práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GONTIJO, Rebeca. **O velho vaqueano**: Capistrano de Abreu (1853-1927); memória, historiografia e escrita de si. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

GOSDEN, Chris; KNOWLES, Chantal. **Collecting Colonialism**. Material Culture and Colonial Change. USA: Berg, 2001.

GONÇALVES, João Felipe. Enterrando Rui Barbosa: um estudo de caso da construção fúnebre de heróis nacionais na Primeira República. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.25, p.135-161, 2000, Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2111/1250> >. Acesso em: 15/04/2019.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos**: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2007.

GOLÇALVES, Vanessa da Cunha. “O Imperador poderia tornar-se segundo Washington si abdicasse da monarquia em prol do povo”: *O Novo Mundo* e as relações entre Brasil e Estados Unidos na segunda metade do século XIX (1870-1879). Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2016. Disponível em: < <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1989.pdf> >. Acesso em: 23/09/2019.

GRINGS, Luciana. **O leigo e a especialista**: memórias da administração da Biblioteca Nacional nas décadas de 60 e 70. Tese (Doutorado em Memória Social). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: < <http://www.memoriasocial.pro.br/documentos/Teses/Tese93.pdf> >. Acesso em: 15/10/2020.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Os funerais de D. Pedro II e o imaginário republicano. In: SOIHET, Rachel et. al. **Mitos, projetos e práticas políticas**: memória e historiografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009a, p.69-82.

GUIMARÃES, Manoel Luis Lima Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, 1988, vol.1, n.1, p.5-27. Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1935> >. Acesso em: 06/10/2011.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo, Vértice, 1990.

HANSEN, Patrícia Santos. A Defesa Nacional de Olavo Bilac, entre o patriotismo cívico dos anos 1910 e o autoritarismo militar dos anos 1960. In: GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos (org.). **Intelectuais Mediadores**: práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p.403-435.



HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol.10, n.19, p.41-66, 1997. Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2041/1180> >. Acesso em: 16/02/2017.

\_\_\_\_\_. **Cinquenta anos sem Vargas**: reflexões acerca da construção de um “legado”. Rio de Janeiro: CPDOC, 2004. Disponível em: < [http://cpdoc.fgv.br/producao\\_intelectual/arq/1611.pdf](http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1611.pdf) >. Acesso em: 16/02/2017.

\_\_\_\_\_. **De “arquivo pessoal” a “patrimônio nacional”**: reflexões acerca da produção de “legados”. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005. Disponível em: < [https://cpdoc.fgv.br/producao\\_intelectual/arq/1612.pdf](https://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1612.pdf) >. Acesso em: 03/10/2011.

\_\_\_\_\_. Estratégias de legitimação e institucionalização de patrimônios históricos e culturais: o lugar dos documentos. In: REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL 8, 2009, Buenos Aires. Processos de patrimonialização da cultura no mundo contemporâneo. GT 33. Disponível em: < <http://hdl.handle.net/10438/6747> >. Acesso em: 06/10/2011.

\_\_\_\_\_. Memórias da elite: arquivos, instituições e projetos memoriais. **Revista Pós Ciências Sociais**, São Luiz, vol.8, p.77-94, 2011. Disponível em: < <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/579/333> >. Acesso em: 04/09/2012.

\_\_\_\_\_. **O lugar do arquivo**: a construção do legado de Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Contracapa, 2012.

\_\_\_\_\_. Documentos express: desafios e riscos do acesso online a documentos de arquivo. **Arquivo & Administração**. Rio de Janeiro, vol.11, n.2, 2012, p.49-64. Disponível em: < <https://brapci.inf.br/index.php/article/download/62245> >. Acesso em: 23/11/2020.

HENARE, Amiria. **Museums, Anthropology and Imperial Exchange**. USA: Cambridge University Press, 2005.

KETELAAR, Eric. Tacit Narratives: the Meaning of Archives. **Archival Science**, n.1, 2001. Disponível em: < <http://www.nyu.edu/pages/classes/bkg/methods/ketelaar2.pdf> >. Acesso em: 03/08/2020.

\_\_\_\_\_. Cultivating Archives: meanings and identities. **Archival Science**, n.12, 2012.



KIEMEN, Mathias C. [Book reviews]. **The Hispanic American Historical Review**, Durham, vol.48, n.2, 1968, p.247-248. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/2510746> >. Acesso em: 29/10/2019.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC Rio, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (Brasil). **Família Ottoni**. Museu Regional Casa dos Ottoni, [Serro, s.d]. Disponível em: < <https://museuregionalcasadosottoni.museus.gov.br/familia-ottoni/> >. Acesso em: 19/11/2019

IPHAN (Brasil). Instrução Normativa nº 01, 11 de junho de 2007. Brasília: 2007. Disponível em: < [http://portal.iphan.gov.br/files/Instrucao\\_Normativa\\_Negociantes\\_012007.pdf](http://portal.iphan.gov.br/files/Instrucao_Normativa_Negociantes_012007.pdf) >. Acesso em: 31/10/2019.

JONES, Anna Laura. Exploding canons: the anthropology of museums. **Annual Review of Anthropology**, Stanford, n.22, p.201-220, 1993.

JUNQUEIRA, Julia R. **José Carlos Rodrigues**: um interlocutor privilegiado nos bastidores do poder (1867-1915). Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: < [http://www.bdt.d.uerj.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=9270](http://www.bdt.d.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=9270) >. Acesso em: 27/11/2017.

JUNIOR, Carlos Martins. Expedição Científica Roosevelt-Rondon: um aspecto das relações Brasil-EUA e da consolidação do mito Rondon. **Albuquerque: revista de História**, Campo Grande, MS, vol.1, n.1, p.25-54, jan./jun. 2009. Disponível em: < <https://periodicos.ufms.br/index.php/AlbRHis/article/download/3904/3112/> >. Acesso em: 07/10/2019.

JUVÊNCIO, Carlos Henrique; RODRIGUES, Georgete Medleg. A bibliografia no Brasil segundo os preceitos otletianos: a liderança da Biblioteca Nacional e outras ações. **Informação & Informação**, Londrina, vol.20, n.2, p.184-204, 2015. Disponível em: < <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/23130> >. Acesso em: 26/06/2020.

LACERDA, Ana Regina Luz. A importância das bibliotecas particulares incorporadas aos acervos públicos: as coleções da biblioteca central da Universidade de Brasília.

**Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, vol.13, n. esp. CBBD 2017. Disponível em: < <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/825/964> >. Acesso em: 07/08/2020.

LAPA, Iuri; JORDÃO, Lia. Apresentação. In: RIO, João do. **Psicologia urbana**. Fundação Biblioteca Nacional Rio de Janeiro, 2015, p.7-24.

\_\_\_\_\_. ; \_\_\_\_\_. **A Biblioteca Nacional na crônica da cidade: a cidade e o leitor** vol.1. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2017.

LAPA E SILVA, Iuri A. O colecionador e o doador: a coleção Benedicto Ottoni. **Biblioteca Nacional: 200 anos**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010. Disponível em: < <http://bndigital.bn.br/projetos/200anos/beneditoOttoni.html> >. Acesso em: 29/10/2010.

\_\_\_\_\_. O envolvimento da Biblioteca Nacional no processo de demarcação de limites com a Guiana Francesa: os usos políticos de um acervo. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, vol.128, p.9-43, 2010.

\_\_\_\_\_. Pedra, papel e tesouros. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, n.61, p.68-69, out. 2010.

\_\_\_\_\_. Poesia com asas. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, n.98, p.88-89, nov. 2013.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. Conceito de bibliografia, ou conceitos de bibliografia? **Informação & Informação**, Londrina, vol.23, n.2, p.127-157, 2018. Disponível em: < <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/download/34501/24179> >. Acesso em: 26/06/2020.

LEAL Maria Angela. ‘Longe da pátria, mas sem a esquecer’: print and non-print collections at the Oliveira Lima Library. **Remate de Males**, Campinas, n.24, p.33-50, 2004. Disponível em: < <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8636078/3787> >. Acesso em: 15/10/2019.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Introdução à obra de Marcel Mauss. In: MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003, p.11-46.

LÉVY-BRUHL, Henri. *In memoriam*. In: MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003, p.527-529.

LIMA, Antônio Carlos de Souza; DIAS, Carla da Costa. O Museu Nacional e a construção do patrimônio histórico nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n.34, p.199-223, 2012. Disponível em: < [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat34\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat34_m.pdf) >. Acesso em: 05/10/2015.

LISBOA, João Luís. Colecção e dispersão. In: MELLO E SILVA, Maria Celina Soares de (org.). **Da minha casa para todos: a institucionalização de acervos bibliográficos privados**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2018, p.8-25.

LOPES, José Rogério. Colecionismo e ciclos de vida: uma análise sobre percepção, duração e transitoriedade dos ciclos vitais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n.34, p.377-404, 2010. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/ha/v16n34/16.pdf> >. Acesso em: 16/06/2020.

PEREIRA FILHO, Hilário Figueiredo. **Memórias em disputa: a Unesco e a patrimonialização de acervos documentais**. Tese (doutorado em história). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em História. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: < <http://www.unirio.br/cch/escoladehistoria/Tese-Hilario.Pereira-Versao.Final.pdf> >. Acesso em: 25/08/2020.

PEREZ, Eliane (org.). **Guia de coleções da Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2018.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, vol.2, n.3, p.3-15, 1989. Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417> >. Acesso em: 06/02/2017.

PORTELLA, Célia Maria. Releitura da Biblioteca Nacional. **Estudos Avançados**, São Paulo, vol.24, n.69, p.1-18, 2010. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10524/12266> >. Acesso em: 06/10/2011.

MARSHALL, Francisco. Epistemologias históricas do colecionismo. **Episteme**, Porto Alegre, n.20, p.13-23, 2005. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/periodicos/periodicos-1/episteme> >. Acesso em: 17/07/2017.

MARTINS, Ana Cecília; MILLER, Marcela; SOCHACZEWSKI, Monique. **Iconografia Baiana do século XIX na Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005.

MARTINS, Paulo Henrique (org). **A dádiva entre os modernos**: discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Petrópolis: Vozes, 2002.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003, p.183-314.

MELLO E SILVA, Maria Celina Soares de (org.). **Da minha casa para todos**: a institucionalização de acervos bibliográficos. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2018.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.21, p.89-103, 1998. Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view%20File/2067/1206> >. Acesso em: 06/10/2011.

MEREGE, Ana Lúcia. Desafios e perspectivas frente aos manuscritos da Biblioteca Nacional. **LaborHistórico**, Rio de Janeiro, vol.5, n.2, p.231-248, 2019. Disponível em: < <https://revistas.ufrj.br/index.php/lh/article/download/24922/17894> >. Acesso em: 07/09/2020.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes; CALDEIRA, Ana P. Sampaio. A ordem de um tempo: folhetos na coleção Barbosa Machado. **Topoi**, vol.8, n.14, 2007, p.77-113. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/topoi/v8n14/2237-101X-topoi-8-14-00077.pdf> >. Acesso em: 16/06/2020.

MORAES, Rubens Borba de. Relatório do Diretor da Divisão de Preparação da Biblioteca Nacional ao Ministro da Educação e Saúde (março de 1945). **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, vol.2, n.1, p.91-106, 1974. Disponível em: < <https://periodicos.unb.br/index.php/rbbsb/article/view/28606/24809> >. Acesso em: 12/08/2020.

\_\_\_\_\_. **Bibliographia Brasiliana**: rare books about Brazil published from 1504 to 1900 and Works by Brazilian authors of the Colonial period. Los Angeles: UCLA Latin American Center Publications; Rio de Janeiro: Livraria Kosmos Editora, 1983. Disponível em: <

[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_obrasgerais/drg610024/drg610024.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasgerais/drg610024/drg610024.pdf) >. Acesso em: 12/08/2020.

MORAES, Rubens Borba de; BERRIEN, William. **Manual bibliográfico de estudos brasileiros** (vol.1). Brasília: Senado Federal, 1998.

NATIONAL Libraries of the world. In: **Encyclopædia Britannica**. 2017. Disponível em: < <https://www.britannica.com/topic/library/National-libraries-of-the-world> >. Acesso em: 12/08/2020.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, p.7-28, dez. 1993. Disponível em: < <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763> >. Acesso em: 30/03/2010.

OLIVEIRA, João Pacheco de. O retrato de um menino Bororo: narrativas sobre o destino dos índios e o horizonte político dos museus, séculos XIX e XXI. **Tempo**, n.23, p.73-99, 2007. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a06> >. Acesso em: 03/07/2017.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. Brasileiros ilustres no tribunal da posteridade: biografia, memória e experiência da história no Brasil oitocentista. **Varia História**, Belo Horizonte, n.43, p.283-298, 2010. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/vh/v26n43/v26n43a15.pdf> >. Acesso em: 17/10/2020.

PEARCE, Susan (org.). **Interpreting Objects and Collections**. USA: Routledge, 2003.

PIMENTA, Tânia Salgado; DELAMARQUE, Elizabete Vianna. O estado da Misericórdia: assistência à saúde no Rio de Janeiro, século XIX. In: SANGULARD, Gisele; FERREIRA, Luiz Otávio et al (org.). **Filantropos da nação: sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015, p.39-53.

PINHEIRO, Ana Virgínia. Sobre a coleção Brasileira da Biblioteca Nacional. In: **Biblioteca Nacional: 200 anos**. Fundação Biblioteca Nacional: Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: < <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/biblioteca-nacional-200-anos/as-colecoes-formadoras/sobre-a-colecao-brasiliana-da-biblioteca-nacional/> >. Acesso em: 29/10/2010.

PINHEIRO, Ana Virgínia; WEITZEL, Simone da Rocha. **A ordem dos livros na Biblioteca: uma abordagem preliminar ao Sistema de Localização Fixa**. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto: 2007.

PINHEIRO, Andréa de Souza; HELDE, Rosângela da Rocha Von. *Ex-libris* da Biblioteca Nacional: a marca de uma identidade. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, vol.135-136, p.11-35, [2015-2016], 2019. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/402630/53567> >. Acesso em: 31/08/2020.

POMIAN, Krzystof. **Collectors and Curiosities**. Paris and Venice, 1500-1800. Polity Press, 1987.

\_\_\_\_\_. Coleção. **Enciclopédia Einaudi**, vol.1, História-Memória. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, p.51-86.

PRADO, Antonio Arnoni. Um paladino da monarquia na imprensa republicana. **Remate de Males**, Campinas, n.24, p.33-50, 2004. Disponível em: < <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8636075/3784> >. Acesso em: 15/10/2019.

PROENÇA, Raul. Antecedentes e origens da Biblioteca Nacional de Lisboa. **Anais das Biblioteca e Arquivos**, Lisboa, vol.3, p.154-165, 1922. Disponível em: < [http://purl.pt/258/1/bad-1510-v/index-geral-2-HTML/P\\_P858.html](http://purl.pt/258/1/bad-1510-v/index-geral-2-HTML/P_P858.html) >. Acesso em: 16/03/2020.

RAMA, Angel. **A Cidade das Letras**. São Paulo: Boitempo, 2015.

REIS, João José. O cotidiano da morte no Brasil oitocentista. In: NOVAIS, Fernando A.; ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **História da vida privada no Brasil**: Império. Companhia das Letras: São Paulo, 1997, p.95-142.

RODRIGUES, Márcia Carvalho. Resgate da memória: os acervos pessoais na Universidade de Caxias do Sul. **Patrimônio e Memória**, São Paulo, vol.5, n.2, p.174-194, 2009. Disponível em: < <https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/184/535> >. Acesso em: 07/08/2020

\_\_\_\_\_. Patrimônio documental nacional: conceitos e definições. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, vol.14, n.1, p.110-125, 2016. Disponível em: < <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/download/8641846/pdf/> >. Acesso em: 19/11/2020.

ROOSEVELT, Theodore. **Nas selvas do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1976.

SABOURIN, Eric. Marcel Mauss: da dádiva à questão da reciprocidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, vol.23, n.66, p.131-138, 2008. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v23n66/08.pdf> >. Acesso em: 21/11/2016.

SANGLARD, Gisele; FERREIRA, Luiz Otávio et al (org.). **Filantropos da nação: sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015.

SANGLARD, Gisele; FERREIRA, Luiz Otávio. Médicos e filantropos a institucionalização do ensino da pediatria e da assistência à infância no Rio de Janeiro da Primeira República. **Varia História**, Belo Horizonte, vol.26, n.44, p.437-459, 2010. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/vh/v26n44/a06v2644.pdf> >. Acesso em: 01/08/2012.

\_\_\_\_\_. Pobreza e filantropia: Fernandes Figueira e a assistência à infância no Rio de Janeiro (1900-1920). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 27, n.53, p.71-91, 2014. Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/14339/31319> >. Acesso em: 05/04/2018.

SANGLARD, Gisele; GIL, Caroline Amorim. Assistência à infância, filantropia e combate à mortalidade infantil no Rio de Janeiro (1889-1929). **Revista da ABPN**, Goiânia, vol.6, n.14, p.63-90, 2014. Disponível em: < <http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/130/130> >. Acesso em: 05/04/2018.

SANGLARD, Gisele. Laços de sociabilidade, filantropia e o Hospital do Câncer do Rio de Janeiro (1922-1936). **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, vol.17, supl.1, p.127-147, 2010. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/hcsm/v17s1/08.pdf> >. Acesso em: 30/03/2020.

\_\_\_\_\_. Filantropia e política pública: Fernandes Figueira e a assistência à infância no Rio de Janeiro na Primeira República. In: SANGLARD, Gisele; FERREIRA, Luiz Otávio et al (org.). **Filantropos da nação: sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015, p.133-148.

SANTIAGO, Maria Claudia. O processo de institucionalização da Biblioteca do médico Antônio Fernandes Figueira. In: MELLO E SILVA, Maria Celina Soares de (org.). **Da**



**minha casa para todos:** a institucionalização de acervos bibliográficos privados. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2018, p.26-36.

SCHWARCZ, Lilia M.; DANTAS, Regina. O Museu do Imperador: quando colecionar é representar a nação. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n.46, p.123-164, 2008. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/34602/37340> >. Acesso em: 07/03/2012.

SCHWARCZ, Lilia M. et al. **A longa viagem da biblioteca dos reis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. O nascimento dos museus brasileiros 1887-1910. In: MICELI, Sergio (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: IDESP, vol.1, 1998.

\_\_\_\_\_. **As barbas do Imperador**. São Paulo. Companhia das Letras, 1999.

SIGAUD, Lygia. As vicissitudes do *Ensaio sobre o dom*. **Mana**, Rio de Janeiro, vol.5, n.2, 1999. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/mana/v5n2/v5n2a04.pdf> >. Acesso em: 20/03/2010.

SILVA, Bárbara Damasco. **A Policlínica das Crianças da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro:** filantropia e saúde (1909-1929). Rio de Janeiro, 2015. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde). Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: < <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/18352> >. Acesso em: 27/11/2017.

SOARES, José Paulo Monteiro; FERRÃO, Cristina (org.). **Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira** (vol.2). Kapa Editorial, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Maud, 1999.

SOUZA, Maurício Severo de. **Catolicismo, protestantismo e secularização da sociedade numa perspectiva comparada:** Brasil e Estados Unidos nas páginas d'*O Novo Mundo* (1870-1879). Tese (Doutorado em Ciência da Religião). Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2017. Disponível em: < <http://repositorio.ufjf.br:8080/jspui/bitstream/ufjf/6140/1/mauricioseverodesouza.pdf> >. Acesso em: 23/09/2019.



SPORLONE, Mariana Fernanda. Casa ou museu, a conflituosa dança entre o público e o privado na trajetória do Museu Antônio Parreiras. [Trabalhos apresentados no] **I Encontro Luso-Brasileiro de Museus Casas**, Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2010, p.266-270.

TAROT, Camille. Pistas para uma história do nascimento da graça. In: MARTINS, Paulo Henrique (org.). **A dádiva entre os modernos**: discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Petrópolis: Vozes, 2002, p.161-190.

TURAZZI, Maria Inez. A coleção Geyer doada ao Museu Imperial, **Revista CPC**, São Paulo, vol.1, n.2, p.47-79, 2006. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/cpc/article/download/15589/17163/> >. Acesso em: 24/06/2020

\_\_\_\_\_. **Iconografia e patrimônio**: o Catálogo da Exposição de História do Brasil e a fisionomia da nação. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2009.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

VERNANT, Jean-Pierre. A bela morte e o cadáver ultrajado. **Discurso**, São Paulo, n.9, p.31-62, 1979. Disponível em: < <https://www.revistas.usp.br/discurso/article/view/37846/40573> >. Acesso em: 29/09/2017.

\_\_\_\_\_. Aspectos míticos da memória. In: **Mito e pensamento entre os gregos**: estudos de psicologia histórica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p.107-131.

WERNECK, Ana Lucia Louzada. Introdução: Encontrando Quilombos. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, vol.108 [1988], p.51-52, 1992. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/docreader/402630/44439> >. Acesso em: 07/08/2020.

WEITZEL, Simone da Rocha. Desenvolvimento de coleções: origem dos fundamentos contemporâneos. **TransInformação**, Campinas, vol.24, n.3, p.179-190, 2012. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/tinf/v24n3/a03v24n3.pdf> >. Acesso em: 03/07/2017.

WOOD, Ellen M. **A origem do capitalismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

## Fontes

A BIBLIOTHECA Nacional. **O Apóstolo**, Rio de Janeiro, 15 mar. 1882, p.1. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/343951/7707> >. Acesso em: 11/10/2017. Grifo meu.

A BIBLIOTECA Nacional e o Dr. Júlio Ottoni. **O Paiz**, Rio de Janeiro, 8 jul. 1911, p.3. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/docreader/178691\\_04/7450](http://memoria.bn.br/docreader/178691_04/7450) >. Acesso em: 19/11/2019.

ALTER. Chronicas Fluminenses. **Revista Illustrada**, Rio de Janeiro, n.277, p.2, 1881. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/332747/1967> >. Acesso em: 11/10/2017.

A MAIOR COLLEÇÃO de arte do Brasil que se dispersará. **Revista da Semana**, Rio de Janeiro, ano 30, n.23, 25 maio 1929, p.20-21. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/025909\\_02/18417](http://memoria.bn.br/DocReader/025909_02/18417) >. Acesso em: 28/06/2018.

NOSSA Bibliotheca Nacional... **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 14 fev. 1893, p.2. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/103730\\_03/7626](http://memoria.bn.br/DocReader/103730_03/7626) >. Acesso em: 11/10/2017.

A NOVA DIRECTORIA da Cruz Vermelha Brasileira. **A Noite**, Rio de Janeiro, 30 dez. 1915. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/348970\\_01/7766](http://memoria.bn.br/DocReader/348970_01/7766) >. Acesso em: 19/11/2019.

A POLICLÍNICA de Crianças Pobres da S. C. da Misericórdia: fundada e doada pelo Dr. José Carlos Rodrigues e inaugurada pelo presidente Affonso Pena: [...]. Retrospecto de onze annos de serviços sob a direcção do Dr. Fernandes Figueira. Rio de Janeiro: Typ. do *Jornal do Commercio*, de Rodrigues & C., 1920. Fundação Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscrito. Coleção Christopher Oldham. Localização: 32,04,002 n.005.

A RETIRADA de um lutador. **O Malho**, Rio de Janeiro, ano XIV, n.661, 15 maio 1915. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/107670\\_01/10583](http://memoria.bn.br/DocReader/107670_01/10583) >. Acesso em: 28/06/2018.

A SOCIEDADE de Geographia do Rio de Janeiro elegeu hoje seu presidente. **A Noite**, Rio de Janeiro, 16 mar. 1912, p.3. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/348970\\_01/936](http://memoria.bn.br/DocReader/348970_01/936) >. Acesso em: 28/06/2018.

A VISITA dos capitalistas americanos. **O Malho**, Rio de Janeiro, ano VI, n.128, p.5. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/116300/4252> >. Acesso em: 28/06/2018.

ACTAS DAS sessões de 1906. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, T.69, vol.114, 1908, p.379. Disponível em  
< [https://drive.google.com/file/d/0B\\_G9pg7CxKSsVnZYNTYwV0trNkU/view](https://drive.google.com/file/d/0B_G9pg7CxKSsVnZYNTYwV0trNkU/view) >. Acesso em: 14/05/2018.

ACTAS DAS sessões de 1907. [Parecer da Comissão de História acerca de obra de José Carlos Rodrigues]. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, T.70, vol.116, p.699-701, 1908. Disponível em:  
< [https://drive.google.com/file/d/0B\\_G9pg7CxKSsem1Dd3hqdXpmlU/view](https://drive.google.com/file/d/0B_G9pg7CxKSsem1Dd3hqdXpmlU/view) >. Acesso em: 08/05/2018.

ALEXANDRE Rodrigues Ferreira: catálogo de Manuscritos e bibliografia. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, vol.72, p.11-151, 1952. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/docreader/402630/44439> >. Acesso em: 07/08/2020

ALMEIDA, Júlia Lopes de. Dois dedos de prosa [coluna]. **O Paiz**, Rio de Janeiro, 25 jul. 1911, p.1. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/docreader/178691\\_04/7678](http://memoria.bn.br/docreader/178691_04/7678) >. Acesso em: 19/11/2019.

ALMEIDA, Pires de. Excursão a estabelecimentos úteis: Bibliotheca Nacional. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 25 set. 1896, p.1. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/docreader/364568\\_08/22528](http://memoria.bn.br/docreader/364568_08/22528) >. Acesso em: 20/08/2020.

ALVES, Joaquim Jozé Afonso. [Ofício ao secretário da Biblioteca Nacional, João Carlos de Carvalho]. Pelotas, 20 jul. 1891. Fundação Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos. Localização: 65, 5, 006, n.60.

ASSIS, Machado de. Notícia da atual literatura brasileira: Instinto de nacionalidade. **O Novo Mundo**, Nova York, 24 mar. 1873, p.107-108. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/122815/509> >. Acesso em: 02/10/2018.

\_\_\_\_\_. O teatro de Joaquim Manoel de Macedo. **Diário do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 8 mai. 1866, p.1. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/094170\\_02/20522](http://memoria.bn.br/DocReader/094170_02/20522) >. Acesso em: 11/10/2017.

ATENDENDO AO pedido que nos foi feito... **Fon-Fon**, Rio de Janeiro, ano IX, n.50, 11 dez. 1915, p.47. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/259063/23333> >. Acesso em: 19/11/2019.

BEHRING, Mario. Documentos preciosos. **Kosmos**, Rio de Janeiro, ano 3, n.3, março 1906, p.9. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/146420/1436> >. Acesso em: 11/10/2017.

BARBOSA, Januário da Cunha. Bibliotheca Pública. **Minerva Brasiliense**, Rio de Janeiro, 15 jan. 1844, p.159-161. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/703095/168> >. Acesso em: 11/10/2017.

BIBLIOTHECA NACIONAL (Brasil). Regulamento da Bibliotheca Nacional: Decreto n.8835, de 11 de Julho de 1911. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, vol.33, p.333-354, 1912. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/docreader/402630/26786> >. Acesso em: 02/08/2010.

\_\_\_\_\_. **Sesquicentenário (1810-1960)**: guia da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1960. Disponível em: < [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_obrasgerais/drg621953.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasgerais/drg621953.pdf) >. Acesso em: 20/08/2020.

\_\_\_\_\_. **Sesquicentenário (1810-1960)**: exposição comemorativa. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1960. Disponível em: < [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_obrasgerais/drg693640/drg693640.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasgerais/drg693640/drg693640.pdf) >. Acesso em: 20/08/2020.

BIBLIOTHECA Nacional. **O Apóstolo**, Rio de Janeiro, 17 mar. 1882, p.1. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/343951/7711> >. Acesso em: 11/10/2017.

BIBLIOTHECA Nacional do Rio de Janeiro: album de photographias. Rio de Janeiro: Officinas Graphics da Bibliotheca Nacional, 1911. Disponível em: < [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_iconografia/icon393014/icon393014.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon393014/icon393014.pdf) >. Acesso em: 20/08/2020.

BIBLIOTHECA Brasiliense do Dr. José Carlos Rodrigues. Rio de Janeiro: Typ. do “Jornal do Commercio”, de Rodrigues & C., 1911. Fundação Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos. Coleção Christopher Oldham. Localização: 32,04,002 n.008.

BRITO ARANHA, Pedro W. de. Bibliotheca Brasiliense. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 29 out. 1907, p.1. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/docreader/364568\\_09/13834](http://memoria.bn.br/docreader/364568_09/13834) >. Acesso em: 07/10/2019.

BRUM, José Zeferino de Meneses. [Ofício ao diretor da Biblioteca Nacional, Francisco Leite de Bittencourt Sampaio]. Rio de Janeiro, 6 out. 1890. Fundação Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos. Localização: 66, 3, 004, n.41.

CABRAL, Alfredo do Valle. Galeria dos Bibliothecarios da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro (1822-1870). **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, vol.1, p.158-160, 1876-1877.

[Carta de Lindolpho Xavier a José Carlos Rodrigues congratulando-o por sua aposentadoria. Rio de Janeiro, 10 maio 1915]. In: JORNAL DO COMMERCIO. **Despedidas do Dr. José Carlos Rodrigues do Jornal do Commercio** (Maio de 1915). Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & C., 1915, p.126.

[Carta de Rodrigo M.F. de Andrade a Gustavo Capanema]. Apud. Instituto Brasileiro de Museus (Brasil). **O museu**: prédio e história do MRCO. Museu Regional Casa dos Ottoni, [Serro], s.d. Disponível em: < <https://museuregionalcasadosottoni.museus.gov.br/o-museu-2/> >. Acesso em: 19/11/2019.

CARVALHO, Elysio de. Uma investigação histórica: Nicolao I, rei do Paraguay e imperador dos mamelucos. **Ilustração Brasileira**, Rio de Janeiro, ano VIII, n.6, fev. 1921, p.15. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/107468/4386> >. Acesso em: 31/10/2019.

COMO SE DESTROE um templo: a dispersão e possível emigração de preciosíssimos objectos d'arte. **A Noite**, Rio de Janeiro, 13 ago. 1916, p.3. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/348970\\_01/9055](http://memoria.bn.br/DocReader/348970_01/9055) >. Acesso em: 28/06/2018.

CONGRESSO NACIONAL. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 1 jul. 1923, p.3. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/docreader/364568\\_11/10250](http://memoria.bn.br/docreader/364568_11/10250) >. Acesso em: 10/04/2019.

CONSELHEIRO DR. JOSÉ Carlos Rodrigues: o seu falecimento em Paris. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 29 jun. 1923, p.6. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_04/22469](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_04/22469) >. Acesso em: 10/04/2019.

CORRESPONDÊNCIA passiva de José Carlos Rodrigues. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, vol.90, 1970. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/402630/5237> >. Acesso em: 11/08/2010.

DR. JOSÉ CARLOS Rodrigues. **Revista da Semana**, Rio de Janeiro, n.27, 30 jun. 1923, p.20. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=025909\\_02&pagfis=5034](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=025909_02&pagfis=5034) >. Acesso em: 10/04/2019.

DR. JOSÉ CARLOS Rodrigues: o seu falecimento hoje em Paris. **A Noite**, Rio de Janeiro, 28 jun. 1923, [2ª. edição], p.3. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/348970\\_02/9443](http://memoria.bn.br/DocReader/348970_02/9443) >. Acesso em: 10/04/2019.

DR. JOSÉ CARLOS Rodrigues. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 29 jun. 1923, p.1-2. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/364568\\_11/10210](http://memoria.bn.br/DocReader/364568_11/10210) >. Acesso em: 10/04/2019

DR. JOSÉ CARLOS Rodrigues. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 30 jun. 1923, p.3. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/docreader/364568\\_11/10232](http://memoria.bn.br/docreader/364568_11/10232) >. Acesso em: 10/04/2019.

DR. JOSÉ CARLOS Rodrigues. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 01 jul. 1923, p.3. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/docreader/364568\\_11/10250](http://memoria.bn.br/docreader/364568_11/10250) >. Acesso em: 10/04/2019.

DR. JOSÉ CARLOS Rodrigues. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 04 jul. 1923, p.2. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/docreader/364568\\_11/10293](http://memoria.bn.br/docreader/364568_11/10293) >. Acesso em: 10/04/2019.

DR. JULIO Benedicto Ottoni. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 14 dez. 1926, p.4. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/docreader/364568\\_11/21279](http://memoria.bn.br/docreader/364568_11/21279) >. Acesso em: 19/11/2019.

DR. JOSÉ CARLOS Rodrigues. **O Paiz**, Rio de Janeiro, 29 jun. 1923, p. 5. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/178691\\_05/13663](http://memoria.bn.br/DocReader/178691_05/13663) >. Acesso em: 10/04/2019.

EM UM grande artigo entrelinhado... **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 28 maio 1909, p.1. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_01/19863](http://memoria.bn.br/docreader/089842_01/19863) >. Acesso em: 27/03/2019.

ESTRADA de Ferro Metropolitana. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 21 jul. 1891, p.2. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_01/475](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_01/475) >. Acesso em: 28/06/2018.

EXPOSIÇÃO de caricaturas. **Fon-Fon**, Rio de Janeiro, ano V, n.41, 14 out. 1911, p.52. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/259063/8113> >. Acesso em: 28/06/2018.

FAGUNDES Varella. **Semana Ilustrada**, Rio de Janeiro, 20 fev. 1875, p.5922. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/702951/5917> >. Acesso em: 11/10/2017.

FEDER, Ernesto. Chegou um navio do Brasil... **Ilustração Brasileira**, Rio de Janeiro, n.191, mar. 1951, p.14. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/107468/24869> >. Acesso em: 31/10/2019.

FÉLIX. A desonra da República. **Don Quixote**, Rio de Janeiro, 23 nov. 1895, p.6. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/714178/302> >. Acesso em: 08/11/2017.

H.P. Factos e figuras. **A Época**, Rio de Janeiro, 4 abr. 1913, p.1-2. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DOCREADER/720100/2096> >. Acesso em: 25/10/2017.

GALVÃO, Benjamin Franklin de Ramiz. Diogo Barbosa Machado. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, vol.1, p.1-43, 1876-1877.

GAMA, Saldanha da. Bibliotheca Nacional. **O Paiz**, Rio de Janeiro, 4 jun. 1888, p.1. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/178691\\_01/5406](http://memoria.bn.br/DocReader/178691_01/5406) >. Acesso em: 11/10/2017.

GLORIFICANDO A MEMÓRIA de Oswaldo Cruz. **A Noite**, Rio de Janeiro, 27 jun. 1922, p.2. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/348970\\_02/6569](http://memoria.bn.br/DocReader/348970_02/6569) >. Acesso em: 14/04/2019.

GUSMÃO, Clovis de. A Biblioteca Nacional e os seus tesouros. **Dom Casmurro**, Rio de Janeiro, 9 nov. 1940, p.12. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/095605/1227> >. Acesso em: 11/10/2017.



HORAS DE Lazer: a Biblioteca Nacional. **Correio Paulistano**, São Paulo, 24 nov. 1912, p. 1. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/090972\\_06/27014](http://memoria.bn.br/DocReader/090972_06/27014) >. Acesso em: 11/10/2017.

INAUGURAÇÃO de retrato. **Diário de Pernambuco**, Recife, 10 ago. 1911, p.1. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/029033\\_09/2337](http://memoria.bn.br/DocReader/029033_09/2337) >. Acesso em: 11/10/2017.

JORNAL DO COMMERCIO. **Jornal do Commercio**: 17 de Outubro (1890-1908). Rio de Janeiro: Typ. do “Jornal do Commercio” de Rodrigues & C., 1908.

\_\_\_\_\_. **Despedidas do Dr. José Carlos Rodrigues do Jornal do Commercio** (Maio de 1915). Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Commercio, 1915. Fundação Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos. Coleção Christopher Oldham. Localização: 32,04,002 n.003.

JORNAL do Commercio. **Don Quixote**, Rio de Janeiro, ano VIII, n.159, 20 out. 1902, p.8. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/docreader/714178/1142> >. Acesso em: 05/07/2018.

JORNAL do Commercio. **O Malho**, Rio de Janeiro, ano VII, n.317, 10 out. 1908, p.30-31. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/docreader/116300/12301> >. Acesso em: 05/07/2018.

JÚLIO BENEDICTO Ottoni. **Fon-Fon**. Rio de Janeiro, 22 jul. 1911, p.24. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DOCREADER/259063/7354> >. Acesso em: 25/10/2017.

LAST WEEK we referred to the magnificent acquisition... **The Brazilian Review**, Rio de Janeiro, 18 jul. 1911, p.12. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/161993/17782> >. Acesso em: 25/11/2019.

LEGADO importante. **Jornal de Recife**, Recife, 26 jul. 1879, p.2. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/705110/15628> >. Acesso em: 11/10/2017

LIMA, Hermeto. O Imperador, homem de estudos. **Revista da Semana**, Rio de Janeiro, 28 nov. 1925, p.4-5. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/025909\\_02/10537](http://memoria.bn.br/DocReader/025909_02/10537) >. Acesso em: 11/10/2017.

LIMA, Oliveira. Cousas nacionaes: a Bibliotheca Brasiliense do Dr. José Carlos Rodrigues. In: **BIBLIOTHECA Brasiliense do Dr. José Carlos Rodrigues**. Rio de



Janeiro: Typ. do “Jornal do Commercio”, de Rodrigues & C., p.3-10, 1911. Fundação Biblioteca Nacional, Divisão de Manuscritos. Coleção Christopher Oldham. Localização: 32,04,002 n.008.

\_\_\_\_\_. Os nossos diplomatas. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, vol.34, p.77-88, 1914. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/docreader/402630/37107> >. Acesso em: 11/08/2010.

\_\_\_\_\_. [Carta nº208 de... para José Carlos Rodrigues, 27 jun. 1902]. CORRESPONDÊNCIA passiva de José Carlos Rodrigues. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, vol.90, p.148-149, 1970. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/402630/5237> >. Acesso em: 11/08/2010.

LUSO, João. A Academia Brasileira e o *Jornal do Commercio*. **Revista Brasileira**, vol.8, n.32, p.309-313, 2002. Disponível em: < <http://www.academia.org.br/abl/media/memoria5.pdf> >. Acesso em: 17/08/2010.

LUTTERBACH, Edmo Rodrigues. Perfil de José Carlos Rodrigues. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 1 out. 1977, p.4. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/364568\\_16/51523](http://memoria.bn.br/DocReader/364568_16/51523) >. Acesso em: 10/05/2018.

MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. A estátua de Capistrano. **A Noite**, Rio de Janeiro, 3 jun. 1938, p.2. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/348970\\_03/54361](http://memoria.bn.br/DocReader/348970_03/54361) >. Acesso em: 14/04/2019.

MEDEIROS E ALBUQUERQUE, José J. de C. da C. de. Catálogo de livros sobre o Brasil. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 21 set. 1907, p.2. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/364568\\_09/13385](http://memoria.bn.br/DocReader/364568_09/13385) >. Acesso em: 07/10/2019.

MELLO, José Alexandre Teixeira de. Catálogo dos manuscriptos da Bibliotheca Nacional: Introdução. **Anais da Biblioteca Nacional**, vol.4, p.VII-XII, 1877. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/402630/28242> >. Acesso em: 02/08/2010.

\_\_\_\_\_. Secção de Impressos e Cartas Geográficas: esboço histórico. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, vol.11, p.15-35 [1883-1884], 1885. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/402630/32860> >. Acesso em: 02/08/2010.

MOTA, J. Xavier da. [Carta dirigida ao diretor da Biblioteca Nacional, José Alexandre Teixeira de Melo, informando que a sra. Maria Joaquina Leal Daemon, viúva do escritor Basílio de Carvalho Daemon, oferece à Biblioteca Nacional as coleções dos jornais O Itabira, O Estandarte e O Espírito-Santense, de propriedade e redação de seu finado

marido.] Rio de Janeiro, 6 dez. 1894. Fundação Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos. Localização: 48,1,001 n.031.

NEWS OF the week. **The Brazilian Review**, Rio de Janeiro, vol.15, n.44, 29. out.1912, p.1294. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/161993/20076> >. Acesso em: 25/11/2019.

NOTAS e Notícias [I]. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 13 jul. 1911, p.1. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/docreader/103730\\_04/27356](http://memoria.bn.br/docreader/103730_04/27356) >. Acesso em: 19/11/2019.

NOTAS e Notícias [II]. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 13 jul. 1911, p.1. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/docreader/103730\\_04/27356](http://memoria.bn.br/docreader/103730_04/27356) >. Acesso em: 19/11/2019.

[NOTÍCIA SOBRE JOSÉ Carlos Rodrigues]. **Autores e Livros** (Suplemento Literário de *A Manhã*), Rio de Janeiro, vol. VII, p. 181-191, 8 out. 1944. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/066559/2245> >. Acesso em: 10/04/2019.

NOTICIÁRIO elegante. **Revista da Semana**, Rio de Janeiro, 24 jul. 1915, p.35. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/docreader/025909\\_01/22053](http://memoria.bn.br/docreader/025909_01/22053) >. Acesso em: 04/06/2018.

O BARÃO DE Lavradio. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 23 nov. 1892, p.1. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/103730\\_03/7067](http://memoria.bn.br/DocReader/103730_03/7067) >. Acesso em: 11/10/2017.

O CENTENÁRIO de um grande servidor da pátria: Christiano Ottoni. **O Paiz**, Rio de Janeiro, 22 maio 1911, p.6-7. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/178691\\_04/6864](http://memoria.bn.br/DocReader/178691_04/6864) >. Acesso em: 19/11/2019.

O DR. JÚLIO Benedicto Ottoni... **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 8 jul. 1911, p.3. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/docreader/103730\\_04/27314](http://memoria.bn.br/docreader/103730_04/27314) >. Acesso em: 19/11/2019.

O HOSPITAL de crianças. **O Paiz**, Rio de Janeiro, 09 maio 1909, p.2. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/pdf/178691/per178691\\_1909\\_08983.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/178691/per178691_1909_08983.pdf) >. Acesso em: 28/06/2018.

O NOSSO DIRECTOR, Sr. Felix Pacheco recebeu... **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 3 out. 1930, p.6. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/364568\\_12/5853](http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/5853) >. Acesso em: 17/08/2020.

O SR. DR. BORGES Monteiro... **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 5 jan. 1898, p.1. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/103730\\_03/17511](http://memoria.bn.br/DocReader/103730_03/17511) >. Acesso em: 11/10/2017.

O SR. MARTIM Francisco Ribeiro... **O Universal**, Ouro Preto, 8 jun. 1838, p.2. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/706930/8414> >. Acesso em: 11/10/2017.

[Ofício assinado por H.H. Lichtwardt, Secretário Geral da ACM Brasil]. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 30 jun. 1923, p.3. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/docreader/364568\\_11/10232](http://memoria.bn.br/docreader/364568_11/10232) >. Acesso em: 10/04/2019.

OS VULTOS EMINENTES: a inauguração do túmulo de Joaquim Murtinho será amanhã. **A Noite**, Rio de Janeiro, 11 maio 1914, p.1. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/348970\\_01/4277](http://memoria.bn.br/DocReader/348970_01/4277) >. Acesso em: 14/04/2019.

OTTONI, Júlio Benedicto. [Carta de... ao Redator do *Jornal do Commercio*, 9 jul.1911]. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 10 jul. 1911, p.4. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/docreader/364568\\_10/6264](http://memoria.bn.br/docreader/364568_10/6264) >. Acesso em: 05/06/2015.

PACHECO, Félix. **O valor imenso da Bibliotheca Brasiliense do Dr. José Carlos Rodrigues**. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & C., 1930. Fundação Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos. Coleção Christopher Oldham. Localização: 32,04,002 n.006.

PACHECO, Felix. O valor imenso da Bibliotheca Brasiliense do Dr. José Carlos Rodrigues (coleção Benedicto Ottoni, da Biblioteca Nacional), posto em relevo pelos últimos catálogos de venda da Europa. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 28 set.1930, p.3. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/364568\\_12/5713](http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/5713) >. Acesso em: 31/10/2019.

PARA O NOVO prédio da Associação Christã de Moços: já amanhã haverá cem contos, afirma o Dr. J. C. Rodrigues. **A Noite**, Rio de Janeiro, 14 out. 1917, p.1. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/348970\\_01/11561](http://memoria.bn.br/DocReader/348970_01/11561) >. Acesso em: 28/06/2018.

PARAGUASSÚ, João. Um amigo do Brasil. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 21 jan. 1968, p.2. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/089842\\_07/89092](http://memoria.bn.br/DocReader/089842_07/89092) >. Acesso em: 10/05/2018.

PARANAGUÁ, João Lustosa da Cunha; RODRIGUES, José Carlos; CELSO, Affonso. Posse de José Carlos Rodrigues. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, T.70, vol.116, p.724-730 e 802, 1908. Disponível em: < [https://drive.google.com/file/d/0B\\_G9pg7CxKSsemlDd3hqdXpmclU/view](https://drive.google.com/file/d/0B_G9pg7CxKSsemlDd3hqdXpmclU/view) >. Acesso em: 08/05/2018.

PEDIMOS VÊNIA aos nossos colegas do *Diário Popular*... **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 10 jul. 1911, p.4. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/docreader/364568\\_10/6264](http://memoria.bn.br/docreader/364568_10/6264) >. Acesso em: 05/06/2015.

PELOS SOLDADOS da Democracia: a Sub-Comissão Brasileira. **Fon-Fon**, Rio de Janeiro, ano XI, n.47, 23 nov. 1918, p.27. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/259063/31582> >. Acesso em: 28/06/2018.

[R. M.] A crise do Lloyd. **A Noite**, Rio de Janeiro, 28 ago. 1911, p.1. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/348970\\_01/144](http://memoria.bn.br/DocReader/348970_01/144) >. Acesso em: 28/06/2018.

[RECORTE de jornal com nota tratando da coleção Brasileira, mais nova aquisição da Biblioteca Nacional...]. S.l., s.n., [19\_\_]. Fundação Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos. Coleção Christopher Oldham. Localização: 32,04,001 n.062.

RETIRADA de um lutador [alegoria]. **O Imparcial**, Rio de Janeiro, 9 maio 1915, p.1. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/107670\\_01/10583](http://memoria.bn.br/DocReader/107670_01/10583) >. Acesso em: 28/06/2018.

[RETIRADA de um lutador, artigo de *O Imparcial*, 9 maio 1915]. In: JORNAL DO COMMERCIO. **Despedidas do Dr. José Carlos Rodrigues do Jornal do Commercio** (Maio de 1915). Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & C., 1915, p.78-81.

RIO BRANCO, José M. da S. Paranhos Jr, barão de. [Carta nº4 de... para José Carlos Rodrigues, 20 jan. 1900]. CORRESPONDÊNCIA passiva de José Carlos Rodrigues. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, vol.90, p.11, 1970. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/402630/5237> >. Acesso em: 11/08/2010.

RODRIGUES, José Carlos. **Constituição Política do Império do Brasil**... Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1863.

\_\_\_\_\_. [Correspondência vária de Livreiros com José Carlos Rodrigues]. [S.l.: s.n.], 1899. Fundação Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos. Coleção José Carlos Rodrigues. Localização: I-03,20,004 n.001-007.

\_\_\_\_\_. [Carta de... a Edward G. Hime]. S.l., 28 fev. 1910. IHGB, coleção José Carlos Rodrigues. Localização: lata 585 / pasta 1.

\_\_\_\_\_. **Resgate das estradas de ferro do Recife a S. Francisco e de outras que gozavam da garantia de juros.** Relatório apresentado ao exm. sr. dr. Joaquim Murtinho. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902.

\_\_\_\_\_. **Projecto iniquo:** série de artigos da redacção do *Jornal do Commercio* contra o projecto apresentado à Câmara dos Deputados prorrogando a dictadura do prefeito do Districto Federal. Rio de Janeiro: Typ. de Rodrigues, 1903.

\_\_\_\_\_. **Religiões Acatolicas no Brazil** (1500-1900); memoria do 'Livro do Centennario' de 1900. Rio de Janeiro: Escriptorio do 'Jornal do Commercio'; (Londres & Edimburgo), (Impr. de Ballantyne, Hanson & Co.), 1904. Fundação Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscrito. Coleção Christopher Oldham. Localização: 32,04,002 n.001.

\_\_\_\_\_. **O descobrimento do Brazil:** succinta noticia da descripção impressa mais antiga deste acontecimento. Rio de Janeiro: Typ. do 'Jornal do Commercio', 1905.

\_\_\_\_\_. **Bibliotheca Brasiliense:** catalogo annotado dos livros sobre o Brasil e de alguns autographos e manuscriptos pertencentes a J. C. Rodrigues. Parte I. Descobrimento da America: Brasil colonial. 1492-1822. Rio de Janeiro: Typografia do "Jornal do Commercio", 1907.

\_\_\_\_\_. Artigo do Sr. Dr. J.C. Rodrigues ao assumir a direcção do *Jornal do Commercio*, no dia 17 de Outubro de 1890. In: JORNAL DO COMMERCIO. **Jornal do Commercio:** 17 de Outubro (1890-1908). Rio de Janeiro: Typ. do "Jornal do Commercio" de Rodrigues & C., 1908, p.4-6. Fundação Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos. Coleção Christopher Oldham. Localização: 32,04,002 n.009.

\_\_\_\_\_. Palavras do Sr. Dr. José Carlos Rodrigues no lançamento da pedra fundamental do novo edifício do *Jornal do Commercio* em 14 de Junho de 1906. In: JORNAL DO COMMERCIO. **Jornal do Commercio:** 17 de Outubro (1890-1908). Rio de Janeiro: Typ. do "Jornal do Commercio" de Rodrigues & C., 1908, p.7-11. Fundação Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos. Coleção Christopher Oldham. Localização: 32,04,002 n.009.

\_\_\_\_\_ (org.). **Mensagens, allocuções e discursos do Presidente Wilson** concernentes à guerra actual com um prologo e traducção de José Carlos Rodrigues. Rio de Janeiro:

Ed. Jacintho Ribeiro dos Santos, 1918. Fundação Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos. Coleção Christopher Oldham. Localização: 32,04,002 n.007.

ROOSEVELT, Theodore. [Carta de... a José Carlos Rodrigues, agradecendo-lhe pelo envio do catálogo de sua antiga biblioteca e de um exemplar do livro *The Panama Canal*]. Rio de Janeiro, 25 out. 1913. Fundação Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos. Coleção Christopher Oldham. Localização: 32,04,001 n° 44.

SCARONE, Arturo. **Intercambio intelectual americano**. Discursos pronunciados en la inauguración de la “Sección Argentina” de la Biblioteca Nacional de Montevideo y de la “Sección Uruguaya” en las Bibliotecas Nacionales de Buenos Aires y Rio de Janeiro. Montevideo: Casa A. Barreiro y Ramos S.A., 1927, p.16-18. Fundação Biblioteca Nacional. Divisão de Obras Gerais. Localização: I-206,6,8, n.6.

SCHULLER, Rodolpho R. A Nova Gazeta da Terra do Brasil (Newer Zeytung auss Presillg Landt) e sua origem mais provável: com a tradução portuguesa e a reprodução do precioso pamphleto pertencente à Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, vol.33 [1911], 1915, p.115-144. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/docreader/402630/25695> >. Acesso em: 02/08/2010.

SI CETTE histoire vous embête... **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 4 ago. 1911, p.3. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/docreader/103730\\_04/27548](http://memoria.bn.br/docreader/103730_04/27548) >. Acesso em: 19/11/2019.

SILVA, Manoel Cícero Peregrino da. A Bibliotheca Nacional em 1905: Relatório... **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, vol.28, p.497-545, 1906. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/docreader/402630/23554> >. Acesso em: 02/08/2010.

\_\_\_\_\_. Da remodelação por que passou a Bibliotheca Nacional e vantagens d'ahi resultantes. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, vol.35, p.1-9, 1913. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/docreader/402630/37033> >. Acesso em: 02/08/2010.

\_\_\_\_\_. A Bibliotheca Nacional em 1911: Relatório... **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, vol.34, p.645-684, 1915. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/docreader/402630/26786> >. Acesso em: 02/08/2010.

\_\_\_\_\_. A Bibliotheca Nacional em 1912: Relatório... **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, vol.35, 1916. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/docreader/402630/37453> >. Acesso em: 02/08/2010.

\_\_\_\_\_. A Bibliotheca Nacional em 1913: Relatório... **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, vol.36, 1917. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/docreader/402630/22587> >. Acesso em: 02/08/2010.

SILVEIRA JÚNIOR, Joaquim Xavier da; ALENCAR, Leonel Martiniano de; CARVALHO, Miguel Joaquim Ribeiro de. Parecer acerca da admissão de José Carlos Rodrigues como sócio correspondente. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, T.70, vol.116, p.714, 1908. Disponível em: < [https://drive.google.com/file/d/0B\\_G9pg7CxKSsemlDd3hqdXpmclU/view](https://drive.google.com/file/d/0B_G9pg7CxKSsemlDd3hqdXpmclU/view) >. Acesso em: 08/05/2018.

SOUSANDRADE. **O Guesa**. São Luís: SIOGE, 1979.

SUBSCRIÇÃO PROMOVIDA pelo comércio do Rio de Janeiro entre os membros da classe para o fim de se angariarem os meios com que se adquira um mimo a ser oferecido ao Exmo. sr. dr. José Carlos Rodrigues, redator do *Jornal do Commercio* em atenção aos relevantes serviços prestados ao comércio a propósito da redução das taxas dos serviços do porto desta cidade. Rio de Janeiro: [s.n.], [1910]. Fundação Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos. Coleção Christopher Oldham. Localização: 32,04,001 n.074.

VÁRIAS Notícias. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 15 jul. 1911, p.6. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/364568\\_10/6348](http://memoria.bn.br/DocReader/364568_10/6348) >. Acesso em: 19/11/2019.

VIANA, Hélio. José Carlos Rodrigues, bibliógrafo e exegeta. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 27 dez. 1963, p.4. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/364568\\_15/25943](http://memoria.bn.br/DocReader/364568_15/25943) >. Acesso em: 14/05/2018.

VISITA DE MONSENHOR Costa Rego a uma dependência da Santa Casa. **A Noite**, Rio de Janeiro, 11 abr. 1929, p.8, Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/348970\\_02/25359](http://memoria.bn.br/DocReader/348970_02/25359) >. Acesso em: 14/04/2019.

TAUNAY, Visconde de. **Innocencia**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1872.

\_\_\_\_\_. **Reminiscências**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1908.

THE HISTORICAL Exposition. **The Rio News**, Rio de Janeiro, 5 dez. 1881, p.2. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/349070/513> >. Acesso em: 11/10/2017.



THOMAS JEFFERSON e a Independência do Brasil. **Ilustração Brasileira**, Rio de Janeiro, ano IX, n.15, 15 nov. 1921, p.16. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/107468/4962> >. Acesso em: 31/10/2019.

[TREPADOR]. Trepações [coluna]. **Fon-Fon**, Rio de Janeiro, n.34, 19 ago. 1916, p.26. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/259063/25662> >. Acesso em: 28/06/2018.

UM DONATIVO régio [I]. **Jornal do Commercio** [edição da tarde], Rio de Janeiro, 7 jul. 1911, p.1. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/111988/1974> >. Acesso em: 19/11/2019.

UM DONATIVO régio [II]. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 8 jul. 1911, p.3. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/364568\\_10/6219](http://memoria.bn.br/DocReader/364568_10/6219) >. Acesso em: 05/06/2015.

UM DONATIVO régio [III]. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 9 jul. 1911, p.5. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/docreader/364568\\_10/6237](http://memoria.bn.br/docreader/364568_10/6237) >. Acesso em: 05/06/2015.

UM VISITANTE ilustre. **Fon-Fon**, Rio de Janeiro, 19 jul. 1919, p.38. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/259063/33578> >. Acesso em: 03/07/2018.

UMA VALIOSA oferta à Biblioteca Nacional. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 24 mar. 1944, p.13. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/089842\\_05/19955](http://memoria.bn.br/DocReader/089842_05/19955) >. Acesso em: 11/10/2017.

VERÍSSIMO, José. O Sr. Capistrano de Abreu. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 16 set. 1907, p.1. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/docreader/364568\\_09/13336](http://memoria.bn.br/docreader/364568_09/13336) >. Acesso em: 29/10/2019.

ZWEIG, Stefan. [Carta ao diretor da Biblioteca Nacional sobre a obra de Balzac]. Petrópolis, [1942]. Fundação Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscrito. Coleção Abrahão Koogan. Localização: I-7,17,13, n.004.